

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS – UNESP

PAULA ESPOSITO ALMEIDA

**DO ESTRANHO AO COMUM NAS IDAS E VINDAS ENTRE PORTUGAL E  
ÁFRICA NO SÉCULO XV**

FRANCA

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS – UNESP

PAULA ESPOSITO ALMEIDA

**DO ESTRANHO AO COMUM NAS IDAS E VINDAS ENTRE PORTUGAL E  
ÁFRICA NO SÉCULO XV**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

**Área de concentração:** História e Cultura

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susani Silveira Lemos França

FRANCA

2019

A447e Almeida, Paula Esposito  
Do estranho ao comum nas idas e vindas entre Portugal e África no século XV / Paula Esposito Almeida. -- Franca, 2019  
182 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca  
Orientadora: Susani Silveira Lemos França

1. Expansão Portuguesa. 2. Moral cristã. 3. África ocidental. 4. Século XV. I. Título.

## ERRATA

ALMEIDA, Paula Esposito. **Do estranho ao comum nas idas e vindas entre Portugal e África no século XV**. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, 2019.

<b>Folha</b>	<b>Linha</b>	<b>Onde se lê</b>	<b>Leia-se</b>
Agradecimentos	2 e 3	À Fundação de Amparo à pesquisa de São Paulo (FAPESP), agência da qual	agência financiadora desta pesquisa de mestrado desde o início, sob o Processo de número 2017/10546-1
Agradecimentos	5	Estágio de Pesquisa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,	de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP), Processo de número 2017/27155-5.
Agradecimentos	10 e 11	(...) toda a dedicação e disciplina despendida pela Susani todos esses anos; pesquisadora e pessoa que sempre foi uma inspiração para mim.	Agradeço e dedico também este trabalho à Agência de Fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de auxílio

Agradecimentos	27 e 28	Meus agradecimentos especiais vão também à minha família: Paulo, Maria, Lucas, Deborah e Marco. Todos acompanharam de perto as dificuldades inerentes à dedicação (...)	(...) de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que financiou o Projeto Temático, sob o Processo de número 13/14786-6. Aos colegas, agradeço por todo o interesse demonstrado (...)
----------------	---------	---	--

**Paula Esposito Almeida**

**Do estranho ao comum nas idas e vindas entre Portugal e África no Século XV**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

**Área de concentração:** História e Cultura

**Linha de Pesquisa:** História e Cultura Social

**Banca Examinadora**

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susani Silveira Lemos França (presidente)*  
*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/campus Franca)*

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Menino Avelar*  
*Universidade Aberta (UAB/Lisboa)*

*Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira*  
*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/campus Franca)*

Franca, 06 de Setembro de 2019.

*Para a Ivone. É por você que vivo a liberdade de escrever.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), agência financiadora desta pesquisa de mestrado desde o início, sob o Processo de número 2017/10546-1. Foi também por meio dessa agência que pude realizar um Estágio na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL/UL), na modalidade de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP), Processo de número 2017/27155-5. Foi a agência de fomento FAPESP a instituição que tornou possível a execução dos resultados apresentados aqui; e quando no exterior, a entidade que propiciou a oportunidade de obter vivências acadêmicas que foram de suma importância para a presente pesquisa, bem como para a produção de artigos já publicados.

Agradeço e dedico também este trabalho à Agência de Fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de auxílio durante os primeiros cinco meses de desenvolvimento da pesquisa (de 01/03/2017 a 31/08/2017).

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos vão para a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susani Silveira Lemos França, minha orientadora e mentora durante longos anos. Enfrentei cada linha escrita e cada desafio apresentado nesses 24 meses com um sentimento de eterna gratidão e ventura. O encerramento desse ciclo nesta dissertação é uma forma de retribuir toda a dedicação e disciplina despendida pela Susani todos esses anos; pesquisadora e pessoa que sempre foi uma inspiração para mim.

Agradecimentos especiais vão também ao Prof. Dr. José Manuel Damião Rodrigues Soares, quem foi o meu supervisor quando do estágio na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Agradeço por sua acurada atenção e sugestões ao meu trabalho antes mesmo do estágio em terras lusitanas. Jamais me esquecerei das orientações e de toda a experiência vivida durante o verão lisboeta.

Agradeço a todos os colegas do Grupo Temático *Escritos Sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa*, e mais uma vez, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que financia o Projeto Temático, sob o Processo de número 13/14786-6, do qual faço parte e no qual este trabalho se insere. Aos colegas, agradeço por todo o interesse demonstrado pela minha pesquisa ao longo desses anos: as leituras dos projetos e suas reformulações, as discussões horas a fio, o compartilhamento de bibliografias, ideias, anseios e até mesmo experiências em terras estrangeiras.

Agradeço a dois grandes amigos que acompanharam essa trajetória desde o primeiro dia. A Livia e o Thiago foram os meus maiores interlocutores dentro e fora de casa, pois como historiadores e colegas de apartamento, dividimos os mesmos anseios e nos compreendíamos mutuamente. Muitas linhas desse trabalho são o resultado das nossas divagações, discussões e questões. Dedico e divido também com vocês toda a felicidade que é o desfecho desse trabalho, e sou eternamente grata por tudo o que vivemos em conjunto.

Meus agradecimentos especiais vão também à minha família: Paulo, Maria, Lucas, Deborah, Laura e Marco. Todos acompanharam de perto as dificuldades inerentes à dedicação e amor à pesquisa. Compreenderam quando não pude estar em algumas reuniões de família e datas especiais, ou mesmo quando eu estive, eles compreenderam quando tive de me retirar mais cedo ou acordar mais tarde devidos às noites em claro de trabalho. Todos são e foram especialmente o meu apoio emocional, psíquico e financeiro por todos esses longos anos. Mesmo com os desafios e preocupações de suas vidas pessoais e profissionais, eles se esforçaram para entender e me apoiar nas dificuldades da minha vida como pesquisadora.

Por fim, gostaria de agradecer a algumas pessoas que apareceram na fase final do meu mestrado, e que não foram menos especiais. Agradecimentos especiais ao Celso e a Mércia Campello, que surgiram em minha vida na reta final da dissertação e me fizeram refletir sobre os rumos da minha profissão. Agradeço por acreditarem em mim, e ao Celso que, ao mesmo tempo aluno e mentor, lançou os primeiros grandes desafios da minha carreira como historiadora.

Ao Luiz Castro que, com muito barulho chegou na minha vida, mas com muita calma e cuidado tem escolhido permanecer nela. Agradeço pela liberdade que bebemos juntos, pela incondicionalidade do companheirismo que vivemos todos os dias, e ao futuro, que não nos intimida.

*[...] E era como se a uma só vez fosse dois homens: o que avançava pelo dia outonal e pela geografia da pátria, e o outro, encarcerado numa clínica e sujeito a metódicas servidões. Viu casas de tijolo sem reboque, angulosas e compridas, olhando infinitamente os trens passarem; viu cavaleiros em caminhos de terra; viu ravinas e lagoas e rebanhos; viu longas nuvens luminosas que pareciam de mármore, e todas essas coisas eram casuais, como sonhos da planície. Também julgou reconhecer árvores e sementeiras que não teria podido nomear, porque seu conhecimento direto do campo era bastante inferior ao seu conhecimento nostálgico e literário.*

“O Sul”, Jorge Luis Borges

ALMEIDA, Paula Esposito. **Do estranho ao comum nas idas e vindas entre Portugal e África no século XV**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

## RESUMO

Ao longo do século XV, entre curiosos e conquistadores ligados a Portugal, houve um número significativo de letrados que se ocupou em falar sobre as coisas da África. Os relatos dessas viagens, escritos com o intuito primordial de levar informações para os reis cristãos, tinham se tornado um modo de traduzir os novos mundos, ora enfatizando as estranhezas, ora lançando luz sobre traços que consideravam comuns, ou melhor, sobre aquilo que nos africanos não propriamente os distinguia dos povos dos reinos cristãos. Tendo isso em vista, a proposta da presente pesquisa consiste em examinar, nesses escritos, não apenas o que causou assombro, mas os parâmetros daquilo que, quando as viagens se tornaram mais frequentes, repetidas e demoradas, passou a ser compreendido e julgado comum ou familiar. Em suma, serão interrogados e confrontados valores e hábitos reconhecidos como partilhados entre os dois continentes: Europa e África. Com ênfase sobre as menções que os viajantes fizeram às práticas mais comezinhas da vida – comer, habitar, vestir e demonstrar sentimentos –, a pesquisa examina as páginas dos relatos dedicadas a conhecer aquelas gentes que, notadas a princípio por suas diferenças, não se mostraram depois tão estranhas aos cristãos.

**Palavras-chave:** Expansão portuguesa. Século XV. Moral cristã. África ocidental.

ALMEIDA, Paula Esposito. **From strange to common in the comings and goings between Portugal and Africa in the 15th Century**. 2019. 182 f. Thesis. (Master's Degree in History and Social Culture) – Faculty of Human and Social Science, São Paulo State University, Franca, 2019.

### **ABSTRACT**

Throughout the fifteenth century, among curious and conquerors related to Portugal, there were a significant number of littered people, who were interested about things of Africa. The reports of these journeys, written primarily for the purpose of bringing information to the Christian kings, had become a way of translating new worlds, sometimes emphasizing strangeness, sometimes shedding light on traits that they considered common, or rather, on what in Africans did not properly distinguish them of the peoples of the Christian kingdoms. In view of this, the purpose of the present research is to examine in these writings not only what caused astonishment, but the parameters of what, when travel became more frequent, repeated and time consuming, came to be understood and judged common or familiar. In short, values and habits recognized as shared between the two continents, Europe and Africa, will be questioned and confronted. With an emphasis on travelers' mentions of life's tiniest practices - eating, living, dressing, and expressing feelings - the research examines the pages of stories devoted to meeting those people who, noted at first for their differences, were not then so strange to Christians.

**Keywords:** Portuguese expansion. Fifteenth Century. Christian moral. East Africa.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
<b>PARTE 1. Viagens para a costa ocidental africana durante o século XV .....</b>	<b>20</b>
<b>Capítulo 1</b> Viajar para perto e para longe no Quatrocentos .....	<b>21</b>
1.1 Os viajantes .....	22
1.2 Os grandes .....	26
1.3 Os nomeados.....	33
1.4 Os estrangeiros.....	42
1.5 Os anônimos .....	49
<b>Capítulo 2</b> Precauções e desafios nas viagens quatrocentistas .....	<b>55</b>
2.1 O que levar, o que esperar, a fortuna e a desventura .....	59
2.2 Os riscos nas águas e nas terras .....	67
2.3 Doenças e ferimentos em mar e terra.....	73
2.4 Mortes pelo caminho .....	76
<b>PARTE 2. Descobrir, explorar e superar os lindes africanos .....</b>	<b>80</b>
<b>Capítulo 3</b> A permanência em terras a sul .....	<b>81</b>
3.1 A estadia breve .....	84
3.2 A estadia demorada.....	93
3.3 Contratemplos no cotidiano e adequação dos costumes nas novas terras .....	98
3.4 Delineamento das rotas africanas .....	103
3.5 Trocas esperadas, trocas possíveis.....	111
<b>Capítulo 4</b> O estranho, o reconhecido, o familiar e o aceito.....	<b>122</b>
4.1 Os povos da África conhecidos de passagem e pelo convívio .....	127
4.2 Da casa palhoça aos reinos de muitos senhores.....	131
4.3 Homens que andam continuamente nus .....	137
4.4 Alimentos dos de cá e dos de lá.....	146

4.5 Sentimentos de uma costa à outra.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	165
DOCUMENTOS E ESTUDOS.....	170

## APRESENTAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XV, as notícias sobre certas feiras africanas onde se podiam adquirir escravos e ouro chegavam aos portugueses no norte da África através de nômades e caravaneiros berberes, azenegues e árabes que atravessavam o Sahel reabastecendo as cidades. As caravanas iam e vinham trazendo mercadorias, como ouro, cativos, marfim e tecidos<sup>1</sup> para as feiras magrebina de Túnis a Uadam,<sup>2</sup> e com eles vinham essas notícias sobre outras feiras localizadas mais a sul, em cidades distantes como Tombuctu, Cantor, Jené ou Chade.<sup>3</sup> O desnudamento do norte berbere expôs aos portugueses a possibilidade de conquistar terras, gentes e riquezas em partes que “sempre foram de todo incógnitas” aos cristãos,<sup>4</sup> ao passo que naqueles mesmos anos, juntamente com os castelhanos, os navegantes portugueses davam início às povoações nas Canárias e na Madeira. Logo, as viagens de “pequena tardança” e de bons ventos que faziam os homens “seguirem brevemente sua viagem”,<sup>5</sup> com destino às praças marroquinas ou às Ilhas atlânticas, passaram a dar lugar às viagens longas, sujeitas a tormentas, e que por vezes não permitiam que as embarcações retornassem. As viagens curtas e esporádicas de assaltos às fortificações marroquinas davam, assim, lugar às longas viagens de reconhecimento mais a sul e sudeste, que poderiam durar anos.

Nos anos 30 e 40 do século XV, as grandes e pesadas galés iam sendo substituídas pelas caravelas, capazes de ir mais longe e de conduzir cargas mais pesadas e adequadas aos que ficavam mais tempo à deriva, indo além do Cabo Bojador.<sup>6</sup> Encomendados pelo Infante D. Henrique, os deslocamentos cada vez mais longínquos passaram a demandar novas formas de organização das viagens para tornar viáveis os empreendimentos, atentando para a subsistência dos longos dias em alto mar, ao aperfeiçoamento técnico das práticas de navegar, e a preparação

---

<sup>1</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. O mediterrâneo saariano e as caravanas do ouro. **Revista de História** : Universidade de São Paulo, 1954. Disponível em << <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36467/39190>>> Acesso em 05 Abril 2018, pp. 79-80.

<sup>2</sup> Ibidem, pp. 67-70

<sup>3</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira : Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p. 164-165.

<sup>4</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Edição comemorativa do V Centenário do descobrimento da Guiné, 1988, p. 13.

<sup>5</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (org.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Comemoração do quinto centenário da Tomada de Ceuta : Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915. Capítulo XVIII. p. 54.

<sup>6</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Inovações técnicas e processo econômico. IN: **Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar**. BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p.

de homens instruídos para tratar em paz e não em guerra.<sup>7</sup> Apesar do esforço da coroa portuguesa em sistematizar as viagens de exploração e reconhecimento, o perfil dos que partiam no decorrer do Quatrocentos era plural, assim como as razões de suas partidas. Além do mais, os objetivos, as aspirações e os projetos poderiam se alterar no decorrer da viagem, devido aos imprevistos no caminho ou conforme se deparassem com as novidades encontradas naquelas terras. Em meados do século, os nobres cavaleiros passaram a sair em busca de cativos e mercadorias, e o mercador de origem modesta passou a almejar ocupações mais honrosas, que poderia conseguir a partir dos seus feitos e ganhos adquiridos nas viagens para a África.<sup>8</sup>

Com isto, os roteiros que iam se formando na rota atlântica que vai do sul da Península Ibérica, perpassando o norte da África, os núcleos insulares, a costa ocidental do Sahel e a região da Mina no decorrer do século XV, eram complexos e difusos, pois os interesses e as carreiras dos navegadores particulares ou ligados à coroa portuguesa se cruzavam de tal forma que não era possível traçar os limites das atuações.<sup>9</sup> Tendo isto em vista, a primeira parte da dissertação que busca mapear as *Viagens para a costa ocidental africana durante o século XV*, está dividida em dois longos capítulos, e concentrar-se-á em interrogar as duas principais etapas de uma viagem com destino às terras africanas no decorrer do Quatrocentos: a preparação e o percurso. Buscaremos, a partir dos relatos legados, diretos ou indiretos, primeiramente mapear os vários perfis dos homens que se propuseram a partir – delegados pelo rei ou interessados nos ganhos prometidos –, sob o comando do Infante D. Henrique, atentando para as possíveis mudanças de interesses no decorrer da viagem, bem como para a flexibilidade das funções desses homens e de seus objetivos ao longo desse século.

Desde as primeiras viagens àquelas partes no início do século XV, foi-se criando uma rede de informações sobre as viagens com destino à África, fosse para espalhar as novidades encontradas ou como forma de instrução aos que intentavam partir. Além de instigar viajantes e curiosos de outras partes da Cristandade a viajarem, as notícias ajudavam a informar outros navegantes acerca das provisões necessárias para a viagem, dos trajetos mais curtos ou mais seguros dependendo da região almejada e acerca das correntes e quebras marítimas que faziam um ou outro navio se perder no mar, por exemplo. Dadas as novidades, o destino esperado nem sempre era o alcançado; por isso, a missão que por vezes era prevista para ocorrer em alguns dias poderia durar meses. Desse modo, as precauções a serem tomadas oscilavam de um destino

---

<sup>7</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002, p. 63.

<sup>8</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, pp. 1-2.

<sup>9</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. op. cit. pp. 96-98.

a outro, de uma década a outra e, em certos casos, a despeito dos cuidados tomados, nem todos os riscos eram evitados, de forma que os navegadores acabavam tendo de fazer sacrifícios no meio do caminho. Assim sendo, importa analisar, igualmente, os aspectos envolvidos na preparação de uma viagem com destino à África, atentando para as mudanças das práticas marítimas e de organização das embarcações ao longo do século, para em seguida esmiuçar os percursos dessas viagens pelos que intentavam partir às “Etiópias de Guiné”. Dois focos conduzirão a investigação: de um lado, as diferenças entre as viagens próximas e longínquas, as que demandaram mais tempo em confronto com as mais curtas; do outro, as disparidades entre as expectativas antes das partidas e o que acabavam tendo de enfrentar no caminho.

Nosso propósito, nesta primeira parte, consiste em desdobrar melhor o itinerário dessas viagens, com foco na costa ocidental africana, incluindo as ilhas atlânticas e o norte da África, pois foram importantes pontos de partida dos viajantes, ou de transição do conhecido ao desconhecido. Realizaremos, também de forma mais esmiuçada, na segunda parte da dissertação, uma geografia das viagens durante os mais ou menos 80 anos da expansão quatrocentista de reconhecimento dos espaços da costa ocidental africana, atentando para os roteiros mais improvisados do início do século e os mais precisos que foram se constituindo no final da década de 80 do século XV. Para isso, interrogaremos também sobre as fontes do conhecimento geográfico dos viajantes, se escritas ou experienciais, de modo a recordar os roteiros da primeira grande expansão para a África. Nosso foco, contudo, são esses roteiros mais ou menos rudimentares e a preparação para percorrê-los, pois os avanços pelo território e o contato mais demorado com os povos, que possibilitaram certas diferenciações das línguas, costumes e reinos, serão examinados no último capítulo da dissertação. Esses percursos – a escolha de determinados trajetos e não outros, de certas paragens no lugar de outras –, bem como o mapeamento dos medos e receios dos viajantes antes dos contatos serão de suma importância, pois muitas vezes estes levaram a interdições decisivas de determinados roteiros, dos contatos com certas gentes, ou mesmo do prosseguimento da viagem.

O pouco que se sabia sobre a grandeza do “mar oceano”<sup>10</sup> no início do século XV era, por vezes, o suficiente para inibir muitos de se lançarem rumo àquelas partes ignotas. O que se dizia era que lá o mar era baixo e as correntes “tamanhas”, que o navio que tentasse ir jamais poderia retornar.<sup>11</sup> Em 1433, Gil Eanes dobrara o Cabo Bojador, e alguns anos depois Afonso

---

<sup>10</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Edição comemorativa do V Centenário do descobrimento da Guiné, 1988, p. 20.

<sup>11</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 50.

Gonçalves Baldaia encontrou, um pouco além do cabo, uma foz de “muitas boas ancorações”,<sup>12</sup> porém, apesar da transposição de certos obstáculos, as notícias das embarcações que enfrentavam “tempos contrários”<sup>13</sup> ou “grandes inundações de mar”<sup>14</sup> (correntes), que com frequência se despedaçavam no oceano, continuavam a assombrar os mareantes.<sup>15</sup> Os próprios nomes dados pelos viajantes às extremidades que alcançavam na costa africana remetiam aos aspectos bravios dos mares ou os obstáculos para desbravar as terras, como: “Cabo de Não” (“quem passa no cabo de não ou tornará ou não...”), “Mar Arenoso”, “Terra Alta”,<sup>16</sup> para citar alguns. A partir dessas observações, buscaremos mapear alguns dos grandes medos<sup>17</sup> e desafios enfrentados pelos viajantes que se destinavam àquelas regiões, observando primeiramente os medos anteriores aos contatos, não só dos perigos marítimos, mas outros, como das feições imaginadas das gentes que lá porventura habitavam, ideadas por vezes como bestas ou seres extraordinários. Ou o medo da ausência de terra em que pudessem ancorar seus barcos e, por fim, o medo da morte que sempre assombrava as viagens.<sup>18</sup>

Durante esses percursos, e a partir da experiência do ver na abertura dos caminhos, novos medos foram se constituindo conforme os homens iam adentrando essas terras. Em contrapartida, os medos que traziam foram por vezes se perdendo na medida em que os viajantes constatavam que certas coisas eram “muito pelo contrário” do que antes presumiram.<sup>19</sup> Diante deste cenário hostil, e ao mesmo tempo instigante, uma das questões a ser desdobrada, serão as motivações ou condições para que uns ficassem mais tempo e apenas passassem. A análise mais acurada dos tipos de estadia que os viajantes tiveram naquelas terras, permitir-nos-á mapear melhor as impressões legadas sobre os povos e os seus modos de viver.

Duarte Pacheco Pereira, em seu livro de marinharia e cosmografia, escrito entre os anos de 1505 e 1520, buscou descrever pormenorizadamente as partes que compunham aquilo que se compreendia, em sua época, como a África. O cosmógrafo português expôs as mudanças de percepção sobre o território desde a Antiguidade, perpassando os tempos do Infante D.

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>14</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 51.

<sup>15</sup> LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos** – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p.178.

<sup>16</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 51.

<sup>17</sup> Questão que se tornou premente em estudos recentes. Ver: MARTÍN PRIETO, P. Las huellas del miedo en la literatura de viajes medieval: una aproximación metodológica. **Espacio, tiempo y forma**, Serie III, Madrid, N° 25, 2012.

<sup>18</sup> No final do Quatrocentos os capelães passam também a fazer parte das viagens, para velar as almas daqueles que morriam em alto mar. No entanto, muitas vezes estes acabavam também vítimas dos males nas travessias marítimas, cujos estragos eram impetuosos. Ver: MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XII al XVI** – primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 123-124.

<sup>19</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 54.

Henrique, até chegar à sua época, durante o reinado de D. João II e o início do de D. Manuel. O autor do *Esmeraldo de Situ Orbis* ressalta que, “no tempo do Infante D. Henrique e do rei D. Afonso, somente a costa do mar era sabida, sem se saber o que dentro neles era”,<sup>20</sup> e que no tempo em que empreendeu sua viagem, em meados da década de 80 do século XV, já havia sido descoberto “o Cabo da Boa Esperança, onde a África faz fim.”<sup>21</sup> Apesar de aconselhar os seus leitores a não duvidarem do que os sábios filósofos antigos disseram acerca das coisas do mundo, o autor se propõe mostrar as coisas novas que vinham sendo descobertas no seu tempo, pois, segundo o autor, os antigos haviam se enganado em relação a certas coisas que deram a conhecer.

Àquela altura do Quatrocentos, uma nova imagem da África ia se constituindo e, embora alguns viajantes buscassem sobrepor as constatações de suas próprias experiências ao que disseram os antigos sobre aquele território, as imagens antigas ou as incertezas sobre certos lugares não haviam desaparecido por completo. Duarte Pacheco sustenta a existência de antípodas e de homens com dentes limados e agudos como os de cão<sup>22</sup> e, naquela mesma década de 1480, o rei D. João II delegava a embaixada de Pero da Covilhã a tentar encontrar, mais uma vez, a localização exata do reino etíope cristão, que por tantos séculos alimentara a imaginação e as esperanças do ocidente cristão.<sup>23</sup> Alguns anos mais tarde, já no final da década de 1490, a embarcação de Vasco da Gama, que se lançou ao atlântico e à costa da África, tentando alcançar as Índias, obteve informações, nas proximidades de Angra de São Brás, de que o “Preste João estaria ali perto e que tinha muitas cidades ao longo do mar. Os da embarcação souberam também que os moradores delas eram grandes mercadores e tinham grandes naus, mas o Preste João estava muito dentro pelo sertão [...]”<sup>24</sup>

A busca por certos lugares almeçados desde o século XIV não havia cessado, todavia, as muitas incertezas sobre a qualidade das terras, as origens e características dos possíveis povos que lá habitavam, misturadas às antigas crenças e receios centenários,<sup>25</sup> formavam uma imagem compósita do continente africano. Após a dobra do promontório do Bojador, a constatação de que o grande deserto findava e de que havia grandes porções de árvores e rios, bem como de homens nos quais se podia reconhecer alguns traços e costumes não de todo estranhos. Duas

---

<sup>20</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 12.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>23</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. **Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África**. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 58-59.

<sup>24</sup> VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castelo de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939. p. 25.

<sup>25</sup> LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos** – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009. pp. 86-107.

Áfricas começam a ganhar forma: uma de contornos mais vagos, vista de relance, e outra de limites, características e habitantes mais nítidos, porque observada de forma mais detida, graças à necessidade ou à possibilidade de uma estadia mais demorada em certos lugares.

A segunda parte da dissertação principia pelas visitas ao continente mais ligeiras ou demoradas no decorrer do século XV, buscando mapear as várias regiões que são mencionadas nos relatos diretos ou indiretos. Neste século, alguns destes homens percorreram de forma breve a superfície da costa atlântica, outros, entretanto, foram mais além, adentrando um pouco mais as terras e, por vezes, fixando-se em algum reino africano. Os que eram incumbidos das missões de reconhecimento das terras, visando entregar as relações escritas ou orais de suas viagens aos monarcas, acabavam por conhecê-las com mais precisão do que outros que iam mercadejar, ou que estavam apenas de passagem, como a embarcação de Vasco da Gama. Todavia, nenhum dos que legaram relatos mostraram-se indiferentes às novidades do encontro – mesmo que não tivessem viajado propriamente. Duarte Pacheco, que buscou enfatizar a precisão nas técnicas da cosmografia, por sua vez, escreveu que um dos seus propósitos era também dizer sobre “a natureza da gente desta Etiópia e o seu modo de viver”,<sup>26</sup> deixando entrever uma certa curiosidade pessoal pelos costumes das gentes.

Com esse empenho mútuo dos viajantes individuais, dos que eram delegados em missões e da própria coroa portuguesa em tornar o desconhecido mais conhecido, os escritos ganharam certo impulso nas terras de Portugal. Contribuíam estes para dar a conhecer os encontros e, posteriormente, para a diferenciação mais sistematizada dos espaços e dos povos. De outro lado, nas terras de lá, dar nomes aos rios e promontórios ou fixar e difundir certos qualificativos que auxiliassem no reconhecimento dos povos foram algumas das medidas adotadas pelos viajantes durante aquele século de descobertas. Nesta parte da dissertação, interessa-nos, para além de refletir sobre esses primeiros passos das viagens quatrocentistas, demonstrar como essas medidas foram sendo adotados gradualmente pelos viajantes. Misturados às impressões pessoais e/ou possíveis julgamentos morais que fizeram, recursos como o de dar nome às coisas ajudaram a compor um cenário mais detalhado das várias comarcas, reinos e povos que habitavam a costa. Em fins do século, o cosmógrafo português escreveu que as gentes de Benim, em todas as suas jurisdições, eram “ferrados de uns riscos nas sobranceiras” que “ nenhuns outros negros têm”, e por este sinal podiam ser bem reconhecidos.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 16.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 150.

Algumas das breves passagens pela costa tiveram como propósito a captura de cativos para serem levados a Portugal, ou para serem trocados por outros produtos ali mesmo. Outras passagens com esse mesmo propósito acabaram sendo mais demoradas. Fosse pelo insucesso de capturas em certas regiões, ou por cobiça por uma maior quantidade de cativos, ou mesmo cobiça de ouro, alguns homens foram levados a ficar mais tempo, como no caso do mercador veneziano Luís de Cadamosto. As razões dessas estadas mais ou menos breves serão minuciadas, igualmente, no capítulo previsto. Ao se indagar essas estadias, é possível entrever o comércio já avançado que ocorria em determinadas regiões antes mesmo da chegada dos europeus. O aparente desimpedimento do comércio da costa africana tinha-se tornado um atrativo para os portugueses diante do então consolidado mercado berbere do norte da África,<sup>28</sup> bem como o das ilhas atlânticas, onde as ameaças castelhanas se faziam cada vez mais sérias. Na metade do século XV, Cadamosto observou que o Infante D. Henrique tinha “continuamente gente nesta ilha [de Arguim] e feitores que compram, vendem e tratam com os sobreditos árabes, que vêm ao litoral mercadejando diversas coisas, como sejam: panos, tecidos de linho e pratas, alquicéis, tapetes, saiotes e outras coisas.”<sup>29</sup> O mercador veneziano acabou por se comprometer, arriscando todas as suas economias, a fazer parte daquela viagem, sem saber ao certo o que encontraria; mas surpreendeu-se de tal forma que, no ano seguinte, retornou à mesma região. A partir destas constatações, atentaremos também, de um lado, para as aspirações dos mercadores particulares e da coroa portuguesa em encontrarem determinadas quantidades e qualidades de certos produtos, como os cativos e possivelmente o ouro; do outro, para os proveitos que efetivamente adquiriram, e o que de inesperado acabavam encontrando.

O inesperado não se limitava aos atrativos comerciais, pois as diferentes feições, as vestimentas e a nudez, ou os modos de portar-se durante as refeições, diante das batalhas, do comércio e entre uns e outros, acabaram por instigar os viajantes, desviando as atenções para estes aspectos. As informações acerca do comércio ou do que foi possível adquirir naquelas terras, como no relato do mercador veneziano, acabaram sendo suprimidas pelos detalhes que legara acerca dos modos de viver daquelas gentes. Outros, como Duarte Pacheco, não deixaram de notar as relações humanas entre os povos, entre as impressões do cosmógrafo, aquela sobre os povos Boulões, habitantes da região de Serra Leoa, lhe chamou a atenção, pois estes, “em vez de falarem, gritam quando lhe fazem mal”.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira : Fundação Biblioteca Nacional, 2011, pp. 163-166.

<sup>29</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 103.

<sup>30</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 118.

Dessas viagens que foram mais breves ou mais demoradas, ou seja, que demandaram ou não uma convivência mais direta e prolongada com os povos africanos, levaremos em consideração, igualmente, as terminologias utilizadas pelos viajantes para se referirem a esses povos que habitavam a costa africana, uma vez que nem todos puderam perceber as nuances entre uns e outros. O mapeamento de certos parâmetros definidos pelos que ficaram mais ou menos tempo permitir-nos-á avançar para a observação das dimensões do estranho e do reconhecido na altura específica desses encontros. Se num primeiro momento aqueles homens de estranhos aspectos pareciam assemelhar-se aos animais, os que vão ficando mais tempo e conseguem abrandar a barreira da língua, a partir de seus trugimãos ou a partir de uma troca bem-sucedida, passam a observar aqueles homens como não tão estranhos assim, depreendendo deles alguma humanidade.<sup>31</sup> O tempo mais longo em terra e o contato mais acurado permitem reparar outros aspectos que não só o vislumbre das silhuetas dos negros que se escondem nos morros e arbustos da praia. O olhar mais detido deixa ver, igualmente, os hábitos alimentares, as vestimentas de alguns e a nudez de outros, e conhecer melhor as armas de guerra do inimigo, as que matavam ou que apenas feriam. Embora muito já tenha sido estudado sobre estas perspectivas, cabe observar, aqui, os deslocamentos das observações referentes a um mesmo povo de um viajante que se demorou e outro que viu de passagem.

Nesta última parte da dissertação, buscaremos esmiuçar essas menções feitas aos modos de viver dos povos africanos. Examinaremos as impressões sobre os aspectos da alimentação, das vestimentas e das habitações; atentando para possíveis alternâncias em suas menções pelos viajantes que passaram pela costa ocidental africana no decorrer do século XV ou as especificações dos que ficaram por ali durante algum tempo. Em outras palavras, essas impressões serão analisadas, levando em consideração os que viram muito e os que viram pouco, os que se preocuparam em relatar com minúcias e os que foram mais breves em seus apontamentos. Ambas as perspectivas permitir-nos-ão esboçar um mundo que estava por melhor descobrir, sem perder de vista os juízos morais, mais ou menos expressos, que participam nessa delimitação pelos viajantes. O foco deste capítulo, em suma, são as descrições diretas ou indiretas realizadas pelos viajantes sobre aspectos dos hábitos e perfis dos povos encontrados que reconhecem como familiares. Buscaremos atentar para dois contrapontos: o que, de um lado, pareceu estranho durante os primeiros contatos, mas que vai deixando de sê-lo conforme as visitas se tornam mais demoradas; do outro, o que parecia comum, usual, naqueles povos, mas que um olhar mais detido virá denunciar diferenças substantivas.

---

<sup>31</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. op. cit. p. 107.

**Parte I**

**VIAGENS PARA A COSTA OCIDENTAL AFRICANA DURANTE O SÉCULO XV**

## Capítulo 1 – Viajar para perto e para longe no Quatrocentos

Por volta de 1457, um jovem nobre cavaleiro recebeu os seguintes conselhos de seu moribundo pai: “querido filho, quero autorizar-lhe, já que és afeiçoado em viajar, que cumpra sua vontade, por ter assistido seu pai até a hora de sua morte [...]”.<sup>32</sup> Com tais palavras, Jorge de Ehingen e seus companheiros partiram da Suábia, a cavalo, e visitaram alguns reinos cristãos, dentre eles o reino de Portugal. Ao saberem da guerra travada no norte da África contra o rei maometano de Fez, decidiram “marchar apressadamente a Portugal” e, durante o trajeto, perderam um dos seus melhores cavalos de guerra, pois o caminho era “sumamente penoso”, de relevos inconstantes e repleto de travessias de rios. Segundo as palavras de Ehingen, quando o rei D. Afonso V soube da longa viagem que os nobres cavaleiros viriam a empreender, e na qual tiveram de caminhar “larga e penosamente por mar e por terra”, enviou-lhes uma mensagem de que deveriam descansar e seriam bem tratados.<sup>33</sup>

O cavaleiro suábio foi um dos vários nobres cavaleiros que se lançaram às rotas africanas movidos por um ideal de cruzada e pela busca dos privilégios que tal atividade proporcionava.<sup>34</sup> Por mais que fossem “estrangeiros” e que não falassem a língua do reino português, nas palavras de Ehingen, os homens nobres “não nos dispensaram a honra de nos agregarmos a eles.”<sup>35</sup> Àquela altura do Quatrocentos, outros viajantes estrangeiros ou portugueses estavam, igualmente, cruzando as rotas africanas motivados por desígnios semelhantes ao do jovem suábio, ou também por outros, tais como atividades comerciais, missões diplomáticas ou, algumas vezes, por simples curiosidade. As viagens não eram menos penosas a uns do que a outros, mas poderiam ser mais longas ou breves, dependendo do objetivo, do tipo de missão ou do que lá se encontrava.<sup>36</sup> E foi a partir dos apressados rabiscos dos diários de bordo, dos rápidos olhares, da análise mais detida ou do interesse de outros que

---

<sup>32</sup> Tradução nossa. EHINGEN, Jorge de. *Viajes*. IN: GARCIA MERCADAL, J. **Viajes de extranjeros por España y Portugal** – desde los tempos más remotos hasta comienzos del siglo XX. España: Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 1999. p. 225.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 230-231.

<sup>34</sup> LABARGE, Margareth Wade. **Viajeros Medievales – Los ricos y los insatisfechos**. Tradução de José Luis López Muñoz. Madrid: Nerea, 2000. pp. 172-173.

<sup>35</sup> EHINGEN, Jorge de. *op. cit.* p. 234.

<sup>36</sup> LABARGE, Margareth Wade. *op. cit.* pp. 29-63

nunca lá estiveram<sup>37</sup> que, no decorrer do Quatrocentos, esse mundo foi sendo descortinado e apresentado à Europa cristã, afeita, naquele momento, a saber sobre lugares longínquos.<sup>38</sup>

Conforme as vias do atlântico e os caminhos do Oriente iam sendo abertos, a concepção do tempo e do espaço foram se alterando paulatinamente. Os preparativos das viagens para lugares conhecidos tiveram de se adequar às necessidades que surgiram naqueles lugares incomuns, e o objetivo inicial da viagem poderia perder-se de vista à medida que os viajantes se deparavam com inúmeras novidades. As adaptações necessárias, como não poderiam deixar de ser, acabaram impactando na vida material e humana tanto dos reinos expansionistas, quanto dos lugares visitados na costa da África. Uma análise mais detida sobre as distâncias e os espaços percorridos pelos viajantes nesse século XV português, conhecido como o século das viagens,<sup>39</sup> nos permitirá entrever as mudanças que ocorreram no cotidiano das viagens, nas relações do homem com o mar, do europeu com a África e do homem consigo mesmo e com aqueles que encontrou. Traçar os perfis dos homens que partiram para o continente africano no Quatrocentos será o ponto de partida para compreendermos a pluralidade das motivações e projetos que fizeram daquele continente, então pouco conhecido, cada vez mais comentado e visitado; fizeram dele de distante e impenetrável a relativamente próximo, onde coisas familiares podiam ser encontradas e para onde outras, inclusive da ordem da fé e da moral, podiam ser levadas para expandir o mundo cristão e português.

### 1.1 Os viajantes

Os que viajaram para a África no início do século XV, de acordo com a síntese do cronista português Gomes Eanes de Zurara, partiram “uns para servir, outros para ganhar honra, outros com esperança de proveito”. Ainda que movidos por uma ou outra meta específica, ao fim e ao cabo, acabaram por alcançar mais de uma, pois, ao servir o Infante, “aproveitavam em si” e “acrescentavam em sua honra”.<sup>40</sup> Os homens que partiam eram, em sua grande maioria, nobres provenientes das casas senhoriais e régia,<sup>41</sup> alguns dos quais, anos antes, haviam

<sup>37</sup> RUBIO TOVAR, J. Viajes, mapas y literatura en la España Medieval. IN: HERNANDO, José Luis. GARCÍA GUINEA, Miguel Ángel. HUERTA, Pedro Luis. **Viajes y Viajeros en la España Medieval**, Actas del V Curso de Cultura Medieval, N°5, 1993, Palencia, Atas de Congresso, Madrid: Polifemo, 1997, p. 334.

<sup>38</sup> LOPES, Marília dos Santos. As viagens Marítimas Portuguesas e a Proliferação das informações na Europa. IN: LOPES, Marília dos Santos (coord.). **Coisas Maravilhosas e até agora nunca vistas: para uma iconografia dos descobrimentos**. Lisboa: Quetzal, 1998. p. 20-29.

<sup>39</sup> AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011, p. 29-49.

<sup>40</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 92.

<sup>41</sup> SOUSA, João Silva de. **A casa senhorial do Infante D. Henrique**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 118.

guerreado ao lado do Infante D. Henrique e seus irmãos em Ceuta. Uns tinham, inclusive, ficado lá, ocupando os cargos e funções nas praças conquistadas.<sup>42</sup>

A descoberta e exploração dos arquipélagos do Atlântico ficaram sob a alçada do Infante, que para lá mandou o pessoal de sua casa,<sup>43</sup> bem como estrangeiros para lhes prestarem serviços. Desde as primeiras incursões às ilhas atlânticas e à costa ocidental africana, é conhecida a presença desses estrangeiros, que vinham até a casa senhorial por curiosidade, interesse nos desdobramentos das viagens para terras incógnitas<sup>44</sup> ou para prestar serviços previamente contratados pelo Infante. O navegador português Diogo Gomes de Sintra, no relato de sua viagem ao estrangeiro,<sup>45</sup> ressalta que o Infante “sempre cuidou em manter fidalgos de boa estirpe e mandá-los às suas custas saber de regiões estranhas”.<sup>46</sup> Zurara reforçou esse propósito ao escrever que a casa senhorial do Infante D. Henrique estava sempre cheia e aberta a quem quisesse navegar para os mares e terras ignotos e acrescer seu prestígio, honra e proveito. Referia-se, especialmente, a esses que vinham de fora e que recebiam do Infante os mesmos tratamentos que “os especiais de sua casa”:<sup>47</sup>

[...] sua casa foi um geral acolhimento de todos os bons do reino, e muito mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrescentar muito em suas despesas; quando comumente se achavam em sua presença variadas nações de gentes tão afastadas de nosso uso, que quase todos viam como maravilha; e nunca nenhum soube partir sem proveitosa benfeitoria.<sup>48</sup>

---

<sup>42</sup> Ibidem, pp. 122-123.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>44</sup> DIAS, João José Alves (coord.). **No V Centenário da Vita Christi – os primeiros impressores alemães em Portugal**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, pp. 11-12.

<sup>45</sup> Por muito tempo, a autoria do relato de Diogo Gomes de Sintra, escrito originalmente em latim e denominado *De prima inuentione Guinee*, foi atribuída à pena do boêmio Martin Behaim, em razão de alguns indícios que remetem ao comerciante e cosmógrafo germânico. Tais indícios, como a referência logo no início do relato ao então Martin Behaim, bem como algumas raras grafias em língua germânica (os nomes de algumas ilhas atlânticas escritos como *Funtschal*, *Matschico*, *Teschera*), levaram a crer na respectiva autoria. Entretanto, estudos recentes, como o de Aires A. Nascimento, vêm demonstrando um possível equívoco em tal concepção. Devido aos limites deste trabalho, não será possível discutir tais questões, no entanto, utilizaremos aqui a edição crítica do relato traduzida pelo então estudioso Aires A. Nascimento, dada a sua versão relativamente recente, e o acurado trabalho de tradução do latim para o português. Por outro lado, levaremos em consideração a menção explícita do navegador português em ter relatado sua viagem ao nobre alemão, demonstrando, desse modo, a significativa participação e interesse de Behaim nos assuntos relacionados às viagens henriquinas para a África durante o Quatrocentos, bem como a importância da figura do impressor da Morávia, Valentim Fernandes, neste contexto – autor da cópia conservada. Cf.: SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002. Atentaremos, igualmente, para a outra tradução do latim mais antiga, realizada por Gabriel Pereira, que também foi observada durante a feitura do presente trabalho. Cf. GOMES, Diogo. **As relações do descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde**. Versão do latim por Gabriel Pereira. Lisboa: S.1 s.n. 1899.

<sup>46</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 51.

<sup>47</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 20.

<sup>48</sup> Ibidem, pp. 20-21.

Foi esse o caso do também mercador e estrangeiro Luís de Cadamosto<sup>49</sup> que, interessado nos produtos oriundos da África, mas também desejoso de saber coisas novas do mundo, certa vez perguntou ao Infante D. Henrique se “lá deixaria ir qualquer que por lá quisesse navegar”,<sup>50</sup> e aquele respondeu que sim.

Os estrangeiros que partiram nos primeiros anos da centúria dos Quatrocentos, em sua maioria eram cavaleiros experimentados nas armas, desejosos de mostrar suas habilidades guerreiras no norte da África; porém, em meados do século, a estes se juntariam os mercadores e curiosos, alguns deles requeridos pelo Infante D. Henrique. Zurara cita a presença de nobres estrangeiros na costa ocidental africana que, conhecedores das armas em terras africanas, tiveram seus ensejos de honra e reconhecimento desviados para os interesses comerciais e de aquisição de terras. A partir das experiências narradas, direta ou indiretamente, acerca dos que saíram do reino português rumo às paragens africanas, é possível, pois, observar a crescente diversificação do mundo português quatrocentista, e igualmente, das viagens ao continente africano naquela centúria. Diogo Gomes de Sintra, por exemplo, realizou parte de sua viagem ao lado do italiano António de Noli; o mercador veneziano Luís de Cadamosto encontrou o genovês Antoniotto Usodimare no caminho, e os dois empreenderam juntos parte da viagem; o navegador português Pedro de Sintra concedeu o testemunho de sua viagem ao mercador veneziano Luís de Cadamosto; além destes, outros estrangeiros, curiosos e ambiciosos, como o flamengo Eustache de La Fosse, os germânicos Jerónimo Münzer, Martin Behaim e Valentim Fernandes, que se envolveram de diferentes maneiras nos assuntos da expansão, demonstram o largo alcance dessas novidades por toda a Europa cristã.<sup>51</sup>

Alguns desses visitantes, interessados pelas novidades e/ou que efetivamente viajaram, legaram-nos relatos de viagens mais ou menos pontuais, onde deixam entrever diversas razões para partir: nomeação para uma missão de reconhecimento das terras; envio em embaixadas

---

<sup>49</sup> Neste trabalho utilizaremos o aporuguesamento do nome de Alvise Cà Da Mosto. O relato do veneziano foi escrito entre os anos de 1455-1463, período que abrange a sua viagem efetiva à costa africana (1455-1456) e de quando realizou a revisão do seu manuscrito. No entanto, o seu relato conheceria a letra impressa somente em 1507, juntamente com outras narrativas sobre os novos mundos, organizados em uma coletânea italiana denominada *Paesi novamente ritrovati per la Navigazione di Spagna in Calicut* de Francesco da Montalboddo. Outras impressões e traduções para diversas línguas seguiram com fôlego até o século XIX, neste trabalho, entretanto, utilizaremos a edição mais recente do manuscrito, traduzida do latim para o português, realizada pela Academia Portuguesa da História no ano de 1948. Ver: AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011 p. 124; MAURO, Alessandra. O <<carro do austro>> de Alvise da Ca'da Mosto: observações astronômicas e fortuna editorial. *Revista de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, pp. 463-475. CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

<sup>50</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 88.

<sup>51</sup> BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Imagens de África nos textos de Ehingen, Rosmital, Popplau e Münzer. *Bulletin of Hispanic Studies*, Universidade de Lisboa, 1994, pp. 55-57.

para tratar de assuntos relacionados à coroa, bem como para recolher informações;<sup>52</sup> contratação para prestar serviços práticos, seja para a produção de mapas e cartas marítimas, assistência nos barcos, ou ainda, para prestar serviços comerciais. Houve também os que – como Jorge de Ehingen, o cavaleiro alemão Abelhart<sup>53</sup> e Antoniotto Usodimare – por iniciativa própria, pediram para fazer parte das viagens portuguesas, e ainda aqueles que, sem autorização – como Eustache de La Fosse –, partiram para a África.

Os relatos permitem observar, do mesmo modo, possíveis desvios dos olhares para outros interesses; olhares que estavam até então mais ou menos direcionados a seguirem propósitos pessoais ou recomendações régias. Um mercador, por exemplo, não estava totalmente alheio aos ideais cavaleirescos e de engrandecimento da honra;<sup>54</sup> cronistas régios, por sua vez, atentos ao que merecia ser lembrado da história do reino, não deixaram de mencionar suas curiosidades pessoais acerca das terras e gentes encontradas. Lá, os olhares eram desviados, as funções confundidas, e os interesses acabavam se cruzando e se complementando. Cadamosto, que partiu em busca de novos mercados, manifestou seu desejo de “chegar a alguma perfeição de honra”;<sup>55</sup> e o cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira, solicitado a redigir um roteiro preciso das terras encontradas, não deixou de mostrar sua curiosidade e seu interesse pelas feições das gentes e pelos seus modos de viver. O navegador português Diogo Gomes de Sintra, por sua vez, sobre os assuntos acerca da abundância de ouro e outros produtos que em certas feiras africanas poderiam ser encontradas, asseverou ter “muita satisfação”<sup>56</sup> em saber daquelas coisas.

Tendo isto em vista, procuraremos esmiuçar os grupos que viajaram e seus interesses cruzados que, se antes das partidas estavam mais ou menos definidos, passaram a se confundir quando das chegadas em terras africanas. A ênfase será menos sobre quem eram e de onde vieram e mais sobre o lugar que mereceram nas narrativas e como foram tratados. Em outras palavras, considerando a memória legada, interessa-nos o destaque que mereceram, o que

---

<sup>52</sup> Os alfaqueques (homens encarregados do resgate de cativos), também poderiam ser contratados pela coroa para recolher informações. Ver: BARATA, Themudo Filipe. **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, pp. 51-52.

<sup>53</sup> Abelhart ou Vallarte, cavaleiro do reino da Suécia, foi mencionado tanto pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, quanto pelo navegador Diogo Gomes de Sintra. Cf.: SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro de Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 69. ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 395.

<sup>54</sup> MATTOSO, José. **Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros** – a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, pp. 171-173.

<sup>55</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 86.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 71.

denuncia os valores dos que registraram e aqueles partilhados no século XV sobre os que participavam dos feitos.

## 1.2 Os *grandes*<sup>57</sup>

Na ocasião da conquista da praça de Ceuta no início do século XV, os Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique foram armados cavaleiros em uma mesquita outrora muçulmana consagrada ao cristianismo, em cerimônia que contou com muitos homens nobres.<sup>58</sup> Segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara, a vontade do pai, D. João, era a de que seus filhos Infantes organizassem uma grande cerimônia em Lisboa, mas estes, por sua vez, “lembrando-se de quem eram e a alteza do sangue que tinham”, a eles pareceu muito pouca coisa. Julgavam, como na época se impunha também em outras partes,<sup>59</sup> que mais lhes seria honrado se pudessem fazer algo grandioso, como era o “filhamento daquela cidade” de Ceuta.<sup>60</sup> As notícias sobre aquele primeiro aprazamento nas terras dos infiéis rapidamente correram pelos reinos cristãos, alcançando os mais variados ouvintes e inspirando outros a fazerem o mesmo.<sup>61</sup> No prólogo de seu relato 40 anos após o memorável evento, Cadamosto relembra a iniciativa dos filhos de D. João, pintando um quadro comovente daquele episódio:

Pelo que o sobredito rei D. João, seu pai, aproximando-se da morte, chamou o dito senhor infante D. Henrique, seu filho, recomendando-lhe todos os cavaleiros portugueses, pedindo-lhe e exortando-o a seguir com o seu santo, verdadeiro e louvável propósito de perseguir com todo o seu poder os inimigos da fé de Cristo. O qual senhor, em suma, se esforçou por fazê-lo e fez, depois da morte do pai, com o favor do rei D. Duarte, seu irmão mais velho, que sucedeu no reino de Portugal, muita guerra em África.<sup>62</sup>

A descrição mostra-se muito semelhante à que fez o jovem cavaleiro suábio Jorge de Ehingen acerca de sua própria trajetória em direção a Fez, no ano de 1457. As notícias acerca

<sup>57</sup> O termo “grandes” designava a alta nobreza, infantes, duques, condes e marqueses. Cf. Maria Ângela Beirante. **As Estruturas Sociais em Fernão Lopes**, pp. 67-76; MATTOSO, José (dir. e coord.), **História de Portugal. A Monarquia Feudal**. Vol. II. Portugal: Editorial Estampa, 1997, pp. 440-452.

<sup>58</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal – Formação do Estado Moderno (1415-1495)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1978, pp. 27-28.

<sup>59</sup> Sobre as regras, preceitos e disciplina cavaleiresca, ver: FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media**. Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001; DYBOSKY, R.; AREND, Z.M. (Eds.). **Knyghthode and bataile: a XVth century verse paraphrase of Flavius Vegetius**. Oxford: Early English Text Society: 1971.

<sup>60</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. VIII e IX. p. 24-29.

<sup>61</sup> SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar** – compêndio de história militar e naval de Portugal – desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança. Lisboa: Temas Portugueses: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006, pp. 187-188.

<sup>62</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 84.

das viagens e das consagrações militares dos infantes no norte da África, e também sobre outros célebres fidalgos do reino que marcharam em direção às terras dos infiéis no início daquele século, haviam alcançado os mais diversos reinos cristãos, inspirando, dessa forma, outros nobres a buscarem o mesmo destino – que entre eles já não era, de modo algum, uma atividade excepcional.<sup>63</sup>

As viagens de caráter militar rumo às praças marroquinas, nos primeiros anos do século XV, tornaram-se recorrentes entre nobres portugueses e estrangeiros, não chegando, porém, a se converter numa decisiva ação conjunta<sup>64</sup> ou de grande mobilização frente ao avanço turco otomano no ocidente e ao poderio islâmico no sul da Península Ibérica, como outrora ocorrera nos tempos de Reconquista.<sup>65</sup> Os assaltos esporádicos e as batalhas espaçadas no norte da África (Ceuta em 1415, Tânger em 1437, Alcácer-Ceguer em 1458),<sup>66</sup> sob as iniciativas das coroas portuguesa e castelhana,<sup>67</sup> constituíram importantes meios de efetivação dos ideais de outrora das cruzadas, em que nobres, enviados pelas respectivas coroas ou que partiam por suas iniciativas próprias, podiam rememorar o tempo dos seus antepassados.<sup>68</sup>

Para além das já bastante conhecidas discussões acerca dos motivos internos e externos<sup>69</sup> que levaram os Infantes e a coroa portuguesa a colocarem em prática o projeto da tomada da praça de Ceuta, “chave de todo o mediterrâneo”,<sup>70</sup> no dizer de Zurara, importa-nos examinar aqui o que representaram os feitos das armas<sup>71</sup> desses *grandes* homens, que

---

<sup>63</sup> MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa** – a família e o poder. Lisboa: Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1981, p. 354.

<sup>64</sup> LABARGE, Margareth W. op. cit. p. 172.

<sup>65</sup> VENTURA, Margarida Garcez. Navegadores, piratas, corsários, guardiões da Cristandade portugueses no Mediterrâneo em meados do século XV. nº 27-28. **Revista Estudios Jacobios y Medievales**. Espanha: 2010. <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/259614>> Acesso em 19 maio 2018.

<sup>66</sup> ALMEIDA, Pedro Ramos de. **História do colonialismo português em África: cronologia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, pp. 9-43.

<sup>67</sup> MARTELO, David. **A dinastia de Avis e a construção da união Ibérica**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005, pp. 61-62.

<sup>68</sup> FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. **Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pag. 25-33.

<sup>69</sup> Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Introdução e notas de Reis Brasil, 1992; A historiografia que se debruçou nos estudos acerca da conquista de Ceuta, e dos eventos posteriores no norte da África, motivados pela coroa portuguesa, é bastante vasta. Aqui, mencionaremos aqueles que tiveram suma importância para a presente pesquisa. Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Portugal: Difusão Editorial, S. A., 1994; FONSECA, Luís Adão da. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993; FERREIRA, João José Brandão. **A evolução do conceito estratégico ultramarino português** – da conquista de Ceuta à conferência de Berlim. Portugal: Edições Atena, 2000; MONTEIRO, João Gouveia. Luzes e Sombras na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415. IN: Actas do XXIV Colóquio de História Militar. **Portugal nos 600 anos da conquista de Ceuta** – Portugal e a criação do primeiro sistema mundial. DOMINGUES, Francisco J. R. Contente (coord.). ROCHA, Jorge Silva (org.). Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016.

<sup>70</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Biblioteca Histórica: Livraria Civilização, 1973, p. 27.

<sup>71</sup> FIGUEIREDO, Albano. op. cit. pp. 25-26.

inspiraram outros do próprio reino de Portugal e de outras partes da cristandade a viajarem àquelas regiões. Daremos ênfase às menções nos relatos às virtudes e feitos dos Infantes, reconhecidos e louvados como os “primeiros” grandes em África, bem como às virtudes dos reis que estiveram à frente daqueles empreendimentos, pois ambos foram apresentados como emblemas aos que intentavam partir para as terras africanas. Suas virtudes e condutas, segundo os cronistas quatrocentistas e quinhentistas,<sup>72</sup> deveriam servir de modelo para um homem honrado e verdadeiro cristão na terra dos infiéis.

Os que tomaram parte na guerra contra os maometanos no norte da África, com o fim de obter reconhecimento e honra a partir dos feitos das armas, tomavam, ou se acreditava que deveriam tomar, como exemplo esses infantes<sup>73</sup> filhos de D. João I, que lá haviam sido os primeiros guerreiros.<sup>74</sup> Jorge de Ehingen, ao chegar no reino português em meados do século, escreveu que ele e os seus homens foram aconselhados pelo rei D. Afonso V a permanecer um tempo em Lisboa e “contrair relações com os senhores nobres” da corte, pois, em suas palavras, “quando chegasse a ocasião, se aproveitaria de nossa oferta”.<sup>75</sup> No tempo em que lá estiveram, ocuparam-se “em toda a linhagem de exercícios cavaleirescos, justas e torneios, completamente armados, nos quais o rei recebia grande prazer e contentamento”. Assistiram a “montarias, carreiras de cavalos, saltos, combates, lutas e jogos de equitação e alguns banquetes”<sup>76</sup> e, somente após a devida preparação, cuidaram de partir para o norte da África, acompanhados por “muita gente da corte e de outros lugares”. Lá, segundo o cavaleiro, os inimigos eram incontáveis, “uma multidão inumerável de gentes”, cerca de “uns 20.000 homens”, mas, ainda assim, não impediram os guerreiros cristãos de “permanecer na cidade em morte ou em vida ainda que viessem sobre [eles] todos os mouros do mundo”.<sup>77</sup> O relato de Ehingen, repleto de momentos pitorescos sobre combates vitoriosos e exaltados pelo sentimento religioso<sup>78</sup>, serve-nos de exemplo para constituir um relato direto e ilustrativo das aspirações e dos ideais de um nobre cavaleiro quatrocentista em busca de aventuras, que se inspirava nos grandes da corte e que vislumbrava o norte da África como o lugar propício para tais despojos cavaleirescos.

<sup>72</sup> Vale recordar que João de Barros reitera algumas ideias registradas por Zurara.

<sup>73</sup> OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. **Henrique, o Infante**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 86-87.

<sup>74</sup> *Ibid.* p. 104-105.

<sup>75</sup> EHINGEN, Jorge de. Viajes. IN: GARCÍA MERCADAL, J. **Viajes de Extranjeros por España y Portugal**. Espanha: Junta de Castilla y León, 1999, p. 231.

<sup>76</sup> *Idem.*

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 232.

<sup>78</sup> LABARGE, Margareth W. **Viajeros Medievales – Los ricos y los insatisfechos**. Tradução de José Luis López Muñoz. Madrid: Nerea, 2000, p. 149.

Na *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*<sup>79</sup>, Zurara escreveu que, nas terras do norte da África, o Infante D. Henrique havia sido capitão de “mui grande e mui poderosa frota”, o que condizia com a sua honra e com suas elevadas aspirações, pois “nenhum príncipe pode ser grande se ele não reina sobre grandes, e nem rico se não senhoreia sobre ricos”;<sup>80</sup> além disso, “como valente cavaleiro”, trabalhou pessoalmente para filhar a cidade de Ceuta.<sup>81</sup> Segundo Zurara, o Infante D. Henrique havia sido “o príncipe sem coroa” naquelas terras, “que mais e melhor gente teve de sua criação”,<sup>82</sup> foi regedor e governador da cavalaria da Ordem de Cristo, títulos conferidos pelo Santo Padre.<sup>83</sup> Esteve sempre metido nos navios que partiam para Ceuta, e tinha a “intenção de fazer lá fim de sua vida, trabalhando por suas armas por honra do reino e exaltação da santa fé”.<sup>84</sup> Nestas passagens que abrem a crônica, o cronista deixa entrever, de um lado, que tanto mais a honra do Infante fosse “alevantada”, mais ele seria exemplar aos que seguiam logo atrás; do outro, qual teria sido o ímpeto dessas viagens para a o norte da África, e que pouco tempo depois se operou também nas ilhas atlânticas e na Guiné.<sup>85</sup>

A exaltação das virtudes nobres dos infantes e dos monarcas avisinios pelos cronistas régios no século XV esteve, como se pode observar nas narrativas, quase sempre atrelada à desenvoltura, aos projetos e às conquistas daqueles em África. Quando D. João I propôs aos seus filhos que fossem armados cavaleiros em Lisboa, como acima narrado pelo cronista, estes responderam ao pai que “semelhante maneira de cavalaria não era honrosa para eles”,<sup>86</sup> comparativamente à “grandeza” do feito que seria ver o sangue dos “inimigos” espalhados diante dos próprios pés.<sup>87</sup> Já no final desse século, o rei D. João II, cavaleiro da Ordem da Jarreteira, foi descrito por Rui de Pina como possuidor de qualidades que condiziam com o que,

---

<sup>79</sup> A *Crônica de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, escrita entre os anos de 1452 e 1453, é considerada por alguns historiadores como parte daquilo que denominam “ciclo cronístico” ou narrativo de Zurara, isto é, uma das crônicas régias, juntamente com a *Crônica da Tomada de Ceuta*, e as Crônicas de D. Duarte de Meneses e D. Pedro de Meneses, que compõem a série encomendada pelo rei D. Afonso V (ciclo afonsino); e, portanto, fundadas por um desígnio semelhante e que assumem um estilo comum. Não tínhamos conhecimento da referida crônica até pelo menos o ano de 1839, quando Ferdinand Denis deu a conhecer ao mundo o Códice da Biblioteca de Paris, documento que serviu de base aos Viscondes de Santarém e da Carreira, que lançaram a edição portuguesa em 1841. Ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989, p. 28.

<sup>80</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Biblioteca Histórica: Livraria Civilização, 1973, pp. 27-28.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>86</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. loc. cit. p. 24.

<sup>87</sup> *Ibid.* p. 25. Entre os diversos estudos sobre o uso das armas como fator de elevação dos nobres, ver: KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965. pp. 256 – 257

primeiramente, deveria ter um nobre cavaleiro:<sup>88</sup> “singular cavalgador”, “bom dançador”, “bem desenvolvido em todas as danças”, que prezava “andar bem e ricamente vestido”,<sup>89</sup> “honesto e temperado”<sup>90</sup> e, por fim, “singular cavaleiro”.<sup>91</sup> Embora a exaltação das virtudes deste rei pelo cronista não remontasse diretamente aos acalorados tempos da guerra de outrora contra os inimigos da fé de Cristo, estava também ligada às conquistas deste em terras africanas. Pois para “bem reger” o reino como fazia D. João II, conhecido pela alcunha de *Príncipe Perfeito*,<sup>92</sup> ele ansiava “por grandes e estranhas empresas” em África,<sup>93</sup> e tinha sempre consigo a preocupação e o desejo de acrescentar riquezas ao seu reino.<sup>94</sup>

Com a chegada nas ilhas atlânticas, a dobra do temido Bojador e a revelação de que o grande deserto fazia fim na década de 1430, novas possibilidades se abriram àqueles homens versados nas armas e habituados às coisas da cavalaria. Ainda no norte da África, quando se efetivava uma ocupação mais duradoura nas praças, os combatentes puderam conhecer e, de certa forma, se introduzirem no comércio transaariano berbere e árabe. Os infantes obtiveram dessas caravanas valiosas notícias acerca de feiras mais distantes, onde podiam encontrar diferentes produtos, e quiçá ouro. Segundo nos conta Diogo Gomes de Sintra, naquela década de 30 do século XV, o Infante D. Henrique mandava homens à sua custa para “saber daquelas terras por mar” e para “estabelecer comércio com elas e para garantir casa aos seus nobres”.<sup>95</sup>

Neste ínterim, começa a surgir uma nova lógica de conquista e exploração – diferente da que ocorreu nas praças marroquinas –,<sup>96</sup> onde ideais e interesses se conjugavam, e muitas

---

<sup>88</sup> PAIXÃO, Rosário Santana. A encenação do corpo no imaginário cavaleiresco: gestos de combate, amor e cortesia. In: BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide. **O corpo e o gesto na civilização medieval**. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 58.

<sup>89</sup> PINA, Rui de. **Croniqua del Rey D. João II**. Coimbra: Atlântida: Livraria Editora, 1950, cap. LXXXII. p. 205.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>92</sup> FONSECA, Luís Adão da. **D. João II, rei de Portugal (1455-1495)**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 24.

<sup>93</sup> PINA, Rui de. *op. cit.* p. 204.

<sup>94</sup> Segundo o historiador português José Mattoso, a partir do reinado de D. João II, o fidalgo em busca de proveitos tornou-se indistintamente burguês. O prestígio, a honra, e a busca por terras e jurisdições, configuravam ainda o grande motor da fidalguia. Entretanto, até o reinado de D. Afonso V, houve ainda tentativas de controle das atividades desses que buscavam proveitos sem honra, e o lucro da mercancia, da ordem dos burgueses e mercadores que estavam em busca de escravos, ouro, etc. A partir do reinado de D. João II, tornou-se difícil ter um controle das atividades mercantis da fidalguia – que àquela altura já era bem difusa -, e assim, essa questão, ou o controle da situação, sai da ordem da monarquia, da burocracia e da administração, para ficar somente na instância moral. Há que se levar em consideração que àquela altura, os interesses e anseios da própria coroa já se mostraram bem distintos daqueles de outrora, que moveram tantos homens a Ceuta. Ver: MATTOSO, José. A honra e o proveito. In: MATTOSO, José. (dir.) **História de Portugal – A monarquia feudal (1096-1480)**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 462-467

<sup>95</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 53.

<sup>96</sup> PEDREIRA, Jorge M. Custos e tendências financeiras do Império Portugueses, 1415-1822. In: BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. (Dir.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 54-55.

vezes se confundiam. O próprio Infante D. Henrique, segundo o cronista português Gomes Eanes de Zurara, tinha, entre as cinco motivações para “mandar buscar as terras de Guiné”,<sup>97</sup> o desejo de encontrar “bom mercado” e, “para estes reinos, trazer muitas mercadorias”.<sup>98</sup> O mercador veneziano Luís de Cadamosto reiterou que os interesses do Infante D. Henrique pelas navegações à Guiné seria a busca de novos mercados, pois de “um certo tempo para cá tinha feito navegar mares que nunca por outros foram navegados”, e lá tinha achado “coisas maravilhosas” que se convertiam em “grandes ganhos” para a coroa, e também para homens como ele próprio.<sup>99</sup>

A constante necessidade de afirmação do reino português frente a Castela – e quase sempre o estado de guerra entre os dois reinos –,<sup>100</sup> somado aos copiosos gastos e baixas resultantes da guerra no norte da África, havia comprometido os recursos da coroa portuguesa, tornando necessária a descoberta de alternativas que pudessem levá-los às rotas do ouro.<sup>101</sup> Em certa altura do século XV, as ambições nobres, atreladas aos ensejos cavalheirescos e às curiosidades pelos mundos diferentes, mesclaram-se às aspirações comerciais.<sup>102</sup> Assim

<sup>97</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 43.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>99</sup> CADAMOSTO, Luís de. *op. cit.* p. 88.

<sup>100</sup> Este quadro muda a partir de 1480, no reinado de D. João II, quando o comércio ultramarino levado a cabo mais concretamente pelas coroas Ibérica, tornou a Europa Ocidental mais próxima, e interligada, trazendo momentos prolongados de paz. Ver: SOUSA, João Silva de. A prioridade de D. João na devassa do Índico (1481-1495). In: CARABIAS TORRES, Ana María. **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial**. Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca: Sociedad V Centenario del tratado de Tordesillas, 1994, p. 17-19; THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Portugal: Difusão Editorial, S. A., 1994, pp. 58-59.

<sup>101</sup> Sobre a necessidade da coroa de explorar novos mercados e uma provável escassez do ouro na Europa, os historiadores portugueses dissertaram largamente. O historiador português Vitorino Magalhães em sua obra *A Expansão Quatrocentista - Problemas das origens e da linha de evolução*, discorre sobre as razões que levaram Portugal aos descobrimentos tratadas pela historiografia portuguesa no decorrer do século XIX e XX. De acordo com Godinho, no século XIX, o historiador português Oliveira Martins, já atentava para as razões econômicas dos descobrimentos, em *História da Civilização Ibérica e História de Portugal*, argumentando que o Infante D. Henrique viu em Ceuta a chave marítima do império marroquino, e uma facilitadora para a chegada no reino dourado de Preste João e nas Índias das especiarias. Na mesma linha, Antônio Sérgio, em 1919, atentava à escassez dos cereais no reino português, o que os levou a busca-los nas colheitas marroquinas. Joaquim Veríssimo Serrão no tópico *Razões da Conquista* de sua obra *História de Portugal [1415-1495]*, realiza um trabalho historiográfico semelhante, sobre as razões econômicas da conquista. Embora brevemente, sustentou o argumento de Jaime Cortesão, que viu na Tomada de Ceuta uma forma de reforçar as relações comerciais com o Norte da África. Todavia, Joaquim Veríssimo Serrão se aproxima da posição de Vitorino Magalhães Godinho, que num panorama geral, veem o impulso dos descobrimentos como uma série de contingências provocadas pelo avanço Turco, o ideal cruzadístico, a necessidade econômica, a busca do Preste João e o impulso religioso. Para maiores detalhes consultar: GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa – Problemas das origens e da linha de evolução**. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944. p. 2-18; \_\_\_\_\_; **Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar** (séculos XIII-XVIII). Lisboa: Difusão Editorial, 1990. p. 13-47; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal – Formação do Estado Moderno [1415-1495]**. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1978. p. 24-28; SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa – A Expansão Quatrocentista**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 26-30.

<sup>102</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa – Problemas das origens e da linha de evolução**. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944, pp. 12-14.

aconteceu no caso de um “gentil homem da casa do Imperador da Alemanha” chamado Baltasar, que veio até a casa senhorial do Infante “com intenção de ser enviado para Ceuta, onde desejava ser cavaleiro”.<sup>103</sup> Entretanto, os interesses dele foram desviados. Zurara narra que, ao fim daquela viagem, a embarcação da qual Baltasar fazia parte, capitaneada por Antão Gonçalves, fez resgates e tratou algumas trocas de mercadorias com os mouros na região do rio do Ouro, das quais, por dois cativos, receberam “dez negros entre mouros e mouras de terras variadas”, como também ouro em pó, uma certa ave e seus ovos.<sup>104</sup> E dos proveitos que essa viagem trouxera ao Infante, Antão Gonçalves “recebeu dele mercê e não menos o cavaleiro alemão, o qual depois honradamente, e com grande benfeitoria do Infante, tornou para sua terra.”<sup>105</sup>

O impulso religioso de conquista que moveu tantos homens a Ceuta, guiados pelos Infantes, e maiormente, por aquele que ficaria conhecido como *O Navegador*, se fundiu a outros, conforme se chegava mais longe, as estadas se tornavam mais longas e à medida que se deparavam com tantas novidades. D. Henrique, retratado por Zurara como o cruzado piedoso e guerreiro,<sup>106</sup> pois, de acordo com as suas palavras, tinha “largos e fortes membros”,<sup>107</sup> estaria sempre “arreatado em sanha”,<sup>108</sup> e passou sua vida em “limpa castidade”,<sup>109</sup> foi retratado, igualmente, como o “primeiro capitão real que filhou a terra entorno dos muros de Ceuta”; a sua bandeira quadrada da Ordem de Cristo, “a primeira que entrou pelas portas da cidade”<sup>110</sup> e, por fim, também o primeiro que, em meados da década de 1440, demonstrou grande interesse pelo comércio transaariano e africano noutras partes. A este infante foi atribuído o comando da povoação, do reconhecimento, e da primeira extração dos proveitos das cinco ilhas do mar Oceano;<sup>111</sup> e, antes que pudesse dar continuidade e aprofundamento aos seus projetos expansionistas na costa ocidental africana, teve a vida ceifada por uma enfermidade. E até mesmo no leito de morte o Infante serviu de exemplo aos seus contemporâneos, escreve o navegador Diogo Gomes de Sintra que o viu “seco e íntegro”, permanecendo “virgem até a

---

<sup>103</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 95.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>106</sup> BAQUERO MORENO, Humberto. Um príncipe de Avis: O Infante D. Henrique. IN: **Figuras Ilustres do Norte de Portugal** – Ciclo de conferências. Porto: Academia Portuguesa da História e Fundação Eng. António de Almeida, 1983, p. 22.

<sup>107</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 21.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>111</sup> BAQUERO MORENO, Humberto. op. cit. p. 28.

morte”,<sup>112</sup> enquanto ao fundo da igreja de Santa Maria de Lagos os fiéis cantavam uma canção que dizia: “não consentirás que o teu santo veja a corrupção.”<sup>113</sup>

No tempo em que o Infante D. Henrique esteve tomando as rédeas das viagens, serviu de grande exemplo e de inspiração aos que estavam metidos em navios, pois, mesmo enquanto enfraquecia “pelo escorrimento da idade”, a vontade do Infante nunca teria sido “pequena nem franca para cometer e acabar a multidão de boas obras”, e aqueles que o conheceram sempre o “viram disposto” e a se preparar para “partir para Ceuta”, “trabalhando por suas armas por honra do reino e exaltação da santa fé”.<sup>114</sup> Após a sua morte, e passado seu bastião ao rei D. Afonso V, *O Africano*, outros reis avisinos, como D. João II, seriam os grandes patrocinadores daquelas viagens durante o Quatrocentos, ainda que, para alguns, não fosse possível “achar outro corpo humano que suportasse” tanto o “trabalho nas armas”,<sup>115</sup> como foi celebrado o Infante D. Henrique.

A exaltação das virtudes e dos feitos dos *grandes*, isto é, os Infantes D. Henrique e D. Pedro, e os reis D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, bem como o detalhar da desenvoltura destes nos combates contra os infiéis, das palavras de ordem proferidas aos seus nomeados e enviados, e das decisões que tomaram diante de situações difíceis ligadas sobretudo às viagens e aos projetos expansionistas para a África ao longo do Quatrocentos, foram descritas, lembradas e apresentadas por nomes como os de Zurara, Pina, Diogo Gomes, Luís de Cadamosto e Duarte Pacheco Pereira. Uns mais atentos aos detalhes que outros, os relatos deixam, entretanto, entrever as condutas e aspirações que inspiraram os homens ilustres da linhagem dinástica avisina que partiram para a África naquela centúria.

### 1.3 Os nomeados

Alguns dos que foram para as terras africanas em busca de honras nos primeiros anos do século XV foram, à semelhança dos grandes,<sup>116</sup> também eles nomeados nos relatos, embora

---

<sup>112</sup> O cronista Zurara descreve as qualidades do Infante D. Henrique de forma semelhante. Segundo as suas palavras, aquele nunca teve “luxúria nem avareza, nunca em seu peito houveram repouso [...] toda sua vida passou em limpa castidade, e assim que virgem o recebeu a terra. [...] se deleitava muito no trabalho das armas, especialmente contra os inimigos da santa fé, e assim desejava paz com todos os cristãos. Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, cap. IV. p. 22.

<sup>113</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 87.

<sup>114</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Biblioteca Histórica: Livraria Civilização, 1973, p. 32.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>116</sup> MATTOSO, José. A honra e o proveito. In: MATTOSO, José. (dir.) **História de Portugal** – A monarquia feudal (1096-1480). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 462-467.

merecendo bem menos atenção e referências que os referidos no tópico anterior. Aparecem esses, em geral, descritos como homens honrados, que estavam sempre em busca do “prometimento de maiores galardões”,<sup>117</sup> da “honra e do proveito”<sup>118</sup>, do “acrescentamento” da “honra”,<sup>119</sup> ou que queriam ser feitos “honradamente cavaleiros”.<sup>120</sup> Entre esses, cujos nomes foram mencionados nos relatos, não importava tanto a idade, a experiência, ou a origem, mas a disposição para partir às terras estranhas, e por fim, os feitos. Zurara descreve, por exemplo, o guarda-roupa do Infante e navegador Antão Gonçalves como o de uma “autoridade pequena” por sua “nova idade”,<sup>121</sup> mas que foi feito grande durante a campanha no rio do Ouro que resultou na conquista dos primeiros cativos naquelas partes, contrariando a sua opinião, pois achava que, “por tão pequeno serviço”, Gonçalves não merecia “tamanha honra”.<sup>122</sup> Tornou-se, então, “o primeiro cavaleiro que foi feito naquelas partes”.<sup>123</sup> Também o cavaleiro Nuno Tristão recebe semelhante deferência, pois, a despeito de ser homem de idade já avançada, foi descrito como homem “assaz valente e ardido” nas armas.<sup>124</sup> De acordo com o cronista Zurara, era preciso dar relevo às trajetórias daqueles homens independentemente de suas experiências ou origens, pois “davam exemplos aos outros” que desejavam “ser capitães de boa gente”, e o faziam meramente “por suas honras”.<sup>125</sup>

O propósito da *Crônica de Guiné* de Zurara, como já referido anteriormente, foi também sublinhar as presenças desses outros nobres ligados à coroa portuguesa no norte de África, os quais, vistos como inspirados pelos grandes que lá estiveram, chegaram a lugares nunca antes alcançados, dispostos a lutarem genuinamente pela verdadeira fé.<sup>126</sup> No discurso de Gil Eanes

---

<sup>117</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 56.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>125</sup> Idem. Cf. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Investidas moralizantes na história da expansão portuguesa. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros Ribeiro. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 167-189

<sup>126</sup> A historiadora Maria do Rosário P. C. Pimentel, destaca que embora tenhamos de levar em consideração os interesses pessoais, os interesses das coroas lusitanas, bem como a relevância dos aspectos jurídicos e políticos da guerra cristã que se operou em Ceuta, não devemos amenizar a força do “espírito de cruzada” e do “naturalismo evangélico”, como ela denomina. Pois todos estes aspectos – ou contradições, nas palavras da historiadora -, se articulavam explicitamente, pois a anuência papal para a guerra justa, o apoio material das coroas lusitanas, e o interesse de todos pelo avanço do cristianismo (ou impedimento do avanço islâmico), se conjugaram de tal forma que concretizaram os projetos de ataque a Ceuta. Nas palavras de Pimentel, “as razões de fé, confundiam-se com as razões de estado”. Cf. PIMENTEL, Maria do Rosário. A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa. IN: MENESES, Avelino de Freitas de. OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (coord.). **O reino, as ilhas e o mar oceano**. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Vol. I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2007, pp. 303-304.

aos navegadores que o acompanharam à ilha de Tiger, podemos depreender certa constância das aspirações desses que partiam em busca de honra:

Amigos e irmãos! Segundo que a mim parece, as vontades de vós outros todas são aparelhadas de bem fazer, e isto entendo porque entre vós não se fala em repouso, nem em tornar ao nosso reino, ante isso, vejo que o trabalho é por todos desejado, e requerido por cada um que trabalhemos por nossas honras e proveitos [...].<sup>127</sup>

Durante essas primeiras viagens, as motivações pessoais das partidas pareciam mais bem definidas do que as recomendações dadas. De acordo com Zurara, “a esperança do proveito era igualmente da vontade de todos”,<sup>128</sup> pois devido ao desconhecimento das paragens, a incerteza do retorno dos que vão e as incertezas do que lá se encontraria, era difícil incumbir os viajantes de missões específicas, ou saber quantos e quais eram necessários em uma viagem de reconhecimento.<sup>129</sup> Até mesmo as motivações das partidas no momento das chegadas poderiam perder-se à vista, diante dos imprevistos e das novidades.<sup>130</sup> Zurara demonstra que as missões delegadas pelo Infante D. Henrique eram bastante vagas, mas os oficiais que iam em seu nome estavam sempre preocupados com o reconhecimento que teriam após “avantajado serviço”. Nas palavras atribuídas pelo cronista a Gil Eanes, estes enviados deviam isto ao Infante, primeiramente por causa da “criação” que receberam em sua casa, e depois, pela vergonha que seria “tornar para Portugal sem avantajada presa.”<sup>131</sup> A exortação que sempre tinham era: a de ir o mais avante que podiam, e “saber novas” das terras, coisa que o Infante muito desejava, “como todos bem sabeis.”<sup>132</sup>

Já em finais do século, quando parte da costa já havia se tornado bem conhecida,<sup>133</sup> e os portugueses puderam estabelecer alguma relação estável e pacífica de comércio – ilustrável com a construção da feitoria de Arguim, e os primórdios da construção do castelo de São Jorge da Mina, sob as ordens de D. João II –, os serviços encomendados podiam ser melhor especificados e direcionados. A comercialização de cativos já estava, igualmente, relativamente

<sup>127</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 123.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>129</sup> DOMINGUES, Francisco Contente. Horizontes mentais dos homens do mar no século XVI – A arte náutica portuguesa e a ciência moderna. IN: VENTURA, Maria da Graça M. (coord.) **Viagens e viajantes no atlântico Quinhentista** – Primeiras Jornadas de História Ibero-Americana. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 206.

<sup>130</sup> FRANÇA, Susani S. L. Precauções e improvisos nas expedições quatrocentistas de reconhecimento. Texto no prelo, cedido pela autora.

<sup>131</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 99-100.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>133</sup> MATOS, Artur Teodoro de. A Colonização Atlântica. Tomo 2. IN: SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 15-20.

estabilizada,<sup>134</sup> e rendia bons lucros à coroa e aos mercadores particulares, ao passo que as raízes da verdadeira fé, como eles gostavam de reiterar, poderiam ser fincadas por meio da prática da escravatura no coração dessas gentes que antes viviam à revelia da bestialidade.<sup>135</sup> À vista disto, fazia-se necessário o conhecimento mais preciso das terras, bem como das gentes – que àquela altura já se sabia que os povos eram muito distintos entre si, pois falavam diferentes línguas, e viviam subordinados a diferentes jurisdições e reinos.

O nobre cavaleiro da casa do monarca D. João II, Duarte Pacheco Pereira, foi encarregado de fazer o primeiro grande roteiro de circum-navegação da costa ocidental africana. Para a composição e finalização de seu roteiro denominado o *Esmeraldo de Situ Orbis*, que por fim acabou assumindo traços cronísticos, Duarte Pacheco realizou diversas viagens de reconhecimento pela costa africana entre os anos de 1482 e 1488.<sup>136</sup> A obra remete-nos a um trabalho de gabinete peculiar ao dos cronistas régios, pois, em seu roteiro,<sup>137</sup> Duarte Pacheco buscou sintetizar os conhecimentos herdados dos antigos com as experiências de seus contemporâneos,<sup>138</sup> tendo como propósito da obra não apenas o “proveito desta navegação e comércio, mas ainda legar uma eterna memória e lembrança a nossos sucessores e vindouros, por onde possam saber vossas excelentes façanhas dignas de gloriosa imortalidade.”<sup>139</sup>

A figura de Duarte Pacheco Pereira, bem como os serviços que prestou aos monarcas portugueses durante os séculos XV e XVI, tanto na corte régia, como em África, demonstram essa confluência de motivações e funções que os homens iam adquirindo e assumindo ao longo do tempo, conforme mais longe se chegava, e mais se conhecia daquelas terras. O cavaleiro apontou que seu principal desígnio era “fazer um livro de cosmografia e marinharia”, a pedido de D. João II, mas de modo que pudesse também deixar “uma eterna memória e lembrança”

<sup>134</sup> FONSECA, Jorge. **Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 54-55.

<sup>135</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário. Portugal e o tráfico de escravos: do <<filhamento ao comércio organizado>>. IN: ASSIS, Angelo Adriano Faria de. LEVI, Joseph Abraham. MANSO, Maria de Deus Beites. (org.). **A Expansão**: quando o mundo foi português – da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002). Portugal: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, 2014, pp. 263-264.

<sup>136</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As fontes de Duarte Pacheco Pereira no <<Esmeraldo de Situ Orbis>>**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1982, p. 153-153.

<sup>137</sup> Sobre as discussões historiográficas em torno da classificação do relato de Duarte Pacheco como sendo um atlas ou roteiro, ver: CARVALHO, Joaquim Barradas de. Duarte Pacheco Pereira um cartógrafo? O “Esmeraldo de Situ Orbis” um atlas? v. 34, nº 70. **Revista de História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: 1967. Disponível em << <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126397>>> Acesso em 19 Maio 2018.

<sup>138</sup> No *Esmeraldo* podemos encontrar referências indiretas e até mesmo transcrições de trechos das crônicas de Zurara e Rui de Pina, e também de outros relatos e diários de bordo, como o *Livro de Rotear* de autor desconhecido e a carta de Jerônimo Münzer enviada a D. João II no ano de 1493 sobre o descobrimento da Guiné. Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”**. Edição para a XVII exposição europeia de arte, ciência e cultura. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, pp. 155-159.

<sup>139</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 15.

aos seus “sucessores e vindouros” para que soubessem das “excelentes façanhas dignas de gloriosa imortalidade” dos reis portugueses e de seus nobres.<sup>140</sup> No entanto, o cosmógrafo escreveu que também iria dizer alguma coisa sobre “a natureza da gente desta Etiópia e o seu modo de viver”, bem como acerca “do comércio que nesta terra pode haver”,<sup>141</sup> deixando perceber sua curiosidade pessoal por aquilo que viu, e seu interesse pelas coisas que iam além dos espaços geográficos. A produção de um roteiro circunscrito exigia que se seguissem certos parâmetros descritivos, mas o navegador português oscilou entre as preocupações dos cronistas, a precisão técnica da náutica e da cosmografia, e a sua curiosidade de viajante pelas novidades encontradas.

Todavia, não eram só os que partiram para os lugares longínquos e desconhecidos além-mar para relacionar as terras, ou que pegaram em armas durante as batalhas nas praças marroquinas a se envolverem nos desdobramentos expansionistas, ou a ansiar concomitantemente alguma ocupação mais honrosa e o conhecimento das novidades encontradas. Os cronistas régios portugueses Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina – o primeiro não chegou a ir além de Alcácer-Ceguer, e Pina esteve na África apenas para uma missão pontual no reino do Congo no fim do século XV –,<sup>142</sup> não foram os protagonistas de suas histórias, mas não deixaram de demonstrar o interesse singular pelos desdobramentos na África, bem como a fundamental participação que tiveram de revelação da África para a Europa.

Zurara buscou dar a conhecer os feitos do Infante D. Henrique e da nobreza senhorial que o acompanhou em suas viagens ao norte da África; e Pina, já alguns anos mais tarde, e a serviço do monarca D. João II,<sup>143</sup> buscou exaltar as conquistas deste rei em África e, mais do que isso, mostrar os êxitos deste rei na fixação da fé cristã naquelas partes. “Este ofício historial”, como aventa Pina, “que nas letras e na pluma consiste”, servia como “luz de nossa vida e de nossa memória”,<sup>144</sup> devendo os cronistas pôr nessas histórias “sinais que fossem duráveis” para que as gentes “pudessem lembrar do bem que receberam no tempo passado.”<sup>145</sup> Como foi dito anteriormente, para além da função a que se dedicaram junto ao corpo régio, manifestaram uma curiosidade pessoal pelas novidades dos eventos e pelas particularidades dos

<sup>140</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 14.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>142</sup> RADULET, Carmen M. Rui de Pina: Ficha Biográfica. In: RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, p. 49.

<sup>143</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 60-61.

<sup>144</sup> PINA, Rui de. op. cit. cap. I, p. 1.

<sup>145</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 5.

povos, que, no caso de Zurara, o levou a deslocar-se até o Magrebe para compor sua *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*.<sup>146</sup> O cronista português não deixa de recorrer à tópica da modéstia nas crônicas, ao manifestar sua “pouca suficiência para abarcar tamanha soma” e por se tratar de “uma tão alta matéria”,<sup>147</sup> mas, a despeito disso, acabou expressando certas impressões pessoais que tivera, e apareceu, algumas vezes, como testemunha dessa história. A passagem conhecida da *Crônica de Guiné* acerca da partilha dos cativos em Lagos, mostra o envolvimento do cronista naquela cena que era “maravilhosa coisa de se ver”,<sup>148</sup> por estarem todos juntos prestes a serem separados e porque eram tão diferentes entre si. Naquela partilha, onde se viu “tanta miséria”,<sup>149</sup> Zurara se coloca então como espectador dizendo: “eu, que esta história ajuntei neste volume, vi na vila de Lagos, moços e moças, filhos e netos daqueles ajuntados nesta terra [...]”.<sup>150</sup> E não oculta seu envolvimento e comoção com o que viu:

Ó tu celestial pai [...] Eu te rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência [...] mas a sua humanidade constringe a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas alimárias, com o seu bestial sentir, por um natural instinto conhecem os danos de seus semelhantes, que queres que faça esta minha humana natureza, vendo assim ante os meus olhos aquela miserável campanha [...].<sup>151</sup>

Conforme exposto acima, nos primeiros anos das viagens quatrocentistas, as funções dos que iam não estavam bem delimitadas, devido ao desconhecimento da causa e à falta de viajantes que se dispunham a explorar aqueles primeiros caminhos, mas, a partir de meados do século, nota-se uma tentativa de delimitar as funções e direcioná-las a assuntos específicos - cosmográficos, diplomáticos, mercantes. Nessa altura, ainda as motivações das partidas continuam sendo plurais e não inibem outros interesses. No caso dos cronistas, que já desempenhavam esse tipo de função junto à corte régia desde o início do século XV, com as descobertas e as novidades que se apresentaram, o modo de suas escritas acabou por se ajustar aos novos tempos, quando passaram a acrescentar impressões pessoais, fruto de suas curiosidades. Em meados do século, era comum encontrar indivíduos que, porque queriam ascender às carreiras nobiliárquicas, passavam a mercadejar; ou mercadores que, ansiando pelos

---

<sup>146</sup> AVELAR, Ana Paula. op. cit. p. 36.

<sup>147</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 9.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 132.

mercados africanos, acabavam, igualmente, pretendendo foros de cavalaria.<sup>152</sup> Houve também os que foram delegados às primeiras missões com fins políticos e religiosos<sup>153</sup> aos reinos africanos, mas que não tinham o perfil habitual dos embaixadores acostumados a tratar assuntos reais entre os reinos cristãos; e os que eram delegados a relacionar e a sistematizar as terras encontradas acabavam assumindo o modo de escrita dos cronistas e se interessando também pelos modos de viver das estranhas gentes de lá.

Em 1483, o navegador e soldado português Diogo Cão alcançou a longínqua região do rio Zaire, muito distante das terras dos negros da Guiné, e, “como seu descobridor”<sup>154</sup>, avistou um grande reino que tinha seu poderio alargado do litoral ao interior.<sup>155</sup> Dois anos depois, retornou ao então reino do Congo (Mbanza, Umbanza ou Ambasse Congo)<sup>156</sup> a fim de estabelecer alguma relação mais duradoura com o reino africano. Do rei D. João II, Diogo Cão e seus acompanhantes receberam algumas recomendações que, embora gerais, visavam estabelecer alguma relação mais pacífica com aquelas gentes. Os embaixadores deveriam primeiramente buscar a amizade com o rei, das gentes, entretanto, podiam se aproximar, mas que “não as provocassem nem as incitassem”, devendo utilizar “agradáveis palavras” para que mais facilmente pudessem acreditar na fé de Cristo.<sup>157</sup> Por fim, era-lhes devido sempre exaltar as virtudes e magnificência do rei de Portugal, mostrando que este era muito “apreciado por todos os príncipes do mundo e por eles muito amado”.<sup>158</sup>

Nesses primeiros contatos, as relações foram tímidas e desconfiadas, sobretudo “por causa da diversidade da língua”, que implicava na “impossibilidade do comércio e da conversação.”<sup>159</sup> Os presentes a bordo, enviados como embaixadores, tiveram muitos cuidados em tratar aqueles homens para que o encontro não resultasse em guerra, buscando agir “com muita humanidade”, ainda que as galés fossem “bem providas de armas”.<sup>160</sup> Pina narra que quando a embarcação de Diogo Cão aportou no litoral e enviou seus intérpretes, pela demora

---

<sup>152</sup> Também em outras partes, a ambição por ascender à cavalaria tinha se difundido para além da nobreza propriamente. Cf. ALLMAND, C. **War, Government and Power in Late Medieval France**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

<sup>153</sup> É o caso do navegador português Diogo Cão, responsável pelas primeiras relações portuguesas com o reino do Congo. Ver também: MACEDO, Jorge Borges de. **História Diplomática Portuguesa** – constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica. Vol. I. Lisboa: Tribuna da História, Edição de livros e revistas, 2006, p. 89.

<sup>154</sup> PINA, Rui de. **Chronica DelRey Dom Joham II**. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1950, p. 149.

<sup>155</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 369.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 360-361.

<sup>157</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, p. 97.

<sup>158</sup> *Idem*.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 97.

do retorno, acabou suspeitando “que os que ele tinha enviado estivessem presos”,<sup>161</sup> ao mesmo tempo em que, aos congoleses que estavam na praia, buscou falar com “palavras suaves”, mas “isto por maior segurança dos que deixava aí.”<sup>162</sup> Durante o primeiro encontro com o rei, buscaram utilizar “argumentos muito eficazes”.<sup>163</sup> Por outro lado, o receio do manicongo era o mesmo: ao ser informado de que as galés portuguesas haviam partido com alguns de seus súditos, ficou “muito furioso”, porém, apesar disso, acabou poupando-os, não permitindo “que os intérpretes cristãos que ficaram recebessem a morte”, mas já não estava contente com aquela relação e, assim, “não quis voltar a ver os intérpretes” durante o tempo que os seus estivessem ausentes.<sup>164</sup>

O primeiro sinal de confiança entre os reinos veio 15 meses após este primeiro encontro. Ao retornarem os portugueses com os congoleses que foram levados, “os quais consideravam ou que fossem mortos ou que estivessem na prisão”, o manicongo e sua corte tiveram a impressão de que “todos fossem mortos e ressuscitados” e só então as cerimônias de recepção, os diálogos e a troca de presentes mútuos foram iniciadas.<sup>165</sup> Ao verem seus queridos retornarem do reino português vestidos “com tanta honra e com tanta humanidade [...], uma multidão infinda pela alegria correu a vê-los” e o rei se viu “o mais feliz de todos os outros príncipes do mundo”.<sup>166</sup> As cerimônias que se sucederam, apesar de alguns imprevistos e mal entendidos, no geral, em muito se assemelharam às cerimônias convencionais que aconteciam entre as cortes europeias. Aqueles dias, de acordo com as palavras de Pina, foram celebrados na presença de todos os príncipes e barões do reino congolês.<sup>167</sup> Batizaram vários gentios, celebraram missas “com todas as cerimônias que em lugares semelhantes se costuma fazer”, ofereceram refeições acompanhadas de “trombetas, timbales e muitos outros instrumentos”,<sup>168</sup> e assim foi “até o último dia que partiram”.<sup>169</sup> As relações só puderam então ser mais formais e duradouras entre os dois reinos após o envio de várias missões, e após algumas trocas mútuas que pudessem garantir a amizade, e firmar a confiança.

Na exposição deste episódio que ilustra a primeira tratativa formal entre o reino português e um reino africano, bem como a descrição das condutas que tiveram os navegadores – alguns, pela primeira vez – em uma missão diplomática, buscamos ressaltar a plasticidade das

---

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 101.

funções desempenhadas em terras africanas, devida sobretudo à imprevisibilidade dos encontros. Outro aspecto a ser levado em consideração é a inexperiência dos primeiros viajantes enviados para a África para tratar dos assuntos entre reinos, em contrapartida à experiência e preparação específicas que recebiam os oficiais que tratavam desse tipo de relação entre as cortes europeias. Uma embaixada tradicional no Quatrocentos era composta majoritariamente por letrados, isto é, escrivães, juristas, clérigos<sup>170</sup> e, no caso de Portugal, era composta também por funcionários que exerciam o cargo de cronista-mor do reino. Para representar o rei diante de outra corte, era necessário ter algumas noções básicas das leis do reino e de latim, por exemplo.<sup>171</sup> A embaixada portuguesa que partiu para o reino do Congo naquele ano de 1485 era sobretudo inusitada, por ser capitaneada por um soldado, Diogo Cão, que levava homens providos de armas e intérpretes cristãos que “conheciam várias línguas”<sup>172</sup> africanas.<sup>173</sup> Todavia, a singularidade daquela embaixada atendia à singularidade da própria missão; o tempo da embarcação à deriva exigia homens que dominassem as artes de marear, e o desconhecimento da terra requeria perfis que estivessem preparados também para os assuntos da guerra.

Passado esse momento, e a constatação de que o primeiro encontro havia alcançado o êxito necessário e se mostrado além das expectativas dos navegadores e do próprio rei D. João II, finalmente as viagens diplomáticas seguintes àquelas terras, que duraram até mais ou menos o ano de 1491, ganharam as feições tradicionais das relações entre cortes. Nos anos seguintes, as embarcações para o Congo contaram com a presença de fidalgos ilustres, como o capitão Gonçalo de Sousa, de letrados, como Rui de Pina, e de “clérigos, frades de diferentes ordens e outros muitos artífices eleitos de vários ministérios”,<sup>174</sup> escrivães<sup>175</sup> e oradores,<sup>176</sup> recepcionados com belíssimas cerimônias. Ali fundaram Igrejas e realizaram batismos de gentios. O êxito da missão de Diogo Cão inaugurou um novo tipo de relação com a África – diferente das relações de reconhecimento, descoberta e comercial que já ocorriam até então –,

---

<sup>170</sup> BECEIRO PITA, Isabel. La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV). **Anuario de Estudios Medievales**. nº 29. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1999, p. 86.

<sup>171</sup> LABARGE, Margareth W. **Viajeros Medievales** - los ricos y los insatisfechos. Madrid: Nerea, 2000, pp. 175-177.

<sup>172</sup> RADULET, Carmen M. op. cit. p. 99.

<sup>173</sup> E sobre esse primeiro contato de Diogo Cão com o reino do Congo, nenhum documento oficial dos que participaram da missão chegou até nós – se é que chegou a ser redigido. Os pormenores da missão no Congo foram escritos mais tarde pela pena de Rui de Pina, provavelmente em primeira mão, que lá esteve por volta de 1490. Cf. RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, p. 49-50.

<sup>174</sup> RADULET, Carmen M. op. cit. p. 105.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 117.

pois tornaram-se recorrentes as idas e vindas de portugueses e congolese entre ambos os reinos, ao passo em que as relações políticas e formais entre cortes se consolidavam e, assim, vislumbrava-se um terreno fértil para que os preceitos da fé pudessem ser fincados de forma mais duradoura entre os gentios.

#### 1.4 Os estrangeiros

Os mercadores italianos Luís de Cadamosto e Antoniotto Usodimare podem ser tomados como protótipos para ilustrar o perfil de navegantes mercadores que se delineava em meados do século XV, e que partiam, ainda sob a tutela do Infante, em busca de fazer fortuna e, se possível, ascender a alguma ocupação mais honrosa. O veneziano Luís de Cadamosto, estrangeiro e mercador, no prólogo do relato sobre sua primeira viagem à África no ano de 1455, quando contava com a idade de 22 anos, assinala que todos os seus “pensamentos nesse tempo eram trabalhar por todos os meios possíveis” a fim de “adquirir alguma riqueza e também chegar a alguma perfeição de honra”.<sup>177</sup> E tinha, igualmente, ciência do propósito religioso da guerra travada pelo reino português contra o reino de Fez alguns anos antes; demonstrando, assim, que sua motivação se assemelhava à do próprio Infante, que, combatendo pela fé, era também desejoso de “conhecer coisas novas, com o fim de saber da geração dos habitantes naqueles países [...]”.<sup>178</sup>

A origem e a condição de Cadamosto não constituíram uma desvantagem em relação aos viajantes portugueses no que diz respeito ao ensejo em participar das viagens, conseguir proveitos e honras e, do mesmo modo, em obter informações sobre os desdobramentos dos empreendimentos portugueses. O veneziano demonstra certo conhecimento acerca das coisas passadas e das ambições do Infante em relação àquelas conquistas, narrando os eventos de maneira muito semelhante a algumas descrições de Zurara,<sup>179</sup> embora de forma mais sucinta. O mercador veneziano lembrou, tal como outros, as virtudes do Infante D. Henrique, que, na

<sup>177</sup> CADAMOSTO, Luis de. CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 86.

<sup>178</sup> *Ibidem*, pp. 84-85.

<sup>179</sup> O mercador veneziano viajou na mesma época em que o cronista português compunha sua crônica de Guiné. Cadamosto viajou a região da Guiné nos dois anos consecutivos de 1455 e 1456, e Zurara, por sua vez, compunha a crônica entre os anos de 1453 e 1457. Cf.: DINIS, António J. Dias. **Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara**. Vol. I. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, 1989; PERES, Damião. Um erro de datas. III parte. IN: CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 183.

época dos combates em Ceuta, havia se dado “inteiramente à milícia do [nosso] senhor Jesus Cristo, guerreando aos bárbaros e combatendo pela fé”; manteve-se sempre casto, sem nunca “tomar mulher, sob grande castidade”, preocupado apenas com as batalhas contra os mouros, inimigos da fé cristã.<sup>180</sup>

Todavia, como mercador e sem vínculos duradouros com a coroa, sua perspectiva se distinguia da de outros enviados pela coroa portuguesa. Em suas palavras, a promessa do Infante aos que passassem além do Cabo Não, próximo ao Bojador, era a de que “a todos faria ricos”.<sup>181</sup> Zurara, por sua vez, via a expansão com o ímpeto primordial da difusão da salvação de Cristo às “almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo, cuja geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal”.<sup>182</sup> Missão incumbida à “virtuosa” dinastia avisina. Sendo assim, aos que lá se arriscassem, o Infante tinha “prometimento de maiores galardões”,<sup>183</sup> pois, escreve o cronista, não há “tamanho perigo que a esperança do galardão não seja muito maior.”<sup>184</sup>

A figura do mercador veneziano, em conformidade com os propósitos do Infante, demonstra tanto o crescente interesse mercantil de D. Henrique e também dos estrangeiros nas viagens expansionistas,<sup>185</sup> quanto à renovação que ocorreu na estrutura da corte portuguesa quatrocentista em relação aos perfis dos que prestavam serviços aos reis.<sup>186</sup> Zurara descreve que o Infante mandou construir, na vila de São Vicente, uma “vila especial para trato de mercadores”, ao modo de Cádiz na Espanha, onde todos os navegadores que viessem do levante ao poente “pudessem ali fazer divisa, e achar mantimentos e pilotos”.<sup>187</sup> Despertou, assim, o interesse dos de fora que, como os genoveses, “davam por ela grande preço”, por serem “homens que não empregam seus dinheiros sem certa esperança de ganho”.<sup>188</sup> Já a paulatina abertura da corte portuguesa aos que vinham de fora, ou que eram provenientes de linhagens modestas, proporcionou a perfis como o de Cadamosto a possibilidade de ascender a alguma carreira nobre, bem como de obter alguma riqueza independente de sua origem ou do tempo que prestaria serviços à corte.<sup>189</sup> Com isso, mercadores e aventureiros passaram a almejar foros de cavaleiros nas terras africanas, e os tradicionais cavaleiros estrangeiros do início da centúria

---

<sup>180</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 84.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>182</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 14.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>185</sup> FONSECA, Luís Adão da. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993, p. 229.

<sup>186</sup> GOMES, Rita Costa. **A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difusão Editorial, 1995, p. 107.

<sup>187</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 34.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 34-35.

<sup>189</sup> GOMES, Rita Costa. op. cit. Idem.

voltaram seus olhares e interesses também para as mercadorias da costa africana e para as aquisições dos poderios nas praças marroquinas.<sup>190</sup>

As notícias dos caminhos que iam sendo abertos sob a chancela do Infante, como os detalhes sobre os produtos africanos e os ganhos dos que lá iam, começavam a correr na Europa Cristã, tornando-se grande atrativo a estrangeiros oriundos de diversas partes do orbe.<sup>191</sup> A política henriquina de custeamento das viagens, que consistia em convidar estrangeiros ou curiosos a fazerem parte das caravelas portuguesas ou que permitia a estes dispor das suas próprias caravelas na condição de dividir os ganhos da viagem no retorno, compreendia certa abertura a quem quisesse tomar parte dos empreendimentos.<sup>192</sup> Cadamosto mostra essa abertura ao narrar que, quando esteve em Raposeiro no reino de Espanha, em meados de Agosto de 1454, encontrou o Infante D. Henrique mostrando “a diversas pessoas” exemplares dos produtos adquiríveis em África e, ao ouvir falar que as galés venezianas ali aportaram, mandou seus secretários – o português Antão Gonçalves e o cônsul veneziano Patrício Conti – levarem a eles algumas amostras do açúcar atlântico e do sangue de drago, a fim de convencê-los a fazer parte da exploração. Dizia o Infante que aqueles produtos eram uma amostra insignificante do que poderiam ganhar naquelas terras: “de um soldo” poderiam fazer “sete ou dez”. O mercador ressalta que as demonstrações do Infante o maravilharam tanto que fizeram crescer nele “o desejo de lá ir”.<sup>193</sup>

No caso do genovês Antoniotto Usodimare, o comerciante que por iniciativa própria recorreu às viagens henriquinas como meio de quitar suas dívidas,<sup>194</sup> em carta aos seus credores e familiares,<sup>195</sup> declarou que se encontrava tão endividado, e sentia “tanta vergonha que preferia morrer a viver”. Por isso, decidira partir numa caravela portuguesa “às partes de Guiné” no ano de 1455.<sup>196</sup> Os mercadores italianos, tendo conseguido alguma fortuna nas duas viagens que

<sup>190</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar (séculos XII-XVIII)**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 96.

<sup>191</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos. O reino da expansão visto de fora. IN: Manuela Mendonça; Maria de Fátima Reis. (Org.). **Raízes Medievais do Brasil Moderno**. Do reino de Portugal ao reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2016, v. 1, pp. 111-139.

<sup>192</sup> SOARES, Luís Ribeiro. Diogo de Gouveia, o velho, e os “negócios estrangeiros” da expansão portuguesa. In **Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo**, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 265-283.

<sup>193</sup> CADAMOSTO, Luis de. op. cit. pp. 87-88.

<sup>194</sup> MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI**: primeras miradas sobre nuevos mundos. Tradução de Ligia Arjona Mijangos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 45.

<sup>195</sup> FONSECA, Luís Adão da. Un texto emblemático acerca del surgimento de una concepción intelectual: la carta de Usodimare y las navegaciones portuguesas em Guinea. In: **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993, p. 227.

<sup>196</sup> USODIMARE, Antoniotto. Carta de Antoniotto Usodimare (12-12-1455). IN: **Monumenta Missionaria Africana – África Ocidental (1342-1499)**. Versão corrigida e anotada pelo Padre Antônio Brásio. Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de publicações e biblioteca, 1958, capítulo 48, p. 381.

empreenderam à África, suficiente, ao que parece, para não mais retornarem,<sup>197</sup> findaram suas obrigações junto à coroa portuguesa e, mais tarde, puderam retornar às suas terras.

Os relatos de outros estrangeiros que também viajaram para a África motivados pelos ganhos não se restringem a estes dois mais célebres. Outro que igualmente acrescenta informações sobre suas malfadadas experiências mercantes é o do comerciante flamengo Eustache de La Fosse. Este mercador, diferentemente dos referidos, acabou optando por se arriscar em lugar de oferecer seus serviços à coroa portuguesa, dirigindo-se, sem prévia autorização, ao rio do Ouro, por volta de 1479 e 1480, com o intento de trocar seus produtos por especiarias africanas, contrariando, desse modo, a política de exploração comercial portuguesa estabelecida naquelas partes. Como consequência disso, acabou sendo preso mais tarde e condenado pelo rei à forca por ter viajado sem autorização, mas, por sorte, conseguiu fugir para a Espanha.<sup>198</sup> Alternando descrição dos detalhes das belezas e novidades africanas com o seu infortúnio por ter sido capturado, várias nuances das viagens vão surgindo: as sedutoras oportunidades que se apresentavam a mercadores naquelas partes; o fascínio pelas novidades; e, entre outras, a engajada fiscalização portuguesa aos que navegavam por aquelas

---

<sup>197</sup> Na visão do historiador Alberto da Costa e Silva, o mercador veneziano Alvise Cà Da Mosto não retornou mais para a África após suas duas viagens de 1455 e 1456, por ter achado que os mercados de lá não eram tão lucrativos assim. Segundo o historiador e diplomata brasileiro, Cadamosto conseguira alguns escravos do rei Jalofo que pôde até vender bem em terras europeias, mas o que o mercador buscava, era o ouro, e desse metal, apenas muito pouco havia conseguido. Já na visão do historiador francês Michel Mollat, ambos os italianos não retornaram por terem conseguido quantias suficientes para quitarem suas dívidas e viverem confortavelmente nos anos seguintes. Tendo em vista os pontos levantados por ambos historiadores, e pelo o que pudemos depreender dos relatos em questão, em algumas regiões pelas quais passou, Cadamosto demonstra não ter obtido ou não fez menção se obteve êxitos comerciais ou não, como no entreposto comercial de Arguim, onde apenas passou rapidamente e não mencionou qualquer troca que porventura lá tenha feito. Mas quando alcançou os rios de Gâmbia e Senegal, soube que próximo dali vivia um rei que “pagava magnificamente”, e deste rei, o veneziano além de receber muito acolhimento, em troca dos cavalos que levava lhe foi prometido 100 escravos. No caso do genovês, em sua primeira viagem, Usodimare escreveu ter conseguido “40 escravos e alguns dentes de elefante, papagaios e um pouco de almíscar”, e já na sua segunda viagem, deixa apenas registrado seu desejo: “equilibrar todo o meu futuro”. Há que se levar em conta, igualmente, que tanto os motivos que movimentaram os italianos, quanto os que os fizeram não mais retornar, são diversos e acabaram se alterando durante a viagem. Para além das questões comerciais, a curiosidade poderia tê-los impulsionado à uma segunda viagem, e entre outros, os perigos e desafios enfrentados poderiam tê-los desanimado de retornar. Tais questões serão desdobradas mais detidamente no trabalho que se segue. Cf. CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 124; USODIMARE, Antoniotto. Carta de Antoniotto Usodimare (12-12-1455). IN: **Monumenta Missionaria Africana – África Ocidental (1342-1499)**. Versão corrigida e anotada pelo Padre Antônio Brásio. Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de publicações e biblioteca, 1958. capítulo 48, p. 382; COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, pp. 172-173; MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI: primeras miradas sobre nuevos mundos**. Tradução de Ligia Arjona Mijangos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 46-47.

<sup>198</sup> Cf.: LA FOSSE, Eustache de. **Voyage à la côte occidentale d’Afrique, en Portugal et en Espagne (1479-1480)**. Publié par Foulché-Delbosc. Paris: Alphonse Picard et Fils, Libraires des Archives nationales et de la Société de l’École des Chartes, 1897; CARVALHO, Joaquim Montezuma de. Prólogo. In: **Crônica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Lisboa: Vega, 1992, pp. 23-55.

regiões. Vale a pena destacar aqui os dois momentos marcantes e contrastantes da viagem do flamengo. No primeiro deles, nota-se seu fascínio pelo que se apresentava:

[...] outros dias vieram em que o vento soprava de boa feição, e enquanto assim navegávamos, vimos algumas aves a voar. E os marinheiros diziam que essas aves eram das ilhas encantadas, ilhas essas que nunca surgiam sobre as águas [...]. Prossequindo a viagem para Portugal, não tardou que víssemos sobre o mar, voando, as tais aves, não havendo costa próxima – e os marinheiros continuavam a dizer que elas vinham das ilhas encantadas [...] e aquelas asas esvoaçavam sem que existissem terras e ilhas num redor de mais de 200 léguas.<sup>199</sup>

E em seguida, o contraste da desventura:

Fomo-nos para Setomire, pois a peste reinava em Lisboa, e ali compareceram os comissários do rei para se inteirarem das novas anunciadas: o que trazíamos da Mina, o que era a semente do paraíso – e também para decidir o que seria feito de nós, uma vez que portugueses não éramos. Finalmente, quanto a nós não portugueses, fomos entregues à justiça pelos ditos comissários, e postos a ferros nos calabouços de Setomire.<sup>200</sup>

O interesse mercantil, em especial dos italianos e das famílias germânicas,<sup>201</sup> como se pode observar, foi um aspecto crucial a mover estrangeiros para o reino português em busca dos mercados africanos, mas outros fatores também tiveram influências decisivas nestes deslocamentos. A crescente curiosidade pelos avanços na África também era um fator significativo a atrair estrangeiros ao reino de Portugal no século XV, mas estes nem sempre chegaram a se deslocar para a África. Nota-se esse crescente interesse nomeadamente em estrangeiros oriundos da Europa Central e da Germânia,<sup>202</sup> como é o caso de Martin Behaim de Nuremberg, responsável por compilar o testemunho do português Diogo Gomes sobre sua viagem pela costa ocidental africana, e de outros como o suábio Jorge de Ehingen,<sup>203</sup> o médico

<sup>199</sup> LA FOSSE, Eustache de. **Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Lisboa: Vega, 1992, pp. 69-71.

<sup>200</sup> Ibidem, pp. 71-72.

<sup>201</sup> LOPES, Marília dos Santos. As viagens Marítimas Portuguesas e a Proliferação das informações na Europa. IN: LOPES, Marília dos Santos (coord.). **Coisas Maravilhosas e até agora nunca vistas: para uma iconografia dos descobrimentos**. Lisboa: Quetzal, 1998, pp. 20-23.

<sup>202</sup> IGLESIAS, Antonio Antelo. Caballeros centroeuropeos en España y Portugal durante el siglo XV. **Revista de la Facultad de Geografía e Historia**, n. 4, 1989, pp. 41-58.

<sup>203</sup> EHINGEN, Jorge de. Viajes. IN: GARCIA MERCADAL, J. **Viajes de estrangeiros por España y Portugal**. Espanha: Junta de Castilla y León, 1999.

e geógrafo Jerónimo Münzer<sup>204</sup> e o impressor da Morávia Valentim Fernandes.<sup>205</sup> Segundo Zurara, a fama dos feitos portugueses se espalhou “pelas partes do mundo” e acabou fazendo com que “homens nobres se intrometessem em querer ver e saber semelhantes coisas”. Narra, então, o caso de Baltasar, que se dirigiu para Ceuta para ser feito cavaleiro, mas que, não satisfeito, quis ver mais coisas “para poder falar àqueles que nunca viram”, e pediu para fazer parte da caravela de Antão Gonçalves.<sup>206</sup> Outro caso mencionado pelo cronista é o do escudeiro proveniente do reino da Escandinávia, chamado Vallarte, que, “cobiçoso de ver mundo”, veio a Portugal tentando tomar parte em uma caravela portuguesa.<sup>207</sup> O cronista narra as suas venturas na Guiné e como, por ser estrangeiro e não saber “tão bem os costumes e maneira da gente” de África, foi acompanhado, a mando de D. Henrique, pelo português Fernando Afonso, “que sabia melhor a nossa linguagem portuguesa” para acompanhá-lo em sua viagem, já que os portugueses estariam mais habituados àquelas paragens.<sup>208</sup> Pouco antes de Diogo Gomes de Sintra chegar às partes da Guiné, teve notícias deste cavaleiro sueco, ao qual chama de Abelhart, tendo ouvido falar que, em sua viagem, houve muitas pelepas contra os negros e alguns cristãos ficaram gravemente feridos.<sup>209</sup> Gomes navegou também ao lado de um mercador genovês, um tal de António da Noli, e juntos avistaram a ilha de Santiago no arquipélago do Cabo Verde, cujo descobrimento primeiro Gomes, como foi dito, atribui a si e a esse mercador.<sup>210</sup>

O relato *Itinerário e Descoberta de Guiné*, de autoria do médico e cosmógrafo de Feldkirch (cidade atualmente da Áustria), Hieronymus Munzër, foi escrito por volta de 1494 e 1495, após uma longa viagem pelos reinos de Portugal, Espanha, Normandia, bem como pelas regiões de Colônia, do rio Reno e da Picardia.<sup>211</sup> Neste longo relato sobre suas andanças, buscou, da mesma maneira, narrar sobre o que ouviu falar acerca da descoberta e conquista de Guiné por D. Henrique e a dinastia avisina no início do século XV, e sobre como estava a atual relação do reino português com aquelas terras no fim daquele século. O cosmógrafo rememorou os conhecidos nomes dos que estiveram ligados aos memoráveis episódios dos desdobramentos

---

<sup>204</sup> MÜNZER, Hieronymus. **Itinerary and the discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014.

<sup>205</sup> FERNANDES, Valentim. **O manuscrito Valentim Fernandes**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

<sup>206</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 95.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 441.

<sup>208</sup> Ibidem, pp. 442-443.

<sup>209</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimto Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 69.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>211</sup> FIRTH, James. Preface. In: MÜNZER, Hieronymus. **Itinerary and the Discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014, p. VIII.

expansionistas portuguesas: a expedição de Gonçalo Velho de 1416;<sup>212</sup> a expedição de Nuno Tristão comandada por Antônio Gonçalves Baldaia (na qual estiveram presentes os dois jovens, Diogo Lopes e Heitor Homem, e que mais tarde sofreriam o conhecido episódio da ferida no pé);<sup>213</sup> a viagem de Diogo Gomes de Sintra às ilhas de Cabo Verde;<sup>214</sup> e as demais expedições de Gil Eanes, Garcia Homem, Gonçalo de Sintra e Dinis Dias, para citar alguns.<sup>215</sup> Além disso, em seu relato, Münzer põe em relevo a atuação de seus conterrâneos germânicos naqueles assuntos, buscando esmiuçar a participação dos que iam para Lisboa prestar serviços e em busca de informações, ou que acabavam partindo para as terras dos negros; e demonstra, ao mesmo tempo, a reconhecida participação destes nas viagens e nos assuntos da expansão, a abertura do reino português a estes que queriam se inteirar e, por fim, a rápida propagação das notícias daqueles eventos pela Europa cristã.<sup>216</sup> Münzer menciona dois impressores alemães, “um de Nördlingen e outro de Strasbourg”, dos tempos de D. João II, que foram para São Tomé conferir de perto os eventos, e puderam ver como “a melhor parte da África” estava aderindo à “religião cristã com o passar do tempo”.<sup>217</sup> Entretanto, o cosmógrafo de Nuremberg dá a entender que era mais comum encontrar germânicos a atuar na cidade de Lisboa como impressores, cosmógrafos e vendedores, do que propriamente como navegantes e exploradores que se dispunham a viajar àquelas terras. De acordo com Münzer, o rei D. João II enviava “poucos alemães para a África”, pois aquela área era muito “perigosa para alemães” por causa dos grandes calores e das grandes cobras que podiam comer um elefante inteiro;<sup>218</sup> segundo suas palavras, os “povos nórdicos, bem como os germânicos, sofrem muito nessas regiões, e muitos morrem”.<sup>219</sup> Por essas razões é que muitos acabavam em Lisboa a desfrutar dos mercados e dos ganhos provenientes daquelas partes, tal qual o seu amigo próximo, Martin Behaim, que chegou a presentear sua sogra com uma “linda escrava” proveniente das terras de Guiné.<sup>220</sup>

A presença dos estrangeiros no reino, descontínua e plural, teve uma participação fundamental nos vários aspectos da expansão, como mercadores vinculados ao reino português e autônomos, cavaleiros e aventureiros que tomaram parte nas guerras contra os infiéis, ou como

---

<sup>212</sup> MÜNZER, Hieronymus. op. cit. p. 243.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 244.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 249.

<sup>215</sup> Ibidem, pp. 246-247.

<sup>216</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. Alemães e impressões alemães no Portugal de finais do século XV. In: DIAS, João José Alves. **Os primeiros impressores alemães em Portugal**. V Centenário da Vita Christi. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, pp. 12-14.

<sup>217</sup> MÜNZER, Hieronymus. **Itinerary and Discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014, pp. 246-247.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 257.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 248.

compiladores, impressores e tradutores,<sup>221</sup> que não se deslocaram propriamente, mas ajudaram a propagar as notícias da expansão a uma Europa ávida por saber melhor que feição tinham os homens que lá habitavam, ou se os exploradores haviam finalmente alcançado o reino dourado do Preste João. Contribuíram, igualmente, para incitar outros a fazerem parte deste grande projeto, alargando as fronteiras do reino e espalhando a fama deste que, a partir de D. Henrique, tornou-se conhecido por ser “o primeiro inventor de mandar navegar”<sup>222</sup> aquelas partes.

### 1.5 Os anônimos

[...] ainda que enviasse muitas vezes [o Infante D. Henrique], e ainda homens que por experiência de grandes feitos, entre outros que no ofício das armas tinham avantajado nome, nunca foi algum que ousasse passar aquele Cabo Bojador para saber sobre a terra de além, segundo o Infante desejava. E isto, para dizer a verdade, nem era devido à ausência de fortaleza, nem de boa vontade, mas devido à novidade do caso, misturado com geral e antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes da Espanha, quase por sucessão de gerações. E mesmo que fosse enganosa, [...] era grande dúvida qual seria o primeiro que quisesse pôr sua vida em semelhante risco.<sup>223</sup>

Segundo as palavras do cronista régio português Gomes Eanes de Zurara, o temor dos navegadores da década de 1430, enviados para a África, consistia em perder suas almas e corpos nos mares ao se arrisarem para além do conhecido e temido promontório, e já alguns, “sendo manifesto o perigo, perdendo a esperança da honra e do proveito, cessaram de o fazer”.<sup>224</sup> O cronista, que havia se empenhado em recolher o testemunho dos mareantes para compor sua *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*, mostra que o receio frente ao desconhecimento da causa e dos riscos mencionados acima era unânime entre os navegadores e, por isso, nenhum deles partia e voltava sem receber “avantajados acrescentamentos”, os quais, “quanto ao juízo dos homens, eram longe de seu merecimento”.<sup>225</sup> Muitos dos que foram não chegaram a ser nomeados pelos relatos, mas sabemos que pertenciam à pequena nobreza, a chamada nobreza de serviço,<sup>226</sup> composta por: estrangeiros provenientes de vários reinos

<sup>221</sup> GUEDES, Fernando. **Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias** – subsídios para a sua história. 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2005, pp. 21-24.

<sup>222</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 84.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>225</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, pp. 53-54.

<sup>226</sup> VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Os Pimentéis** – percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 2000, p. 111.

cristãos; gente da plebe; e, ainda, gente miúda,<sup>227</sup> mencionada rapidamente nos relatos dados a conhecer. Aqueles que legaram narrativas sobre esse período fizeram menções a essas pessoas como um conjunto numérico sem especificidade, ou como uma massa homogênea sem distinção, citados, vez ou outra, como mareantes, ou os de condição “simples” ou da “plebe”. Deixaram, contudo, entrever alguma participação destes na ocupação das terras,<sup>228</sup> na construção das feitorias, no comércio local e, ainda, no projeto português de tornar o reino do Congo cristão.

Durante a construção do castelo de São Jorge da Mina, no golfo da Guiné, na década de 1460, o cronista que sucedeu ao cargo de cronista-mor exercido por Zurara, Rui de Pina, conta que para lá o rei D. João II ordenou cerca de “seiscentos homens, cem mestres de pedraria e carpintaria, e os quinhentos para defender e servir”,<sup>229</sup> os quais foram com o “fundamento de não mais tornarem”.<sup>230</sup> Anos mais tarde, mais um contingente de europeus foi enviado ao Congo para as primeiras fundações cristãs daquele reino, frutos da missão diplomática com fins de evangelização, capitaneada por Diogo Cão em 1485. Os desdobramentos daqueles eventos no reino do Congo foram parcialmente narrados também por Rui de Pina, em sua *Crônica do Rei D. João II*, e outra versão mais detalhada em sua *Relação do Reino do Congo*, onde descreve em ambas as versões que o rei do Congo, chamado *Monimochanimj*,<sup>231</sup> pediu ao rei D. João II que não os deixasse em desamparo e lhe enviasse primeiramente “frades e clérigos e outros ministros dos officios divinos”<sup>232</sup> para o batismo dos novos conversos. Pediu que enviasse também “mestres de carpintaria e pedraria para fazerem Igrejas e outras casas de oração” e “lavradores para amansarem bois” e que lhes ensinassem “o proveito e o cultivo da terra”. Por fim, requereu que mandasse “algumas mulheres para ensinarem as de seu reino a amassar pão”,<sup>233</sup> pois estimaria que o reino africano pudesse se parecer com o reino português. Pina

<sup>227</sup> “[...] que gente meuda aja dellas tal pratica que muyto valha. Mas do exemplo dos senhores e dos principaaes, como dicto he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante.” In: D. Duarte. **Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El Rey D. Duarte**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, cap. XV, p. 119.

<sup>228</sup> O historiador Artur Teodoro Matos destaca que no caso de estrangeiros mercadores, especialmente os de origem flamenga ou italiana, a povoação das ilhas atlânticas interessava por causa dos terrenos agrícolas e a oportunidade de comprar bens fundiários, seja arrendando-os ou aforando-os. O grupo a liderar esse tipo de povoação, eram nobres de “espírito moderno”, isto é, os que mais tarde seriam chamados de burgueses. Cf.: MATOS, Artur Teodoro. A colonização atlântica. Tomo I. In: SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, pp. 62-63.

<sup>229</sup> PINA, Rui de. **Croniqua delRey Dom Joham II**. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1950, p. 8.

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, pp. 120-121.

<sup>232</sup> PINA Rui de. op. cit. p. 153.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 154.

escreve que D. João II, atendendo ao pedido do manicongo,<sup>234</sup> enviou para lá primeiramente os aqueles que achava apropriados, a saber, “certos moços pequenos de seu reino”, que foram, antes de partir, ensinados a ler e escrever, bem como foram conduzidos a “aprender com todo cuidado as coisas de nossa fé”. O propósito anunciado pelo rei com tal escolha era para que, no seu retorno a Portugal, fossem aproveitados no reino, pois teriam aprendido por “meio de ambas as línguas e costumes” os pormenores do reino africano e, assim, poderiam, “a ele rei, muito servir”.<sup>235</sup>

A D. João II, entretanto, muitos já haviam recusado a ordem de partir “por recearem as dificuldades e perigos”<sup>236</sup> das viagens a esses lugares longínquos e em grande parte desconhecidos. Bastante difícil era para a coroa, nesse caso, encontrar aqueles que se dispunham a arriscar suas vidas em terras remotas, ainda que ela oferecesse oportunidades de reconhecimento e ascensão social. Por essas questões, a condição política e social dos que iam era plural, pois incluía os de sangue nobre, a nobreza de serviço e a grande massa dos anônimos, isto é, mareantes individuais, camponeses, pedreiros, carpinteiros, estrangeiros e outros marginalizados.<sup>237</sup> A despeito dos esforços da coroa portuguesa de enviar para lá as famílias nobres, ao fim e ao cabo, os que iam eram os que acabavam sendo reconhecidos de forma vaga e abrangente como: os “que bem serviam” à coroa,<sup>238</sup> os que dispunham de “atreimento”, os “assaz valente[s] no ofício das armas”,<sup>239</sup> ou “valente[s] e ardido[s]”,<sup>240</sup> “valente[s] por seu corpo”, “provado[s] em muitos e grandes perigos”,<sup>241</sup> ou como vimos acima, que tivessem conhecimento acerca dos labores da terra, das obras, ou das tarefas domésticas, por exemplo.

---

<sup>234</sup> *Mani*, variação aportuguesada de *Mwene*, era o título designado aos chefes locais do reino do Congo pelos nativos. Foi incorporado pelos viajantes europeus em seus escritos. *Manicongo* (Mwene-e-kongo) era a designação do governante máximo do Congo. Cf. MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do Visível** – Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018, p. 16; LOPES, Nei. MACEDO, José Rivair. **Dicionário de História da África** – Séculos VII a XVI. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 197; COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. pp. 361-362.

<sup>235</sup> PINA, Rui de. op. cit. p. 154.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Como veremos no decorrer desta primeira parte do capítulo, os perfis, interesses e funções dos que viajavam nesta centúria de Quatrocentos, era difusa e se confundia. O historiador António Santos Pereira em sua obra *Portugal, o Império Urgente*, destaca que àquela altura o espaço português tornava-se um mundo de oportunidades, e para lá, chegavam estrangeiros mercadores, mestres de obras, metalúrgicos, lavradores, principalmente de origem italiana e castelhana, mas também flamengos, ingleses e gauleses, que se lançavam também aos confins africanos em busca dessas oportunidades. Cf. PEREIRA, António dos Santos. **Portugal, o Império Urgente** (1475-1525) – os espaços, os homens e os produtos. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, pp. 160-162.

<sup>238</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 56.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 81.

O cronista Gomes Eanes de Zurara, não obstante se mostre preocupado em realçar os grandes feitos a partir dos nomes de alguns, de modo a engrandecer os propósitos da expansão e a legitimar a presença portuguesa em terras africanas, deixa entrever esses pequeninos ou os anônimos que, por vezes em quantidade, também participaram desse processo.<sup>242</sup> O cronista conta que, em 1441, ano em que se fizeram os primeiros cativos no rio do Ouro, Antão Gonçalves, guarda-roupa do Infante e “homem assaz de nova idade”, junto a Afonso Gutierrez, “um outro moço da câmara que era com ele, e assim os outros do navio, que eram todos 21”,<sup>243</sup> convidaram os presentes a irem além da missão da qual foram encomendados pelo Infante, adentrando as terras em busca dos cativos. Em alguns momentos, como no narrar desta cena, Zurara empresta protagonismo aos pequeninos, concedendo-lhes a voz:

Vós vedes o que fazes, responderam os outros, cá pois capitão sois, é necessário que aquele que mandar seja obedecido, não como Antão Gonçalves, mas como nosso senhor, pois bem deves de cuidar que aqueles que aqui somos da criação do Infante nosso senhor, temos desejo e vontade de o servir, até por nossas vidas na sorte do derradeiro perigo.<sup>244</sup>

O mercador veneziano Luís de Cadamosto, no relato de sua viagem pela costa ocidental africana empreendida no ano de 1455, ainda que tenha narrado em primeira pessoa as experiências de sua viagem, deixou entrever igualmente o protagonismo de seus companheiros quando tinham de tomar certa decisão. Certa vez, quando estavam na altura das ilhas caboverdianas, após terem navegado por longo período, o mercador veneziano e o genovês Antoniotto Usodimare, que havia encontrado no caminho, manifestaram aos seus companheiros mareantes o desejo conjunto de irem mais adiante descobrir outras partes, mas os navegadores se recusaram, argumentando que “estavam desejosos de regressar às suas casas”, pois diziam não “quererem experimentar mais expor-se ao perigo” e, em seguida, “começaram a clamar dizendo que tal coisa não queriam consentir e que bastava aquilo que [já] tinham feito” pelos mercadores italianos Cadamosto e Usodimare, no decorrer daquela viagem.<sup>245</sup> Os mercadores, por sua vez, “a fim de evitar escândalo”, resolveram retornar à Espanha, pois, segundo as palavras de Cadamosto, aqueles eram “homens muito teimosos e obstinados.”<sup>246</sup>

<sup>242</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, p. 38.

<sup>243</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 72.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 155.

<sup>246</sup> Idem.

Outros, de condição inferior, que partiram do reino português sem qualquer apoio da coroa, foram os indivíduos ou as famílias desvalidas.<sup>247</sup> Citando o filósofo antigo Tito Lívio, o cronista Zurara explica que as pessoas simples de “condição da plebe”<sup>248</sup> ou “vulgares do povo”<sup>249</sup> tendiam a estranhar os “grandes feitos” nos “começos”, pois “os de pequeno coração”, quando viam o “fundamento das grandes coisas” sempre lhes parecia “muito maiores” do que elas realmente eram, e por essa falta de conhecimento da dimensão dos lugares e coisas descobertas, traziam consigo muitas dúvidas a respeito daquelas novidades.<sup>250</sup> No entanto, apesar de tamanho receio e desconhecimento, em outro momento o cronista narra que desde os tempos das primeiras chegadas nas ilhas atlânticas, quando as gentes, “vendo as grandes armações que o Infante fazia, com tamanhas despesas”, logo “deixavam o cuidado de suas próprias fazendas, e ocupavam-se em partir”;<sup>251</sup> episódios que, em suas palavras, presenciou no tempo “das obras deste nosso príncipe”. Em meados do século, Cadamosto, ao aportar nas Ilhas das Canárias, das sete ilhas encontrou quatro habitadas por cristãos: Lançarote, Forte Ventura, Gomera e Ferro. Ali, os cristãos já eram muitos, e viviam misturados aos canários e “pouco se entendiam uns com os outros” por causa da diferença das línguas.<sup>252</sup> Como sublinhou o cronista, o desconhecimento trazia dúvidas e receios, e também expectativas que nem sempre condiziam com a realidade encontrada. Ou ainda, a realidade com a qual se deparava não diferia muito da que já se vivia em Portugal.<sup>253</sup> Narra o mercador veneziano que nas ilhas os cristãos acabavam vivendo a partir daquilo que ali se encontrava, fosse semelhante ao sustento português, totalmente distinto ou escasso. A alimentação durante os primeiros anos consistia basicamente em “pão de cevada, carne e muito leite, principalmente de cabras”, mas “poucos frutos” havia e “quase nenhuma outra coisa” tinham como “boa” como em terras portuguesas, como o vinho

<sup>247</sup> Dentre estes, haviam os homens que foram chamados de “lançados” porque eram esquecidos ou deixados nas praias africanas pelas caravelas portuguesas. As razões eram diversas, seja por terem cometido algum crime em terras cristãs ou a bordo, por buscarem autonomamente riquezas e aventuras, ou simplesmente por quererem levar uma vida excêntrica nas novas terras. Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, pp. 229-230.

<sup>248</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 103

<sup>249</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>251</sup> Ibidem, pp. 95-96.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>253</sup> Apesar das moradias no espaço rural português se localizarem em espaços campais relativamente grandes, as casas eram constituídas por apenas um cômodo pequeno, escuro e sem espaço suficiente para comportar as famílias e os poucos objetos que possuíam. As moradas eram assim não somente devido ao aspecto das condições de vida, mas porque uma casa maior, a um camponês, era considerada uma sobeja. Ao mencionar especialmente a falta ou escassez do vinho e do trigo no cotidiano daqueles cristãos, Cadamosto deixa entrever a importância desses produtos àquelas gentes, pois eram a base alimentar e de consumo dos mais pobres, e no caso do vinho, era também um importante sustento das famílias que os produziam nos campos para a venda nas áreas urbanas. Cf. COSTA, Adelaide Pereira Millán da. O espaço urbano e o espaço rural. IN: MATTOSO, José. (dir); VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. (coord.). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010-2011, pp. 45-46.

e o trigo. Lá, não se tinha muito vinho, e o trigo só conseguiam se de outras partes fosse trazido.<sup>254</sup>

O navegador português Diogo Gomes legou-nos também alguns detalhes acerca das gentes que foram para as ilhas; as suas expectativas e os seus modos de vida. Narra que o responsável por povoar a ilha de Forte Ventura foi um fidalgo francês que, juntamente com “todas as coisas necessárias” como “instrumentos, ferramentas e trigo”, para lá levou toda a sua família<sup>255</sup> e “homens e mulheres que da sua pátria consigo trouxera”.<sup>256</sup> Seria por isso, ressalta o navegador, que “até hoje em dia as mulheres que habitam na ilha [...], na linguagem e no trajar se assemelham às francesas.”<sup>257</sup> No entanto, Diogo Gomes, assim como Cadamosto, Pina e outros, levam a supor que as gentes só iam para as terras descobertas povoá-las quando tinham notícias sobre certos atributos que demonstrassem serem essas habitáveis, e valorizavam qualidades tais como: “terreno muito produtivo e abundante”,<sup>258</sup> “muito fértil”,<sup>259</sup> “abundante de águas e de belíssimas fontes”,<sup>260</sup> “bondade da terra”,<sup>261</sup> “águas corredias que levam para regar a qualquer parte que querem”,<sup>262</sup> terra “de bons ares e sadia”.<sup>263</sup> A mesma lógica de habitação conduziu aqueles que seguiram para Arguim. Gomes narra que, após o reconhecimento da ilha pelos enviados do Infante, e a constatação de que ali tinham “muitos lugares onde nasce água doce na areia”, é que então D. Henrique mandou construir o castelo e “pôs ali gente sua cristã”.<sup>264</sup>

Pouco a pouco as ilhas atlânticas, a região de Arguim e as ilhas cabo-verdianas, até a década de 60 do século XV, iam sendo povoadas por aventureiros europeus, pelas famílias que buscavam melhores condições de vida ou por cristãos novos que buscavam recomeçar suas vidas longe das determinações impostas contra os seus costumes pela Igreja Católica e pelas ordenações régias em terras ibéricas,<sup>265</sup> e estes acabavam se misturando aos nativos destas

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>255</sup> O uso da palavra família (em latim, *familia*) na Idade Média não era recorrente, mas quando utilizado, estava associado à nobreza e ao conjunto doméstico que o acompanhava, entre parentes consanguíneos, servos e criados. Cf. VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. A família – estruturas de parentesco e casamento. IN: MATTOSO, José. **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010-2011, p. 126.

<sup>256</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 93.

<sup>257</sup> *Idem*.

<sup>258</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 92

<sup>259</sup> *Idem*.

<sup>260</sup> *Idem*.

<sup>261</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit., p. 386.

<sup>262</sup> *Ibidem*, p. 387.

<sup>263</sup> *Idem*.

<sup>264</sup> SINTRA, Diogo de. op. cit. p. 61.

<sup>265</sup> MACEDO, José Rivair. Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV. **Bulletin du centre d'études médiévales**, nº 2, 2008, pp. 6-7.

partes e aos cativos que eram trazidos da Berberia e da Senegâmbia pelas caravelas portuguesas.<sup>266</sup> O comércio, que foi sendo desenvolvido no triângulo ilhas atlânticas, ilhas cabo-verdianas e Arguim, contribuiu para aumentar a população das terras e para a ocupação das que estavam desabitadas, constituindo, igualmente, um grande atrativo a outros perfis de viajantes.

## Capítulo 2 - Precauções e desafios nas viagens quatrocentistas

Os vários viajantes que, como vimos, se deslocaram para a África no século XV, entre eles cavaleiros, enviados em missões diplomáticas, mercadores, missionários, aventureiros e marinheiros em geral, a despeito de suas origens e perfis, encontraram formas de transmitir uns aos outros os pormenores do percurso, dos povos e dos lugares alcançados.<sup>267</sup> Além dos relatos, crônicas, cartas e diários de bordo que foram escritos ao longo desse século, o hábito de narrar um ao outro, como fizeram os navegadores Diogo Gomes, Pedro de Sintra e Diogo Cão, por exemplo, contribuía para formar uma rede de informações que alcançava diversas pessoas nos vários reinos da Cristandade.<sup>268</sup> Os que iam àquelas terras traziam notícias acerca das distâncias, do clima, das feiras de trocas, da qualidade dos rios e das terras, da hostilidade ou de alguma recepção dos povos e, por fim, das relações comerciais ou diplomáticas que já vinham sendo firmadas. Essas notas tinham o potencial de tornar menos desconhecidos e penosos os percursos dos que intentavam ir, auxiliando-os na preparação das viagens acerca do que deveriam levar, dos cuidados a serem tomados, de qual seria a melhor época do ano para partir, a quantidade ideal de homens para determinada missão, etc.

Muitos dos que partiram eram viajantes afeitos ao mar, experimentados nas artes da navegação;<sup>269</sup> mercadores, corsários<sup>270</sup> e marinheiros que conheciam bem os mares próximos, do Norte ao Mediterrâneo; ou que, afeitos às armas, haviam partido para o norte da África nos primeiros anos do século XV. Havia também os letrados que, interessados nos avanços expansionistas e nas relações com os povos africanos, seguiram nas viagens àquelas partes para

<sup>266</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. pp. 232-233.

<sup>267</sup> BARATA, Filipe Themudo. As viagens e os mecanismos de circulação da informação. In: **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, pp. 48-54.

<sup>268</sup> ANDRADE, A. A. Banha de. **Mundos novos do mundo** – panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pp. 8-10.

<sup>269</sup> LEITÃO, Manuel. A marinharia nos descobrimentos marítimos portugueses. **Actas do seminário ciência náutica e técnicas de navegação nos séculos XV e XVI**. Macau: Instituto Cultural de Macau, Centro de estudos marítimos de Macau, 1988, pp. 137-154.

<sup>270</sup> FONSECA, Luís Adão da. Las navegaciones corsárias y la travesías comerciales de los portugueses en el Mediterráneo. In: **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993, p. 152.

conferir os eventos de perto. Levavam em média na viagem de dois a cinco dias quando o destino eram as ilhas atlânticas – quase o mesmo tempo de viagem do Porto a Lisboa, de Lisboa ao sul de Portugal,<sup>271</sup> ou do norte da península Ibérica à Inglaterra;<sup>272</sup> e rumo às praças marroquinas levavam de cinco a sete dias, a depender do ponto de partida, das condições climáticas e do itinerário.<sup>273</sup> Os riscos que corriam no caminho não eram novidade, mas não deixavam de surpreender por sua intensidade: as tempestades, que vez ou outra derrubavam um navio; os sequestros e ataques de corsários;<sup>274</sup> as enfermidades em mar e em terra, as baixas na guerra, vividas também pelos que praticavam o curso.<sup>275</sup> O confronto com mouros, árabes e alarves<sup>276</sup> – relação esta que oscilava entre a inimizade religiosa e a parceria comercial – era também comum no cenário comercial do mediterrâneo,<sup>277</sup> das feiras magrebina e das rotas saarianas.<sup>278</sup> Nos lindes desses espaços, que se tornavam cada vez mais próximos e familiares aos cristãos, conheciam-se muito bem as rotas marítimas, as relações de comércio e o que se podia encontrar. Até o início da década de 1430, ninguém ousava se arriscar naquela região do Bojador,<sup>279</sup> onde as tormentas eram tão violentas, que só se tinha “esperança de morte”.<sup>280</sup> Tampouco ousavam se arriscar para além do grande deserto africano, devido aos calores tórridos, a ausência de água, e ao horizonte arenoso que parecia não ter fim.<sup>281</sup>

Tal mundo conhecido, de espaços e relações bem estabelecidas, tinha estado relativamente sob domínio até que, com a transposição do cabo Bojador, se constatarem “coisas muito pelo contrário” do que até então se presumia.<sup>282</sup> Um mundo até então desconhecido foi

<sup>271</sup> SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.) A Expansão Quatrocentista. Vol. II. IN: **Nova História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 141-142.

<sup>272</sup> BELLO LÉON, Juan Manuel. HERNÁNDEZ PEREZ, Beatriz. Una embajada inglesa a la corte de los Reyes Católicos y su descripción en el <<Diario>> del Roger Machado. Año 1489. C.E.M.Y.R. **Revista En La España Medieval**. n. 26. Universidade de la Laguna, 2003, pp.167-202.

<sup>273</sup> SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. op. cit. Idem.

<sup>274</sup> Ver: FONSECA, Luís Adão da. Las navegaciones corsárias y la travesías comerciales de los portugueses en el Mediterráneo. In: **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993, p. 152. VENTURA, Margarida Garcez. Navegadores, piratas, corsários, guardiães da Cristandade portuguesas no Mediterrâneo em meados do Séc. XV. Nº 27-28. **Revista Estudios Jacobios y Medievales**. Espanha: 2010. <<<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/259614>>> Acesso em 06 Ago. 2018.

<sup>275</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962, pp. 187-188.

<sup>276</sup> Complexo étnico arabizado que viviam no interior da África, mas na região desértica. Ver: CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1990, p. 27.

<sup>277</sup> REAL, Manuel Luís. Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coord.). **Cristãos contra muçulmanos da Idade Média Peninsular** – bases ideológicas e doutrinárias de um confronto (Séculos X-XIV). Lisboa: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015, pp. 39-92.

<sup>278</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. op. cit. pp. 111-112.

<sup>279</sup> LOPES, Paulo. op. cit. p. 89.

<sup>280</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 50.

<sup>281</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. **Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África**. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 34-36.

<sup>282</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 55.

aberto por esses homens, que passaram a viajar sem as garantias que outrora dispunham, pois não estavam certos se as provisões que levavam eram suficientes para sobreviver àquelas distâncias, qual era a qualidade dos rios e das terras, se lá encontrariam gentes ou se estas seriam dos tipos que conheciam. Os que navegaram no início do período henriquino, e que alcançaram as partes da Guiné, Serra Leoa e Cabo Verde, ainda podiam ser guiados pelas referências geográficas de Ptolomeu, navegando em suas galés e batéis sem maiores sustos ou dificuldades. No entanto, por volta de 1450, o mundo dado a conhecer por Ptolomeu começa a ser questionado pelos que alcançavam os lugares mais distantes. Em seu relato, Diogo Gomes de Sintra afirma ter se conduzido até certo ponto sob a “devida vênua do ilustríssimo Ptolomeu”, que “escreveu acerca da divisão do mundo”. Mas a partir de certa altura alcançada, e dependendo do que avistava, chegava à constatação de que, em algumas coisas, Ptolomeu tinha se enganado.<sup>283</sup> Quase 30 anos mais tarde, o cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira iria reverenciar os ensinamentos dos filósofos antigos, como Ptolomeu, Pompônio Mela, Tito Lívio e Marco Túlio, por exemplo, mas não deixa, tampouco, de reiterar que, em certas coisas, os antigos haviam se enganado, pois “a experiência” era a “madre de todas as coisas”, e que, nas palavras do cosmógrafo, “nos desengana, e de toda dúvida nos tira”.<sup>284</sup>

Os que iam mais longe, em finais do século, já não podiam contar com os mapas ptolomaicos pouco antes usados como guias pelos quatrocentistas, muito menos com as grandes e pesadas galés para navegar aos lugares distantes,<sup>285</sup> e já não dispunham de informações sobre as distâncias e o tempo gasto com as quais contavam nas viagens para os lugares conhecidos. Apesar do avançado conhecimento astronômico e náutico que os portugueses já tinham antes da chegada na costa africana – e que pôde bem servi-lhes durante aquelas primeiras chegadas –,<sup>286</sup> algumas mudanças sutis na objetivação desse conhecimento também foram sentidas, bem como realizadas de acordo com a necessidade do momento: conforme mais longe se chegava e menos se conhecia.<sup>287</sup> Diogo Gomes escreve que, quando alcançou as terras de Cabo Verde, ele tinha “um quadrante” consigo, onde escreveu “na tábua do quadrante a altura do polo Ártico”, ao invés de escrever numa “carta” marítima. E assim achou melhor fazê-lo,

---

<sup>283</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 63.

<sup>284</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 20.

<sup>285</sup> RUSSEL-WOOD, J. R. **The Portuguese Empire, 1415-1808 – A World on the move**. London: The Johns Hopkins University Press, 1998, pp. 28-29.

<sup>286</sup> ALBUQUERQUE, Luís de. **Dúvidas e certezas dos descobrimentos portugueses**. 2ª Parte. Lisboa: Documenta Historica, 1991, pp. 34-35.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 11.

pois, de acordo com as suas palavras, “é verdade que numa carta se vê a rota de navegar, mas se alguma vez se introduz um erro, nunca se volta ao ponto primitivo”.<sup>288</sup>

As grandes dificuldades que emergiam nasciam, primeiramente, do desconhecimento das correntes marítimas naquelas partes.<sup>289</sup> Não se sabia, ao certo, onde se encontraria a “maré vazante”, nem onde as grandes rebentações conhecidas como “macaréu”<sup>290</sup> aconteciam. E quando, finalmente, se encontravam lugares de bom pouso, outras barreiras, da ordem da ignorância em relação àqueles espaços, se apresentavam: as doenças, os ataques das gentes, as adversidades do clima, a língua. Os viajantes e exploradores quatrocentistas tiveram de conhecer por suas próprias vivências os riscos e desafios daquelas terras e, assim, delimitar de forma quase rudimentar um primeiro cenário dos percalços no caminho e das precauções a serem tomadas no momento em que os espaços estavam sendo abertos.<sup>291</sup> Tudo isso visando auxiliar em suas próprias viagens, mas também nas viagens dos vindouros.

Os que foram primeiro nem sempre puderam prever os perigos e dificuldades daquelas terras longínquas, por isso, muitas das medidas de precaução adotadas foram surgindo só depois dos imprevistos, dependendo do que se encontrava no caminho. Em diversos momentos no seu roteiro, Duarte Pacheco Pereira contrapôs esses conhecimentos adquiridos a partir da experiência da descoberta ao conhecimento dos ensinamentos herdados dos antigos, demonstrando que muitas das coisas na África só poderiam ser conhecidas quando vistas e experienciadas.<sup>292</sup> Para os que iam àquelas terras para ficar por pouco tempo, as dificuldades poderiam ser menos sérias do que eram para os que ficavam muito tempo, ou para os que iam mais longe, mas ambos não estavam imunes à dificuldade que era, em geral, lidar com o desconhecido.<sup>293</sup>

---

<sup>288</sup> O quadrante astronômico era utilizado desde a Antiguidade, enquanto que as relativamente recentes cartas marítimas, ou “portulanos” datam do Século XIII. Tal afirmação demonstra a necessidade frequente de se improvisar a partir dos instrumentos que se tinha, para poder lidar com os desafios deparados no caminho. Cf. GASPAR, Joaquim Alves. **Cartas e projeções cartográficas**. Lisboa: Lidel, 2005, pp. 2-3; SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 91.

<sup>289</sup> FONSECA, Luís Adão da. op. cit. p. 215.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>291</sup> FONSECA, Luís Adão da. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993, p. 185.

<sup>292</sup> O historiador Francisco Domingues destaca que na época em que Duarte Pacheco Pereira viajou e escreveu, se passou a aceitar a experiência como critério de verdade. Cf. DOMINGUES, Francisco Contente. Horizontes mentais dos homens do mar no século XVI – A arte náutica portuguesa e a ciência moderna. In: VENTURA, Maria da Graça M. (coord.) **Viagens e viajantes no atlântico Quinhentista** – Primeiras Jornadas de História Ibero-Americana. Lisboa: Edições Colibri, 1996, 213.

<sup>293</sup> DOMINGUES, Francisco Contente. loc. cit. p. 206.

## 2.1 O que levar, o que esperar, a fortuna e a desventura

As recomendações (atribuídas, nos relatos, ao Infante D. Henrique) aos primeiros navegadores que partiram nas décadas de 30 e 40 do século XV eram, em sua maioria, vagas e idealistas, dadas as circunstâncias desbravadoras. Deveriam ir “o mais avante” que pudessem e trabalhar em “haver língua desta gente”, motivo pelo qual nenhum navio partia se não estivesse minimamente armado, pois, eventualmente, “convinha pelejar com aqueles infiéis”.<sup>294</sup>

Partir com embarcações mais equipadas belicamente e com o maior número de homens, acompanhadas de barcas pequenas que pudessem adentrar rios, mostrando-se mais ágeis, foi também, entre outras razões, uma medida de precaução que foi sendo adotada ao longo do Quatrocentos, devido às experiências vivenciadas naquelas terras e mares desconhecidos. A embarcação de Afonso Gonçalves Baldaia, que partiu na década de 1430, entre as coisas que levava estavam “dois cavalos que o Infante dera para mandarem neles dois moços” para o reconhecimento das terras. Entretanto, os dois jovens, Heitor Homem e Diego Lopes de Almeida, que na época tinham 17 anos, julgaram por bem, para “darem menos trabalho a si e aos cavalos”, deixar as armas de defesa para trás e levarem consigo somente suas lanças e espadas caso necessitassem. No entanto, os dois não sabiam “quais nem quantas gentes achariam”<sup>295</sup> e, por pouco, não sucumbiram aos ataques dos mouros com os quais se depararam no caminho, ficando um dos jovens gravemente ferido em um dos pés.

Pouco mais de dez anos depois, Antão Gonçalves partiu em uma simples barca,<sup>296</sup> possivelmente uma galé ou uma nau redonda<sup>297</sup>, já que o motivo de sua missão era tão somente “carregar aquele navio de couro e azeite daqueles lobos marinhos”, como refere o cronista Zurara.<sup>298</sup> Entretanto, quando Gonçalves e seus acompanhantes de viagem chegaram à região do rio do Ouro, decidiram por fazer alguma “presa”, e tiveram algum sucesso nessa empreitada – em contraposição à expedição dos dois jovens de Baldaia, por estarem em maior número em terra e melhor armados.<sup>299</sup> Com o tempo, fez-se necessário partirem com embarcações menores acompanhadas das maiores, dada a sua maior agilidade e praticidade, já que, por vezes,

---

<sup>294</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 56.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 59

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>297</sup> As galés e as naus redondas eram, respectivamente, navios longos e largos, propícios para as viagens curtas, e para o transporte de passageiros e mercadorias de pouco peso e volume, muito utilizados no comércio mediterrânico. Cf.: MARTÍNEZ-HIDALGO, José M. **Las naves del descubrimiento y sus hombres**. Madrid: Editorial Mapfre, 1991, pp. 21-22.

<sup>298</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 65.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 67.

convinha pelejar contra aquela gente. Na expedição de Mafaldo, o cronista português destaca como um batel grande e pesado poderia representar “derradeiro perigo”. Em uma peleja contra os mouros, Álvaro Gil, que tinha um batel pequeno, “mais prestes ou de melhor entrada”, assim como o batel de Mafaldo, pôde rapidamente se refugiar nas barcas e salvar-se a si e a seus homens. Já o batel de Gonçalo Pacheco, por ser um “batel grande” e que para sua entrada exigia uma subida mais alta, diferente dos outros que eram menores, dificultou a fuga dos marinheiros cristãos, o que acabou resultando na morte de sete deles pelas lanças mouras.<sup>300</sup>

No prólogo do relato de Diogo Gomes, é narrado que, após essas primeiras experiências, D. Henrique se tornou mais precavido, aconselhando seus subordinados a que, “no futuro, não brigassem com aquelas gentes naquelas regiões, mas que tratassem alianças e [...] comércio”. Ainda assim, por ter recebido notícias “tão horrendas” acerca daqueles ataques, passou a mandar suas caravelas armadas “de paz e de guerra”.<sup>301</sup> Embora a intenção das viagens fosse a relação de paz comercial, nos anos que se seguiram, os relatos indicam que as embarcações partiam mais preparadas para a guerra, pois partiam mais armadas e menos desprotegidas em número de homens.<sup>302</sup> Na altura do rio Gâmbia, a embarcação de Cadamosto que sempre teve a “intenção de tratar com o país boa paz e concórdia, ou deles alcançar amizade”, ou seja, não chegar “por armas nem por força”, em dado momento, por não terem se entendido na comunicação com os povos dali, foram atacados por “suas flechas envenenadas”, mas rapidamente cobriram os navios, armaram-se, ordenaram os postos, ainda que em sua concepção estivessem “mal prestados” de armas,<sup>303</sup> demonstrando, por sua vez, que estavam mais preparados para aquele tipo de situação, e que nenhum navio partiria se não estivesse minimamente armado, apesar das intenções naquelas terras.

Para se precaver desses ataques surpresas, fez-se necessário, além do reforço bélico, desenvolver meios de reconhecer melhor os espaços, bem como garantir a comunicação entre as embarcações. O esforço pela sistematização dos lugares, e a melhoria da comunicação, foi também um dos aperfeiçoamentos necessários ao longo do tempo pelos que apenas passavam pela costa africana, ou pelos que chegavam a adentrar as terras e desejavam retornar às embarcações. O estabelecimento de certos pontos de encontro, que mais tarde se tornaram conhecidos pontos de referência, foi fundamental durante essas primeiras chegadas. Para facilitar esse reconhecimento, os viajantes deram nomes aos cabos, aos estuários e aos rios –

---

<sup>300</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>301</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 67.

<sup>302</sup> MARTÍNEZ-HIDALGO, José M. **Las naves del descubrimiento y sus hombres**. Madrid: Editorial Mapfre, 1991, p. 31.

<sup>303</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 151-152.

mesmo que, por vezes, acabassem por se apropriar dos nomes africanos –, e também fincaram cruzeiros ou marcaram as pedras com dizeres que pudessem auxiliar outros que passassem ali. Na região do Cabo Branco, o navegador português Diogo Afonso pôs em terra “uma cruz grande de madeira”, para que os que viessem “após ele” pudessem “conhecer” que ele já havia estado ali. A cruz foi posta com “tal firmeza”, segundo narra o cronista Zurara, que por “muitos anos durou ali”.<sup>304</sup>

A própria escolha dos nomes dos lugares revelava os cuidados quanto ao perigo eminente que tal embocadura ou parcel representava. Uma espécie, pois, de sobreaviso aos vindouros. A expedição, acima referida, de Gonçalo Pacheco, Dinis Eanes e Mafaldo, encontrou no caminho, próximo à região do Cabo Branco, um “escrito” que havia sido colocado por Antão Gonçalves alguns anos antes, que “avisava os que por ali passassem que não tomassem trabalho de ir sobre aquela aldeia com esperança de proveito”, pois de acordo com os dizeres, o navegador a havia encontrado despovoada, e tampouco encontrara proveitos.<sup>305</sup> A escolha dos nomes se dava também por causa das singularidades físicas notadas logo à primeira vista. Como bem ilustrou Diogo Gomes, o nome “Cabo de Não” foi escolhido há muito tempo atrás, e significava que “quem passar além do cabo de Não tornará, sim ou não.”<sup>306</sup> O mesmo se deu no caso do Cabo Branco, que, segundo Cadamosto, foi escolhido por causa de um grande parcel de areia branca que, desde muito longe, se podia observar, indicando o começo do grande deserto,<sup>307</sup> e o Cabo Verde, por ser o oposto, “inteiramente verde pelas grandes árvores que, continuamente, estão verdes todo o tempo do ano”.<sup>308</sup> O próprio Mar Oceano, o Atlântico, era mencionado pelos quatrocentistas como “mar tenebroso” ou confins do mundo. Já outros lugares, como a ilha Branca e a ilha das Garças, por exemplo, foram assim nomeados por serem, respectivamente, ilhotas “arenosas e despovoadas”.<sup>309</sup>

O reconhecimento dos lugares por nomes ou símbolos definidos pelos que por lá andavam, não era, entretanto, o suficiente para garantir a comunicação entre os navegantes e as caravelas que partiam em grupos. Um cuidado que foi sendo tomado pelos mareantes no decorrer das viagens foi o de, antes das partidas, ou mesmo durante o trajeto, acordarem entre si quais seriam os pontos de pouso ou de reencontro, caso as embarcações se perdessem umas das outras. Em uma missão com três caravelas, capitaneadas por Antão Gonçalves, Garcia

---

<sup>304</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 151.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 172-173.

<sup>306</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 51.

<sup>307</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 101.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>309</sup> Idem.

Homem e Diego Afonso, que partira para a África, em 1445, para buscar João Fernandes que ali ficara, “tiveram acordo” entre eles de “seguir diretamente ao Cabo Branco”, pois, em caso de serem separados pela sorte, “que todavia endereçassem seus navios ao dito cabo.”<sup>310</sup> Para facilitar o reencontro, Diogo Afonso fincou uma cruz, para honra de Cristo, mas também como sinal para algum outro navegador que “passasse por aquela costa”.<sup>311</sup> Pouco tempo depois, uma grande expedição de nove caravelas e dois navios,<sup>312</sup> que tinha como capitães Gil Eanes, Tristão Vaz Teixeira e outros, partiu de Lagos em Portugal com destino à Ilha de Arguim, e os navegadores tinham “já por seu usual acordo de se encontrarem no Cabo Branco”,<sup>313</sup> caso se perdessem ou enfrentassem tormentas que pudessem atrasar a viagem. Da mesma técnica fez uso a embarcação de Vasco da Gama no final da década de 1490, quando intentava chegar às Índias contornando a costa africana; logo ao deixar Portugal, uma das caravelas sofreu “tamanha cerração” que se perdeu de toda a frota, e então as outras caravelas fizeram o caminho das Ilhas do Cabo Verde como havia sido combinado<sup>314</sup>

Os desacertos e os desencontros eram alguns dos imprevistos que faziam mudar o curso da viagem, e colocar os homens à mercê da “ventura”, como se dizia. A partir de meados do século XV, quando se tornou recorrente e mais seguro partir em maior número de caravelas e pessoas nas expedições, nas palavras do capitão Mafaldo, nesses casos sempre havia “variados desacordos”<sup>315</sup> e desencontros, seja pela discórdia entre os navegadores sobre determinado trajeto no decorrer da viagem, seja pela infortuna das correntes marítimas e das dispersões nas terras que separavam os homens. À vista disso, Zurara destacou o quão importante era, a despeito dos desacertos entre os navegadores, não “passar o mandado de seu senhor ou maior, por nenhum modo”.<sup>316</sup> Os encontros, por sua vez, também mereceram menção, dada a recorrência dos desencontros, bem como são referidos os danos causados por esses imprevistos nas viagens. Quando as embarcações da expedição de Vasco da Gama, que haviam partido juntas, se reencontraram, após terem sido separadas por uma cerração marítima, a alegria do reencontro foi tamanha que mereceu uma grande comemoração. Naquela manhã de julho de

---

<sup>310</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 164.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 165-166.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> VELHO, Álvaro. **Roteiro da viagem de Vasco da Gama**. 2ª ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939, p. 2.

<sup>315</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 199.

<sup>316</sup> O cronista se refere aos capitães nomeados em cada expedição. Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 136.

1497, atiraram-se “bombardas” ao ar, e os navegadores tocaram trombetas, “tudo com muito prazer” e com muita alegria, em razão do reencontro.<sup>317</sup>

Embora esses viajantes quatrocentistas se empenhassem em ser mais cuidadosos, tomando certas precauções, os encontros e desencontros, por serem devidos também à má, ou boa sorte dos homens, fugiam comumente de seu controle. Nas síntese de Zurara, “a maior parte dos feitos do mundo” estavam “mais sujeitos à fortuna do que à razão”,<sup>318</sup> de forma que uma campanha bem-sucedida – sucesso relacionado às bondades marítimas durante a navegação, ao aprisionamento de cativos, ao ganho de riquezas e, finalmente, ao retorno para casa – dependia desses mistérios da “fortuna”, da “sorte”, da “ventura”.<sup>319</sup> Em uma das muitas campanhas visando a busca de cativos em meados do século XV, Zurara destacou aquela de Dinis Eanes, da qual Álvaro Vasques filhou 35 mouros. Os viajantes já estavam cansados em demasia por causa da quentura do sol e do trabalho, “uns de remar” e “outros de andar a pé”, mas o escudeiro Álvaro Vasques, homem de “nobre criação”, “desejoso de se mostrar entre os outros”, deixou de lado todo o cansaço, e decidiu partir em busca de cativos. Todavia, nas palavras do cronista, a despeito de todo o esforço, o sucesso de Vasques só seria possível caso “a ventura não fosse contrária.”<sup>320</sup>

De acordo com as experiências narradas, como vimos, os homens pareciam estar mais sujeitos à sorte do que propriamente movidos pela razão, isto é, de pouco lhe valiam as previsões que intentavam fazer antes das viagens. Em terras longínquas e desconhecidas, onde não se tinha o conhecimento exato das distâncias e do tempo que seria despendido naqueles trajetos, fazer previsões acerca do consumo alimentar das pessoas era também um dos grandes desafios das viagens. Tal preparação era indispensável, mas nem sempre era possível se alcançar precisão no que diz respeito à relação entre tempo, distância e consumo. Entre os pontos a se levar em consideração na preparação, alguns aspectos eram incontornáveis: a quantidade de homens a viajar, o tempo à deriva e o tempo em terra.<sup>321</sup> No entanto, as viagens de descoberta tinham esse caráter caliginoso, de forma que, a depender da distância alcançada, e do tempo em alto mar, os mantimentos podiam facilmente apodrecer antes do esperado, a água potável acabar ou, pior, poderiam frustrar-se as expectativas de encontrar terras aptas a

---

<sup>317</sup> VELHO, Álvaro. op. cit. p. 2.

<sup>318</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 179.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 189-191.

<sup>321</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. Alimentação. In: SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova história da expansão portuguesa** – a expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 142-143.

oferecer alimentos que não trouxessem risco à saúde do corpo, mas também da alma.<sup>322</sup> Por essa razão, em algumas situações, os homens foram obrigados a retornar, quando não acabavam sucumbindo à inanição, à sede ou à morte por causa do veneno das plantas.<sup>323</sup>

Quando, na altura das décadas de 1440 e 1450, já se podia começar a precisar: em média 10 dias até Arguim, de 12 a 15 dias até o Cabo Verde, e mais de um mês a São Tomé,<sup>324</sup> ainda que os homens se empenhassem, antes das partidas, em fazer os cálculos sobre as estimativas de consumo, levando em consideração o tempo previsto para cada percurso, a quantidade de pessoas a viajar, entre outros aspectos, tais planos poderiam alterar-se no meio do caminho: por serem insuficientes ou por terem de se ajustar às mudanças de percurso. Foi esse o caso da campanha de Mafaldo, em que os capitães dos navios, percebendo que nas terras dos mouros não encontrariam mais “presas”,<sup>325</sup> cogitaram ir até a terra dos negros em busca destes, pois, pelos seus cálculos, se ficassem aguardando naquelas terras que já não traziam proveitos, gastariam todo o mantimento da viagem. Se, porém, fizessem um rápido assalto nas terras dos negros, poderiam retornar a Portugal sem sofrerem a falta de água e alimento e, ainda, garantiriam uma quantidade maior de cativos.<sup>326</sup> Em alguns dos episódios narrados por Zurara, pode-se observar que situações semelhantes às da viagem de Mafaldo, em que o plano inicial acabava se alterando em razão do que naquelas terras se encontrava, eram recorrentes. São comuns as cenas dos navegadores a se reunirem rapidamente antes de um assalto, ou antes de deixarem os navios para adentrarem as terras. Momentos nos quais tomavam decisões das mais diversas ordens, tais como: quem deveria ficar; quem deveria ir; onde passariam a noite, se em terra ou no mar; quantas tentativas de ganhar proveitos em determinada região seriam recomendáveis; em que circunstâncias convinha mudar o plano inicial para outro que mais conviesse ao momento; e daí por diante. Somente após o “consentimento de todos”, pelo que sugerem os relatos, os rumos das viagens, que tinham sido tomados visando “coisa determinada”,<sup>327</sup> podiam ser alterados.

Em meados do século XV, o italiano Antoniotto Usodimare veio a atestar o quão perigoso era, para a viagem, se faltassem as provisões dos navegadores, pois, normalmente, dos víveres daquelas terras incógnitas “não podem os homens brancos de modo algum alimentar-

---

<sup>322</sup> MATTOSO, José. O corpo, a saúde e a doença. In: MATTOSO, José. **História da vida privada em Portugal**. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2011.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova história da expansão portuguesa** – a expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 142.

<sup>325</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 197.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>327</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 180.

se sem adoecer e morrer, só os podem comer os negros que lá nascem.”<sup>328</sup> Tais conjecturas a respeito do tempo a suportar em alto mar com os provimentos trazidos poderiam alterar os resultados da viagem, fazendo as embarcações retornarem antes do previsto ou sucumbindo os homens por inanição. O acompanhante de viagem de Vasco da Gama, Álvaro Velho, demonstra essa linha tênue entre o prosseguimento da viagem e os limites da sobrevivência humana, ao narrar que, após muito avançarem, chegando à região do Cabo da Boa Esperança, os navegadores haviam andado “tanto pelo mar”, sem tomarem porto, que já não tinham água que pudessem beber e nem o que comer, a não ser a água salgada do mar.<sup>329</sup> A expedição de Vasco da Gama havia sido a primeira grande viagem daquele século que, partindo de Portugal, intentava alcançar as Índias contornando toda a costa africana e, sem poderem prever com exatidão as distâncias e o tempo despendido naquele empreendimento, enfrentaram todo o tipo de dificuldades. Retornando das Índias, segundo as palavras de Velho, os marinheiros eram tão poucos em número, devido a todas as mortes, que era quase “impossível navegarem três navios com tão pouca gente” como eram.<sup>330</sup> Quando aportaram em Cádiz na Espanha em 15 de outubro de 1499, dos 150 homens que partiram naquela expedição, somente 55 retornaram com vida.<sup>331</sup>

Outra necessidade que, por fim, se fazia sentir logo nas primeiras viagens, e que passou a merecer a atenção dos que intentavam partir àquelas terras, seja para comercializar, relacionar as terras, ou simplesmente para conhecer, foi a de trazer intérpretes consigo. A barreira da língua se fez sentir desde os primeiros contatos, e foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos viajantes até, pelo menos, o final do século XV, quando, finalmente, se encontram intérpretes com mais facilidade, e os portugueses procuraram se empenhar em aprender as maneiras de falar dos africanos.<sup>332</sup> A ausência de um “língua” na expedição poderia ter mais desvantagem para uns do que para outros, dependendo do tempo que se queria ficar, o quão longe se pretendia chegar, bem como das razões das partidas. A Cadamosto e Usodimare, que viajaram para comercializar, tal questão se mostrou um fator decisivo para o sucesso ou não da viagem. Já para Afonso Gonçalves Baldaia, que viajou ao rio do Ouro na década de 1440 com a recomendação de ir “o mais avante” que pudesse, e não prioritariamente para comercializar – como fizeram os italianos acima referidos –, a falta de um intérprete foi sentida, pois o

---

<sup>328</sup> USODIMARE, Antoniotto. op. cit. pp. 382-283.

<sup>329</sup> VELHO, Álvaro. op. cit. p. 17.

<sup>330</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>331</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. As estruturas. IN: SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa – A Expansão Quatrocentista**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 150.

<sup>332</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria. Utopia e prática de navegar** (Séculos XIII-XVIII). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990, p. 118.

navegador voltou ao reino português “sem poder ter certo conhecimento” se os homens que encontrou “eram mouros” ou “gentios”. Não pôde tampouco saber “nem que vida tratavam ou maneira de viver tinham”<sup>333</sup> – a despeito desse pouco que pôde saber, a ele ainda assim foram acrescentadas honras.<sup>334</sup>

Essa prática de navegar com trugimãos como parte da tripulação era, pois, um dos cuidados incontornáveis, fosse para longe ou para perto. Todavia, para mais longe, as dificuldades eram acrescidas, dadas as limitações dos intérpretes. Luís de Cadamosto, a propósito desses, lança uma nota que vai se tornando recorrente nos relatos a partir de meados do século XV. O mercador veneziano afirma que “todos os nossos navios tinham trugimãos pretos,<sup>335</sup> trazidos de Portugal” e, além disso, se preocupa em descrever o que era um trugimão e de que maneira era possível adquiri-lo:

São escravos negros vendidos por aquele senhor de Senega [Senegal] aos primeiros cristãos portugueses que vieram descobrir o país dos Negros, os quais escravos se fizeram cristãos em Portugal, e aprenderam bem a língua hispânica, e adquirimo-los dos seus donos, com a retribuição e pagamento de lhes dar um escravo por cada um, e escolher em todo o nosso monte, pelo seu trabalho de trugimania; e, dando cada um destes trugimãos ao seu dono 4 escravos, eles os deixam forros. Por este meio, muitos escravos ficam forros, depois, por este meio da trugimania.<sup>336</sup>

O que Cadamosto denominou “trugimania” era a prática desenvolvida pelos navegadores e mercadores na costa africana de trocar os cativos que eles haviam capturado no caminho – e que para eles tinham menor valor –, pelos que falavam diferentes línguas e mostravam-se de maior proveito. Era um procedimento recorrente e ilustrativo da importância dos “línguas”<sup>337</sup> nas viagens. Após adquirir os cativos durante as campanhas ou a partir da compra destes nos portos portugueses, os senhores os cristianizavam e os treinavam na língua portuguesa, para em seguida trocá-los por outros cativos.<sup>338</sup> Todavia, em certa altura das regiões africanas, como foi dito anteriormente, os trugimãos mouros ou azenegues – utilizados frequentemente – já não podiam auxiliar os navegadores, pois a língua falada para além do rio Senegal, na denominada terra dos negros, já não era o árabe ou o alarve. Quando Cadamosto

<sup>333</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 61.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 57

<sup>335</sup> Dependendo dos relatos e das traduções, os viajantes ora se referem aos povos africanos como pretos, ora como negros. Nesta pesquisa adotaremos as terminologias utilizadas nos relatos, de acordo, igualmente, com as traduções correspondentes.

<sup>336</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 148-149.

<sup>337</sup> MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do visível** – poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018, p. 37.

<sup>338</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 156.

chegou à região do Cabo Verde e mandou seu trugimão se informar sobre qual terra seria aquela:

[...] tendo desembarcado e estando o barco um pouco ao largo, de repente vieram contra o sobredito trugimão muitos negros do país, os quais tinham visto os navios, e estavam escondidos na praia com arcos, setas e armas. E estavam, assim, emboscados para apanhar algum de nós em terra. Chegados a ele, falaram-lhe por espaço de pouco tempo; e do que eles disseram não tivemos notícia; só sabemos que, com fúria, começaram a ferir este nosso trugimão negro com umas espadas mouriscas curtas, e em tão pouco tempo o mataram que os do barco não o puderam socorrer [...], ficamos estupefatos e atônitos [...]<sup>339</sup>

O desagradável desfecho com o intérprete da tripulação de Cadamosto acabou desanimando os navegantes de continuarem contornando a costa, e de tentarem algum contato com os negros que surgiam vez ou outra nas matas ou nas almadias.<sup>340</sup> Era no calor dessas situações que os viajantes constatavam que os mouros, azenegues ou alarves do norte, levados como trugimãos, muitas vezes não sabiam falar as línguas dos guinéus, tampouco estes, chamados generalizadamente de guinéus, falavam as mesmas línguas entre si.

Quanto mais longe se chegava, mais estranhos aos cristãos se tornavam os povos e suas línguas. Só com a prática das viagens os marinheiros puderam aperceber-se disso. Como já exposto ao longo deste capítulo, muitas das providências a serem tomadas pelos que intentavam partir às terras de Guiné naquele século não estavam previstas e só ao longo do percurso foram concebidas, pois os homens não sabiam ao certo o que os esperava em mar e em terra para além do Bojador.

## 2.2 Os riscos nas águas e nas terras

Os caminhos para as ilhas atlânticas se tornavam cada vez melhor conhecidos no início do século XV. Entretanto, os lugares que estavam acolá do cabo Bojador, no grande Mar Oceano, continuavam ainda envoltos em mistérios lendários e permaneciam como espaços indefinidos. Duarte Pacheco Pereira rememora que, por 12 anos consecutivos, o Infante havia mandado caravelas àquele promontório no intuito de atravessá-lo, mas os homens retornavam, pois achavam “o fundo baixo [...] e, espantando-se com as grandes correntes, nenhum ousava de se alargar ao mar e passar além desse parcel, e então se tornavam à costa da Berberia e de

<sup>339</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 149.

<sup>340</sup> Ibidem, p. 155.

Granada”.<sup>341</sup> Zurara, por sua vez, explicou que os navegadores não ousavam passar aquele cabo devido à “novidade do caso”, pois diziam que, “depois desse cabo, não há gente nem povoação alguma, a terra não é menos arenosa do que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde”. E mais, as correntes eram “tamanhas, que navio que por ali passasse jamais poderia voltar”.<sup>342</sup>

A relação dos viajantes com as águas era ambígua. Estas, como vimos, poderiam incitar grande medo, mudando os rumos das viagens, fazendo com que os navios empacassem nos parcéis, ou mesmo desaparecessem para sempre nos redemoinhos. Por outro lado, as águas poderiam indicar uma terra boa para descanso,<sup>343</sup> boa para plantar e, igualmente, boa para beber. Segundo Zurara, quando os mareantes chegavam às terras, após longa viagem, e carregavam suas bolsas de água para beber, tinham “singular prazer” naquilo, pois “um dos principais refrescos com que a gente do mar folga, depois que anda por dias sem ele, assim é a boa água.”<sup>344</sup> Em uma das primeiras viagens às terras dos negros, Gomes Pires e seus companheiros se maravilharam com o rio Çanagá [Senegal], o qual acreditavam ser um braço do rio Nilo que desaguava no poente,<sup>345</sup> pois aquele tinha um aspecto singular, “uma cor da água do mar variada da outra, da qual era assim como cor de barro”.<sup>346</sup> Um dos navegadores, ao meter as mãos no rio, e depois “na boca”, “conheceu sua doçura”, gritando aos outros: a “água é doce!”<sup>347</sup> Então, todos “lançaram logo seu balde no mar”, provaram a água e beberam, como coisa que não parecia “ser tão boa como cumpria.”<sup>348</sup>

As águas estranhas dos rios, menos assustadoras do que as do grande Mar Oceano, poderiam até maravilhar os homens e mostrar bons sinais, como pudemos depreender do episódio anterior, mas eram também motivo de desventuras para os viajantes. O triste e conhecido fim de Gonçalo de Sintra e alguns dos seus companheiros, durante campanha nas ilhas de Naar, próximo à Guiné, se deu principalmente porque os homens “não sabiam nadar”, e acabaram ilhados e suscetíveis ao ataque dos mouros.<sup>349</sup> Por outro lado, a carência total das águas era, igualmente, hostil aos viajantes europeus. Nas palavras do cronista, o *Zaara* [Saara], terra dos *Azanegues* [Azenegues], “pelo falecimento das águas”, trazia àquelas terras “grande

<sup>341</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 82.

<sup>342</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 50-51.

<sup>343</sup> Ibidem, p. 264.

<sup>344</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 312.

<sup>345</sup> CURTO, Pedro Mota. **História dos portugueses na Etiópia** (1490-1640). Porto: Campo das Letras, 2008, pp. 77-79.

<sup>346</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 278.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 279.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 145.

secura”, impedindo, dessa forma, o florescimento de árvores e frutos, o acesso à água potável e o povoamento de alimárias úteis ao homem.<sup>350</sup> Fato é que, durante todo o Quatrocentos, o deserto africano foi motivo de desconforto aos viajantes que se lançavam às viagens, principalmente às mais distantes, pois, de acordo com o mercador veneziano Luís de Cadamosto, aquele parcel constituía uma barreira física ao avanço por terra, exigindo um certo preparo terrestre que os viajantes, afeitos ao mar, provavelmente não tinham.<sup>351</sup> Nas palavras desse viajante, os homens que atravessavam aquele deserto, isto é, os tais árabes e azenegues, tinham, para isso, “grande quantidade de camelos”,<sup>352</sup> e pareciam suportar a fome e a sede mais do que quaisquer outros, pois, “pela falta que têm de mantimentos” naquela travessia, viam-se obrigados a aguentarem mais tempo do que os outros; e com isso se habituaram.<sup>353</sup>

A relação dos navegadores com as terras de lá teve, igualmente, suas ambiguidades. Vistas como o lugar de recolha de viandas, de onde provinha a subsistência dos que chegavam e dos que já lá viviam, e que apresentaram, em maior ou menor grau, dificuldades de exploração e penetração, as terras africanas foram também um espaço de muitos significados antes e durante os primeiros contatos.<sup>354</sup> Concebida, primeiramente, como uma terra pertencente aos cristãos, descendentes de Cam,<sup>355</sup> mas que fora tomada pelos mafamedes, a presença mourisca dificultava a penetração física por terra, devido a essas contendas político-religiosas entre cristãos e muçulmanos, agravadas, também, pelo avanço turco-otomano a ocidente no século XV.<sup>356</sup> Entretanto, evitar lançar-se por terra às partes do meio dia, como se dizia, havia sido recomendado muito tempo antes por grandes homens, como Menelau ou Homero, que alcançaram, segundo Duarte Pacheco Pereira, lugares longínquos, como o sino arábico e as Índias, sempre “rodeando” por mar.<sup>357</sup>

Ambos os meios para avançar pelo caminho, terrestre ou marítimo, eram intimidantes aos viajantes, quando não terríficas. Naquele século, os que primeiro partiram às regiões ignotas esperavam encontrar estranhos seres a ocupar as regiões tórridas, mencionados por

---

<sup>350</sup> Ibidem, p. 274.

<sup>351</sup> Repelidos pelos obstáculos da expansão terrestre, os europeus logo voltariam a atenção para os mares adjacentes. G. H. T. Kimble. **A Geografia na Idade Média**. Tradução de Márcia Siqueira de Carvalho. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 126.

<sup>352</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 103.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>354</sup> NEWTON, A. P. **Travel and Travellers in the Middle Ages**. New York: Barnes & Noble, 1968, pp. 167-173.

<sup>355</sup> MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. **SIGNUM: Revista da ABREM**, Vol. 3, pp. 101-132, 2001.

<sup>356</sup> VENTURA, Margarida Garcez. Navegadores, piratas, corsários, guardiães da Cristandade portuguesas no Mediterrâneo em meados do Séc. XV. Nº 27-28. **Revista Estudios Jacobios y Medievales**. Espanha: 2010.<< <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/259614>>> Acesso em 21 Mar. 2018.

<sup>357</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. pp. 10-11.

Marco Polo e Mandeville em suas viagens:<sup>358</sup> monstros, antípodas,<sup>359</sup> cinocéfalos, homens com rosto e cauda de cão,<sup>360</sup> serpentes que se desfaziam na água e lagartos gigantes,<sup>361</sup> sereias que seduziam os mareantes para a morte. Para além dos seres que habitavam as terras e ocupavam os mares, a própria imprecisão dos espaços terrestres incitava o medo nos viajantes, que não podiam prever ou saber com segurança onde o mar oceano fazia fim.<sup>362</sup> Conforme os avanços no decorrer do século XV iam trazendo novas visualizações, os viajantes acabavam constatando coisas contrárias ao que disseram os seus predecessores. As imagens iam se reduzindo, algumas seriam abandonadas, mas nem todas desapareceriam por completo.<sup>363</sup> Nessas, seriam incorporadas outras, mais detalhadas, onde as disposições de certos lugares no orbe acabariam sendo reposicionadas. Diogo Gomes ressaltou que os portugueses tiveram de ir além do rio do Ouro para descobrirem as “muitas falsidades” sobre as suposições de haverem homens com “cabeça de cão e grande cauda”, e mulheres lindas “e de grande vergonha”.<sup>364</sup> Por outro lado, o navegador português afirmou ter escutado, de alguns negros, que havia um rei “senhor de todas as minas” de ouro, que reinava longinquamente, muito semelhante ao que se dizia sobre o Preste João,

[...] que tinha ante a porta do pátio de sua casa uma pedra de ouro, tal qual nasce na terra, isto é, que ainda não foi ao lume, de tamanho tal que 20 homens a custo a poderiam fazer mexer, e que a essa pedra o rei prendia sempre o seu cavalo; e que tinham esta pedra de ouro não pelo seu valor, mas pela nobreza e grandeza de tal achado, e que os nobres da sua corte trazem os narizes e olhos cheios de ouro.<sup>365</sup>

O reino cristão do Preste João seria uma dessas imagens, com todas as suas grandezas, que não desapareceriam por completo, e a sua busca moveu viajantes curiosos e embaixadas delegadas por reis até o final do século XV.<sup>366</sup> Embora os viajantes fossem movidos ou

<sup>358</sup> RANDLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** – uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Tradução de Maria Carolina F. de Castilho. Campinas: Papirus, 1994. p. 20-22.

<sup>359</sup> A historiadora francesa Danielle Lecoq resalta que desde o século XII houve um grande interesse pelos antípodas, levantando diversas discussões em torno da existência desses seres estranhos. Embora tenham havido interditos em relação às menções a esses seres, eles não deixaram de serem discutidos nas esferas populares, e por vezes, nem mesmo na esfera letrada, até pelo menos o século XV. Cf.: LECOQ, Danielle. Au-delà des limites de la terre habitée. Des îles extraordinaires aux terres antipodes (XI-XIII siècles). IN: LECOQ, Danielle. **Terre à découvrir, terre à parcourir**. pp. 30-33.

<sup>360</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 9.

<sup>361</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 162.

<sup>362</sup> O historiador suíço Paul Zumthor destaca que, paradoxalmente, no século XV, o mar é a metáfora de todas as incertezas, ao mesmo tempo que é um espaço de desejo de todas as grandes cidades europeias que possuíam portos marítimos. Ver. ZUMTHOR, Paul. **La Medida Del Mundo**. Espanha: Cátedra, 1998. p. 168-169.

<sup>363</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. op. cit. p. 95.

<sup>364</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. Id.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>366</sup> Sobre a viagem de Pero da Covilhã, Cf.: BREYNER, Francisco Manuel de Melo. **Viagens de Pero da Covilhã**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988.

repelidos, em grande parte, por essas histórias sobre lugares maravilhosos, propagadas pelos antigos, com a experiência se deparavam com certas nuances que não haviam sido mencionadas por eles. Gomes esperava encontrar desabitada a região a sul do rio Senegal, pois, de acordo com as suas palavras, Ptolomeu havia dado a conhecer em seus escritos a divisão do mundo dimensionada em três partes: a do meio do mundo, que era povoada; a setentrional, desabitada devido ao excessivo frio; e a equinocial do meio dia, que era igualmente desabitada, devido ao extremo calor. Avistou, ao contrário do que ensinava o sábio antigo, aquela parte equinocial “habitada por pretos, onde é tanta a multidão de povos que custa a acreditar.”<sup>367</sup> Após tais constatações, apesar da verificação da falha de Ptolomeu quanto àquelas regiões serem desabitadas, manteve-se ainda por muito tempo a ideia da divisão do orbe a partir de sua concepção de oposições climáticas, entre frio extremo e calor extremo. Os que viajavam e se deparavam com diferentes cenários buscavam ajustar, na medida do possível, seus encontros ao que já conheciam. Duarte Pacheco Pereira também parte da concepção de Ptolomeu acerca da zona tórrida, mas acrescenta que esta zona equinocial do meio, por ter “grande ardor do sol” era “assaz fatigada”, o que fazia os Etíopes serem “tão negros de cor”. A partir da mesma lógica, julgava-se que as “últimas partes vizinhas aos polos, pela muita frialdade”, faziam “a natureza dessa região criar as gentes em aumentado grau de alvura e formosura”. Já quanto à região temperada oposta à habitada pelos cristãos, Pacheco conclui que lá viviam os antípodas, “os quais são homens que moram na parte contrária da terra onde o sol nasce quando se põe a nós, que fazem as suas pegadas em contrário às nossas.”<sup>368</sup>

Na medida em que os anos passavam e as viagens iam descortinando os povos e os espaços cada vez mais longínquos, as paragens que antes pareciam intransponíveis, como o Cabo Bojador, no final do século XV, davam lugar à fama de outras ou perdiam seu assombro inicial. Da passagem sobre o Cabo de Não que se tornou célebre e foi mencionada por Diogo Gomes e Cadamosto,<sup>369</sup> que viajaram na metade do século, Duarte Pacheco Pereira também traz suas impressões. Ele viajou àquelas partes por volta da década de 1480 e fez menção a esse Cabo de Não como um promontório sem muita importância, que “tem muita parte coberta de areia e não é muito alto”.<sup>370</sup> Por outro lado, a imagem do Cabo Bojador pouco ou nada havia

<sup>367</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. pp. 11-12.

<sup>368</sup> PACHECO, Duarte Pacheco. op. cit. p. 17-18. Ver também: LECOQ, Danielle. Au-delà des limites de la terre habitée. Des îles extraordinaires aux terres antipodes (XI-XIII siècles). IN: LECOQ, Danielle. **Terre à decouvrir, terre à parcourir**. p. 31-33 HORTA, José da Silva. A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contatos. In: ALBUQUERQUE, Luís de. FERRONHA, António Luís. HORTA, José da Silva. LOUREIRO, Rui. **O Confronto do olhar** – o encontro dos povos na época das navegações portuguesas Séculos XV e XVI. Lisboa: Editora Caminho, Coleção Universitária, 1991, pp. 45-64.

<sup>369</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 85.

<sup>370</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 76.

mudado desde o início do século, apesar de não mais ser mencionada como intransponível. Gil Eanes, segundo Zurara,<sup>371</sup> mostrou aos seus predecessores ser possível transpor aquela barreira, mas, quase 50 anos depois, o cosmógrafo português veio a afirmar que o Bojador era ainda “muito perigoso por causa de uma muito grande restinga de pedra que dele sai ao mar mais que quatro ou cinco léguas, na qual já se perderam alguns navios por mau aviso.”<sup>372</sup> Pelo desafio que era transpor tal promontório foi que o cosmógrafo escreveu ser digno recordar o que havia feito Gil Eanes, “que, esquecendo todo o temor e movido de grande desejo para servir o Infante” naquele ano, dobrara o promontório e, por ter sido o primeiro, tinha “razão fazer-se aqui memória dele.”<sup>373</sup>

Por causas desses entraves de cunho geográfico e moral,<sup>374</sup> em que se combinavam as constatações e as crenças, os espaços próximos iam sendo ressignificados pelos viajantes, enquanto os longínquos se abriam para serem melhor explorados e ganharem novas colorações. Neste ínterim, o oceano se mostrava um mar infinito a convidar e a repelir, onde os navegantes tinham de se ajustar aos desafios e aos medos daquele mar que fervia no equador.<sup>375</sup> Já as terras desconhecidas, de climas tórridos e rios doentios – ameaçados por febres e ventos muitas vezes desfavoráveis –, exigiam cuidados dos viajantes que, na maioria das vezes, tinham de ser improvisados conforme avançavam, para que os homens não sucumbissem a mortais enfermidades.

Como veremos mais pormenorizadamente, a alternância entre cogitações e constatações não se restringiam somente às barreiras físicas marítimas e terrestres, pois havia ainda o risco de contrair doenças, ou de ataque dos guerreiros fortuitos que apareciam nas matas atirando flechas envenenadas. Os que iam primeiro, no retorno, contavam aos outros os detalhes das dificuldades enfrentadas, acerca das baixas de navegantes que tiveram, das doenças que adquiriram ou acerca das plantas venenosas e alimárias ferozes. O navegador português Diogo Gomes reiterou os cuidados que se deveria ter diante dos reveses das tormentas marítimas, conhecidas por empurrarem os barcos à vela de volta ou por acabarem levando-os a outros

---

<sup>371</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. pp. 57-58.

<sup>372</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 81.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 82-83.

<sup>374</sup> RUBIO TOVAR, J. Viajes, Mapas y Literatura en la España Medieval. IN: VIAJES Y VIAJEROS EN LA ESPAÑA MEDIEVAL, Actas del V Curso de Cultura Medieval, Nº 5, 1993, Palencia, **Atas de Congresso**, Madrid: Polifemo, 1997, pp. 338-339.

<sup>375</sup> LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos** – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p. 61.

destinos por vezes fatais, mas enfatizou, algumas vezes, que os que intentassem adentrar as terras fossem “preparados para a paz e a guerra”.<sup>376</sup>

### 2.3 Doenças e ferimentos em mar e terra

Andamos tanto tempo nesta travessia, que três meses e três dias gastamos nela; isto com muitas calmarias e ventos contrários que nela achamos, de maneira que nos adoeceu toda a gente das gengivas, que lhes cresciam sobre os dentes em tal maneira que não podiam comer, e isso mesmo lhes inchavam as pernas, e grandes outros inchaços pelo corpo, de guisa que castigavam um homem tanto até que morria sem ter outra nenhuma doença [...]<sup>377</sup>

Ao fim da grande descida a sul da costa ocidental africana, os membros da embarcação de Vasco da Gama enfrentaram todo o tipo de provação, dentre elas as enfermidades causadas por estarem muito tempo em alto mar. Álvaro Velho enfatizava que, por andarem tanto tempo em mar naquela travessia, os homens acabaram adoecendo. Quanto mais longe se chegava, e quanto mais as viagens àquelas terras se tornavam recorrentes, mais os navegadores se inteiravam dos riscos de se passar muito tempo no mar em uma viagem longa, pois além da possibilidade de se extinguirem os mantimentos,<sup>378</sup> o cansaço dos corpos<sup>379</sup> trazia as enfermidades e, por fim, a morte. Dar continuidade ao caminho era também uma escolha entre assumir mais riscos aos corpos, à saúde e à vida. Na altura da Guiné, na região denominada “terra dos negros”, o capitão Mafaldo, no intuito de incitar os outros navegadores a irem adiante em busca de mais presas, uma vez que, “entre muitos, sempre há variados desacordos”, disse: “eu não amo menos minha vida do que cada um de vós ama a sua”;<sup>380</sup> demonstrando, assim, ter conhecimento dos riscos daquela viagem, e compreender, por seu próprio sentimento, os receios dos seus navegadores.

Para Duarte Pacheco Pereira, o maior risco de contrair doenças estava no caminho, pois, por experiência das viagens, alguns que partiam da cidade de Lisboa, acabavam por “adoecer e outros morrer” no caminho.<sup>381</sup> Todavia, havia riscos de contrair enfermidades também nas terras. O cosmógrafo escreve que viu muitos rios “doentios de febres”, como o já conhecido rio

<sup>376</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri : Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002, p. 67.

<sup>377</sup> VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939, pp. 100-101.

<sup>378</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 209.

<sup>379</sup> Idem.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 96.

Çanagá [Senegal],<sup>382</sup> contrapondo-se, pois, sua impressão acerca desse rio em relação à descrição dos primeiros navegadores que ali chegaram alguns anos antes – já mencionados anteriormente. Esses primeiros, que chegaram ao rio até então desconhecido, puderam se deliciar com as suas águas, Pacheco, porém, trazendo já um conhecimento prévio, mas sem a pretensão de “fazer longo sermão”, legou uma descrição mais detalhada, mencionando outros aspectos que contemplavam também os perigos deste rio. Segundo o cosmógrafo, no rio Çanagá, havia “tão grandes lagartos que andam na água”, com “tão grandes bocas”, que poderiam engolir “um homem folgadamente”.<sup>383</sup> Havia, do mesmo modo, “grandes cobras” e “muito grossas” que “vão buscar o mar” e, quando entram, “todas se desfazem na água” e, assim, “por onde levam seu caminho muito dano fazem”.<sup>384</sup> Todavia, era compreensível que os primeiros homens, de suas ligeiras impressões, tivessem depreendido apenas as boas qualidades do rio, pois, nas palavras de Duarte Pacheco, aquelas coisas eram difíceis “de crer, a quem não tem a prática destas coisas como nós temos.”<sup>385</sup>

Os que partiram primeiro pouco ou nada sabiam acerca dos calores tórridos do deserto, das águas doentias de febres, e dos nativos fortuitos que apareciam na costa atirando suas flechas envenenadas. Os exploradores tiveram de conhecer os riscos e as enfermidades daquelas partes à custa das próprias vidas ou, com sorte, a partir da experiência dos que foram poucos anos antes. Diogo Gomes, que viajou a regiões ainda ignotas, em meados do século, escreveu que seus companheiros comumente “se fatigavam com o calor”.<sup>386</sup> A fadiga, agravada pela quentura, se dava também pelas longas caminhadas por terra que empreendiam os navegadores, em busca de água, mantimentos ou cativos. Das expedições organizadas pelo Infante D. Henrique entre os anos de 1445 e 1447, das quais participaram figuras como Lançarote de Lagos, Mafaldo, Gil Eanes, Tristão Vaz Teixeira, João Gonçalves Zarco e Dinis Dias, narra o cronista Gomes Eanes de Zurara que os mareantes, mais de uma vez, manifestaram o desejo de retornar “por razão do cansaço”.<sup>387</sup> Em outros momentos, atribui o desejo de retorno pelo muito trabalho que tinham, mencionando que muitos quase “pereceram de sede”.<sup>388</sup> O cansaço em alguns era tamanho que, “por nenhum modo podiam tornar a pé”,<sup>389</sup> tinham de aguardar até o outro dia nos lugares, ou recorrer aos cavalos para poderem retornar aos navios.

---

<sup>382</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 100.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>384</sup> *Idem*.

<sup>385</sup> *Idem*.

<sup>386</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 17.

<sup>387</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 202.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 256.

<sup>389</sup> *Idem*.

Em razão do caráter de descoberta dessas primeiras viagens, dado que não se sabia ao certo onde eram os melhores sítios para conseguir cativos, ou onde haveria um bom lugar para o descanso – com água potável, sombra, e que não fossem surpreendidos por ataques –, os viajantes tinham de andar horas a fio e eram constantemente castigados pela fadiga. Na expedição de Dinis Eanes, da qual Álvaro Vasques decidiu ir em busca de cativos, muitos se opuseram “por que o dia era já muito alto”, ou seja, com muita “quentura”, e eles já estavam muito cansados e com “sono”, “uns de remar e outros de andar a pé”.<sup>390</sup> O descanso era necessário, pois os homens não podiam “suportar” os trabalhos “sem dormir”,<sup>391</sup> mas era também o maior inimigo dos ganhos, pois, segundo Zurara, “em tais lugares e tempo a preguiça é a maior parte da perda”.<sup>392</sup>

O encontro com os povos que viviam na costa, especialmente durante as primeiras décadas do século XV, quase sempre acabavam em escaramuças, deixando muitos enfermos. Cadamosto rememorou que, durante aquelas primeiras viagens, os Azenegues do deserto “nunca tiveram notícia nem conhecimento de outros cristãos” antes dos portugueses e, naquele primeiro contato, estes últimos “lhes fizeram guerra durante 13 a 14 anos”.<sup>393</sup> As pelejas deixavam os portugueses enfermos, devido sobretudo à precariedade das armas daqueles povos. O mercador veneziano escreveu que aqueles “não têm outras armas, a não ser pedras e paus dos quais fazem a modo de dardos”, outros queimavam as pontas de paus fazendo-os “duros como ferro”, e com isso atacavam, “porque não tem ferro nem armas”.<sup>394</sup> Desses ferimentos causados pelas armas precárias dos povos africanos desde as primeiras incursões portuguesas, já Zurara, na conhecida passagem sobre a expedição de Afonso Gonçalves Baldaia, narra que dos dois jovens – Heitor Homem e Lopo de Almeida – que acompanhavam o capitão ao adentrarem pela primeira vez a região do rio do Ouro, um foi ferido “em um pé” pelos mouros que, “sem outras armas para ofensa nem defesa, somente azagaias”, os atacaram; e ainda que fosse pequena a ferida, “não passou sem vingança”.<sup>395</sup> Na mesma época, o navegador Diogo Gomes rememorou o tal episódio, mas se refere aos responsáveis pelo ataque como “sarracenos, de cor avermelhada”. O navegador português descreve aquele dia como o primeiro em que “correu o sangue dos cristãos na terra de Guiné.”<sup>396</sup>

---

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>393</sup> CADAMOSTO, Luís de. *op. cit.* p. 105-106.

<sup>394</sup> *Ibid.* p. 97-98.

<sup>395</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 62.

<sup>396</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. *op. cit.* p. 7.

A despeito do infortúnio experienciado por Baldaia e os dois jovens, de modo geral a viagem havia sido bem-sucedida, pois os navegadores puderam retornar em segurança ao reino português, levando consigo alguns cativos para serem vendidos. Além disso, os feitos daqueles foram reconhecidos pelo Infante D. Henrique, tornando-os exemplares aos que iam depois. No caso de Heitor Homem, o cronista Zurara escreveu que encontrou esse navegador, anos mais tarde, já versado nas armas, “provado em grandes feitos” e tomado como “fidalgó nóbree assaz valente”.<sup>397</sup> No entanto, nem todos tiveram a mesma sorte, principalmente durante aqueles primeiros anos de viagens de reconhecimento pela costa. Muitos homens haviam sido mortos em decorrência das escaramuças contra os mouros e as outras gentes do interior, logo nas chegadas, e nas tentativas de aprisionar cativos. Como veremos mais minuciosamente no tópico seguinte, foram recorrentes, pelas mais diversas razões, as mortes durante as viagens pela costa ocidental africana no Quatrocentos. Os relatos estão carregados de episódios sobre as mortes de companheiros, ou sobre os corpos encontrados no caminho, provenientes de outras embarcações. Os viajantes demonstraram, igualmente, algum temor diante dessa morte que parecia certa, quando o destino não era assim tão certo.

## 2.4 As mortes pelo caminho

No intuito de pôr em relevo as vantagens portuguesas frente ao inimigo, o cronista Zurara buscou amenizar o dano causado aos exploradores na referida expedição de Baldaia, realçando dois contrapontos: o atrevimento daqueles moços e o temor que devem ter tido, em contrapartida, os negros da terra:

[...] Imagina como seria no pensamento daqueles homens, vendo tal novidade, dois moços assim atrevidos, de cor e feições tão estranhas a eles, ou qual o motivo que ali os trouxera, e ainda em cima de cavalos, com lanças e espadas, que são armas que alguns deles nunca viram! [...] Qual não foi o espanto da novidade!<sup>398</sup>

As palavras de Zurara deixam entrever, antes de mais, os temores dos descobridores. Estes não sabiam quem estava a lançar as flechas na praia,<sup>399</sup> nem mesmo que aquelas, na maior

<sup>397</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 63.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 62-63.

<sup>399</sup> PERSON, Yves. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In. NIANI, Djibril Tamsir. **África do século XII ao XVI**. Vol. IV. Brasília: UNESCO, 2011, p. 337-338.

parte das vezes, estavam envenenadas.<sup>400</sup> Não sabiam também qual era a natureza daquela gente que estava a atirar. Em episódios que parecem se repetir, encontrados na *Crônica de Guiné*, e também nos relatos de outros viajantes que contornaram a costa africana e passaram por situações de perigo, as cenas das vitórias dos portugueses algumas vezes se desvaneceram diante da morte de companheiros pelas azagaias e flechas africanas. Diogo Gomes narrou um muito semelhante ao de Baldaia, mas com um infeliz desfecho:

[..] E arremessaram aos cristãos setas envenenadas, e ficaram feridos alguns cristãos que logo morreram de veneno. E assim enganou os cristãos [um senhor daquele gentio], dissimulando a malícia, mostrando o rosto bom e risonho, para que se aproximassem da terra. E aproximando-se da praia mandou aos seus para que atirassem as setas aos cristãos. E assim morreram muitos dos cristãos.<sup>401</sup>

E em seguida outro, que ocorreu com a caravela de um cavaleiro sueco chamado Abelhart, nas terras de Cabo Verde:

Estes navegaram ainda além do lugar já dito, onde os cristãos tinham sido mortos. E acharam os pretos com almadias armadas, mais de trezentas, com as suas setas venenosas, e pelejaram com os cristãos e ficaram muitos mortos e quase todos feridos, exceto três rapazes. [...] E na caravela estava um certo ancião gravemente ferido, grande marinheiro. Conhecendo que ia morrer, disse aos meninos: depois que eu morrer ide para o norte com a vossa caravela e encontrareis o reino dos cristãos. Muitos dos cristãos que estavam feridos com veneno morreram, e por milagre de Deus estes três rapazes lançaram ao mar os cadáveres deles, vendo sem temor de que modo os corpos desciam à profundidade, e assim fizeram também ao velho marinheiro. Quando eles, porém, entraram no grande mar oceano, seguindo o ensinamento do ancião, sem vista da terra nem das ilhas, vieram por instinto de Deus ter a Portugal.<sup>402</sup>

Conforme narraram Gomes e Zurara, as primeiras viagens aos baixios atlânticos foram muito penosas. À custa das dificuldades enfrentadas pelos primeiros, ou devido às primeiras relações de paz que iam sendo estabelecidas por aqueles, em alguns aspectos os caminhos se tornavam menos árduos aos que iam depois. Pessoalmente, Diogo Gomes enfrentou somente algumas “grandes correntes de mar”, por vezes tão grandes que não havia âncora que podia aguentar,<sup>403</sup> mas sobre a sua relação com os homens da terra, vangloriava-se de ter sido “o

---

<sup>400</sup> Pouco a pouco, devido às setas envenenadas e os ataques fortuitos, os negros da Senegâmbia passaram a ser adversários mais difíceis e temíveis do que os mouros do norte da África. Cf. COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 154-155.

<sup>401</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 12-13.

<sup>402</sup> Ibidem, pp. 13-14.

<sup>403</sup> Ibidem, p. 14.

primeiro cristão” que fez “paz com eles”.<sup>404</sup> No entanto, a despeito das relações que foram sendo firmadas entre alguns africanos e os cristãos, anos mais tarde Duarte Pacheco ainda alertava outros viajantes para os perigos das gentes que se escondiam nas matas prontas para atacar, ou para aqueles que comiam outros homens: “E quem nesta terra for [Ilha dos Ídolos] guarde-se dos Negros dela, porque é muito má gente e tem arcos com que tiram com erva maravilhosa muito fina e peçonhenta; e já algumas vezes aqui mataram da nossa gente.”<sup>405</sup>

A descoberta dos espaços atlânticos e o caráter exemplar das viagens que ocorreram na primeira metade do século XV serviram expressamente como roteiro, mas também como exortação dos perigos e cuidados a outros que foram anos mais tarde.<sup>406</sup> O infeliz desfecho de Gonçalo de Sintra na Guiné, entre os anos de 1444 e 1445, segundo o cronista Zurara poderia ter sido evitado “se aquele capitão quisesse receber conselho”. De qualquer maneira, não convinha aos homens conhecer as razões divinas para a permissão de sua morte, “fosse predestinação da fortuna, ou divinal juízo por algum outro pecado, ou por ventura que Deus o quis assim levar por sua mais certa salvação”. E o cronista prossegue dizendo que, se viesse a acontecer, mesmo “neste acontecimento contrário” era possível “apanhar algumas coisas proveitosas [...]”,<sup>407</sup> e lança alguns conselhos aos viajantes vindouros, como nunca ultrapassar o tempo da missão a que foi incumbido, deixar os cativos e os trugimãos sempre com guarda especial e cuidar para não fugirem e, assim, suspeitar deles e de todos os inimigos; estar atento aos conselhos dos mais experientes da companhia; ter cuidado ao entrarem nas terras para não serem descobertos logo na costa<sup>408</sup> e, por fim, o homem que não soubesse nadar não devia passar nas águas dos inimigos; habilidade que Sintra não tinha, e que foi a causa de sua morte.

Apesar das advertências de uns para com os outros, ao longo do Quatrocentos certamente muitas mortes ocorreram, embora poucas tenham sido relatadas. Desde as primeiras incursões em Marrocos, já encontramos menções a algumas baixas decorrentes das batalhas, e das condições precárias resultantes do estado de guerra, tanto para os cristãos quanto para os mouros. Valentim Fernandes conta-nos de um castelo chamado “Amargo” em Fez, que foi o “derradeiro lugar” onde os mouros “mataram de fome” alguns cristãos que lá foram feitos prisioneiros durante a guerra, e cruelmente deram esse nome, porque quiseram dizer que

---

<sup>404</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>405</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>406</sup> AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. loc. cit. p. 36.

<sup>407</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 147-148.

<sup>408</sup> Gonçalo de Sintra e seus homens, por não saberem nadar ou “por não conhecerem a grandeza da água”, ficaram ilhados aguardando que a água do mar baixasse, mas acabaram sendo atacados e mortos pela peleja de alguns mouros. IN: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução e anotações de José de Bragança. Lisboa: 1973, pp. 132-133.

“amargosa foi sua morte”.<sup>409</sup> Jorge de Ehingen descreve com acaloramento os dias que passou em Fez com os portugueses e como juntos defendiam as muralhas da cidade conquistada. Segundo ele, “muito se trabalhou e se sofreu então por ambas as partes” e, ainda que “incontáveis”<sup>410</sup> mouros estivessem mortos, os vivos ainda representavam uma ameaça para os portugueses, pois constantemente se rebelavam.

Não menos trágicas foram as mortes durante os traslados marítimos. A incidência das mortes nas travessias nesse primeiro século de grandes e longínquas viagens, acabou por deixar os homens mais atentos aos cuidados que deveriam ser tomados, como também por mudar a configuração das viagens. Clérigos e capelães passaram a fazer parte das viagens dos finais do século XV, no intuito de conceder sacramentos aos homens que estavam tão distantes de suas casas, e de velar as almas daqueles deixados nos confins do mundo. No vai e vem para o reino do Congo na década de 1480, um tal de Gonçalo, orador e capitão dos navios, juntamente com João da Silva, congolês converso, e “outro negro já feito cristão”, “morreram de peste” na altura de Cabo Verde, “porque naquele momento em que partiram havia uma grande peste na cidade de Lisboa”. Tais mortes, decorrentes de uma enfermidade bastante conhecida na Europa, mas aparentemente jamais vivenciadas pelos africanos, causaram “nos outros tanto espanto e confusão”, que ficaram em dúvida acerca do “que estavam fazendo” com os portugueses, tendo faltado pouco para que “a discórdia os vencesse, já que entre eles se tinha instaurado um estado de desordem e uma confusão tão tumultuosa que não encontravam solução”<sup>411</sup>.

O episódio na ilha de Cabo Verde narrado por Rui de Pina, mostra a angústia dos homens em correr o risco de morrer tão longe de casa. Por causa do tempo e das águas desfavoráveis, os navegadores tiveram de ficar na ilha mais tempo do que o esperado, “até que lhes faltou a água” e, assim, “muitos adoeceram tão gravemente que a maioria faleceu daquela grave doença”, a inanição. Estando todos em “tanta necessidade e angústia, decidiram fazer orações, e ajoelhados, com muitas lágrimas, pediram a Deus” que tivesse misericórdia de suas vidas para que pudessem dar continuidade àquela “santa obra de aumento da fé” no reino do Congo.<sup>412</sup>

<sup>409</sup> FERNANDES, Valentim. **Manuscrito**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, p. 37.

<sup>410</sup> Jorge de Ehingen. In: GARCIA-MERCADAL, J. **Viajes de extranjeros por España y Portugal** – desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX. Spain: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999, p. 232.

<sup>411</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo” – Manuscrito inédito do Códice Riccardiano 1910**. Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, p. 105.

<sup>412</sup> Idem.

As distâncias a percorrer, os percalços no caminho, os riscos das doenças e, por fim, o testemunhar da morte de companheiros foram pontos incontornáveis a se considerar quando se queria ficar mais ou menos tempo em determinado lugar. Mas, como veremos, os que quiseram ir mais longe, ficar mais tempo, ou mesmo mudar para as terras africanas definitivamente, acabaram enfrentando e superando as dificuldades e os riscos em prol das oportunidades que vislumbravam.

## **Parte II**

### **DESCOBRIR, EXPLORAR E SUPERAR OS LINDES AFRICANOS**

### Capítulo 3 - A permanência em terras a sul

As primeiras chegadas à costa africana só foram concretizadas, como é sabido, mediante muitos sacrifícios, tanto para os navegadores quanto para a coroa portuguesa. Ao longo de toda a sua obra, Duarte Pacheco louva a coragem daqueles primeiros viajantes e as grandes coisas que, a despeito das “muitas mortes de homens e grandes despesas” que custaram o descobrimento” das “Etiópias ao Infante D. Henrique”,<sup>413</sup> foram dadas a conhecer.

Há diversos relatos sobre navegadores que, ao longo das expedições, manifestaram receio e desejo de desistir. Zurara anteviu que, apesar de estarem “firmados no primeiro conselho”, que era o de ir o mais longe que podiam<sup>414</sup>, eram muitas as dúvidas e “opiniões contrárias”<sup>415</sup> de alguns quanto ao seguimento daquelas viagens.<sup>416</sup> Não são poucos os episódios narrados pelo cronista, em que capitães tiveram de convencer parte da sua tripulação para “que em semelhante feito” não “voltassem atrás”.<sup>417</sup> As opiniões contrárias provinham também da gente em Portugal, até “entre alguns letrados”,<sup>418</sup> e muitas das vezes o Infante D. Henrique e também outros reis tiveram de ir contra a opinião da “gente miúda” e dos nobres. Partindo em defesa daquele que havia encomendado o seu roteiro, o cosmógrafo português reconheceu que, em algumas partes da costa descobertas a mando de D. João II, nenhum proveito para a coroa tinha sido conseguido, mas “nem por isso o rei deveria ser culpado”, já que a culpa era de esta terra ser quase deserta, não havendo nela “coisa sobre que o homem pudesse se alegrar”.<sup>419</sup> E em favor do feito, pontua o cosmógrafo, o louvor era mais merecido pela dimensão da região descoberta e menos pelo “proveito” que ela oferecia.<sup>420</sup> Deixa, assim, perceber que entre o que se poderia tomar como valor nos tempos dessas primeiras viagens estava tanto o potencial da terra quanto a dimensão do que era achado, mesmo que essa dimensão fosse desprovida de serventia.

Independentemente dos “murmuradores” e “maldizentes”,<sup>421</sup> as viagens continuaram com fôlego, “dos ditos promontórios de Não e do Bojador em diante”, a todas as conquistas que

---

<sup>413</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 174.

<sup>414</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 174.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>416</sup> VENTURA, Margarida Garcez. O elogio do contraditório. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001, p. 42.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 311.

<sup>418</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *op. cit.* p. 175.

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>420</sup> *Idem*.

<sup>421</sup> *Idem*.

provinham da Guiné, “descobertas” e ainda “por descobrir”.<sup>422</sup> Zurara procurou ressaltar com precisão que, até o ano de 1446, foram enviadas àquelas terras “cinquenta e uma caravelas” para os mais diversos fins.<sup>423</sup> No plano particular, igualmente, os desafios não desencorajaram outros homens que, beneficiados pela coroa ou por iniciativa própria, se lançavam em terras pouco conhecidas em busca do enriquecimento e das honras proporcionadas pelo empreendimento.

São notáveis as menções nos relatos aos casos dos homens que, movidos pela curiosidade, pela ambição, ou em busca de uma vida nova, foram além dos caminhos conhecidos e dos propósitos iniciais de suas partidas, ficando naquelas partes por algum tempo, ou mesmo até a morte. Alguns chegaram a ser dados como mortos pela coroa ou pelas famílias que, por deles não terem mais notícias, já não esperavam pelo retorno.<sup>424</sup> O caso mais retomado nas memórias escritas, e do qual Zurara não deixou de demonstrar certa inquietação, foi o do escudeiro João Fernandes, que, entre os anos de 1445 e 1447, se deixou ficar na região do Cabo Branco, onde viveu por sete meses entre os mouros.<sup>425</sup> Apesar de ser um homem de origens nobres, criado na casa do Infante com boas viandas de “pão, vinho, carne e outras coisas artificialmente compostas”, quis viver onde não se comia e bebia outra coisa senão “pescado”, leite de camelo” e “água salgada”. Ou seja, tinha-se privado do que era mais apreciado na sua terra, a “abastança”, para viver, como em penitência, em “terra quente e arenosa” e “sem nenhum deleite!”<sup>426</sup>

Certamente o espanto do cronista em relação ao caso do escudeiro se deu pelas circunstâncias de sua estada e pelo prazo desta: um nobre que se dispôs a viver entre os inimigos por longo tempo e por vontade própria; ao contrário da história do Infante D. Fernando, que foi feito cativo anos antes no norte africano e pereceu nas mãos dos contrários.<sup>427</sup> Naquela altura do século XV, não era tão incomum ver gentes que partiam para não mais voltar, em busca de uma nova vida, ou atraídas pelas oportunidades de comércio e aquisição de terras.<sup>428</sup> A esses

---

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>423</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 331-332.

<sup>424</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 229.

<sup>425</sup> MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII a XVI**. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 41-45.

<sup>426</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 172.

<sup>427</sup> VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. A guerra em Marrocos – decisões pouco pacíficas. In: RAMOS, Rui. VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2009, p. 187.

<sup>428</sup> Desde pelo menos o ano de 1433, os que se arriscavam a colonizar as ilhas atlânticas foram isentados das dízimas sob a agricultura das terras, e das portagens sob os produtos levados a Portugal. Além disso, os bons do reino, a título hereditário ou por meio da confiança régia, recebiam terras em regime semelhante ao de sesmaria,

que se propuseram povoar as novas terras, foram oferecidos títulos, benfeitorias, jurisdições, honrarias e isenções. Com as estadias mais longas ou permanentes, o conhecimento sobre aquelas terras se tornava mais aprofundado, permitindo conhecer melhor as particularidades de cada lugar nos seus aspectos geográficos e humanos.

Embora mais superficiais, as estadias breves não eram menos reconhecidas pela coroa portuguesa que, ao exortar seus homens a irem o mais longe que pudessem,<sup>429</sup> oferecia também fortuna, reconhecimento e honras. Nessas estadas que não duravam mais que um “pequeno repouso”,<sup>430</sup> as descrições eram quase sempre genéricas, e facilmente se confundiam os lugares e os povos uns com os outros. Todavia, era por meio dessas rápidas explorações que se alargavam os espaços de atuação da coroa portuguesa, possibilitando, assim, o conhecimento de outras terras, povos e mercados.<sup>431</sup>

Para compreender melhor as razões e condições que levavam uns a ficar mais tempo ou menos tempo em determinada região, convém retomar as diferentes motivações para empreender as viagens para a África ao longo do século XV. Uns desejavam “acabar a vontade do Infante”,<sup>432</sup> que, como era sobejamente sabido, consistia em conhecer coisas novas e, para isso, não convinha ficar um longo tempo numa mesma região, mas superar a marca da última distância alcançada,<sup>433</sup> indo “até onde mais chegar pudessem”.<sup>434</sup> Para estes, acatar a vontade de D. Henrique era uma forma de reconhecer a “criação” que tiveram na casa senhorial do Infante, e por isso, consideravam “vergonha” voltar para Portugal sem “avantajada presa”<sup>435</sup> e sem descobrir novos lugares. Outros, movidos pela esperança do proveito, viam nos negócios da expansão a oportunidade para enriquecerem. Outros, ainda, partiam “senão para pelejar, e pois principalmente a este fim”<sup>436</sup>; ou simplesmente por encargo, vergonha<sup>437</sup> ou comedimento em terras cristãs,<sup>438</sup> e diversamente aos anteriores, partiam sem pressa de voltar.

---

em favor do povoamento. Cf.: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal** – a formação do Estado Moderno [1415-1495]. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 2003, p. 142-143.

<sup>429</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 58.

<sup>430</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>431</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>432</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>433</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>434</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>435</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>436</sup> Ibidem, pp. 238-239.

<sup>437</sup> Como foi o caso do fidalgo normando João de Bethencourt que, segundo Diogo Gomes de Sintra e Jerônimo Munzer, leproso e envergonhado, partiu para as Canárias. Cf. SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 93; MUNZER, Hieronymus. **Itinerary and Discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014, p. 242.

<sup>438</sup> No início do século XV, certo número de cristãos novos imigrou para as ilhas atlânticas no intuito de escapar do controle da Igreja Católica e dos poderes públicos. Cf: COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 232.

Em terras onde os objetivos traçados se dissipavam em decorrência das oportunidades novas e quase sempre atraentes – e onde também as funções a serem exercidas se tornavam fluídas e plurais –, as estadas que, num primeiro momento, intentavam ser breves, acabavam por se tornarem mais longas que o esperado, ou mesmo definitivas. Até pelo menos a década de 1450, quando do início da construção de uma feitoria em Arguim, fixar residência em algumas das ilhas das Canárias ou da Madeira era ainda mais comum do que ao longo da costa ocidental africana.<sup>439</sup> Só a partir da relação bem-sucedida e mais duradoura com os povos da costa – e que culminou no contrato de 10 anos em Arguim com os árabes e azenegues de que fala Zurara e Cadamosto –, e dos laços firmados entre o reino português e o congolês, é que as estadas mais longas ou permanentes se tornarão comuns ao longo da costa.

Atentar para as diferentes lógicas de povoamento, exploração, estabelecimento de praças ou da construção de feitorias no norte africano, nas ilhas atlânticas e ao longo da costa, bem como para os diferentes percursos individuais e coletivos dos que decidiam partir, permitir-nos-á traçar um panorama mais pormenorizado da presença portuguesa e europeia nos lindes africanos durante o Quatrocentos. O tempo dessas estadas influenciou também no ordenamento do conhecimento sobre aqueles lugares, seja sobre a feitura de roteiros, ou sobre as impressões dos homens uns sobre os outros. Os escritos mais pontuais e sucintos frutos das breves passagens, e aqueles mais acurados resultantes de presenças alongadas, formam um conjunto rico, a revelar detalhes e diferenciações entre povos e regiões no decorrer de quase um século.

### 3.1 A estadia breve

As razões das partidas para os lugares pouco conhecidos e para os que estavam ainda por descobrir eram diversas e, em parte, eram essas que, à partida, determinavam o tempo de estadia dos viajantes nos lugares. No entanto, há que se considerar também outros fatores que viriam a influenciar em grande parte as dinâmicas das idas e vindas e dos prazos de permanência, como os imprevistos que aconteciam nas viagens, as condições de subsistência nos pontos de parada, as novidades vistas e, mais decisivamente, a recepção dos nativos. Traçar a relação entre o tempo e o espaço das viagens é fundamental para compreender as estadias que foram mais breves, longas ou mesmo permanentes em terras africanas. Quanto ao tempo de

---

<sup>439</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, pp. 232-233.

estadia, tanto importa a quantidade efetiva de dias, meses e anos, quanto o tempo que era planejado ou esperado despender nas terras de lá antes das partidas. No que diz respeito ao espaço, este se referia, por um lado, às diferentes regiões e suas lógicas de conquista e presença: norte da África, região costeira ocidental e ilhas atlânticas; por outro, referia-se ao espaço geográfico das respectivas regiões: deserto, mata fechada e ilhas.<sup>440</sup>

Como vimos anteriormente, antes de partir, os cuidados prévios eram garantia dos sucessos, e o desleixo, dos insucessos. Os navegadores deixavam alguns pontos acordados previamente em vista do que imaginavam encontrar pelo caminho, ou no caso de as embarcações se perderem umas das outras. Uma das questões a ter-se em conta era sobre o que deveria ser feito no momento das chegadas, pois deixar as embarcações para lançar-se em terra implicava certos cuidados: a observância das condições de ancoragem dos navios; a pacífica ou hostil recepção das gentes; quais terras eram produtivas e quais eram inférteis ou insalubres; o clima; a dimensão do comércio local; a língua e as crenças dos povos; e, evidentemente, se havia o desejo de retorno para a pátria. No entanto, tais condições muitas vezes só podiam ser avaliadas no calor das situações, ou a partir da experiência de “trilhamento” de “outros navios que por ali andaram”.<sup>441</sup>

A expedição de Álvaro Vasques, Dinis Eanes e Diogo Gil pelas terras de Guiné em meados da década de 1440 foi marcada pelos imprevistos do primeiro encontro, pelas suposições e pelos exemplos das experiências dos que iam logo à frente. Quando “sentiam” que em determinada terra já “não podiam aproveitar” a “estada”, sendo já “conhecida a perda”, isto é, gastar os mantimentos e “trabalhar os corpos” sem ter “esperança de vitória”,<sup>442</sup> os exploradores rapidamente partiam para outros lugares. E assim, os outros que ficaram nas caravelas viam “o trabalho de seus parceiros”,<sup>443</sup> e julgavam se valia a pena se arriscarem nas mesmas regiões. Do que nos conta Zurara, depreende-se que essa dinâmica de exploração, que visava uma longa distância num curto espaço de tempo, parece ter funcionado bem. Se a campanha acabasse terminando em desventura, era porque estava sujeita, primeiramente, à “condição da fortuna”, mas, da mesma forma, ter a “cobiça” maior que a “razão”,<sup>444</sup> descuidando assim da conduta que deveriam observar os homens honrados, ou querer se mostrar

---

<sup>440</sup> MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII a XVI**. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 110-113.

<sup>441</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 307.

<sup>442</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>443</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>444</sup> Ibidem, p. 135.

perante os outros, ultrapassando o mandado de seus capitães, certamente teriam um derradeiro fim.

Aos cuidados prévios, seguiam aqueles redobrados no momento da chegada e que definiriam o tempo a permanecer. Durante as primeiras viagens de exploração pela costa africana entre os anos de 1434 e 1447, as passagens haviam sido quase sempre breves, e as estadias nas praias ou no convés das próprias embarcações duravam o tempo curto de um saque, ou cerca de uma ou duas noites entre aqueles exploradores que se mantinham vigilantes e cautelosos. O tempo maior era despendido no mar, onde parecia ser mais seguro, seja em vista, de um lado, dos eventuais ataques na costa; seja do temor de espantar os possíveis cativos que ali já se encontravam; pois um dos objetivos principais dessas primeiras viagens exploratórias consistia em fazer cativos – o que provava que a viagem havia sido proveitosa, mas também era um meio de saber melhor sobre as terras de que provinham, e de outras ainda desconhecidas.

Os que eram movidos pelo “prometimento de maiores galardões” sabiam que o reconhecimento dos labores apenas adviria “se acrescentassem alguma coisa na viagem que os primeiros fizeram”,<sup>445</sup> ou seja, se ultrapassassem a marca dos seus antecessores e trouxessem novas informações ao Infante D. Henrique sobre os espaços encontrados.<sup>446</sup> Na primeira viagem de Gil Eanes, antes de realizar a dobra do Cabo Bojador, este, que seguia “a viagem dos outros”, não “chegou mais que às ilhas Canárias”, de onde “trouxe certos cativos com que se tornou para o reino.” A viagem não deixou de ser proveitosa, mas o mérito maior foi o do ano seguinte, quando, mais uma vez encarregado pelo Infante que “trabalhasse de passar aquele cabo”, descobriu que a África não fazia fim ali, tornando, assim, o conhecimento de novas terras possível.<sup>447</sup> As Ervas-de-santa-maria,<sup>448</sup> que Gil Eanes trouxe para o reino como prova de sua chegada em terra nova, parecem ter sido mais apreciadas pelo rei do que os cativos que trouxera no ano anterior.<sup>449</sup>

Se nem sempre os proveitos do lugar justificavam a permanência, as condições adversas do clima, da recepção das gentes, dos alimentos, dos rios e das terras doentias de certos lugares também forçavam os homens a ficarem apenas brevemente, e estes já partiam de Portugal presumindo que iriam permanecer por pouco tempo. Em meados de 1440, na expedição de

---

<sup>445</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>446</sup> Desde o início do século XV, a busca por cativos se confundiu com o interesse mercantil, mas a busca incessante pela captura de homens naquelas terras residia fundamentalmente no valor da informação que aqueles possuíam. Supunha-se que os cativos tivessem não só informações sobre suas próprias terras e as terras mais além, mas também sobre o reino de Preste João. Cf.: COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, pp. 150-151.

<sup>447</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 54-55.

<sup>448</sup> Conhecidas atualmente como mentruz ou mastruço.

<sup>449</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 55.

Lançarote de Lagos e Gil Eanes, os navegadores mantiveram as caravelas em alto mar – o que era uma prática recorrente durante aquelas primeiras viagens de exploração – e lançaram nas praias apenas pequenos batéis com mantimentos suficientes para no máximo dois dias, “porque não levavam propósito de mais andar fora sem tornar a seus navios”.<sup>450</sup> Em virtude justamente do desconhecimento daquelas terras, e dos constantes ataques dos nativos que apareciam furtivamente na costa – sobretudo na região desértica do Cabo Branco, da Senegâmbia e da Guiné –, os viajantes se arriscavam por no máximo uma ou duas noites naquelas regiões. As viagens de cunho exploratório empreendidas nos primeiros 40 anos do século XV assumiram o caráter de assaltos e saques, bastante praticados no norte da África antes das conquistas de algumas praças;<sup>451</sup> reincorporando também algumas práticas do curso que aos portugueses eram bem conhecidas desde pelo menos o século XIV.<sup>452</sup> Nem todos se davam ao trabalho e ao risco de levantar acampamento nas praias africanas, e se limitavam às estadias rápidas no convés de seus próprios navios. Na missão de Baldaia, “antes que nenhuma outra gente saísse fora” do navio, os dois jovens, Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida, foram à terra e retornaram ainda pela manhã, tendo, porém, permanecido atentos até o retorno à embarcação, onde finalmente realizaram “algum pequeno repouso”<sup>453</sup>.

Entre essas adversidades que espantavam os navegadores, os ataques recorrentes que muitas das vezes frustravam as tentativas de contato com aquelas gentes eram uma das situações desfavoráveis que mais tornavam breves as estadias, e superficiais os tratos ou relações. Ficava-se somente o tempo necessário para carregar os navios, essencialmente com peles de lobos marinhos, com os poucos cativos que com sorte conseguiam, e com um ou outro item que significasse certa novidade proveniente daquelas terras; e então se partia para outros cantos, “sem haver certo conhecimento” das gentes dali e que “maneira de viver tinham”.<sup>454</sup> A partir do conhecimento adquirido de uns, ou das infelizes vivências de outros, os que iam depois já

---

<sup>450</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>451</sup> Assaltos e saques que, no entanto, não deixavam de visar a conquista. Cf.: FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara, *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 28.

<sup>452</sup> Mesmo após a conquista de Ceuta em 1415, algumas descrições de Zurara em sua *Crónica do conde D. Pedro de Meneses* sobre o cotidiano na praça recém tomada deixam ver que o lugar funcionou também como base das operações corsárias portuguesas contra o infiel. A atividade era praticada pelo marinheiro comum, mas também pelos nobres e, em muitos dos casos, reconhecida pela coroa. Cf.: FONSECA, Luís Adão da. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1993, pp. 153-154.

<sup>453</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 60.

<sup>454</sup> Ibidem, p. 61.

partiam avisados – pelos aventureiros e pelo próprio Infante – de não “fazer ali maior detença”, pois o “perigo” daquelas regiões era bastante “conhecido”.<sup>455</sup>

As notícias do infeliz episódio de ataque dos mouros a Gonçalo de Sintra e seus homens, que resultou na morte dos navegadores em 1445, correu mundos. Certos lugares iam ganhando a fama de serem mais perigosos que outros, na medida em que experiências trágicas como esta chegavam ao “conselho” de todos. Na década de 1440, passou a ser aconselhado não sair em terra de Arguim, porque era “sabido” como ali se “acolhiam muitos mouros”, entre os quais aqueles que haviam matado os sete homens do Infante. Por isso, considerava-se “boa razão” não se deter ali mais tempo, rumor que não era “entre tão poucos”, mas a “toda a maior parte da gente comum”.<sup>456</sup> Essa condição hostil de determinados lugares fazia até mudar os rumos ou objetivos das viagens. A embarcação de Lourenço Dias, que partiu logo depois da de Gonçalo de Sintra, foi tão somente para “cobrar vingança” pela “perda dos sete homens que lhes mataram”,<sup>457</sup> juntamente com outras duas que partiam com fim determinado de ir àquela terra apenas “para pelejar”.<sup>458</sup> Nesse caso, a “tardança” não cumpria ser ali “grande”.<sup>459</sup>

Segundo narra Zurara, já outras expedições puderam ser menos breves, graças às possibilidades de comércio ou ao ermo de certos lugares. Junto às caravelas de Lourenço Dias partiram outras que rumaram à ilha das Garças, onde intentavam aguardar por “dois ou três dias” o retorno das que partiram para aquela peleja, pois ali podiam aguardar sem ser “vistos de outra parte”,<sup>460</sup> ao passo que se deleitavam em sombra e água fresca. Poucos anos antes, as primeiras possibilidades de comércio pacífico com os povos de lá prenunciavam estadas já não tão apressadas assim. Na expedição de Antão Gonçalves de 1441, a captura de um mouro de nome Andahu, do qual o cavaleiro e seu companheiro Nuno Tristão acreditaram ser um homem “grande entre aqueles”, pois mostrava “ter a vantagem de nobreza sobre os outros”, permitiu a primeira bem-sucedida e conhecida relação comercial entre desiguais. O então guarda-roupa do Infante aproveitou o nobre mouro “em animação daqueles, para os trazer a tratos de mercadoria”, considerando então a “excelência de sua nobreza”.<sup>461</sup> Superada essa primeira barreira no rio do Ouro, Antão Gonçalves finalmente “fez lançar suas âncoras” e ficou ali por quase 10 dias. O saldo da viagem, proveniente de uma estadia mais longa, não poderia ter sido melhor: Gonçalves conseguiu, “além dos negros” que recebeu, ouro em pó, “ainda que pouco

---

<sup>455</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>456</sup> Ibidem, pp. 238-239.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>458</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>459</sup> Ibidem, p. 226.

<sup>460</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>461</sup> Ibidem, p. 87.

fosse”, uma adarga (arma) daquelas gentes e ovos de ema que chegaram até a mesa do Infante, “tão frescos e tão bons” que foram considerados iguarias.<sup>462</sup>

Mas era essa recepção, amistosa ou hostil, fator de destaque. A crônica de Zurara, que detalha as primeiras chegadas em terras africanas, indica que as estadas mais longas dependiam sobretudo de a recepção por parte dos autóctones ser menos inamistosa, bem como permitir um ganho material ou prático melhor ou pior. Ao aportarem os navios e se depararem com alguma “povoação de mouros”, estavam “entre duas dúvidas muito grandes”:<sup>463</sup> tornar às caravelas para se resguardarem do perigo, ou atacar os inimigos na tentativa de prender alguns cativos, e dessa forma tornando possível também a permanência mais longa nos lugares. Na segunda viagem de Nuno Tristão, em 1443, um pouco depois do episódio com o mouro Andahu, o navegador alcançou a Ilha de Arguim e a Ilha das Garças, de onde teria retornado “mais alegre que na primeira” viagem, por dois fatores que então pesavam: as presas conseguidas e, nas palavras do narrador, a “vantagem da grandeza” do “filhamento” de cativos; e a dimensão do avanço, ou melhor, o sucesso de chegar “mais longe”.<sup>464</sup> Diogo Gomes narra então que, nessa época, a “cada mês iam caravelas com mercadorias para fazerem trocas”.<sup>465</sup>

Tão mais proveitoso do que fazer “tardança” em determinado lugar que não traria ganho senão “trabalho grande”, ou maior “dano que proveito”,<sup>466</sup> era ir mais avante descobrir novas partes. Os navegadores sabiam que era isto o que o senhor Infante mais desejava, e tão mais importante do que conseguir cativos e travar pelejas, era “a mercê daquele senhor que para ali os enviara”.<sup>467</sup> Findado o propósito primeiro da viagem, sabiam estes que depois eram livres para retornar para Portugal ou avançar e descobrir novos lugares, ou ainda, para se demorarem mais tempo em um único lugar e avançar mais pelo “sertão”<sup>468</sup> adentro em busca de cativos ou ouro. Vemos pelas palavras do capitão Lourenço Dias aos seus homens, logo após a escaramuça em Arguim, que lhes disse que, findado o “propósito” que trouxeram e o “feito” acabado, “cada um” podia “fazer de si o que lhe aprouvesse, indo para qualquer parte” que sentisse “vantagem e proveito”.<sup>469</sup>

Mas a linha entre o sucesso e o insucesso era tênue. Eram muitas as coisas a se considerar naquelas situações em que muitas das vezes exigiam decisões rápidas. Mesmo que

---

<sup>462</sup> Ibidem, pp. 87-88.

<sup>463</sup> Ibidem, pp. 100-101.

<sup>464</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>465</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Estudo preliminar, edição crítica e tradução de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 67.

<sup>466</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 68.

<sup>467</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>468</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>469</sup> Ibidem, p. 250.

os homens fossem relativamente livres ao deliberarem se ficariam mais ou menos tempo em dado lugar, se retornariam ou iriam mais avante, seguir o propósito da viagem prescrito pelo capitão ou pelo próprio D. Henrique era considerado uma virtude e o caminho para o sucesso. Aqueles sabiam que ficar mais tempo nos lugares significava também se colocar à mercê da fortuna e do “azo”; como Gonçalo de Sintra que, intentando realizar um grande feito - e que, se tivesse “a condição da fortuna” a seu favor, teria sido algo de muito “grande siso”, acabou tendo o maior de todos os insucessos. Quando partiu, Zurara descreve que o navegador afirmava que estava disposto a ficar naquelas partes o tempo necessário para realizar um grande feito, e até mesmo morrer por aquilo. Segundo o cronista, disse Sintra: “[...] assim posso eu morrer nestas ilhas, que nunca daqui partirei, até que faça uma coisa tão assinalada que nunca jamais aqui venha outro semelhante que possa fazer coisa maior nem melhor.”<sup>470</sup>

As viagens desses primeiros aventureiros que deram a conhecer as condições dos lugares estavam sujeitas sobretudo às condições mencionadas acima. A sorte e o azo, a desventura e a cobiça, a virtude e a humildade em seguir o conselho de outros, eram fatores a acompanhar e a definir também os caminhos daqueles homens, a despeito das tomadas de decisões, dos objetivos e do planejamento antes das partidas. Apesar das passagens serem usualmente rápidas durante os primeiros anos do século XV, a teimosia e a ambição de uns, somadas às causalidades daquele movimento de descoberta, prepararam o terreno para a chegada mais pacífica e demorada de outros, possibilitando o olhar mais acurado e um conhecimento mais aprofundado. Essas viagens podem, pois, ser definidas como as que abriram os caminhos para as relações comerciais e político-culturais mais duradouras para os que vieram depois, como também possibilitaram as estadias mais longas e mais seguras aos que queriam, para além de uma troca rápida, conhecer melhor os costumes dos povos e suas particularidades. Como bem pontuou Diogo Gomes de Sintra, com aqueles primeiros exploradores “teve início o conhecimento” das regiões e dos povos da costa da África, em que a cada viagem eram trazidos mais detalhes enriquecedores sobre o descoberto. A partir de olhares rápidos, foi possível obter informações de suma importância para as viagens posteriores, e os primeiros dramáticos encontros facilitaram a partida daqueles que optaram por ir à costa africana para não mais voltar.

Mesmo a partir dos rápidos olhares frutos das breves passagens foi possível constatar a qualidade das terras, do clima e das águas dos lugares percorridos, os aspectos mais fundamentais a se considerar para retornar a um mesmo lugar ou para ficar mais tempo; e

---

<sup>470</sup> Ibidem, p. 131.

acrescido ao que já se sabia ou se supunha, os primeiros viajantes buscaram relatar se aqueles lugares ofereciam condições ou não a uma ocupação permanente.<sup>471</sup> No caso das ilhas atlânticas, o viajante Luís de Cadamosto narra os aspectos naturais que provavelmente levaram à sua rápida ocupação. De acordo com a sua descrição, aquelas ilhas parcialmente habitadas queriam semelhar ao que se dizia no continente europeu acerca do paraíso terreal,<sup>472</sup> pois ali encontrou “confeitos brancos de açúcar com toda a perfeição”; vinhos “bons e finos”; “uma terra tão gorda e boa” onde as vinhas produziam uvas de “cachos enormes, com dois palmos”, e que era “a mais bela coisa do mundo para ver”. Com o olhar fruto de uma passagem rápida também foi possível mapear as dificuldades ou estranhezas das ilhas; pontuou que eram “lugares perigosos e de difícil expugnação”, onde habitavam homens e alimárias de aspectos estranhos, que pareciam se confundir, pois tudo era “bruto e bestial”.<sup>473</sup>

Ao mercador veneziano, que ambicionava melhores ganhos do que costumava obter em Veneza, as ilhas serviram de repouso e de reabastecimento de mantimentos, e sua breve passagem por lá se justificou porque, a despeito das qualidades deleitáveis e atraentes dessas ilhas, tinha notícias antecipadas de que ali não encontraria em abundância o que principalmente buscava: o ouro. Em 1454, ano anterior à sua viagem, o mercador já havia recebido informações, diretamente do Infante D. Henrique, de que os homens que haviam estado nas “estranhas” terras de Guiné, “entre as quais se achavam coisas maravilhosas”, tinham feito “grandes ganhos”, e que os produtos das ilhas, ao contrário, já popularmente conhecidos e mercadejados (açúcar e sangue de drago), “nada eram em comparação com outras maiores coisas” que poderiam ser encontradas na costa africana.<sup>474</sup>

<sup>471</sup> BRITO, Raquel Soeiro de. **Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe**: aspectos da terra e dos homens. Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965-1966, p. 29

<sup>472</sup> Várias imagens fabulosas sobre os lugares longínquos e desconhecidos do orbe espalhavam-se pelo mundo medieval, sendo provenientes de legendas e viagens imaginárias antigas. Provinham de relatos como o do *Livro das maravilhas do mundo* de Jean de Mandeville, que teve um grande alcance. Um desses lugares fabulosos seria o paraíso terreal, localizado em algum lugar próximo ao oceano ocidental, entre a África e a Ásia. Mandeville descreve o paraíso terreal como um lugar distante e de difícil acesso, onde haveria uma fonte da juventude, rios plenos de ouro que nasciam do Nilo, repletos de seres estranhos e maravilhosos, de comidas e águas infinitas. Essas imagens persistiriam no ocidente europeu até o século XV e, em parte, até o tardio século XVI. A estudiosa francesa Christiane Deluz destaca que, a despeito do caráter fabuloso desses lugares, a obra de Mandeville foi um convite às descobertas. O mundo de lá não estava mais situado em um imaginário fabuloso e exótico, pois, no Quatrocentos, havia se tornado um mundo possível ao explorador. Cf.: DELUZ, Christiane. *Découvrir un monde imagine, le Livre de Jean de Mandeville*. IN: LECOQ, Danielle. CHAMBARD, Antoine. **Terre à découvrir, terres à parcourir** – exploration et connaissance du monde XII-XIX siècles. Paris: L’Harmattan, 1998. pp. 43-51. Ver também: Chap. VIII: Travellers Tales of Wonder and Imagination. *European Travellers in Africa in the Middle Ages*. IN: A. P. Newton. **Travel and Travellers of the Middle Ages**. London: Lund Humphriers, 1949. pp. 159-174.

<sup>473</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 96.

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 88.

A determinação de Cadamosto em se fazer ficar mais ou menos tempo nas ilhas atlânticas se deu sobretudo pelas circunstâncias favoráveis do momento: possuía informações privilegiadas sobre os mercados da Guiné; as ilhas atlânticas estavam razoavelmente povoadas pelos cristãos; o trajeto já era bem conhecido e divulgado;<sup>475</sup> e sinal ainda maior de certa familiaridade com as costas da África naquele tempo era o fato de que já se erigia a feitoria de Arguim na costa da Mauritânia.<sup>476</sup> Em outras palavras, sua viagem não tinha o objetivo da descoberta, mas de buscar outros mercados, e sua passagem pela Madeira e pelas Canárias se justificou por abrirem acesso à costa da África, uma vez que ali não fez trato de mercancia.

Devido às primeiras relações de paz travadas a partir de 1448,<sup>477</sup> as estadas na região do Senegâmbia e Guiné se tornariam mais demoradas e seguras, e os exploradores poderiam se voltar para a descoberta e o julgo dos novos lugares, como o arquipélago do Cabo Verde, e os mercados de Tofia, Jené e Tombuctu, mais para o interior. Nessas idas e vindas que, graças às primeiras viagens e relações, tinham permitido ao viajante o reconhecimento mais detido das terras, tornou-se possível observar se outros lugares mais a sul e mais para o interior ofereciam melhores condições para a ocupação permanente,<sup>478</sup> ou se o retorno para uma mesma região era compensatório do ponto de vista comercial. Experiência prévia que, assim, deu fôlego às descobertas e ao alargamento do mundo até o Cabo das Tormentas ainda naquela centúria.

### 3.2 A estadia demorada

O povoamento das ilhas atlânticas no início do século XV não foi, certamente, um empreendimento simples. Mas as poucas ilhotas desabitadas, ou habitadas por gentes que, ao contrário dos mouros infiéis, eram não apenas ignorantes da fé cristã aos olhos dos recém-

<sup>475</sup> BUTEL, Paul. **Histoire de l'Atlantique** – de l'Atlantique à nos jours. France: Librairie Académique Perrin, 1997, p. 47.

<sup>476</sup> De acordo com Luís Adão da Fonseca, embora o relato de Cadamosto, assim como os de Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio, tenha dado maior relevância para a viagem, e não maiormente à travessia marítima, como foi o relato de Álvaro Velho sobre a viagem de Vasco da Gama, ainda assim o relato do mercador veneziano constitui uma importante fonte sobre o itinerário da rota comercial entre o norte da África, as ilhas atlânticas e a costa africana; quiçá mais completo: congrega a confrontação de saberes sobre as terras e sobre a navegação, e as curiosidades de sua própria viagem. O roteiro de Cadamosto não é tão preciso quanto o de Duarte Pacheco Pereira ou Álvaro Velho, pois o primeiro parece preferir registrar a experiência do descobrimento em detrimento de sua experiência como navegador e mercador. Cf.: FONSECA, Luís Adão da. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1993, p. 186. Ver também sobre o conhecimento dos mercadores acerca dos mercados marítimos: BARATA, Filipe Themudo. **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, pp. 54-57.

<sup>477</sup> Como era o caso dos cristãos novos e sefardistas. Ver: MARK, Peter & HORTA, José da Silva. **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World**. Nova York: Cambridge University Press, 2011, p. 2.

<sup>478</sup> BRITO, Raquel Soeiro de. op. cit. p. 29.

chegados, mas viviam em uma condição “bestial” em relação aos mouros do norte, e com uma vaga ideia de Deus, como se dizia. Por isso, depreendeu-se que as ilhas da Madeira e das Canárias eram mais passíveis de conquista, ou menos complicadas do que as praças magrebina para alcançar domínio político e religioso, pois os povos à primeira vista pareciam desorganizados e, por isso, mais facilmente prontos para a conversão. Menos direcionada e armada do que a conquista das praças norte-africanas pelos infantes e a nobreza senhorial no início do século,<sup>479</sup> a fixação da presença portuguesa e estrangeira nas ilhas atlânticas, menos planejada e projetada, foi mais tranquila do que as contendas travadas no norte africano – onde o poder político-religioso era extenso e consolidado,<sup>480</sup> todavia, a ambição de expansão mantinha-se firme.<sup>481</sup>

Mas não só isto, outros fatores acidentais ou intencionais vieram a contribuir para o rápido povoamento e a fixação permanente nos territórios insulares conhecidos pelos ibéricos desde pelo menos o século XIV: a estabilidade política do reino português proporcionada pela dinastia ,que saíra vitoriosa no fim do mesmo século;<sup>482</sup> o clima e o solo que não diferiam muito do que estavam habituados;<sup>483</sup> o desinteresse muçulmano pelo Atlântico;<sup>484</sup> uma conquista que não exigia a mobilização de grandes frotas; e os avanços técnicos da navegação ao longo do século XV, que possibilitaram ao viajante quatrocentista a estadia mais longa em terras alhures. O leme de cadaste e o velame mais complexo desenvolvidos nas primeiras décadas de 1400 dispensaram a navegação de cabotagem ao amenizarem as dificuldades enfrentadas nas correntes contrárias do Bojador, permitindo aos navegadores transitarem e ficarem por mais tempo no Atlântico e em suas ilhas adjacentes, bem como irem mais longe.<sup>485</sup> Porquanto, pois, o objetivo primordial das viagens que resultaram na chegada e fixação nas ilhas fosse a circum-

---

<sup>479</sup> FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara, *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 29

<sup>480</sup> ARAÚJO, Julieta. **Portugal e Castela na Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 72.

<sup>481</sup> O historiador Filipe Thomaz destaca que, desde o distante século XIII, Portugal tinha uma relação ambígua de conflito e deslumbre com Marrocos, Granada e as Canárias. No século XIV, tal correspondência se converte em plano expansionista, e os soberanos portugueses passam a cogitar e colocar em prática a conquista de alguns desses territórios. Cf: THOMAZ, Luíz Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Editorial Difel – Difusão Editorial S. A., 1994, p. 50.

<sup>482</sup> A reconquista do Algarve acabada, e a paz com a vizinha Castela em 1411, permitiu que o reino português começasse a se projetar para além de suas fronteiras. Cf: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. O início da expansão ultramarina (século XV). In: RAMOS, Rui. VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2009, p. 171.

<sup>483</sup> BUTEL, Paul. **Histoire de l'Atlantique** – de l'Antiquité à nous jours. Paris: Librairie Académique Perrin, 1997, p. 53

<sup>484</sup> THOMAZ, Luíz Filipe F. R. op. cit. p. 49.

<sup>485</sup> COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. (org.). **A Descoberta de África**. Lisboa: Edições 70, 2004, p. 64.

navegação da África, bem como o alcance das terras de Guiné, ao fim e ao cabo, as ilhotas foram se mostrando lugares interessantes às necessidades do reino português.<sup>486</sup>

Segundo o que foi narrado por Gomes Eanes de Zurara, e mais tarde reiterado por Diogo Gomes de Sintra e Duarte Pacheco Pereira, os anseios do Infante D. Henrique logo após a conquista de Ceuta concentraram-se em mandar seus homens em busca das terras de Guiné, onde o ouro parecia ser facilmente encontrável. Foi assim que, entre 1419 e 1420, partiram dois escudeiros nobres da casa do Infante que haviam estado com ele em Ceuta, mas que, por “tempo contrário”, acabaram se deparando com a ilha de Porto Santo, na Madeira. Nos poucos dias em que ali ficaram, “esguardaram bem a terra”, tendo-lhes parecido que “seria grande proveito de se povoar”,<sup>487</sup> retornando no ano seguinte com os conquistadores que acabaram recebendo todo o crédito da conquista, e que mais tarde se tornaram governadores das ilhas: Bartolomeu Perestrelo, João Gonçalves Zarco e Nuno Tristão. Em pouco tempo, o Infante mandou para lá gentes para povoar, e o “corregimento da igreja com seus clérigos”.<sup>488</sup> Menos de três anos depois, por volta de 1422 e 1423, o Infante mandou D. Fernando de Castro para a Grã Canária, com os mesmos fins de conquista e povoação, em uma frota com 2.500 homens e muitos cavalos, embora não tenha tido sucesso nessa primeira tentativa, tendo de ser retomada no ano seguinte.<sup>489</sup>

A conquista sistemática do arquipélago se arrastou até mais ou menos o ano de 1445, e ao longo das próximas décadas todos os anos partia para lá uma quantidade considerável de famílias no intuito de fixar residência. A povoação das ilhas, que manteve certa prodigalidade por todo o século XV, assinalou um fenômeno até então inédito no mundo de fronteiras bem delimitadas que era o da Cristandade. Os que partiam, não somente nobres, aventureiros ou mercadores, mas estes “com a sua gente, homens e mulheres” trazidos de suas terras de origem, o faziam quase todos espontaneamente, levando “de tudo o necessário”<sup>490</sup> para não mais voltar. Lá, as “ficadas”<sup>491</sup> eram mais longas, ou mesmo permanentes: dos que iam para construir, plantar, pregar, assumir cargos, ou capitania; para acumular alguma riqueza durante certo tempo e retornar; ou ainda, para fugir de uma vida ou viver outra que na Europa cristã não era

---

<sup>486</sup> THOMAZ, Luíz Filipe F. R. op. cit. pp. 49-50.

<sup>487</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 346.

<sup>488</sup> Ibidem, p. 347.

<sup>489</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>490</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 93.

<sup>491</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 395.

possível.<sup>492</sup> Foi esse o caso de certo fidalgo francês de “grande linhagem”, Jean de Bethencourt, cujos motivos alegados de sua partida e mudança para as ilhas atlânticas chegaram até nós na versão do cronista português Zurara, que o apresenta como “sendo homem nobre e católico” que desejava “fazer serviço a Deus” e, sabendo “como estas ilhas eram de infiéis, partiu de sua terra com intenção de as conquistar”.<sup>493</sup> Já a versão de Diogo Gomes de Sintra, corroborada também pelo alemão Jerônimo Munzer,<sup>494</sup> é de que Bettencourt se encontrava “leproso e, sentindo grande “vergonha dos seus familiares nobres”, decidiu vender “todos os seus bens”. “Tomando a esposa e a sua gente”,<sup>495</sup> partiu para uma ilha no arquipélago das Canárias, nomeada no tempo de Gomes e Zurara de Forte Ventura.

A despeito de serem conflitantes quanto às motivações deste nobre para se fixar em outra parte,<sup>496</sup> as narrativas são ilustrativas das distintas razões que levavam os europeus a começarem uma nova vida nas ilhas Atlânticas, ou melhor, independentemente da veracidade, trazem dados sobre o que se esperava ou era possível naquele contexto. O degredo, a perspectiva de uma vida melhor, ou o incentivo do próprio governo português ao povoamento das ilhas eram motivos recorrentes a estimulá-los.<sup>497</sup> Em várias passagens, Zurara mostra-nos um pouco desse universo de pretextos plurais das longas idas e vindas àquelas partes. Conta-nos sobre um tal de Álvaro Dornelas, primo de João Dornelas, um escudeiro do Infante, criado na câmara do rei D. Duarte e homem honrado. O primeiro partiu para as ilhas Canárias e “vergonhosamente se deixou ficar ali” no intuito de lucrar com o comércio de cativos sem ter de dar satisfações à coroa portuguesa, isto é, sem ter de pagar a quinta parte do ganho para o Infante D. Henrique; em contraste com o primo João Dornelas, “homem ardido”, “desejador de grandes feitos”, que partiu sob a tutela do Infante com companheiros de viagem que mais foram “por amizade que com esperança de proveito”.<sup>498</sup>

---

<sup>492</sup> Como era o caso dos cristãos novos e sefardistas. Ver: MARK, Peter & HORTA, José da Silva. **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World**. Nova York: Cambridge University Press, 2011, p. 1.

<sup>493</sup> Idem.

<sup>494</sup> MUNZER, Hirenomyus. **Itinerary and Discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014, p. 242.

<sup>495</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 93

<sup>496</sup> Como cronista-mor do reino, Zurara sabia que, concernente à sua função, deveria selecionar as partes de uma história que, deixada à posteridade, pudesse mostrar a grandeza dos feitos portugueses nas terras de lá a partir de suas empresas de conquista, revelando, assim, os nomes e feitos dos que foram os pioneiros, e que, igualmente, estiveram à frente daquele empreendimento. Cf.: FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara, *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 27

<sup>497</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 232.

<sup>498</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 356-357.

Em pouco tempo, as ilhas do Atlântico se tornaram uma extensão do poder do reino português<sup>499</sup> e vários portugueses por ali ficaram.<sup>500</sup> Em meados do século XV, Diogo Gomes de Sintra descreve a facilidade de ir e voltar, não só dos homens que se mudavam, mas também dos que levavam e traziam mercadorias, animais e escravos. Conta-nos que “todos os anos as naus por ali passam” trazendo trigo, urzela, vinho, açúcar, cativos e muitos outros produtos para Portugal, enquanto da Europa eram enviados homens, mulheres, porcos, vacas e até “cavalos trotões da Alemanha”.<sup>501</sup> E já naquele tempo, o papa Eugênio IV<sup>502</sup> “reconheceu que todas as ilhas descobertas no mar Oceano seriam do Infante D. Henrique<sup>503</sup> e da Ordem de Cristo”.<sup>504</sup>

Todas essas condições, ainda que não viessem a se firmar,<sup>505</sup> permitiram naquela altura que não só as estadias para além do Bojador pudessem ser mais longas, mas também que novas dinâmicas de povoamento e colonização fossem desenvolvidas. As ilhas de Cabo Verde, encontradas pelos portugueses em parte despovoadas – como mencionam os relatos de Diogo Gomes e Luís de Cadamosto, entre os quais é disputada também a autoria da descoberta –, já em 1466 eram mencionadas em uma carta régia assinada por D. Afonso V, concedendo aos que lá desejassem viver autorização para comerciarem livremente na costa da Guiné. E foi justamente essa abertura ao comércio com a Guiné que povoou Santiago.<sup>506</sup> No entanto, dada a distância entre as ilhas cabo-verdianas e Portugal, e também a dificuldade de aclimação dos produtos trazidos do reino, das Canárias e dos Açores, mais lenta foi a sua ocupação em relação à das ilhas atlânticas.<sup>507</sup>

Quando, na década de 1480, Duarte Pacheco Pereira viajou à costa ocidental africana, e posteriormente organizou um manual de cosmografia e marinharia minudenciando as terras pelas quais passou, descreveu a ilha de Santiago e Cabo Verde como um complexo insular sem

<sup>499</sup> MATOS, Artur Teodoro de. (coord.). SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.). **Nova História da expansão portuguesa** – a colonização atlântica. Tomo I. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, pp. 78-80.

<sup>500</sup> FREITAS, Judite A. Gonçalves de. **O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV** (1433-1460). In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006, p. 509.

<sup>501</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 110-111.

<sup>502</sup> SERRÃO, Joel. OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa** – A Expansão Quatrocentista. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 45.

<sup>503</sup> João Silva de Sousa ressalta que, no tempo das viagens ultramarinas, a Casa Senhorial do Infante D. Henrique se tornou um grande potentado, fazendo do Infante príncipe um dos mais ricos de Portugal. A Ordem de Cristo acumulou bens materiais em Portugal e nas terras de além-mar, e também acumulou bens espirituais. Ver: SOUSA, João da Silva. O Infante D. Henrique, governador e administrador da Ordem de Cristo. In: **A casa senhorial do Infante D. Henrique**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, pp. 146-147.

<sup>504</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 111.

<sup>505</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. A economia das Canárias nos séculos XIV e XV. *Revista de História da USP*. V.4, n. 10, 1952, pp. 318-320.

<sup>506</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 232-233.

<sup>507</sup> BRITO, Raquel Soeiro. **Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Instituto superior de ciências sociais e política ultramarina; curso de extensão universitária, 1965-1966, p. 28.

muita vitalidade de moradores, em contraste ao que já se sabia das ilhas da Madeira, Canárias e Açores. De acordo com a narrativa do cosmógrafo português, aquelas terras eram “altas e fragosas” e, por isso, “más de andar”; e houve um tempo em que lá “foi já bom resgate de escravos por cavalos”, mas, em seu tempo, este resgate era já coisa do passado.<sup>508</sup>

Nesses primeiros 50 anos de longas estadias nas ilhas Atlânticas e no norte da África, em contraste às presenças fugazes na costa ocidental, o caso de João Fernandes, já mencionado anteriormente, surpreende. O caso do escudeiro que morou pouco mais de sete meses entre gentes “pouco menos de selvagem”<sup>509</sup> da região do rio do Ouro pareceu ser um caso isolado entre os que se dirigiam àquela região nos primeiros anos do século XV. Qual não foi a surpresa dos que o reencontraram tanto tempo depois, chegando a confundi-lo com “algum mouro que se vinha de sua vontade para eles a fim de fazer algum resgate”, provavelmente por sua pele mais ruborizada por causa do sol saariano, e das típicas vestes árabes que usava. João Fernandes só foi reconhecido quando disse algumas palavras e “se nomeou por aquele que era”.<sup>510</sup>

Anos antes, João Fernandes havia sido “cativo entre os mouros” no norte da África, fato que lhe permitira tomar algum conhecimento da linguagem árabe ou alarve.<sup>511</sup> Certamente, no tempo em que lá esteve, obteve informações sobre as terras da Guiné e foi instigado a “saber de todas as coisas daquela terra, assim grandes como pequenas”, segundo o que, nas palavras do cronista, Antão Gonçalves relatou ao Infante D. Henrique.<sup>512</sup> Os motivos que levaram os europeus a se mudarem para o norte da África e para as ilhas atlânticas não diferiram muito dos que os impulsionaram mais tarde para as terras de Guiné. As designações régias e religiosas, a busca por proveitos, honras, títulos ou simplesmente porque a “fortuna” assim o quis – já que, como se cria, “a maior parte dos feitos do mundo” eram “mais sujeitos à fortuna que à razão” –,<sup>513</sup> eram pretextos recorrentes a fazer famílias inteiras deixarem suas terras de nascimento. O que pode ser considerado incomum no caso da grande porção africana denominada Guiné era também a vontade de saber mais e melhor sobre aquelas terras recém descobertas. O desejo maior era do próprio Infante, que dava azo aos que se dispunham a tal empreitada; mas, em contraponto, os interesses de D. Henrique se confundiam com a curiosidade pessoal dos que viajavam sob a sua tutela, como foi o caso de João Fernandes e cerca de 10 anos mais tarde, o do mercador Luís de Cadamosto.

---

<sup>508</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 102-103.

<sup>509</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 149.

<sup>510</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>511</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>512</sup> Ibidem, pp. 149-150.

<sup>513</sup> Ibidem, p. 179.

Os relatos de viagem fartaram-se em narrar as descobertas e as novidades, mas foi também a propagação dessas notícias que fez com que novos bandos partissem para aquelas partes. Quando os portugueses deixaram de depender dos azenegues e do tráfico transaariano para se estabelecerem comercialmente na costa na metade do século XV, em decorrência da aproximação com os reis jalofos, com os mandingas e, mais tarde, com o reino do Congo,<sup>514</sup> mais atraente se tornou a mudança àquelas terras no final do Quatrocentos, e até mesmo mais convenientes e necessárias ao comércio e às alianças políticas que se tornavam corriqueiras a sul do rio Senegal e Gâmbia.

Ficar mais tempo significava ver mais e, por isso, saber mais. Os relatos deixam entrever que, ao longo daquele século de descoberta, tão mais importante do que os ganhos nas viagens era o conhecimento sobre as terras. A rápida passagem conferia ao explorador um primeiro olhar, e este aproveitava o breve tempo de estadia para alcançar lugares cada vez mais longínquos. Sua curta viagem não podia, todavia, proporcionar o conhecimento aprofundado de dada região ou reino. Duarte Pacheco Pereira escreveu que os “antigos escritores da navegação”, como Menelau, Eudoxo e Hano Cartaginense, tinham o conhecimento da existência de regiões como o sino Arábico e a Etiópia, por exemplo, pois viram homens que saíam da Espanha para mercadejar alhures. Esta noção dos antigos era “coisa muito de notar”, no entanto, o cosmógrafo português enfatiza que, “conquanto eles soubessem daquelas partes” a “melhor parte de saber” ficou para os homens de seu tempo, pois sabiam de “tantas regiões e províncias”; e no caso especial da Guiné, Etiópia e Índia “muito particularmente” sabiam e sobre “quase todas as suas coisas”. Na sua metáfora de síntese sobre o grande feito dos portugueses, refere que estes haviam tomado a “virgindade” daquelas regiões.<sup>515</sup>

### 3.3 Contratempos no cotidiano e adequações dos costumes nas novas terras

Sobre a viagem de João Gonçalves Zarco para a Guiné, dada a cabo por encomenda do Infante D. Henrique por volta dos anos de 1420 e 1430, o cronista português Zurara narra que a caravela do fidalgo português partiu “bem avitualhada”, isto é, “acompanhada de gente disposta para trabalhar” nas novas terras.<sup>516</sup> Essa viagem, entretanto, acabou sendo curta, pois

<sup>514</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 170.

<sup>515</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Edição comemorativa do V Centenário do descobrimento da Guiné, 1988, p. 167.

<sup>516</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 316.

a maioria retornou para Lisboa ao perceber que as estadas nos lugares visitados não seriam proveitosas como tinham suposto ao partir. O cronista destaca que, nesses primeiros e breves julgamentos das terras, “por onde as nossas gentes andaram”, muitos acabaram por se enganar sobre determinados lugares, ou lançaram opiniões precipitadas sobre as qualidades da terra. Assim como os primeiros disseram que seria impossível passar para além do Bojador por causa de suas “correntes muito grandes”, pelas quais “era impossível” os navios fazerem “viagem por aqueles mares”<sup>517</sup>, um pouco mais tarde, outros também se enganaram ao dizer que as terras para além do Bojador “eram arenosas e sem alguma povoação”, portanto, não trariam proveito algum. Os que decidiram ficar e explorar viram que os seus precursores não haviam se enganado de todo, mas que as areias não eram “em tamanho grau” e, ainda, quanto mais longe chegavam e mais tempo ficavam, viam “a cada dia” diante dos “olhos” milhares de povoações, aldeias e vilas, que iam desde o reino de Túnis, perpassando o Cabo Bojador e chegando até a então terra dos negros.<sup>518</sup>

Os recém-chegados às terras africanas e suas ilhas adjacentes passaram por muitas dificuldades cotidianas até adequarem seus costumes nas novas terras. Os relatos que chegaram até nós mostram que as impressões variavam dependendo das regiões a que se referiam e que haviam escolhido para viver. Certos lugares eram mais desafiadores que outros, do ponto de vista do clima, da alimentação, do trabalho ou das relações com os naturais da terra. Na região do Cabo Branco, mencionada acima, onde havia um grande parcel desértico, “disseram alguns dos que lá foram” que o trabalho era difícil, pois o único possível era aquele voltado aos cuidados com o gado – vacas, carneiros, cabras e camelos –, já que não havia como plantar ou erigir construções firmes. Por esse mesmo motivo é que os habitantes de lá não costumavam ficar por muito tempo no mesmo lugar, senão mais que “oito dias” em cada região. A alimentação era, aos gostos europeus, igualmente pobre. O que estava disponível em maior quantidade era aquilo que provinha dos animais supracitados: leite e “poucas carnes”; e muito raramente tinham “algum trigo”, quando conseguiam de outros mercados, além da escassa água e umas estranhas “sementes de ervas bravas”.<sup>519</sup>

Vinte ou trinta anos depois, o modo de vida pouco havia mudado naquela região. No emblemático caso de João Fernandes já outras vezes citado, a permanência nessa mesma região desértica o obrigou a se alimentar pobremente de pescado, leite e algumas viandas, bebendo pouca água e vivendo em tendas simples. Cadamosto, que por lá havia passado, e que em seu

---

<sup>517</sup> Ibidem, p. 321.

<sup>518</sup> Ibidem, p. 322.

<sup>519</sup> Ibidem, pp. 322-323.

relato longamente se deteve a avaliar esse território, descreve que os que viviam no deserto estavam submetidos a “pouco alimento”, pois aquela era uma terra onde tudo morria: homens e, igualmente, os animais para o transporte que serviam como meio de acesso a outros mercados e lugares. Morriam de fome, sede, mas também devido aos “excessivos calores” que, segundo o mercador, chegavam a apodrecer o sangue.<sup>520</sup> A região do Cabo Branco até chegar ao rio Senegal era “seca e estéril”, e ali, não chovia “a não ser em três meses do ano: Agosto, Setembro e Outubro”<sup>521</sup>.

Habitados ao clima úmido e temperado do Mediterrâneo,<sup>522</sup> os portugueses, espanhóis, genoveses e venezianos encontraram melhores condições nas ilhas atlânticas, nas ilhas cabo-verdianas e na região da Guiné a sul do rio Senegal. Nesses pontos do Atlântico, a vida era mais fácil por causa do clima, da variedade e abundância de certos alimentos, o que facilitou a ocupação e adaptação naquelas terras. De acordo com os relatos da época, nas ilhas Canárias e da Madeira, vivia-se folgadoamente de bons pescados, desde “dentões” a “douradas velhas”, sendo possível dispor, igualmente, de abundância em “carne de vaca, porcos bravos e infinitos coelhos”. A adaptação havia sido muito rápida e Cadamosto escreveu que, na ilha de Machico, por exemplo, à altura de 1420 já se produzia bons e finos vinhos “para povoamento tão recente”, suficientes para abastecer toda a ilha e para serem levados a outros lugares.<sup>523</sup>

A despeito disso, os homens não estavam imunes às dificuldades cotidianas que, muitas das vezes, em nada eram semelhantes àquelas a que estavam habituados a enfrentar em terras cristãs. O caso dos primos João Dornelas e Álvaro Dornelas salta aos olhos. Os dois, decididos a realizar um grande feito que intentava a conquista de cativos, partiram da ilha de Forte Ventura, onde viviam, para a ilha de Palma, e lá, atraídos por ladrilhos de cães, reconheceram uma pequena povoação. Os primos e seus homens acabaram caindo no sono e, por isso, foram surpreendidos pelos canarinos, atacados, e, por fim, cercados. A tragédia foi tamanha que, a Álvaro Dornelas e a alguns outros sobreviventes, não houve “outro remédio” contra a fome senão chegar ao extremo de “comer alguns daqueles cativos”,<sup>524</sup> por que de outro modo acabariam morrendo.

---

<sup>520</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 108.

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>522</sup> O historiador Orlando Ribeiro destaca que “Portugal é mediterrânico por natureza, e atlântico por posição”, devido tanto aos seus elementos geográficos (clima, solo, vegetação), quanto em relação aos costumes alimentares dos portugueses, que eram baseados em uma dieta muito semelhante ao de toda a península espanhola e itálica, por exemplo. RIBEIRO, Orlando. **Portugal, o mediterrâneo e o atlântico**. Coimbra: Coleção Universitas, Coimba Editora, 1945, pp. 57-58

<sup>523</sup> CADAMOSTO, Luís de. *op. cit.* p. 93.

<sup>524</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 358.

Na primeira metade do século XV, o desentendimento com as populações locais tornou-se quase comum no cotidiano dos europeus que passaram a viver nas novas terras. Cadamosto observou que, nas ilhas Canárias, já em grande parte habitadas por cristãos, estes não podiam se entender com os canarinos, o que resultava em pelepas esporádicas nas quais muitos cristãos acabavam presos ou mortos pelos locais.<sup>525</sup> Entrementes, outras relações de convivência foram travadas entre os novos moradores e os que lá já viviam, e entre os que eram trazidos de outras partes da África. Na Madeira, os mestres do açúcar ensinaram os portugueses a plantar e a cuidar da terra e, posteriormente, estes e os que nasciam nas ilhas levavam o conhecimento adquirido à Europa.<sup>526</sup> No final do século, os que chegavam às ilhas de Cabo Verde, por exemplo, se espantavam ao ver tantos mestiços filhos de europeus com africanas.<sup>527</sup>

Já no caso da Guiné, a questão climática foi uma das dificuldades mais mencionadas. Apesar de ser uma região arborizada, os calores eram tórridos. O médico Jerônimo Münzer ressaltou, diversas vezes, que pessoas oriundas das regiões nórdicas e germânicas sofriam em maior grau, razão pela qual poucos eram enviados para viver naquelas partes. Segundo ainda o normando, as chuvas eram tão poucas ao longo do ano, que, quando acontecia, vinham acompanhadas de grande “estrondo de trovão”, que durava pelo menos meia hora, e a chuva era então “quente e fétida” que quase “queima[va] as pessoas”, além de apodrecer os “lençóis e roupas de lã” que usavam.<sup>528</sup> Na mesma época, descreve Rui de Pina o Congo como país<sup>529</sup> tão quente que as “gentes iam descalças”, pois a região era tão “sujeita ao grande calor” que ninguém podia “suportar sapatos nos pés nem vestidos em cima dos corpos<sup>530</sup>”.

A adaptação veio com o tempo. Na época em que Münzer escreveu, por volta de 1495, a ilha de São Tomé estava sendo ocupada de forma ainda incomum àquela altura. Para lá, D.

<sup>525</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 99.

<sup>526</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 120.

<sup>527</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 234.

<sup>528</sup> MUNZER, Hieronymus. p. 251.

<sup>529</sup> Os viajantes muitas vezes recorreram à palavra “nação” para designar um reino africano ou para diferenciar um povo do outro, mesmo sem ter certeza dos reinos a que, de fato, pertenciam. Na Idade Média, a palavra “nação”, do latim, *natio*, remetia ao aspecto físico, à língua, aos costumes, à origem e ao sangue comum de um povo. Nação até o surgimento dos Estados no século XV, significou fundamentalmente raça e língua. As fronteiras linguísticas não terão, necessariamente, relação com as fronteiras políticas. A “Frância”, França ou Gália (a *Gallia* retomada dos romanos pelos renascentistas), será a primeira nação a coincidir nação, Estado e língua; ainda que não perfeitamente, mas pelo menos como ideal a ser alcançado. É por essa razão que os usos recorrentes das terminologias “nação” e “país” por parte dos viajantes para identificar os povos africanos, pois era uma forma de reconhecê-los como um povo comum, e nomeá-los para mais tarde identificá-los. Como veremos mais detalhadamente adiante, os critérios a que normalmente recorriam para reconhecê-los e agrupá-los eram justamente o aspecto físico, os costumes e, quando tinham a oportunidade de conhecê-los melhor, diferenciavam as línguas e as origens. Ver: GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV** – os estados. Tradução de Maria F. Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 98-99.

<sup>530</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, p. 129.

João II enviara cristãos prisioneiros para degredo ou para morrer em terras distantes, por causa de seus crimes cometidos em terras portuguesas. Entre os condenados, certa vez, houve até mesmo dois alemães, um da região de Nördlingen e outro de Estrasburgo, segundo escreveu o médico da Normandia. Esses homens eram educados por “padres negros” que, por sua vez, haviam sido educados em Lisboa,<sup>531</sup> o que demonstra, de um lado, as novas faces dos costumes europeus no cotidiano africano e, do outro, os usos das novas terras como destino nos projetos expansionistas do final daquela centúria.

A cristianização do Congo também havia sido um novo projeto do reinado de D. João II, mas desta vez, um projeto ambicioso. Apesar das narrativas sobre esse período estarem focadas em retratar as tratativas entre coroas, estas deixam entrever também o cotidiano dos cristãos que se mudaram para o Congo em decorrência daqueles eventos. Os anos de 1491 e 1495 parecem ter sido muito agitados, pois são relatados muitos batismos, festas, encontros entre representantes do rei português com os chefes africanos, trocas de presentes, construção de igrejas, etc. Rapidamente os filhos de fidalgos e reis africanos começaram a ser educados por um “negro” que conhecia “as duas línguas” e era experimentado “nas letras de uma e da outra língua”. Assim, ensinava os preceitos do cristianismo, do latim e da língua vernácula àqueles jovens sob a supervisão de pelo menos quatro frades portugueses que os batizara antes.<sup>532</sup> Estes frades, ao fim de sua missão no Congo, foram instruídos pelo rei de Portugal a continuar em terras africanas e vaguear por “lugares mais desconhecidos” para que “diligentemente procurassem divulgar pelo mundo inteiro” a fé cristã em “nome de Cristo”.<sup>533</sup>

Naquela época, o reino do Congo havia recebido muitos cristãos que chegaram para ajudar na guerra, para trabalhar na terra, para pregar e educar. Muitos lutaram em nome do rei africano em peijas travadas entre reinos próximos; enquanto outros foram para construir ou ensinar. Segundo o relato do cronista, todos foram tratados com “grande consideração” e “humanissimamente”, mas apesar disso, os habitantes recém-chegados estavam sujeitos aos imprevistos e situações que fugiam ao controle dos homens. As mulheres que haviam partido de Portugal para “amassar o milho” e os pães, em pouco tempo, se encontravam “quase todas mortas”, pois aquele país, conta-nos Pina, “por causa dos ares, é para os estrangeiros tão contrário que cada um que aqui chega fica com as forças tão débeis que durante seis meses pode aguentar só com dificuldade”. Nos primeiros anos, a falta de mulheres europeias responsáveis por exercer determinadas funções começou a ser um problema e uma ameaça para a

---

<sup>531</sup> Ibidem, p. 257.

<sup>532</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>533</sup> Ibidem, p. 130.

continuidade da “coisa começada”, isto é, do projeto iniciado entre os reinos. Foi preciso enviar um pedido formal ao rei de Portugal para que este enviasse “um maior número de mulheres” após a tragédia inicial.<sup>534</sup>

As pelejas, os calores, as moléstias, os alimentos insípidos ou acres demais, foram algumas das dificuldades vivenciadas pelos cristãos que passavam a viver em terras africanas no decorrer do século XV. As dificuldades eram mais ou menos graves a depender das regiões aonde chegavam, e das condições em que iam, como trabalhadores, nobres, religiosos ou criminosos condenados. Os viajantes que deambulavam por aquelas paragens não deixavam de fazer menções em seus relatos a esses modos de vida, uma vez que uns, como Zurara e Münzer, não se conformavam com as condições a que seus conterrâneos se submetiam, enquanto outros, como Pina, puderam ver naqueles cotidianos as possibilidades da extensão das fronteiras de um reino pequenino e de sua fé, a despeito de todas as dificuldades que se apresentavam.

### 3.4 Delineamentos das rotas africanas

Logo no início de sua crônica, Zurara afirma que em seu tempo as ilhas atlânticas “estavam em razoada povoação”,<sup>535</sup> o que evidencia já bastante familiaridade com as rotas atlânticas em direção às ilhas. No povoamento, incluía as estruturas políticas, religiosas e comerciais que se consolidavam naquelas partes, constatadas nas extensões fiscais e privilégios do reino português estendidos aos funcionários enviados para lá, na criação de cargos específicos para a administração pública das ilhas e no fato de 4 das 7 ilhas já serem cristãs em meados do século XV.<sup>536</sup> O cronista se referiu especialmente aos ganhos do reino português com a exploração comercial daquelas partes, narrando com minúcias como eram trazidas de lá anualmente variadas mercadorias que supriam a carência de certos produtos caros ao reino português, e que satisfaziam da mesma forma suas exigências de qualidade e quantidade,<sup>537</sup> como o algodão, tinturas variadas, “pão” e cereais em geral, “açúcar, mel, cera, madeira e outras muitas coisas”.<sup>538</sup>

Da mesma forma, o relato de Zurara, assim como o de outros escritos em meados do século XV, revelam o início da afirmação do Atlântico como novo espaço marítimo de disputa

---

<sup>534</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>535</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto: Livraria Civilização Editorial, 1973, p. 30.

<sup>536</sup> VIEIRA, Alberto. **Portugal y las islas del Atlántico**. Madrid: Colecciones Mapfre, 1992, pp. 74-75.

<sup>537</sup> BUTEL, Paul. **Histoire de l'Atlantique** – de l'Antiquité à nous jours. France: Librairie Académique Perrin, 1997, p. 45.

<sup>538</sup> Ibidem, p. 30.

político-econômica de toda a Cristandade,<sup>539</sup> em detrimento daquele que era até então o grande mar concorrido: o mediterrâneo.<sup>540</sup> Apesar de já se ter conhecimento de algumas ilhas do Atlântico há bastante tempo, até os primeiríssimos anos do Quatrocentos os contornos ou o consenso geral sobre a localização das Canárias, Madeira ou Açores ainda eram bastante imprecisos e divergentes entre os que desejavam ir, o que corroborava a concepção de uma terra sem dono. Os portulanos castelhanos e genoveses,<sup>541</sup> então disponíveis, ilustravam sobretudo os símbolos legendários medievais,<sup>542</sup> sem propriamente situá-los geograficamente ou oferecer algum roteiro.<sup>543</sup> Por isso as viagens de João Gonçalves Zarco, Nuno Tristão e Jean de Bethencourt nas primeiras décadas do Quatrocentos, para além de seu caráter de “conquista”,<sup>544</sup> foram sentidas como pioneiras, pois, como ressaltou Zurara, foram coisas vistas “por olho”, diferentemente do que antes fora pintado apenas por “aventura”.<sup>545</sup> Às cartas de marear foram acrescidas precisões em léguas<sup>546</sup> acerca das distâncias entre os pontos de referência daquele trajeto triangular que se consolidava e se tornava conhecido: do sul de Portugal e do cabo de Ceuta às Canárias e ao cabo Bojador.

Como mostrou Zurara, não eram só as precisões métricas que importavam ao navegador e aos interessados. Os detalhes vistos por olho eram tão caros a um como a outro, e não convinha falar dessas coisas “tão brevemente” aos que “lessem a história querendo saber de suas particularidades”,<sup>547</sup> e aos que partiam em busca de boas ancoragens, boas “presas” e boas terras. As informações disponíveis até aquele momento partiam de concepções gerais, e de constatações que pareciam apenas alertar os navegadores dos limites entre as “conhecenças” e o “nunca antes sabido”, por isso era importante detalhar. O que se tinha por certo era que, saindo

---

<sup>539</sup> A presença de estrangeiros conhecidos, como Jean Béthencourt, Cadamosto, Vallarte, Usodimare, Antonio de Noli e Behaim, assim como as cartas papais e os tratados assinados naquele período intentando nomear um dono do *mare liberum*, ou amenizar os conflitos entre os reinos europeus, revelam de duas significativas formas a grande disputa de domínios e de reconhecimento diante do papado que se travou naquele século e se estendeu por vários outros séculos. Ver: VIEIRA, Alberto. **Portugal y las islas del Atlántico**. Madrid: Colecciones Mapfre, 1992, pp. 107-109.

<sup>540</sup> CHAUNU, Pierre. **A Civilização da Europa Clássica**. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 31.

<sup>541</sup> Em 1339, o genovês Angelino Dulcert desenhou a primeira carta com os primeiros contornos das Canárias, resultado da viagem destes àquelas ilhotas desde esse século. Em 1351 foi a vez dos Açores. E a partir de 1375 já se podia ver, nas diversas cartas marítimas catalãs e genovesas que surgiram, a silhueta das Canárias em relação a costa da África, e dos Açores em relação às Canárias. Cf: BUTEL, Paul. **Histoire de l'Atlantique – de l'Antiquité à nous jours**. France: Librairie Académique Perrin, 1997, pp. 46-47.

<sup>542</sup> Ilha do Inferno, Ilha de São Brandão.

<sup>543</sup> Vitorino Magalhães Godinho resalta que, em meados de Trezentos, genoveses, catalães e portugueses frequentavam as Canárias com certa recorrência, como lógica de “torna-viagem”, mas as cartas marítimas desse período apresentam a disposição das ilhas apenas grosseiramente. Cf.: GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962, pp. 20-21.

<sup>544</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 335.

<sup>545</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>546</sup> Idem.

<sup>547</sup> Ibidem, p. 333.

do Cabo de São Vicente, no extremo sudoeste de Portugal, “onde se combatem ambos os mares”,<sup>548</sup> visualizavam-se as divisas entre o conhecido, fechado e incólume mar mediterrâneo,<sup>549</sup> e o desconhecido, aberto e vasto mar Oceano.<sup>550</sup> Gibraltar dividia a Europa da África, e Ceuta era descrita como a “chave de todo o mar mediterrâneo”,<sup>551</sup> dando acesso a uma África conhecida, tomada pelos mouros, mas também a uma outra incógnita, tomada por seres estranhos numa parte e noutra inabitada.<sup>552</sup>

O conhecimento herdado dos filósofos e cosmógrafos antigos<sup>553</sup> sobre as terras de África mostrou-se útil aos que partiam de Portugal apenas até determinado ponto. Até o fatídico ano de 1433, os barcos não ousavam passar o Bojador devido à “novidade do caso”, pois a crença corrente, principalmente entre os mareantes, era de que a partir desse limite não havia “gente nem povoação alguma”. Acreditava-se que tudo era um grande deserto, “onde não há água, nem árvore, nem erva verde” e, por isso, como ressaltou Zurara, “os nossos antecessores nunca se atreveram de o passar”.<sup>554</sup> E mais ao sul, acreditava-se existir uma zona tórrida inabitada, que fazia ferver o atlântico;<sup>555</sup> crença muito antiga que persistia entre os meios letrados e entre marinheiros temerosos; o que mostra a absoluta ignorância acerca das terras de Guiné.<sup>556</sup> Os relatos escritos a partir de meados do Quatrocentos mencionam a alegria que sentiu o Infante D. Henrique quando seus homens encontraram “rastros de gente”<sup>557</sup> além do Bojador, contrariando a “opinião dos cosmógrafos que acreditavam que a área tórrida era desabitada por homens”<sup>558</sup>.

Os relatos que narram as descobertas dadas a cabo naquele século demonstram, de um lado, que os primeiros percursos foram traçados a partir da confirmação ou constatação contrária ao que disseram os antigos; do outro, que tais afirmações começavam a ser questionadas em favor da experiência das viagens, e assim, um novo tipo de saber e de

<sup>548</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>549</sup> Mar pequeno, com muitas pequenas ilhas e com costas e limites visíveis. Cf.: BERNAL, Rafael. **El Gran Mar Océano**. México: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 94.

<sup>550</sup> LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos** – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p. 67.

<sup>551</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 25.

<sup>552</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 23.

<sup>553</sup> Até o século XIV, a crença dominante sobre a disposição das terras e das águas no orbe era a bíblico-aristotélica: plana no ecúmeno habitável, esférica no plano da astronomia. Além da crença num orbe repartido em cinco zonas habitáveis e insólitas, isto é, as inabitáveis eram tomadas pela “frialdade” ou pela “quentura”, enquanto as habitáveis conheciam o clima ameno, propício ao homem. Cf.: RANGLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** – uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 2014, pp. 11-16.

<sup>554</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 50.

<sup>555</sup> BERNAL, Rafael. **El Gran Mar Océano**. México: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 94.

<sup>556</sup> RANGLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** – uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 2014, p. 45.

<sup>557</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 57.

<sup>558</sup> MUNZER, Hieronymus. op. cit. p. 245.

autoridade de entendimento emergia. Os espaços agora alargados eram moldados a partir da combinação entre a comprovação das suposições antigas e a retificação trazida pelos novos olhares.<sup>559</sup> Todavia, o conhecimento empírico não afastou por completo o mundo fantástico<sup>560</sup> e as crenças dos homens em seres extraordinários e terras abundantes em ouro e fertilidade,<sup>561</sup> mas acabou por assimilar, incorporar e conferir novos significados aos elementos visualizados.<sup>562</sup>

A descrição da viagem de Cadamosto, tanto em relação aos seus anseios pessoais, quanto em relação aos códigos morais e culturais,<sup>563</sup> mostra largamente as nuances entre o que era esperado e o que foi alcançado, o que era tomado por certo e o que foi contraposto, por fim, o desconhecido sendo decodificado a partir do conhecido. Algumas vezes, o viajante comparou os aspectos das terras pelas quais passou com o que conhecia em sua própria terra, já, em outras, acabou assimilando as características às crenças que carregava e que não conhecia necessariamente. O clima úmido e temperado da Madeira, por exemplo, foi comparado por ele ao de Chipre e da Sicília,<sup>564</sup> e a ilha de Tenerife, referenciada como “uma das mais altas do mundo”, e que podia ser vista do mar na Espanha a “250 milhas” de distância, foi equiparada à silhueta de um “diamante”, pois a dita ilha era “altíssima e continuamente arde”, e tem uma altura “da base ao cume” de “15 léguas de Portugal”, o que significava “60 milhas” das “italianas”.<sup>565</sup> Por outro lado, o conhecido também dizia respeito ao que era compartilhado entre os navegadores mais ou menos contemporâneos que se arriscaram naquelas paragens. A descrição do veneziano sobre a Ilha de Tenerife é semelhante a que foi feita por Diogo Gomes, que a descreveu como “aguda como pão de açúcar” e “tão alta que passa além da primeira região do ar”.<sup>566</sup>

---

<sup>559</sup> MACEDO, José Rivair. Narrativas portuguesas sobre a Costa da Guiné – Séculos XV-XVII. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 192-193.

<sup>560</sup> Na Idade Média não havia separação entre o mundo material e o maravilhoso. Le Goff distingue três adjetivos semânticos com distintos significados que acompanharam o universo medieval desde o século XII ao século XVI das grandes viagens: “mirabilia”, “mirabilis” e “magicus”. Cf. LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 15-25.

<sup>561</sup> BARATA, Filipe Themudo. Informação e conhecimento: Viagens e conhecimento do mundo. **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian : Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, pp. 42-43.

<sup>562</sup> GARCÍA, Pedro Martínez. **El cara a cara con el outro**: la visión de lo ajeno a fines de la Edad Media y comienzos de la Edad Moderna a través del viaje. Frankfurt am Main: Peter Lang Edition, 2015, p. 18-19.

<sup>563</sup> AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011, p. 145.

<sup>564</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 93.

<sup>565</sup> Ibidem, pp. 96-97.

<sup>566</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 24.

Ambos os viajantes, que foram contemporâneos, realizaram aquilo que tinham tanto por dever de ofício quanto por dever moral: narrar seus próprios roteiros de viagem e os detalhes dos lugares pelos quais passaram, no intuito de orientar, informar e não deixar que suas passagens caíssem no esquecimento; pois se reconheciam como parte do todo que era a linearidade daquela história de descoberta, do dar a conhecer os espaços alargados e dos grandes feitos dos homens de seu século.<sup>567</sup> O conjunto de orientações que recebiam e transmitiam, apesar de vagos e imprecisos, foi fundamental ao projeto expansionista e à melhoria da qualidade das viagens dos exploradores em mar e em terra, revelando, igualmente, a crescente especificação dos roteiros conforme mais longe se chegava e mais tempo se permanecia.<sup>568</sup>

Os navegadores sabiam dos riscos, e também que suas partidas tinham esse caráter duplo de descoberta e comunicação. Quaisquer informações ou suposições que tivessem sobre as distâncias, sobre as melhores rotas a serem seguidas, ou sobre os melhores parciais de ancoragem, por exemplo, eram úteis; independentemente das obrigações ou vontades que os moveram àquelas terras. Antes de partir, Cadamosto havia sido orientado de que, partindo das ilhas Atlânticas, deveria navegar “sempre para o sul contra a Etiópia”,<sup>569</sup> para poder alcançar o Cabo Branco na costa africana, desviando, assim, do grande deserto. Pela experiência dos outros, sabia que não era bom sair do estreito de Gibraltar contornando a costa sem aportar nas ditas ilhas, pois inevitavelmente teria de passar pelo deserto que ia da “Berberia” à “Etiópia”, e que, para ser atravessado, demandava cerca de “50 a 60 dias a cavalo”; mas por sua própria experiência reiterou porque este seria o melhor percurso partindo de Portugal, pois, pelo fato de a costa ser “toda arenosa, branca e seca”, era baixa, e não diferia de um lugar ao outro até o Cabo Branco.<sup>570</sup> Era mais proveitoso, portanto, desviar às ilhas, pois estas, ao contrário, não tinham porto, mas tinham “bom pouso”, e a despeito dos ventos contrários, “bom ancoradouro.”<sup>571</sup>

Somente na década de 80 do século XV é que os roteiros das viagens para a África passaram a ser mais precisos, e a ter as distâncias e localizações geográficas sistematizadas com base na astronomia e nas medições latitudinais, no lugar das descrições apressadas e imprecisas que antes caracterizavam os roteiros e relatos.<sup>572</sup> A relação da viagem do cosmógrafo e

---

<sup>567</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Investidas moralizantes na história da expansão portuguesa. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 168-169.

<sup>568</sup> KIMBLE, G. H. T. **A geografia na Idade Média**. Londrina: Eduel, 2013, p. 146.

<sup>569</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 100.

<sup>570</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>571</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>572</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1995, p. 75.

cavaleiro português que viajou à costa ocidental africana por volta de 1482, denominada *Esmeraldo de Situ Orbis*, é um marco dessa significativa mudança no relatar das viagens. Duarte Pacheco, entre outros propósitos, pretendia organizar um itinerário de navegação que considerava adequado aos homens que intentavam alcançar as “Etiópias de Guiné”. A descrição dos percursos realizada por Duarte Pacheco Pereira, ao contrário da de Cadamosto, por exemplo, é uma síntese do acúmulo do conhecimento antigo e contemporâneo sobre as terras africanas, e é também marcada pela precisão técnica; o que acaba conferindo certa impessoalidade à narração de sua própria viagem. O roteiro do cosmógrafo é, além disso, um retrato de uma nova prática de navegação e de descrição que, juntamente aos avanços técnicos marítimos do final daquele século, buscou medir as distâncias com rigor e explicar os aspectos climáticos e físicos dos povos africanos em relação à altura do sol, dos meridianos e da qualidade das terras.<sup>573</sup> Todavia, tais avanços só foram possíveis devido a esses primeiros olhares lançados aos espaços, a essas descrições preliminares sobre as gentes e os seus modos de viver, que chegaram ao continente europeu em meados do século,<sup>574</sup> das quais Duarte Pacheco se embebedou sem reservas e não sem antes confirma-las.

No relato do cosmógrafo português, é possível observar certa pertinência dos percursos traçados pelos desbravadores, a despeito de sua imprecisão técnica, quando retoma e reitera em alguns momentos determinados percursos; como aquele que orientou Cadamosto quase 50 anos antes. De acordo com as suas palavras, ir contornando toda a costa africana até a Angra dos Ruivos, localizada um pouco abaixo do Cabo Bojador, como outrora se acreditava, não era o adequado, pois, “por esta via, traz grande rodeio, e se alonga muito a viagem para as ditas partes”. Convinha, para o “mais breve tempo desta navegação”, fazer o trajeto das ilhas atlânticas, ancorando na “ponta de Handia<sup>575</sup>, onde há a ilha de Forte Ventura, uma das sete ilhas das Canárias”.<sup>576</sup>

---

<sup>573</sup> Joaquim Barradas de Carvalho destaca que a obra de Duarte Pacheco Pereira é o acúmulo de um século inteiro de distintas tradições escritas e orais que se cruzaram e decodificaram o mundo europeu em terras longínquas: a tradição dos cosmógrafos e filósofos antigos, das crônicas, das viagens expansionistas, dos diários de bordo, dos roteiros e dos regimentos. Cf: CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 153-154.

<sup>574</sup> MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI** – Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 50-51.

<sup>575</sup> O historiador Damião Peres, organizador deste volume, publicado pela Academia Portuguesa de História em comemoração aos 500 anos dos descobrimentos portugueses, no ano de 1988, acrescentou a Introdução e notas históricas à obra de Duarte Pacheco Pereira. Ele supõe que “Handia” seria uma variação de Angra. IN: PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações históricas pelo acadêmico Damião Peres. Edição comemorativa do V centenário do descobrimento da Guiné. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988. p. 84.

<sup>576</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações históricas pelo acadêmico Damião Peres. Edição comemorativa do V centenário do descobrimento da Guiné. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 84-85.

Desde as primeiras viagens, como temos visto, as ilhas atlânticas vinham se firmando como boas intermediárias entre o sudeste de Portugal e a Guiné, em razão da economia de tempo da viagem e por constituírem bons lugares de pouso e de reabastecimento das embarcações; mas, desde o tempo de Cadamosto, outros lugares iam ganhando importância como pontos de parada, bem como, do ponto de vista comercial, conforme iam sendo desbravados e adentrados. Na década de 1450, as condições comerciais de Arguim, mas também as condições de subsistência, isto é, a qualidade das terras e das águas estava sendo analisada e provada; e aos poucos ia se mostrando um entreposto apropriado para as relações portuguesas no perímetro das ilhas atlânticas, do Magrebe e da Guiné. À primeira vista, a região causou bom presságio: de acordo com Zurara, os navegadores se “deleitavam na bondade da água, de que ali acharam grande abastança”,<sup>577</sup> e encontraram abundância de cativos em relação às outras regiões que conheceram.<sup>578</sup> O roteiro de Duarte Pacheco Pereira mostra-nos, no entanto, que, a despeito da instalação de novos entrepostos, como o de Arguim e, em sua época, o de São Jorge da Mina, no golfo da Guiné, as ilhas atlânticas não haviam perdido suas qualidades de protagonismo comercial, terra de deleite, descanso e boa ancoragem e, por fim, seu papel de porta de acesso à costa ocidental africana. Os conflitos com Castela em torno das Canárias estendidos até a década de 1450 e 1460,<sup>579</sup> ameaçando as explorações portuguesas para além do Bojador, demonstram, por um lado, a importância das ilhas no contexto da expansão e trazem à tona, de outro, as antigas controvérsias entre os dois reinos em torno dessas ilhas que desde o século XIV disputavam a hegemonia no Atlântico por meio das Ilhas Afortunadas, como se dizia antigamente.<sup>580</sup> Cadamosto deixa entrever esse protagonismo, enquanto as utiliza também como ponto de referência para outros lugares. Estando aquelas distantes poucos dias do Cabo Branco, cerca de 770 milhas, e chegando no dito promontório, para se ter vista de terra, era preciso correr ao largo da costa para o sul até se ultrapassar “pelo menos dois terços do caminho que há das ditas ilhas ao dito cabo”. Tal artifício, de acordo com o mercador, era útil “para não escorregar o dito Cabo Branco sem o reconhecer, porque, para além

---

<sup>577</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>578</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *op. cit.* p. 168

<sup>579</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da Expansão Portuguesa** – A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 74-75.

<sup>580</sup> A historiadora Julieta Araújo enfatiza que, quase por todo o século XV, as ilhas Canárias foram o pretexto para uma rivalidade territorial e marítima entre Portugal e Castela, que se iniciara em finais de 1380 e se estendia pelo Quatrocentos, entre tratados (Windsor, 1386), conflitos e tréguas intermediados pelo Papado. A disputa pela hegemonia no “Atlântico horizontal”, como se refere Araújo, terminou com a posse castelhana das ilhas, não impedindo, portanto, as sucessivas investidas dos navios portugueses enviados às Canárias por D. Henrique até o momento de sua morte, deixando, assim, em aberto, “um medir de forças permanente”. Ver: ARAÚJO, Julieta. **Portugal e Castela na Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri, 1968, pp. 79-102.

do dito cabo, não se vê terra nenhuma, senão muito para adiante”.<sup>581</sup> No final do século, mais precisamente em julho de 1497, as caravelas de Vasco da Gama saíram do litoral do Tejo e fizeram aquele mesmo percurso: passaram pelas ilhas Atlânticas para então contornarem toda a costa africana até alcançarem Moçambique e, ao que parece, sem grandes dificuldades.

As ilhas de Cabo Verde serão outro complexo insular que rapidamente ganhará posição de destaque nas rotas portuguesas em África. As ilhas a noroeste de Guiné e Senegal, especialmente Santiago, das quais Cadamosto, Diogo Gomes e Augusto de Noli disputam o estatuto de descobridores, logo em 1466 se tornaram colônia lusitana, uma vez que a sua localização (entrepostagem entre Portugal e a Guiné), a sua condição (em grande parte desabitada e com uma agricultura próspera) e a facilidade com que lá se tinha para a aquisição de escravos, foram todos aspectos a colocá-las como protagonistas nas rotas pela costa ocidental africana e o atlântico defronte.<sup>582</sup> Em um curto espaço de tempo, Santiago se tornou uma porta de acesso aos mercados da Guiné, cuja ocupação naquelas condições trazia segurança aos mercadores e viajantes que queriam se inserir no mercado guineense não tão diretamente.<sup>583</sup>

Ao longo do Quatrocentos, algumas rotas foram escolhidas no lugar de outras sem conhecimento prévio ou a partir de uma análise rápida, feita de acordo com alguns critérios simples: a qualidade das águas, a fertilidade da terra, a bonança dos ventos ou, simplesmente, suas semelhanças com as terras e percursos de origem. Grande parte das conquistas de lugares e descobertas de caminhos não obedeciam a um projeto totalmente preestabelecido. Antigas estratégias e anseios, como toda a ação no norte da África, acentuados com as eternas ambições, como a busca do ouro e das rotas das Índias, levaram os portugueses para rumos espontâneos e a preparação de novos projetos.<sup>584</sup> No final do século, sentiu-se a necessidade de sistematizar essas rotas, calcular as distâncias e medir a largura das terras. Tal sistematização visava apontar os eventuais ganhos em relação ao tempo de viagem e em detrimento de outros caminhos e, igualmente, indicar as vias mais seguras e convenientes aos viajantes. Duarte Pacheco afirmou que era “necessário” dar a conhecer aqueles percursos por meio de rotas circunstanciadas, “principalmente aos marinheiros”, os quais, “por causa de sua navegação dentro desta marítima e orbicular superfície, podem receber muita utilidade se isto quiserem aprender”, já que

<sup>581</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 100.

<sup>582</sup> SILVA, António Correia. Cabo Verde e a geopolítica do atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, p. 4.

<sup>583</sup> TORRÃO, Maria Manuel Ferraz Torrão. Rotas comerciais, agentes econômicos, meios de pagamento. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, p. 18.

<sup>584</sup> COSTA, João Paulo Oliveira. GASPARD RODRIGUES, Victor Luís. **Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 27.

“costumam navegar, por longa distância, muitas províncias e terras”. Por isso, exalta o cosmógrafo a importância de seu ofício de dar a conhecer “os lugares, cidades, vilas e ilhas, segundo cada um se aparta, em largura, da equinocial para o polo ártico ou antártico”.<sup>585</sup>

“Descobrimos”; “segundo os meus cálculos”; “posemos-lhes o nome”; “a nosso ver”,<sup>586</sup> “acharam”<sup>587</sup>; “conjecturamos”<sup>588</sup>; “interroguei-os sobre o caminho para ir às terras onde há ouro e quem eram os senhores daquela região”<sup>589</sup>; “serão aqui declaradas todas as rotas” para “ordem e fundamento”; “muito necessário saber-se”<sup>590</sup>, são essas algumas expressões por meio das quais os relatos revelam uma trama em que se cruzam experiências e ambições pessoais, funções e desígnios, achados e impressões de homens que, no momento em que abriam os caminhos, buscavam mapeá-los, demarcá-los e minudenciá-los como podiam “para proveito desta navegação”, mas também para legar “uma eterna memória e lembrança” aos “sucessores e vindouros”.<sup>591</sup> Quando colocados lado a lado e ao levar em consideração o ano em que foram escritos e os lugares que iam sendo alcançados, juntos, esses escritos desvelam uma África que, de terra dos inimigos, desértica, insólita ou repleta de árvores e de homens ditos selvagens, começava a ter seus contornos realçados e, paulatinamente, ganhava curvas, relevos, nomes, rotas, portos e configurações mais precisas.

### 3.5 Trocas esperadas, trocas possíveis

Entre dezembro de 1455 e meados de 1456, o genovês Antoniotto Usodimare afirmou ter entrado na região do rio Gâmbia por ter notícias de que, naquela região, se colhia “ouro e malagueta”. Foi, porém, atacado e teve de retornar ao reino português com somente alguns escravos, dentes de elefante, papagaios e “um pouco de almíscar”.<sup>592</sup> Embora tenha alegado ter chegado “onde nunca qualquer cristão chegara” – provavelmente para convencer os seus

<sup>585</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 28-29.

<sup>586</sup> CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, pp. 171-173.

<sup>587</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002, p. 63.

<sup>588</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>589</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>590</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *op. cit.* p. 15.

<sup>591</sup> *Idem*.

<sup>592</sup> USODIMARE, Antoniotto. Carta de Antoniotto Usodimare (12-12-1455). IN: **Monumenta Missionaria Africana** – África Ocidental (1342-1499). Versão corrigida e anotada pelo Padre Antônio Brásio. Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de publicações e biblioteca, 1958, capítulo 48, p. 381.

credores de que a viagem que fazia era proveitosa –, àquela altura o rio Gâmbia – algumas vezes confundido com o rio Senegal – já era bem conhecido dos portugueses, e lá se sabia que certas províncias ou clãs fronteiriços subordinados ao reino do Mali<sup>593</sup> e dos Jalofos tinham um comércio expressivo e complexo, assentado em um sistema de crédito e confiança.<sup>594</sup> Os povos que habitavam aquelas regiões comercializavam o que era produzido em suas terras, mas também trocavam mercadorias oriundas de Tombuctu, Cantor e Jené. Certamente o mercador italiano tinha notícias acerca das possibilidades comerciais daquelas regiões, e da boa paga que recebiam alguns dos que lá haviam estado; e apesar de parecerem vagas, ainda assim se animou a partir. O que o viajante não sabia, ou subestimou, é que seria atacado logo em sua chegada e só conseguiria comercializar com aquela gente numa segunda viagem, em que partira com um secretário português indicado pelo Infante D. Henrique, já familiarizado com aquelas terras.

Por inexperiência, Usodimare perdera os investimentos que fizera em sua primeira viagem, tendo de retornar posteriormente. Zurara escreve que, desde as primeiras viagens, os viajantes aprenderam por tentativa e erro a não terem “trabalho grande” e “proveito pequeno”,<sup>595</sup> bem como a observar estrategicamente o momento certo de retornar para que não recebessem “maior dano que proveito”.<sup>596</sup> Foi a partir dos erros, mas também devido à observação tática que os portugueses puderam primeiramente traçar os caminhos mais seguros, para então se inserirem no comércio local. Como discursou Gil Eanes aos seus navegadores em meados de 1440, o procedimento era simples: se o trabalho era de todos “desejado e requerido”, intencionando “honras e proveitos” resultantes dele, mas que, apesar disso, não soubessem “bem” em “qual parte” deviam “ir buscar o dito trabalho”, deveriam primeiramente observar com cautela se em determinada localidade havia gente e de que “tamanho” era o seu poder; e, então, tentar delas haver “alguma língua” e, finalmente, reportar tudo ao Infante para que este,

---

<sup>593</sup> O Império do Mali, tão extenso que os viajantes europeus não puderam apreender os seus limites, foi uma grande manifestação do poder Islâmico no Sudão Ocidental. Os grandes centros comerciais de Kita, Tombuctu, Ségu ou Jené, estavam todos sob o controle deste Império, assim como algumas partes da costa na região do rio Senegal. A grande riqueza do Império era o ouro, o sal e o cobre. Já no século XV, no momento da chegada dos europeus, o Mali se vê em decadência em relação aos séculos de ouro que tinham sido os séculos XIII e XIV, face à sucessiva dependência de suas províncias. O Império de Gao não teria grande dificuldade em destruir Kita. No século XVII o Mali desapareceu completamente, e os imperadores e suas famílias se refugiaram em Kangaba, no reino de Kaabú. LOPES, Carlos. **Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Trad. de Maria Augusta Júdice e Lurdes Júdice. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 77-78.

<sup>594</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 165.

<sup>595</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 68

<sup>596</sup> Idem.

“sabendo o poder” da gente, pudesse enviar tal armada e com tanta gente apta a “pelejar com todos” e a “conquistá-la”.<sup>597</sup>

Devido às sucessivas perdas e prejuízos, ou porque morriam muitos homens ou porque o trabalho acabava sendo maior que o proveito, com o tempo as caravelas enviadas pelo Infante D. Henrique partiam com a recomendação de tratar paz e “estabelecer comércio”<sup>598</sup> como prioridade. Com as relações sendo firmadas, ou simplesmente porque os cristãos anualmente abalroavam nas praias e assim iam se tornando menos estranhos aos africanos, fez-se possível explorar melhor os povoados, observar os seus modos de subsistência, as suas feiras, as suas forma de trabalho, etc. O conjunto de crenças que moveu os navegadores no início do Quatrocentos, e que desde sempre os fez almejar terras abundantes em ouro e reinos forjados com pedras preciosas, como se acreditava ser o reino de Preste João, foi perdendo o vigor inicial em prol de novas possibilidades comerciais que se apresentavam. Ainda assim, anos mais tarde Duarte Pacheco estava certo de que havia sido na região de Sofala, em Moçambique, que o rei bíblico Salomão adquiriu “quatrocentos e vinte talentos de ouro”,<sup>599</sup> montante que o ajudou a construir o Templo na sagrada Jerusalém<sup>600</sup>. Mais objetivos, no entanto, os navegadores partiam com recomendações e desígnios que estavam, naquele momento, ao alcance de seus desejos mais urgentes.

Luís de Cadamosto conhecia a partir do mediterrâneo as mercadorias oriundas das terras da África. Quando, na Espanha, Antão Gonçalves mostrara a ele algumas “provisões” no intuito de provar a facilidade em adquiri-las, o que chamou a sua atenção foi justamente a possibilidade de alcançá-las mais facilmente e com maior lucro, e não o que, para muitos, poderia indicar alguma excentricidade. Como experiente mercador de Veneza, conhecia bem a navegação regular de comércio do mediterrâneo, e os produtos que lá circulavam: a noz-de-cola, os tecidos marroquinos, a malagueta, o ouro, os escravos. A circulação dessas mercadorias não era estranha à Europa ocidental no geral, mas só eram adquiridas por meio dos mercadores mediterrânicos, e que por sua vez, só tinham acesso por meio dos mouros, turcos e mongóis no norte africano.<sup>601</sup>

Ceuta era uma praça comercialmente estratégica na ponta do Sahel, onde, a partir do que os cristãos conheciam, ocorria o comércio mais expressivo do mediterrâneo ao delta do rio

---

<sup>597</sup> Ibidem, pp. 113-114.

<sup>598</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 53.

<sup>599</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 13.

<sup>600</sup> ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 31.

<sup>601</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar** – séculos XIII – XVIII. Lisboa: Difel – Difusão Editorial, 2013, pp. 61-62.

Níger e a sul do Senegal. A tomada portuguesa da praça, a partir de 1415, fez com que os cristãos obtivessem informações mais específicas acerca daquela complexa rede comercial e, conseqüentemente, tomassem nela também alguma parte<sup>602</sup> Ao falar dos azenegues, Cadamosto se mostra conhecedor do seu comércio; escreve que “são homens que vão às terras dos negros, e também vem a estas nossas Berberias de cá”, trazendo “objetos de cobre da Berberia, e pratas e outras coisas a Tombucto, e às outras terras dos sobreditos negros”, e de lá “trazem ouro e malagueta que conduzem para cá”.<sup>603</sup> O que a expansão comercial do século XV trará de novo ao universo comercial mediterrânico será o alargamento dos espaços de troca, o aumento de seus fornecedores e uma maior variedade de produtos trocados, mas as formas de escambo e de transporte dos produtos – por meio das cáfilas ou por via marítima – pouco seriam alteradas.<sup>604</sup>

Apesar de já saber algumas destas coisas previamente, Cadamosto conferiu detalhes muito mais ricos ao seu relato por, ao longo de sua viagem, ter escutado “tantos” contarem e ter visto muitas coisas, e assim pôde saber “algumas coisas do mundo”.<sup>605</sup> O mercador descreve minuciosamente como entendeu o funcionamento do complexo comercial da costa ocidental africana; litoral que também recebia das cáfilas “azeneguias” e árabes o ouro trazido de Mali e de outros lugares do leste africano. De acordo com a sua descrição, Mali era um importante centro de saída do ouro, pois dali as caravanas repartiam-se “em três partes”, seguindo o caminho de Mali e chegando até “Chochia, que é o caminho que se dirige para Soria;”<sup>606</sup> e as outras duas vão para Tombuctu; e de Tombuctu, partia-se, mais uma vez, para “Tunes da Berberia”, “Odem<sup>607</sup>”, “Orão<sup>608</sup>” e “One”,<sup>609</sup> outros lugares da Berberia e, por fim, ao estreito de Gibraltar, Fez, Marrocos, Arzila, “Safim” e “Messa”.<sup>610</sup> Habitado a tratar relações comerciais nos portos venezianos e hispânicos, o que Cadamosto destacou como particular e mesmo incomum na região do Cabo Branco, era que nessas partes não se cunhava “moeda nenhuma” e “nem nunca” eram usadas, pois não tinham isto por “costume”, e tampouco na

<sup>602</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 68.

<sup>603</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 103.

<sup>604</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Portugal: Difusão Editorial, 1994, p. 56.

<sup>605</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 112.

<sup>606</sup> Sória, província na Espanha.

<sup>607</sup> Adén, cidade do atual Iêmen. Cadamosto situa Adén na Berbéria e não na Península Arábica, cidade que, desde o século XIII, tinha um expressivo comércio que foi disputado pelos mamelucos, mas que, no século XV, já era há algum tempo controlado pelos príncipes iemenitas islâmicos e sultões egípcios. Nesse século, os venezianos representavam dois terços dos compradores de mercadorias oriundas do Egito, que eram, por sua vez, trazidas de Adén. Ver: NIANI, Djibril Tamsir. **A África do século XII ao XVI**. Vol. IV. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 438.

<sup>608</sup> Orã, cidade da Argélia.

<sup>609</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 112-113.

<sup>610</sup> Segundo Cadamosto, Safim e Massa eram também do “sobredito reino de Fez”, em Marrocos. Cf: CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 85.

Senegâmbia ou “em outros lugares” mais a sul; e, assim, todo o “negócio” funcionava “em trocar coisa por coisa, e duas coisas por uma coisa”.<sup>611</sup>

O mercador veneziano que buscava sobretudo o ouro<sup>612</sup> partia mais preparado do que partira seu coetâneo. Sabia que há alguns anos os portugueses “fizeram pazes” com os Jalofos e, por isso, “começaram a tratar com as suas mercadorias” e “de ano para ano aí haviam estado navios” até ao tempo em que lá fora. Havia “tido informação de outros portugueses” de que o rei de Caior, vassalo dos Jalofos, “pagava magnificamente”, e levou consigo alguns “cavalos de Espanha e outras coisas necessárias no país dos Negros”, como “panos de lã e trabalhinhos mouriscos de seda e outras mercadorias”.<sup>613</sup> Cadamosto foi mais objetivo em sua viagem, porque já sabia da “boa fama” daquele rei, ainda que de última hora tenha tido de “confiar nele”, pois como ditava o costume da terra de Budomel, não se recebia garantia material de que tudo iria correr tal como combinado.<sup>614</sup> Ao fim e ao cabo, recebera uma boa paga: foi embora com cinquenta escravos, mas não somente o viajante aprendeu muitas coisas novas e se tornou muito bem querido pelo rei de Caior.

Os anseios de Usodimare e Cadamosto são exemplos de um universo particular,<sup>615</sup> que denuncia a realidade de um anseio maior, o da coroa portuguesa naquele período. Desde o século XIII, os portugueses viam o ouro do Sudão chegar ao litoral magrebino,<sup>616</sup> e ali conseguiam fazer algum escambo nas areias da praia mesmo. Tomando Ceuta, acreditavam que poderiam ter acesso às fontes auríferas, ideal sempre tão vivo no imaginário ocidental,<sup>617</sup> mesmo sem saber ao certo as suas localizações exatas. Sabemos que as regiões mais produtivas eram aquelas do Sudão oriental, de Bambuk, no Alto Senegal, do Buré no Alto Níger, e no golfo da Guiné – onde mais tarde os portugueses iriam construir duas feitorias, a de São Jorge da Mina e a de Achém<sup>618</sup>. O que não se esperava era que as caravanas iriam começar a desviar do entreposto que havia sido Ceuta até então,<sup>619</sup> para não darem aos seus inimigos de longa data

---

<sup>611</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>612</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 172.

<sup>613</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 124.

<sup>614</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>615</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em mundo globalizado. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set/dez 2010, p. 438.

<sup>616</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. O mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro. Vol. 11, n. 23. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, 1955, pp. 79-80.

<sup>617</sup> THOMAZ, Filipe F. R. op. cit. p. 46.

<sup>618</sup> CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1990, pp. 29-30.

<sup>619</sup> TALBI, Mohamed. A expansão da civilização magrebina: seu impacto sobre a civilização ocidental. In: NIANI, Djbril Tamsir. **História geral da África: África do século XII ao XVI**. Vol. IV. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp. 77-78.

o acesso às grandes colônias comerciais. Até porque, da mesma forma, não compensava para as caravanas se estabelecerem naqueles confins do deserto magrebino só para vender ouro aos portugueses, que antes da conquista só vinham esporadicamente.<sup>620</sup>

Logo em 1416, um ano após o sítio de Ceuta, Diogo Gomes narra que o Infante D. Henrique já se inteirara sobre “um lugar chamado Tombuctu” e Cantor, de onde as “gentes de Túnis” costumavam “atravessar em caravanas de camelos” a grande faixa desértica africana para ter acesso “a esse ouro da Árabia” que nesses lugares se encontrava “com grande abundância”<sup>621</sup>. Mas desde aquela época Tombuctu era um lugar ainda de difícil acesso, do qual os exploradores não sabiam ao certo a sua localização. Esse havia sido justamente um dos objetivos da viagem do navegador de Sintra, o de obter informações mais precisas sobre a cidade capital do reino Mali, embora nunca a tenha de fato alcançado. O mais longe que chegou foi a Cantor, a 400 quilômetros do rio Gâmbia,<sup>622</sup> e ali afirmou ter se encontrado com alguns negros oriundos do norte de Tombuctu.<sup>623</sup> E quase 50 anos mais tarde, Tombuctu ainda era intransponível para os portugueses. O cosmógrafo português Duarte Pacheco nos permite supor que os portugueses ainda não tinham alcançado essa região devido ao que era, na sua compreensão,<sup>624</sup> “uma muito grande pedra”, chamada “Felu”, que está pouco mais de duzentos e cinquenta léguas” do rio Senegal, e que dá acesso a “Tombuctu e aos outros lugares”, e que por isso, “nenhuma barca nem navio pode por ali passar”.<sup>625</sup>

O mundo ocidental havia se alargado desde a chegada em Ceuta. Os portugueses sabiam que naquela cidade de 30.000 habitantes se dispunha folgadoamente de metais preciosos, tecidos, açúcar, escravos e outros produtos;<sup>626</sup> mas só depois que lá chegaram é que puderam ver de perto e saber que os escravos e as mercadorias eram trazidas de vários outros lugares que não conheciam: cativos oriundos do alto Níger e da Guiné; o ouro do Sudão, os tecidos de Túnis, o sal de Igilde e Uadam, etc. Tudo trazido e levado pelas cáfilas alarvinas, que percorriam o Sahel reabastecendo as cidades a sul do deserto, do Magrebe e do sino arábico. A partir da década de 1420, esses lugares passaram a ser almeçados, concomitantemente às explorações que seguiram pela costa ocidental saariana e guineense nas décadas de 1430 e 1440, entretanto, nem todos seriam alcançados pelas mais diversas razões: doenças, barreiras geográficas, resistência das

---

<sup>620</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 168.

<sup>621</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>622</sup> Ibidem, p. 175.

<sup>623</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 73.

<sup>624</sup> Nessa região há uma grande quebra d'água ou cataratas.

<sup>625</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 98.

<sup>626</sup> MONTEIRO, João. Luzes e sombras na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415. In: ROCHA, Jorge Silva. (org). **Actas do XXIV Colóquio de História Militar** – “Nos 600 anos da conquista de Ceuta – Portugal e a criação do primeiro sistema mundial. Lisboa: Rainho & Neves – artes gráficas, 2016, p. 105.

populações em comerciar, árabes ou chefes locais que não queriam os portugueses em determinados mercados; ou simplesmente, porque em determinadas regiões, como no Cabo Branco azeneguio,<sup>627</sup> o comércio era inexpressivo.

A solução encontrada foi a instalação de uma feitoria em Arguim, região que intermediava o deserto e a Guiné, lugar de água doce e de boa ancoragem dos navios, e onde se obteve uma permissão dos árabes e azenegues para praticar comércio. Os portugueses finalmente puderam se inserir pacificamente e estavelmente naquelas partes. Jerônimo Münzer destaca que os portugueses tratavam comércio da seguinte forma: trocavam “trigo por ouro, e tecidos por escravos e outras mercadorias”.<sup>628</sup> Os primeiros anos de Arguim e a relação com os reis jalofos e os chefes mandingas pareciam indicar bons caminhos: em 1460, trocava-se com um rei jalofos um cavalo velho proveniente da Europa por cerca de “25-30 escravos”.<sup>629</sup> Ainda segundo Münzer, sempre tinha “um maravilhoso número de escravos negros e avermelhados em Lisboa” para serem comprados, e para a África eram levados “cavalos, cortinas, têxtil, roupas da Irlanda e Inglaterra”, latão de cobre, estanho, “miçangas amarelas e verdes provenientes de Nuremberg”, e outras coisas<sup>630</sup>.

Nos anos seguintes, entretanto, pouca coisa iria mudar naquele entreposto comercial e nas regiões adjacentes. Algumas mercadorias iriam até mesmo perder o seu valor inicial. Duarte Pacheco escreve que, desde a época do Infante D. Henrique, e de quando depois de sua morte assumiu a feitoria de Arguim o rei D. Afonso V por intermédio do alcaide Soeiro Mendes, os alarves e azenegues traziam a Arguim algum “ouro”, “escravos negros de Jalofos e de Mandinga”, “couros de anta para adargas, goma arábica e outras coisas” e, de Arguim, levavam “panos vermelhos e azuis, de baixo preço, e lenços grossos e bordados, e mandar de pouca valia que se fazem em Alentejo, e outras coisas dessa qualidade”.<sup>631</sup> Ou seja, a intensidade das trocas, a quantidade e a qualidade dos produtos pouco haviam mudado em quase 50 anos de feitoria. Fazendo uma comparação entre o relato de Cadamosto e o de Duarte Pacheco, vê-se que os cavalos, ao contrário, chegaram até mesmo a perder o valor ao longo do tempo. Duarte Pacheco escreve, não sem algum exagero, que no tempo em que o rio Senegal “foi descoberto e novamente sabido”, isto é, por volta da década de 1440, ali se fazia bom resgate: conseguiam, em cada ano, “quatrocentos escravos e outras vezes menos a metade” em troca de cavalos e

<sup>627</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar** (séculos XIII-XVIII). Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 118.

<sup>628</sup> MUNZER, Hieronymus. **Itinerary and the discovery of Guinea**. Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014, p. 246.

<sup>629</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>630</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>631</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 89.

“outras mercadorias”.<sup>632</sup> Dez ou quinze anos depois, quando o veneziano esteve junto do rei jalofo de Caior, conseguiu por um cavalo o total de cinquenta escravos, quando, a princípio, lhe havia sido prometido cerca de cem escravos.<sup>633</sup> Já no final do século XV, o cosmógrafo afirma que em “nossos dias”, entre os anos de 1482 e 1505, se resgatavam cerca de “dez e doze por um cavalo”; e a cada década se perdia o valor devido à “má governança que nisto se teve”, chegando a não se conseguir mais que seis escravos por um cavalo.<sup>634</sup>

A chegada dos portugueses naqueles reinos e, mais do que isso, as tentativas de inserção e do firmar relações comerciais e diplomáticas, iriam não só alterar a dinâmica das idas e vindas, a duração do tempo das estadias e o perfil dos que viajavam, mas da mesma forma o interesse e as necessidades do reino português em relação a determinados produtos que buscavam,<sup>635</sup> bem como a ordem dos costumes, do comércio e dos poderes locais de chefes e povos africanos que mais estreitamente mantiveram relações com Portugal. Como foi no caso excepcional da cristianização do Congo nas décadas de 1480 e 1490. Primeiro porque os portugueses tiveram de ajustar-se às demandas africanas e vice-versa e, na medida em que os exploradores avançavam e iam descobrindo novas coisas, o olhar sobre determinados produtos também se modificava. Estes buscavam o ouro, mas recebiam dos chefes locais da região do Senegâmbia os escravos, pois nem sempre os azenegues, jalofofos, sereres ou mandingas do litoral dispunham do ouro como em outras regiões auríferas.<sup>636</sup> Na segunda metade do século XV, até o despontar do século seguinte, o cativo, entre outras mercadorias como a pimenta-malagueta e a noz-de-cola, se tornaria uma das mercadorias mais procurada pelos europeus.<sup>637</sup>

Fazia pouco mais de 60 anos, rememora o alemão Hieronymus Münzer, que o ocidente cristão se surpreendera ao saber que a região abaixo da linha do Equador, antigamente denominada Etiópia e depois Guiné, era mais estendida do que se imaginava e, logo, povoada de “muita variada gentildade”. Na grandeza daquela África até então desconhecida, o cativo começava a ser cada vez mais requisitado para servir principalmente como intérprete, por “dar sabedoria sobre aquelas terras” e informar os navegadores sobre “o lugar e o tempo em que estavam”,<sup>638</sup> e nisto consistia o “proveito de sua serventia ou rendição”.<sup>639</sup> Quanto mais se avançava, menos conhecidos eram os povos e suas línguas, e daí a crescente procura por

<sup>632</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>633</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 128.

<sup>634</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 95.

<sup>635</sup> ALBUQUERQUE, Luís de. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, pp. 21-22.

<sup>636</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. op. cit. p. 173.

<sup>637</sup> NIANI, Djbril Tamsir. **História Geral da África: África do século XII ao XVI**. Vol. IV. São Paulo: Editora Cortez, 2011, pp. 338-339.

<sup>638</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 104.

<sup>639</sup> Ibidem, p. 73.

línguas. O cronista português chegou a comparar esse universo plural que se descortinava com a Babilônia bíblica.<sup>640</sup> No entanto, nos cem primeiros anos de atividade exploratória intensa na costa ocidental africana, a visão sobre o perfil e a utilidade do cativo também iria mudar substancialmente.

A *Crônica de Guiné* e os relatos de viagem de Diogo Gomes e Luís de Cadamosto, primeiros relatos escritos sobre a presença portuguesa nos lindes africanos, são mais detalhistas e personalistas ao narrarem a captura dos cativos naqueles primeiros anos. Em suas descrições, deixaram entrever as feições e as emoções das gentes, e em como tinham as suas vidas interrompidas em seus países de origens para irem viver uma nova vida totalmente distinta em terras cristãs. Com Zurara principalmente, vemos as justificativas morais pautadas nas Escrituras e no reconhecimento papal que tinham para a efetivação daquelas práticas, pois entendiam que aquilo se inseria numa realidade natural e divina muito maior que a compreensão dos homens, ainda que como homens se comovessem.<sup>641</sup> Sabemos, da mesma forma, que a servidão nunca havia sido algo estranho ao Ocidente e nem ao Oriente,<sup>642</sup> mas podemos observar a partir dos relatos a mudança na prática da captura dos cativos e, logo, na concepção sobre essa atividade.

A captura de cativos na costa africana durante os primeiros anos, como bem pintou Zurara, era justificada pela “rendição” após uma escaramuça – o que remetia à justificativa anterior da guerra justa.<sup>643</sup> O cronista quase sempre pinta cenários dos quais os cativos eram adquiridos após uma peleja em que os portugueses se saíam vitoriosos. Nos relatos mais tardios, como o de Duarte Pacheco, Münzer e Valentim Fernandes, podemos observar a viragem na concepção e no *modus operandi* dessa prática, em que as condutas que faziam lembrar uma guerra justa, paulatinamente vão dando lugar ao comércio de escravos.<sup>644</sup>

As narrativas dão a conhecer, desse modo, as formas e os lugares concretos assumidos por essa prática,<sup>645</sup> mas deixam também o vislumbre sobre os modos de vida e as trajetórias de alguns dos primeiros homens e mulheres feitos cativos pelos portugueses na costa ocidental africana e destinados ao reino português. Vemos os discursos que foram sendo fabricados para

---

<sup>640</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>641</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>642</sup> MATTOSO, José. Comércio de escravos em Portugal no século XIV. In: **Naquele tempo** – ensaios de história medieval. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009.

<sup>643</sup> Cf. **Escravos e senhores na Lisboa Quinhentista**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 35; BARQUERO GOÑI, Carlos. Justificaciones ideológicas de la guerra con los musulmanes en la documentación de la Orden de San Juan en la Península Ibérica. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos. FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coord.). **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular – Cristianos contra musulmanes en la Edad Media peninsular**. Lisboa, Madrid: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

<sup>644</sup> FONSECA, Jorge. **Escravos e senhores na Lisboa Quinhentista**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 17-19.

<sup>645</sup> Ibidem, p. 31.

legitimar o então comércio de escravos no Atlântico, que começava a se consolidar. Do inimigo vencido, passou para aquele que tinha menos capacidade material e moral, que tinha os modos mais rudes e nenhuma ideia de deus. E nisto, poderemos perceber, da mesma forma, a mudança das práticas e das condutas em relação à escravidão nos próprios territórios africanos.<sup>646</sup>

O flamengo Eustache de La Fosse, que viajou por volta de 1485, narra uma cena curiosa que demonstra as mudanças nas dinâmicas comerciais na África. Ao chegar às ilhas de Cabo Verde, encontrou alguns homens nus que vinham em almadias com as suas azagaias, onde “traziam mulheres e crianças para venda”. Compradas então pelos europeus, La Fosse afirmou que as revendiam “nos mesmos sítios” ou onde se pagasse melhor por eles. O preço em Cabo Verde era o seguinte: custava “mãe e filho uma navalha de barbear, e ainda 3 ou 4 grandes anéis de latão no ato da compra” e, depois, levando esses cativos para a região da Mina, conseguiam vendê-los em troca de “bons 12 ou 14 pesos de ouro”, em que “cada peso valia 3 esterlinas de ouro”. O mercador conclui que lá, em suas palavras, “o lucro era muito grande”<sup>647</sup>.

O relato do flamengo mostra-nos ao menos dois aspectos, de um lado, o crescente prestígio que as ilhas cabo-verdianas foi adquirindo ao longo dos anos, a saber, de região quase inóspita e sem comércio expressivo até meados do século XV, aos poucos foi se tornando um entreposto comercial das embarcações de cabotagem que se dirigiam aos rios da Guiné, isto é, a região de Senegal e da costa da Mina;<sup>648</sup> de outro, a não tão comum prática de se vender escravos para os africanos da região das ilhas,<sup>649</sup> uma vez que quando Cadamosto esteve naquelas partes anos antes, descreve-os como povos essencialmente guerreiros, pescadores e itinerantes, e não faz menção à prática do comércio de escravos entre eles.

Embora de forma breve, Zurara deixou anunciado qual era o destino dos cativos que chegavam em grande número a Portugal. Após serem tristemente apartados uns dos outros,

---

<sup>646</sup> John Thornton destaca que, a princípio, o comércio africano de escravos com os europeus não compensou, pois vende-los causou uma disrupção em certas sociedades africanas, uma vez que necessitavam dos escravos tanto para a mão de obra como para uso militar. Ver: THORNTON, John. **Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680**. USA: Cambridge University Press, 1992, Pp. 72-73. Para compreender melhor a dinâmica da escravidão na África antes da chegada dos portugueses, ver: COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>647</sup> LA FOSSE, Eustache de. **Crônica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: Coleção Monumenta Historica, 1992, p. 62.

<sup>648</sup> Como hoje sabemos, até o século XVII a região do Cabo Verde e dos rios da Alta Guiné (cerca de 80 quilômetros da costa ao interior) foi o ponto original e o entreposto mais importante para o tráfico de escravos no Atlântico daquele período. Ver: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 85-87.

<sup>649</sup> O comércio de escravos daquela região era controlado pelo *Oba* de Benim, e até a chegada dos portugueses era uma atividade comercial não tão recorrente entre os africanos. Os portugueses iriam expandir as relações escravistas em áreas amplas do oeste africano. Cf: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 86-87.

aportaram em terras lusitanas “mal corregidos e doentes”<sup>650</sup>, por causa da longa viagem marítima. Em seguida, se dava início à partilha na qual os recém-chegados eram vendidos e enviados para lugares diferentes em Portugal, e acontecia, por exemplo, de “o pai ficar em Lagos, a mãe trazer para Lisboa, e os filhos para outra parte”. Nesta divisa, a “dor dobrava”, e era “menos em alguns que se acertavam de ficar em companhia”. Instalados, iam “governar fazenda” ou trabalhar nos “ofícios mecânicos”, casavam entre si ou mesmo com “as mulheres naturais da terra”, as portuguesas. Também as viúvas portuguesas compravam algumas escravas e as “recebiam por filhas”, entona o cronista que algumas chegaram mesmo a deixar “testamentos de suas riquezas” para essas meninas. Para aqueles que antes viviam “em perdição da alma” como “pagãos” sem “claridade e sem lume da Santa Fé”, vivendo mesmo como “bestas” sem “ordenança de criaturas razoáveis”, o cativo era, na verdade, um destino feliz. Viviam antes sem saber o que era “pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa” e, pior ainda, segundo o narrador, viviam “sem conhecimento de bem” em total “ociosidade bestial”<sup>651</sup>.

Uma vez em Portugal, todos se tornavam cristãos, eram batizados, casavam-se e eram “docemente tratados”. Ganhavam trabalho, casas decentes, “mantimentos” e “coberturas para os corpos”. E ainda que, mesmo depois de todas essas benesses ocorresse de alguns adoecer e morrer, pelo menos, nas palavras de Zurara, morriam como cristãos.<sup>652</sup> Os escritos que narraram os rumos da expansão portuguesa no Quatrocentos permitem observar os modos de vida e as trajetórias de alguns dos primeiros homens e mulheres feitos cativos pelos portugueses nas terras da África e destinados ao reino português, antes de, no final do século, passarem a ser mencionados apenas em números. Dos que eram vistos pela primeira vez na África ou em Portugal, mostravam tantas novidades nos costumes e nos rostos que, como sublinhou o cronista, causavam certa “deleitação” nos olhares atenciosos. Fascinados, alguns dos que presenciaram esses encontros nos legaram vastos detalhes.

---

<sup>650</sup> ZURARA, op. cit. p. 120.

<sup>651</sup> Ibidem, pp. 125-126.

<sup>652</sup> Ibidem, p. 126.

#### Capítulo 4. O estranho, o reconhecido, o familiar e o aceito

As estadas mais longas decorrentes do comércio, do povoamento e das tratativas diplomáticas entre reinos, permitiram aos viajantes deter o seu olhar em aspectos que não necessariamente estavam ligados às suas obrigações e objetivos em terras africanas. Durante as primeiras e breves viagens, o que importava em primeiro lugar para os reis e outras autoridades que iriam receber aquelas relações era saber sobre a extensão daquele mundo e a possibilidade de alcançar as fontes auríferas, pois um projeto ambicioso e dispendioso aguardava por boas notícias. No caso dos navegadores e mercadores, também lhes valia saber do ouro e dos lucros, mas os seus interesses eram igualmente práticos e necessitavam, por isso, estarem inteirados dos percursos, dos melhores trajetos, do cálculo das distâncias e do tempo gasto, por exemplo. A uns e outros era interessante obter informações da ordem do comércio, dos gastos de uma viagem, da cosmografia marítima e terrestre, da extensão do império mouro e da capacidade bélica dos povos, pois eram todos protagonistas de uma empresa que se queria grande, como costumava escrever o cosmógrafo português.

Uma vez que o espectro mouro já não pairava mais sobre o reino português,<sup>653</sup> e quando finalmente a paz foi assinada com a vizinha Castela, D. João I e seus sucessores concentraram-se em expandir as fronteiras do reino, enaltecer as suas virtudes dinásticas, e buscar rotas alternativas para o ouro e outros produtos. Na medida em que novos espaços além do Algarve foram sendo descortinados, e os contatos se tornaram cada vez mais recorrentes, os relatos de viagens passaram a compor narrativas que traziam detalhes além do esperado, que focalizavam desinteressadamente trivialidades do cotidiano de lá e, com isso, estimularam novas formas de olhar a novidade.<sup>654</sup>

No final do século XV, e sobretudo na primeira metade do século XVI, descrever em relatos a experiência de viagem e os pormenores dos povos encontrados havia se tornado uma atividade recorrente do viajante que ia para as partes de África. A recorrência a certos recursos descritivos específicos, e mesmo a utilização de sentenças semelhantes para descrever lugares e povos, mostra que pôr em pena as experiências de viagem tornou-se praticamente um protocolo a ser seguido pelo viajante desses dois séculos em transição. Essa atividade havia se vulgarizado, como se constata na prática comum de se escrever em língua vernácula; e

---

<sup>653</sup> DIAS, Isabel. O mouro na crônica da conquista do Algarve. In: AMADO, Teresa (coord.). **A guerra até 1450**. Lisboa: Quimera Editores, 1994.

<sup>654</sup> AVELAR, Ana Paula Menino. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011, p. 29.

vulgarizou-se porque as demandas dos reis e da Europa cristã interessados naqueles novos mundos crescia, ao passo que um maior número de homens que viajava via na escrita uma intermediária entre o contar e o lembrar-se.<sup>655</sup>

Aos poucos, como demonstra o conjunto de textos produzidos nesse período, os próprios monarcas iriam cobrar detalhes que, anos antes, pareciam não ter importância. Em dado momento, saber muito e saber sobre diversos temas, até mesmo sobre as trivialidades, tornou-se argumento de autoridade. Duarte Pacheco vangloriou-se das descobertas do tempo do rei D. João II, aquele que encomendara o seu livro, por razão de “muito particularmente” no tempo do rei pelicano os portugueses saberem “quase todas as coisas” referentes à Guiné e a Índia.<sup>656</sup> Outro sinal do interesse crescente pela África na Cristandade foi o manuscrito de Luís de Cadamosto que, à primeira vista, bastante pessoal, foi impresso na região da Itália no início do século XVI juntamente com outros relatos que davam a conhecer detalhes dos novos mundos; alargando também o público que teria acesso aos escritos.<sup>657</sup> As excentricidades do mundo africano, aos poucos, interessavam a todos. Nos séculos seguintes os acontecimentos desses primeiros tempos seriam retomados e lembrados em compilações e gravuras em diversas línguas vernaculares ao redor da Europa.<sup>658</sup>

As “caras” e os “corpos”, como costumava se referir o cronista afonsino, isto é, a aparência física das gentes e as suas práticas cotidianas chamaram a atenção dos viajantes logo nos primeiros encontros. Em terras africanas cada vez mais alargadas, os cristãos se deparavam com homens de compleições físicas, formas de crença e moral não reconhecidas. Eram homens que andavam nus junto de outros, por sua vez, completamente vestidos. Homens que mostravam, pintavam e perfuravam os corpos, e consideravam tais práticas sinais de beleza e distinção. Olhados em conjunto, sem se contemplar as especificidades locais, os africanos pareciam atravessados por contradições. Comiam uns aos outros, mas, ao passo que lutavam até a morte pela vida de seus semelhantes, chorando sua perda. Eram circuncidados, porém

---

<sup>655</sup> Como reiterou Ana Paula Avelar e outros estudiosos, aos viajantes do final do século XV não só a descrição do deslocamento da viagem era digno de registro, mas tudo aquilo que encontravam nas novas terras, como a fauna, a flora, as gentes, os costumes, o comércio. Esta “escrita de viagem” muito específica, que Avelar define como “universo textual”, esteve em constante expansão até o século XIX. Ver: AVELAR, Ana Paula Menino. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011, pp. 93-122.

<sup>656</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p. 167.

<sup>657</sup> O manuscrito foi acrescentado a uma coletânea de relatos denominada *Paesi novamente ritrovati per La Navigatione di Spagna in Calicut* de Francesco da Montalbodo em 1507, e em 1550 fará parte da coletânea *Delle Navigationzioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio. Cf.: AVELAR, Ana Paula Menino. Representação de um novo mundo em Portugal de Quinhentos. p. 124.

<sup>658</sup> LOPES, Marília dos Santos (coord.). **Coisas Maravilhosas e até agora nunca vistas: para uma iconografia dos descobrimentos**. Lisboa: Quetzal, 1998, p. 20.

ignorantes da fé islâmica. Tantas eram as contradições difíceis de explicar nos moldes cristãos, que não houve relato de viajante a não enfatizar tais impressões. Dos termos vagos como “negro”, “guinéu”, “mouro”, “sarraceno” e “etiópico” utilizados com frequência durante os primeiros contatos, logo passaram às especificações étnicas e nacionais.<sup>659</sup> E no final do século XV e início do seguinte, os cristãos já podiam reconhecer as particularidades de alguns povos e diferenciá-los, como os Jalofos dos Mandingas, os Jalungas dos Beafares, os Sereres dos Senegaleses, e os Beninenses dos Congolezes, por exemplo.<sup>660</sup>

A despeito de algumas matizações, as confusões eram recorrentes em meio a tantas e distintas culturas, povos e línguas. As próprias expectativas dos cristãos contribuía para confundi-los. Quando viram o rei do Império de Benim que carregava em seu peito uma cruz semelhante à cruz de Malta,<sup>661</sup> os viajantes apressaram-se em compará-lo aos seus reis e aos seus homens da Igreja. Oscilavam em denominar os povos de idólatras, de sarracenos, de bestas ou humanos – tudo aquilo que estava dentro do seu universo de possíveis. Em meados do século XV, uma questão surgiu: se eles já não eram em sua totalidade maometanos, e se muitos de seus costumes se assemelhavam aos das bestas, seriam eles, humanos? O questionamento sobre a humanidade daqueles homens viria a ser uma preocupação recorrente e um dos aspectos mais mencionados pelos viajantes.<sup>662</sup>

Nem todos lançaram juízos morais depreciativos sobre o que viram dos povos, como no caso do mercador veneziano, que demonstrou se admirar de forma positiva com quase todas as excentricidades que viu. O incomum incitava-os a querer saber mais detalhes sobre aquelas práticas. Álvaro Velho narra que, quando as caravelas chegaram à ilha de Santa Helena e logo avistaram alguns homens “baços” (morenos) portando continhas de cobre nas orelhas e rabos de raposa na cabeça, usados também para abanar o rosto, quiseram, diante do inabitual daquilo, “muito ir com eles às suas casas para saber de que maneira viviam e o que comiam e que vida era a sua”.<sup>663</sup> E não eram só as vestimentas ou o hábito de cingir e perfurar o corpo a chamar a atenção dos viajantes, mas a forma como os africanos manifestavam os seus sentimentos e tratavam uns aos outros e aos forasteiros. Em muitos casos, pois, não só as excentricidades

<sup>659</sup> GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV** – os estados. Tradução de Maria F. Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 98-99.

<sup>660</sup> HORTA, José da Silva. **A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)**. 1990. 339 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal, p. 233.

<sup>661</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** - A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 310-311.

<sup>662</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990. p. 99-102.

<sup>663</sup> VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939. p. 4-7.

mereceram nota, mas igualmente foram registradas associações e paralelos ao que conheciam, seja para contrastar ou para afirmar que não eram tão diferentes assim. Zurara partiu do campo dos sentimentos para reconhecer a humanidade daqueles homens, dado que a vida material parecia muito distinta do que conhecia, pois uns “não sabiam o que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa” e, assim, pareciam viver “sem alguma ordenança” e com grande “ignorância”. A falta desses elementos denunciava a ausência do “conhecimento” sobre o “bem”, o que os levava a viver “em uma ociosidade bestial”, escreve o cronista.<sup>664</sup>

Sendo assim, encontrar elementos que denunciasses dimensões reconhecidas do humano significava, de certa forma, aproximá-los do que conheciam, ou seja, do que lhes era familiar. Mesmo em algumas das grandes diferenças, os viajantes tentaram de alguma forma traduzi-las como similares ao que conheciam, seja em relação à aparência física, à vida material, aos costumes religiosos, à capacidade bélica, às práticas alimentares ou às emoções. E nesse exercício de assimilação e interpretação, os viajantes criaram parâmetros para identificar e reconhecer o que viam na África, e que de alguma forma os remetesse ao que estavam habituados em terras cristãs, ou do que acabava se tornando habitual em terras africanas.<sup>665</sup> Na cidade de Hugaró, em Benim, Duarte Pacheco escreveu que, apesar de ter encontrado muitos “homens selvagens” na aparência, pois se cobriam como “porcos” com “sebos” pelo corpo, no restante tudo tinham de criatura humana. Como, por exemplo, o rei daquele reino (provavelmente o mesmo rei que carregava uma cruz no peito citado por João Afonso de Aveiro em 1486),<sup>666</sup> que fazia lembrar um rei cristão. Era “senhor de muita gente” e tinha “grande poder”. Além disso, tinha junto dele um grande senhor de autoridade religiosa, chamado Hogané, que era entre os negros “assim como o Papa” era entre os cristãos”.<sup>667</sup>

A bestialidade para os portugueses nesses primeiros contatos ligava-se sobretudo ao modo de viver dos povos, marcado pela precariedade, da nudez às habitações frágeis. Na busca da identificação de alguma humanidade, os viajantes encontraram naqueles povos indícios de familiaridade que os fazia lembrar-se de sua própria terra e do que conheciam, como a alimentação cozida e limpa, o vestuário decente que louvavam, a casa condigna e disposta que conheciam. Eram esses alguns dos parâmetros de humanidade que conduziam sua observação sobre os povos das terras africanas.<sup>668</sup> Álvaro Velho, ao então observar de perto os modos de

---

<sup>664</sup> Ibidem, p.137.

<sup>665</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. op. cit. p. 107.

<sup>666</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 310.

<sup>667</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 149.

<sup>668</sup> Idem.

viver daqueles homens da Ilha de Santa Helena, mostrou-se bastante surpreso ao ver que mesmo com práticas muito semelhantes às dos cristãos, como pescar baleias e focas, e ter cachorros junto de si, ao modo dos portugueses, acabaram atacando a embarcação de Vasco da Gama, tal como bestas. Ao lhes parecerem familiares, pensaram que aqueles “eram homens de pequeno coração e que não se atreveriam a cometer o que depois fizeram.”<sup>669</sup>

Aqueles homens, sendo em geral funcionários régios, nobres e mercadores cristãos, partilhavam, como não poderia deixar de ser, certos valores e definições daquilo que reportavam como “bom”,<sup>670</sup> e que funcionava também como a chave de compreensão para o que não sabiam nomear até então. O que puderam compreender foi a partir de adaptações das suas referências aos novos espaços.<sup>671</sup> Nessa combinação do conhecido com o desconhecido, de forma lenta mas profunda, formaram-se realidades distintas e inéditas, ainda que a partir de uma mesma cultura política.<sup>672</sup> Vale a seguir perscrutar menções feitas aos modos de viver dos africanos pelos viajantes cristãos ao longo do Quatrocentos, atentando para as sinalizações do que tomavam por bom ou natural em sua própria cultura e que buscaram identificar em outras terras, mesmo que à primeira vista de gentes estranhas. São as marcas de identificação por meios diversos, seja por comparação, seja por confusão, seja por assimilação, que a seguir serão examinadas sem perder de vista a natureza, intensidade e os limites espaciais e temporais das trocas mútuas resultantes do contato.

---

<sup>669</sup> VELHO, Álvaro. op. cit. p.7

<sup>670</sup> Como sugere Paul Ricoeur em estudo clássico, para aqueles homens, não perder de vista o que era aceitável como bom era uma forma de ver também os indícios do que poderia ser bom em outras terras, a despeito das diferenças. Nesse exercício de partida e partilha de valores em que “se não cria a alteridade, sempre pressuposta, confere-lhe uma significação específica, a saber, a admissão de que o outro não está condenado a continuar como estranho, mas pode tornar-se meu semelhante, a saber, alguém que, *como* eu, diz “eu”. A semelhança baseada no emparelhamento de carne com carne vem reduzir uma distância, preencher um intervalo, ao mesmo tempo que cria uma dissimetria. O que significa a conjunção *como*: como eu, o outro pensa, quer, goza, sofre”. Cf: RICOEUR, Paul. **O Si-Mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 396; Ver também: NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral** – uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16.

<sup>671</sup> O historiador e pesquisador José Damião Rodrigues, na obra *História da Expansão e do Império Português*, juntamente com os historiadores João Paulo Oliveira e Costa e Pedro Aires Oliveira, esmiúça os cargos públicos e as condecorações nobiliárquicas que foram readaptadas nos novos espaços, como a concessão de terras e insígnias. Além disso, outras práticas do cotidiano português foram habitadas, como a adoção de práticas religiosas cristãs, nomes portugueses concedidos aos filhos nascidos de africanos, ou a chefes locais e nobres que foram convertidos. José Damião ressalta que houve uma transposição de todas as estruturas portuguesas possíveis aos espaços conquistados, seja no plano mental, cultural, religioso, político ou social. Ver: OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

<sup>672</sup> OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 78.

#### 4.1 Povos conhecidos de passagem e pelo convívio

Como bem sublinhou Duarte Pacheco Pereira, saber e dar a conhecer “também a natureza da gente desta Etiópia e o seu modo de viver” se fazia necessário para compreender melhor a complexidade da organização político-religiosa e geográfica dos lugares encontrados. Conhecer os espaços certamente ajudava a prevenir os erros, mas ajudava, igualmente, a reforçar a unidade que se queria do reino português em terras distantes,<sup>673</sup> reafirmando a sua posição como “governador do grande mar”,<sup>674</sup> por ser deste um conhecedor diligente. Desde as primeiras viagens, buscava-se mapear os lugares e pormenorizar os modos de viver dos povos encontrados, como forma de facilitar o reconhecimento das suas fronteiras linguísticas e territoriais, sem se preocupar muito em lançar julgamentos morais.<sup>675</sup> Compreender melhor as nuances entre os povos facilitava a comunicação, que era a porta de entrada para as relações de paz, as trocas comerciais, os tratos diplomáticos e, por fim, a catequização; no entanto, como veremos, o interesse em detalhar os modos de vida dos africanos não se encerrava aí.

O conhecimento derivava do contato mais demorado, ou seja, da convivência possibilitada pela estada mais longa, o que favorecia a descrição detalhada. A breve passagem deixou muitas vezes confusos os viajantes sobre as crenças, a língua e as regiões de onde as gentes provinham, fazendo-os misturar suas práticas e costumes; como no âmbito familiar, por exemplo. A passagem rápida não dava margem à apreciação mais acurada daquele universo distinto e suas nuances, uma vez que o olhar de quem escrevia era conduzido pelos parâmetros de seu próprio universo cultural e mental. Mais atento ao que trazia na memória e menos às

---

<sup>673</sup> Na visão do célebre historiador português Jaime Cortesão, a unidade (para ele, identidade) do reino português nasceu justamente de sua relação com o mar. Juntamente com outras variantes que particularizam a história de Portugal, como a fecunda herança muçulmana, os exemplos dos normandos e dos cruzados para lhe conferir um caráter guerreiro, a atração comercial exercida pelos reinos próximos do Norte e do Mediterrâneo, impeliram-no para o mar, onde esse pequeno reino encontrou o cerne de sua identidade. No viés do historiador Armindo de Sousa, mais recente, a unidade do reino português no próprio território como em terras alhures foi uma consequência da confusão dos papéis entre o que o historiador chamou de sistemas e subsistemas sociais. Nos séculos XIV e XV, já se verifica a produção de estruturas acabadas, formadas a partir das subestruturas que vinham desde o século XIII operando atividades econômicas, fiscais, administrativas, judiciais, militares, etc. (como as cortes medievais portuguesas). A partir dessas dinâmicas que, desde os primeiros momentos da presença portuguesa em terras africanas, já é possível observar os desdobramentos concretos (a construção de feitorias, homens encarregados de funções específicas, o povoamento de regiões e a rápida designação de cargos públicos, como os cargos de corregedores, juízes ordinários, vereadores, alcaides, etc.), é o que de fato consolidou e fortaleceu a unidade do reino português além-mar. Ver: CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Vol I. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005, p. 171; SOUSA, Armindo de. **As cortes medievais portuguesas (1385-1490)** Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 90-91.

<sup>674</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 16.

<sup>675</sup> MACEDO, José Rivair. Narrativas portuguesas sobre a Costa da Guiné – Séculos XV-XVII. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 196-197.

minudências africanas.<sup>676</sup> Nas incursões pela costa africana no decênio de 1430-1440, empreendidos por aqueles que outrora haviam guerreado nas praças magrebrinas, ou que foram orientados por quem comandara tais investidas (D. Henrique), as preocupações cavaleirescas vivenciadas no norte africano continuaram a conduzir os viajantes.<sup>677</sup> Esperava-se, ainda, encontrar inimigos mouros que pudessem ser filhados, entretanto, com a experiência simultânea nas ilhas atlânticas, os navegadores foram percebendo que nem todos professavam a fé de Maomé. A passagem era rápida e o olhar sobre os habitantes era superficial e quase sempre desinteressado, de forma que o que importava mais era saber sobre sua fé, “se aqueles homens eram mouros ou gentios”.<sup>678</sup> Nessas situações, não dava para saber que “vida tratava ou maneira de viver tinha”<sup>679</sup> aquela “gente não conhecida”.<sup>680</sup>

Com o tempo, os navegadores foram percebendo que, ainda que estivessem em busca de cativos, era muito mais proveitoso se soubessem melhor “o estado e condições das gentes daquela terra”.<sup>681</sup> A “serventia” ou “rendição” daquelas “presas” se tornava mais vantajosa pela “sabedoria que o senhor Infante por eles”<sup>682</sup> poderia ter. Era preciso ficar mais tempo se se queria depreender daquelas gentes alguma informação “sobre trato de mercadoria”<sup>683</sup>, sobre as suas próprias terras e sobre as que estavam além. Os que se deixaram ficar, e por esta guisa, acabaram por ver mais, constataram que, conquanto à primeira vista “parecessem gente barbárica e bestial” por seus modos de guerrear e portar-se, na convivência via-se que tinham alguma “astúcia”<sup>684</sup> e suas práticas cotidianas tinham algum interesse e eram algumas vezes até mesmo familiares.

À primeira vista, a variedade dos povos e suas formas exóticas de vestir-se, portar-se, sentir, guerrear, comer e habitar, intrigava ao mesmo tempo que fascinava. E não necessariamente as narrativas vinham acompanhadas de comentários depreciativos ou de juízos morais condenando as diferenças, as estranhezas e as práticas cotidianas. Muitas das vezes, pormenorizar aquelas qualidades estava mais relacionado ao gosto em afirmar: “eu vi mais que

---

<sup>676</sup> RICOEUR, Paul. **O Si-Mesmo como outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, pp. 145-146.

<sup>677</sup> FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 25.

<sup>678</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, p. 61.

<sup>679</sup> Idem.

<sup>680</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>681</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>682</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>683</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>684</sup> Idem.

outros”, ou isto foi “do que descobriu o sereníssimo príncipe...”<sup>685</sup>. Em uma das narrativas mais minuciosas, como a de Duarte Pacheco, este pareceu se preocupar mais em mostrar as grandes descobertas de seus coetâneos e de seus reis do que propriamente deliberar uma conduta ou recriminar uma prática. O cosmógrafo a todo momento exalta o “excelente engenho” que receberam por “graça divina” e por meio da experiência, o que, em suas palavras, conferia a eles um saber maior que “todos” os “antecessores”, tanto “antigos como modernos”.<sup>686</sup>

A despeito dos níveis diversos de profundidade dos relatos, os rápidos olhares e aqueles mais detidos denunciam e perfazem, de uma forma ou de outra, o mapa mental que se delineou sobre a África ocidental ao longo de quase um século, e que foi se modificando significativamente conforme se descobria mais e mais. Nesse percurso narrativo, podemos observar as sinalizações morais<sup>687</sup> nas suas descrições dos povos e na busca de traduzir o seu universo, por mais que se afirmassem isentos. O conjunto dessas obras mostram, da mesma forma, as concepções sobre os africanos e suas práticas, que foram sendo apropriadas e remodeladas conforme os contatos se tornavam mais intrincados. Do que, por muito tempo, se esperou encontrar, entre homens com cauda e rosto de cão, antípodas, sereias, pigmeus, trogloditas, ou os ciclopes de três olhos<sup>688</sup>, ao que de fato se encontrava, as descrições são ricas em detalhes e em indícios dos saberes prévios greco-romanos, cristãos e, propriamente, portugueses. Diante das constatações, das verdades revogadas e das novidades, o viajante cristão do Quatrocentos pareceu se encaminhar para uma questão comum: saber de que geração descendiam aquelas gentes, se eram seres humanos ou monstros; se tinham uma origem comum<sup>689</sup>; se vinham da “geração de Adão”<sup>690</sup>; ou se eram da natureza dos animais.<sup>691</sup> Zurara, que havia retomado tantos saberes antigos para explicar aquele universo e as origens daqueles povos, revela as fontes de onde bebeu.<sup>692</sup> Já outros, como Diogo Gomes, vão mesclar o

<sup>685</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 12.

<sup>686</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>687</sup> Sobre as questões que se colocam para uma história da moral, ou seja, sobre as formas de construção da moral que se redefine nos séculos, bem como as suas nuances, como os pactos sociais travados, a moral que foi escrita e/ou falada e os modos de produção de uma verdade, por exemplo, ver: FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Coleção Ditos & escritos. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp. 256-257; \_\_\_\_; **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1986, p. 144; NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral – uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 13-14.

<sup>688</sup> MOLLAT, Michel. **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos**. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 102.

<sup>689</sup> Ibidem, pp. 185-186.

<sup>690</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 161.

<sup>691</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 55.

<sup>692</sup> Um grande exemplo das revelações de uma tradição mental e cultural muito específica foi a separação de todos os povos encontrados na África ocidental em três grandes povos. Segundo descreve, os povos seriam os “Garamantes”, os “*Tiopianos*” e os “Índios”. Partindo da concepção bíblica e do conhecimento herdados dos Padres

conhecido com deduções sobre o desconhecido que miravam, confirmando ou contradizendo, dessa forma, as crenças dos antigos. Quando não tinha certezas, o viajante se referia àqueles que vinham do norte ou do deserto com o designativo genérico sarracenos,<sup>693</sup> mostrando-se, assim, apegado àquilo a que estava habituado. No entanto, por ter ido longe e visto mais do que Zurara, por exemplo, quando ouviu de alguns negros que a terra de Tombuctu “era povoada de gente de maravilhar”, isto é, de homens “com vulto de cão e uma grande cauda” e “peludos”, e as mulheres “de muita beleza e de grandes ancas”, sabia que aqueles estavam dizendo “muitas mentiras”, pois “*via-se* que eram mentiras”.<sup>694</sup>

Passagens e experiências semelhantes surgem igualmente em outros relatos, em que a confirmação ou refutação dessas crenças dependiam em grande medida do quanto aqueles viajantes viram, do quão longe chegaram e da época em que partiram. A classificação daquelas gentes numa ordem que se queria do mundo<sup>695</sup> respaldava-se na observação do universo das crenças, dos modos de viver e dos aspectos físicos. As vestimentas, as habitações, os tratos de mercancia, a capacidade bélica, as práticas religiosas e as formas de relacionar-se uns com os outros foram aspectos sublinhados e mencionados por todos os viajantes que escreveram relatos sobre suas passagens por aquelas terras, no intuito de dar a conhecer aqueles lugares, mas também de traduzir aquele mundo diferente para si.

Ter alcançado os confins do mundo conhecido e os começos de um desconhecido trouxe certas inseguranças, mas também esperanças ao mundo cristão. Zurara recorre a uma metáfora que demonstra o sentimento de aprazimento de um reino que, de pequeno e cercado por todos os lados pelos seus inimigos e pelo mar, agora alargava suas fronteiras e espalhava o evangelho a nações de “número quase infinito”.<sup>696</sup> Aquelas nações que até então haviam vivido à revelia da luz divina eram como os rios de um mar que corre sem fim e sem cessar “seu curso direto”, ou seja, eram como o sol que nasce em determinado lugar, mas que não vê todas as partes infinitas que seus raios alcançam. Assim era entendido e descrito o papel que estava sendo

---

da Igreja, o primeiro e o segundo povo viviam sob a sombra do monte Cáucaso, no braço ocidental do que se acreditava ser o rio Nilo, sendo o primeiro de origem desértica e magrebino, e o segundo, aquele do ocidente africano. O terceiro e último referiam-se aos que habitavam o distante oriente. Sua narrativa pouco se altera, nessa classificação, da de Isidoro de Sevilha em seu IX livro das *Etimologias*; o que é inédito, por sua vez, é que agora tais povos eram vistos e sabidos, e neles se podia constatar nuances que pudessem denunciar sua natureza, a partir do que se acreditava. Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, pp. 14-15.

<sup>693</sup> SINTRA, Diogo Gomes. op. cit. p. 55.

<sup>694</sup> *Grifo nosso*. Ibidem, p. 59.

<sup>695</sup> HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo-Regime**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 48.

<sup>696</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 14.

desempenhado pelos portugueses naquelas partes, como diz a metáfora do cronista, por meio das empresas do Infante D. Henrique e dos tratos de mercancia; esses estavam levando “ajuda moral” aos que antes apenas viviam como “obras da natureza” nos confins do mundo. Oferecer preceitos morais aos que por “convinhável agradecimento” recebiam era uma “maravilhosa aliança entre os que bem fazem e recebem.”<sup>697</sup>

#### 4.2 Da casa palhoça aos reinos de muitos senhores

Ao longo do medievo, pelos mais diversos motivos, os reis e o seu séquito tiveram de se deslocar de um lugar a outro da Cristandade, para fins diplomáticos e matrimoniais, para cerimônias religiosas e, também, por causa das guerras, das pestes esporádicas, da fome ou do frio rigoroso, por exemplo. Com o passar do tempo, as cortes régias se habituaram ao deslocamento, não sendo incomum encontrarem-se reis pelos caminhos europeus, os quais, de um reino ao outro, podiam ser bastante longos e demandar a travessia de rios, vias estreitas e esburacadas; além de as distâncias, por vezes, demandarem um repouso no meio do caminho. Para estas ocasiões, o séquito real estava quase sempre preparado: levantavam acampamento, calculavam a quantidade de mantimentos necessários no caso de uma longa parada no caminho e, por fim, partiam bem armados.<sup>698</sup>

Tal como os acampamentos de reis ou cavaleiros que eram levantados no caminho, isto é, a organização das estruturas utilizadas para levar os príncipes de um lugar a outro, foi assim que Zurara soube funcionarem as habitações na região do deserto africano. Sobre aquela terra, ouvira dizer que lá não havia lugares cercados como as cidades<sup>699</sup> ou os reinos europeus, ao contrário do que se dizia sobre outros lugares mais a sul ou mais para o interior da África, que já eram murados, como mais tarde se confirmaria. Aqueles tipos de habitações e edificações não eram estranhas ao cronista português, uma vez que os casebres simples de barro e não murados eram comuns nos campos europeus, longe das cidades. Os tais africanos do deserto viviam em “tendas e alquitões” ou “casas de palha”,<sup>700</sup> assim como, nas palavras do cronista, “nós aqui trazemos quando se acerta de nossos príncipes andarem em hoste”; pelo menos foi o

<sup>697</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>698</sup> RUBIO TOVAR, J. Viajes, Mapas y Literatura en la España Medieval. In VIAJES Y VIAJEROS EN LA ESPAÑA MEDIEVAL, Actas del V Curso de Cultura Medieval, Nº 5, 1993, Palencia, **Atas de Congreso**, Madrid: Polifemo, 1997, pp. 322-323.

<sup>699</sup> COSTA, Adelaide Pereira Millán da. GONÇALVES, Iria. O espaço urbano e o espaço rural. In: MATTOSO, José (diretor). **História da vida privada em Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2011, p. 27.

<sup>700</sup> Palavra árabe para designar um tipo de tenda.

que soube pelo “testemunho daqueles que lá filharam.”<sup>701</sup> Os azenegues, os tais povos do deserto, eram caraverneiros e itinerantes,<sup>702</sup> por isso, não ficavam por muito tempo numa mesma região, pois dependiam do tempo que um oásis levava para secar, o tempo de os poços ficarem cheios novamente, e das mercadorias e mantimentos que lhes faltavam serem buscadas em outros lugares.<sup>703</sup> Apesar dos tipos das habitações serem familiares a Zurara, na opinião do cronista a itinerância daqueles os obrigava a viverem muito pobremente, no que diz respeito à vida material, pois, a partir do que conhecia, as estadias temporárias em tendas e barracas só se davam por necessidade da viagem ou em tempos difíceis, e não em condições habituais de vida. No seu dizer, tal condição dos que viviam em “tendas” os aproximava da condição de “seus gados”, pois aquela dinâmica de vida fazia com que vivessem sem “alguma regra, nem senhorio nem justiça”, onde cada um andava como queria e fazia “o que lhe apraz[ia]”.<sup>704</sup>

Para os cristãos, reconhecer aspectos familiares no viver dos africanos não necessariamente os lembrava um modo de vida considerado mais adequado ou mais elevado,<sup>705</sup> o que levava os viajantes a fazerem certas comparações com os diferentes modos de vida que conheciam em suas próprias terras. Em muitos relatos, o casebre pobre, feito de palha, de choça<sup>706</sup> ou de peles de baleia, foi associado à pobreza de vida material<sup>707</sup> e que, por isso, aos cristãos, tais condições precárias acabavam justificando os maus costumes daqueles homens. Duarte Pacheco, que andou por muitos lugares, observou que na região entre o rio Grande e a Serra Leoa habitavam variados povos com costumes facilmente diferenciáveis entre si; uns viviam na beira dos rios, outros mais adentro no “sertão”, como os Banhaús, os Gogólis, os Capes e os Jalungas, mas nenhum deles habitava em “edifícios”, somente em “casas palhoças”. Segundo a concepção do cosmógrafo, como também a de outros viajantes cristãos que por lá andaram, a não complexidade das habitações, e da vida material no geral, fazia lembrar os

<sup>701</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 322.

<sup>702</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. O mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro. Vol. 11, n. 23. **Revista de História**. Universidade de São Paulo, 1955. Disponível em: <<  
<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36467>>>.

<sup>703</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 39.

<sup>704</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 326-327.

<sup>705</sup> No século XV o estilo de vida da nobreza ainda era proeminente como elemento social e como representação das mais altas virtudes e qualidades (zelo, obediência ao rei, docilidade entre nobres). Mais evidentemente os mercadores e burgueses ricos se inspiravam nesse modo de vida, os imitando em tudo o que podiam. Ver: HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, pp. 66-88.

<sup>706</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 178.

<sup>707</sup> Não que esses tipos de habitações não existissem na Europa cristã. De acordo com Rafaella Sarti, aqueles que viviam nos campos em regiões distantes das cidades nos séculos XIV ao XVIII viviam em casas de chão batido, com cobertura de palha, e em buracos no chão que mais pareciam tocas (na região da Bulgária e Romênia), sem janelas, com paredes misturadas à lama e à argila. Ver: SARTI, Rafaella. **Casa e família** – habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, pp. 156-157.

modos de vida dos camponeses europeus mais pobres,<sup>708</sup> ou ainda a vida dos eremitas que renunciavam ao mundo para viverem em extrema pobreza, distantes dos grandes centros.<sup>709</sup> Na opinião dos viajantes manifesta nos relatos, a condição miserável daqueles povos fazia com que aquela “gente toda” vivesse “metida em guerras”, tendo “poucas vezes” paz entre si.<sup>710</sup> Em muitos lugares pelos quais passou, Pereira constatou ou deduziu que quanto mais pobre era a maneira de um povo viver, isto é, em “casas palhoças”, tendas e longe dos “edifícios” decentes<sup>711</sup>, mais os seus costumes eram grosseiros e impulsivos, o que os aproximava mais das bestas do que aos exemplos de vida elevados.

Outros povos foram considerados paupérrimos, de tal forma que se mostraram dignos do sentimento de pena. Da ponta de São Lourenço em diante, no extremo oriental da ilha da Madeira, ali onde os portugueses a partir do que viram denominaram “angra das aldeias”, viviam povos que faziam suas casas com “costas de baleias cobertas com sebo do mar” e, na cobertura, lançavam “areia” para reforçar, numa terra em que, tal qual o deserto, não havia nenhum arvoredos. Em vista de tais condições, e também porque, aos olhos dos forasteiros, aquela “gente pobre” vivia nos confins esquecidos do mundo, suas vidas eram desprovidas de luz. Duarte Pacheco teceu um comentário sobre o que pessoalmente viu naquelas aldeias: esporadicamente os habitantes do sertão vinham pescar junto da enseada Mangas Areias, mas não demorava muito e logo voltavam para o sertão, onde “[...] ali, passam sua triste vida”.<sup>712</sup>

Esses povos, na concepção do viajante cristão que os via pela primeira vez, pareciam estar escondidos do mundo e de Deus, por viverem a esmo pelas grutas, florestas e desertos, tais como os ermitões das suas próprias terras. Por isso foram descritos como desprovidos da luz e do conhecimento divinos e como povos cheios de superstições e de “novas ideias de idolatria”. Cadamosto observou alguns nas Ilhas Canárias que não tinham “casas nem de paredes nem de palha” e viviam em “grutas ou cavernas das montanhas”, e todos os seus costumes eram estreitamente ligados às coisas da natureza: adoravam “uns o Sol” e “outros a

---

<sup>708</sup> Também no campo existia diferenças substanciais de posição social que dependiam do tipo de relação que os camponeses tinham com a terra. Há os camponeses proprietários – que tinham melhor condição de vida -, os locatários, os servos agrícolas, e os servos de gleba. O modo de vida do grosso da população camponesa não era propriamente considerada desprestigiada pelas classes nobres, mas estes, pelo contrário viam com bons olhos as atividades econômicas lucrativas e essenciais à subsistência humana, como a criação de rebanhos, e a produção de vinho e cereais, por exemplo. Ver: SARTI, Rafaella. **Casa e família** – habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, pp. 151-152; MATTOSO, José. A nobreza medieval portuguesa, séculos X a XIV - Relações com as outras categorias sociais. In: MATTOSO, José. **Naquele tempo** – ensaios de História Medieval. Portugal: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009, pp. 297-298.

<sup>709</sup> BECEIRO PITA, Isabel. (dir). Poder, Piedad y Devoción – Castilla y su entorno. Siglos XII-XV. Madrid: Sílex ediciones, 2014, p. 425.

<sup>710</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op cit. p. 113.

<sup>711</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>712</sup> Ibidem, p. 174.

Lua”, e outros, ainda, “os planetas”. Suas festas, seus costumes sexuais e outras práticas, foram classificadas pelo mercador como brutos e bestiais, assim como a destreza e compleição de seus corpos, mais animalesca e menos humana, pois eram todos “grandes saltadores” e “mais ligeiros homens no mundo”,<sup>713</sup> dada a necessidade que tinham de se deslocar de um lugar a outro.

A despeito dessas classificações generalizantes que parecem indicar um estranhamento inicial, aqueles tipos de habitações e de modos de vida eram, ao contrário, bastante familiares aos cristãos, uma vez que muitos dos camponeses de suas próprias terras também viviam isolados, misturados aos seus animais, e eram habitantes de cabanas miseráveis feitas de lama com cobertura de palha. Os camponeses germanos, por exemplo, chegavam a viver em casas que mais pareciam tocas do que habitações humanas, e os franceses, em casas escavadas em rochas.<sup>714</sup> A vida destes era classificada pelos próprios conterrâneos que tinham uma condição melhor como “feia e pobre”;<sup>715</sup> ou seja, quando os viajantes falaram e classificaram o tipo de vida dos africanos avistados, falaram a partir daquilo que já conheciam.

E tal qual se fazia em terras europeias com as suas gentes, os viajantes começaram a relacionar as condições de habitação ao grau de conhecimento e de conduta dos africanos. No livro de Duarte Pacheco, são vários os trechos que constam descrições do tipo: “moram em casa palhoça”<sup>716</sup>, em terra não murada ou sem edifícios, e por isso são grandes ladrões e mentirosos, ou vivem em grande ignorância sem nenhum conhecimento divino. As constatações sobre os modos de vida dos povos geralmente vem acompanhadas de outros adjetivos que aproximam estes dos animais e da natureza. Não que as comparações necessariamente depreciassem os povos, ou que fossem lançadas no intuito de mostrar algum tipo de inferioridade ou qualidade negativa, mas aquilo era uma forma também de aproximá-los a alguma coisa familiar, para dá-los a conhecer melhor. Os viajantes vão oscilar em considerar os africanos inocentes, porque desprovidos do conhecimento divino,<sup>717</sup> e por isso próximos aos animais ou, quando ladrões, mentirosos e dignos de desconfiança, entendia-se que foram influenciados ou convertidos pelos mouros.

Todavia, tal qual na Europa, onde as habitações tardo-medievais variavam de um lugar a outro, e dependiam da condição social de seus moradores, assim era também na África. A paisagem europeia camponesa e cidadina era marcada por nuances de habitações que iam desde

<sup>713</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 98-99.

<sup>714</sup> SARTI, Rafaella. **Casa e família** - Habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 156.

<sup>715</sup> Ibidem, pp. 153-154.

<sup>716</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 118.

<sup>717</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar**, séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, pp. 108-109.

cabanas, moradias que faziam lembrar tocas e buracos a castelos e edificações muradas e suntuosas.<sup>718</sup> As nuances foram constatadas também por toda a costa ocidental africana, o que levou os viajantes a estimarem certos lugares em detrimento de outros. Em outras situações, vangloriaram-se de terem sido os primeiros a erigirem notáveis construções em regiões africanas mais pobres. Não sem algum exagero, o cosmógrafo português narra que só após a construção do castelo de São Jorge da Mina pelos portugueses é que se viu “o primeiro edifício” naquela região e “em toda a Etiópia de Guiné”.<sup>719</sup> Todavia, o próprio viajante se contradiz em suas associações quando se depara com coisas nunca antes vistas ou que não soube como explicar. Sobre o reino de Benim, que, como sabemos era já naquela época uma grande e rica cidade<sup>720</sup>, Duarte Pacheco afirma ter estado lá por quatro vezes, reconhecendo seu posto de “grande cidade”, pois tinha “lugar de dois mil vizinhos” com “oitenta léguas de comprimento e quarenta de largura”. O que causava estranhamento, contudo, era o fato de aquela cidade não ter “muro”, ser cercada apenas por uma grande e larga cava para defesa e ter as “casas de taipas cobertas de palma”<sup>721</sup> - uma contradição para o cosmógrafo, já que os portugueses costumavam comprar ouro dos beninenses.

O rei de Benim, conhecido como Licosaguou à época de Duarte Pacheco, era “senhor de muita gente” e tinha “grande poder”, como alguns reis cristãos. Ao viajante português pareceu, entretanto, estranho se tratar de um rei tão poderoso, mas que reinava sobre homens “selvagens” que “tudo tinham de criatura humana, mas, ao invés de falarem, grita[va]m”; além disso, habitavam em casas simples ou mesmo nos “montes e arvoredos”, tais quais os animais.<sup>722</sup> No caso de um povo chamado Jós, habitantes próximos ao rio Huela a sul do atual país de Gana, que possuíam “grande terra” mas eram “gente belicosa” que comia outros homens.<sup>723</sup> Todas estas antinomias causavam estranhamento e até certo desconforto no viajante natural de Lisboa, já que em sua terra havia certo padrão esperado em relação às habitações e regiões mais pobres e despovoadas e às mais ricas e populosas. Cadamosto, por exemplo, se mostrou impressionado ao se deparar com um reino tão povoado e diversificado como era o de Caior, regido por um rei poderoso e com muitas riquezas, mas que vivia num lugar que não era

---

<sup>718</sup> SARTI, Rafaella. op. cit. p. 159.

<sup>719</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 142.

<sup>720</sup> João Afonso de Aveiro, acompanhante de viagem de Diogo Cão, ficou impressionado com o tamanho da cidade de Benim, enorme para aos padrões europeus da época. A cidade era recortada por largas avenidas, de onde saíam numerosas ruas laterais compridas. O palácio do Obá era composto por numerosos edifícios que agregava a sua família, os servidores e os escravos. Ver: COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 310.

<sup>721</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 149.

<sup>722</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>723</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 152.

“uma casa de paredes ou palácio” e nem reinava sob “castelos e cidades”<sup>724</sup>. As gentes de Senegal e o próprio senhor não estavam nunca “fixados num lugar”, viviam em “casas de palha, todas chegadas umas às outras, formando um redondo, e cercadas em toda a volta de sebes e estacadas de troncos grossos”.<sup>725</sup> Apesar dessa diferença notável, Cadamosto entendeu que não era o tesouro, o dinheiro, ou o palácio a mostrar o poder e a riqueza do rei e dos senhores daquela terra, mas era em grande medida devido a um aspecto que também se verificava nos reis europeus: as suas “cerimônias” e o seu “séquito de gente”. O rei e os senhores africanos, à semelhança dos reis e senhores cristãos, andavam “sempre acompanhados por muitos”, e em certo ponto o mercador afirma ainda que eram até mais reverenciados do que os reis cristãos, pois eram “temidos muito mais pelos seus súditos do que [...] os nossos de cá pelos seus...”.<sup>726</sup> A “casa” de Budomel e aquelas casas sob sua jurisdição, como observou Cadamosto, faziam lembrar um palácio europeu. O rei africano tinha “sempre 200 negros em casa”, os quais continuamente o seguiam por todo o lado. Próximo de sua câmara de dormir, havia sete quintais “fechados e grandes”, arborizados e que davam uns de frente para os outros. Nesse espaço, que pela estrutura e os seus usos tanto se parecia com a câmara de dormir dos paços portugueses, só circulavam as pessoas conforme “a sua dignidade” e o seu grau de importância.<sup>727</sup>

Aos poucos, as semelhanças e as diferenças que poderiam ser apenas pequenos detalhes, constatadas nessas condições de vida entre uns e outros na África, começaram a se tornar pontos de partida para traçar parâmetros entre os viajantes cristãos. Quando, já mais familiarizados, começaram a nivelar entre o que naquelas terras mostrava maior ou menor grau de riqueza material, o que era estimado como riqueza e poder para o africano daquela região passou a ser melhor compreendido, aceito e até mesmo comparado em grau de semelhança com as terras cristãs. Zurara narra um diálogo entre os navegadores da década de 1440 que mostram as primeiras notas de certa familiaridade com as habitações africanas. No intuito de informar os seus companheiros sobre aquilo com que se deparavam provavelmente pela primeira vez, o escudeiro Estevão Afonso afirmou ter conhecimento daquilo a partir de uma experiência visual

---

<sup>724</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 128.

<sup>725</sup> Idem.

<sup>726</sup> Idem.

<sup>727</sup> Nas câmaras de dormir dos paços portugueses só os vereadores do concelho, isto é, “os maiores e mais chegados de casa” que podiam entrar e resolver os assuntos de sua competência. Quando se formou novas casas senhoriais em Portugal nos começos do século XV, e em consequência disso ocorreu certa redução da corte régia, ainda assim o soberano, a rainha e os infantes pequenos andavam acompanhados por 20 pessoas do concelho, além de 80 guardas reais, 57 moços da câmara (12 pajens, 45 escudeiros), 10 moços de estribeira, e outros. Na casa da rainha, residiam 4 donas e 25 donzelas, 2 camareiras e outras tantas mulheres oficiais. Ver: DA SILVA, José Custódio Vieira. O paço. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.). **História da vida privada em Portugal – A Idade Média**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 82; SOUSA, João Silva de. **A casa senhorial do Infante D. Henrique**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p.85.

que tinha tido anteriormente, tanto em terras africanas como em portuguesas: “[...] eu não sei como as choças desta terra são feitas, mas segundo a feição de outras que eu já vi, choça devia ser aquilo que eu vejo, e presumo que o seja de alguns pescadores que vem pescar aqui”.<sup>728</sup>

Não só a condição das habitações iria chamar a atenção dos viajantes, mas os homens que viviam nelas. Em muitos casos, a aparência física desses homens começou a ser associada à condição social dos mesmos e, ainda que diferentes em alguns aspectos, os viajantes puderam observar que lá também era facilmente detectável a condição social de uns e outros a partir dos modos de vida, dos hábitos alimentares e das aparências físicas. Foi constatado que os chefes locais, por exemplo, normalmente levavam junto ao pescoço quilates de ouro em forma de colares, e belas coberturas na cabeça que faziam lembrar coroas, e utilizavam esses adereços justamente para se diferenciarem dos demais, tal qual os reis, nobres e clérigos cristãos. Tais aspectos para os cristãos, como veremos, estavam fortemente correlacionados, e os viajantes tentaram constantemente compará-los e explicá-los a partir do que conheciam em suas próprias terras.

### 4.3 Homens que andam continuamente nus

A despeito de se afastarem espacialmente das suas terras de origem, suas crenças antigas não são inteiramente abandonadas, sendo transportadas ou retomadas no encontro/confronto com as distintas realidades da África.<sup>729</sup> Algumas convicções enfraqueceram diante de uma realidade em nada semelhante ou aquém da expectativa. Já outras crenças eram justificadas, reiteradas ou rearranjadas. Diogo Gomes, por exemplo, fez questão de refutar a crença corrente de que existiam homens com “vulto de cão”, e com “uma grande cauda” e “peludos”, que se acreditava habitarem a região de Tombuctu, na Guiné.<sup>730</sup> Duarte Pacheco, por sua vez, ainda que muitos anos mais tarde, mostrou-se apegado a certas convicções antigas, como a crença na existência dos antípodas nas extremidades frias do orbe, por exemplo. No caso de África, tentou justificar e adaptar as suas crenças a partir do que viu, afirmando ter visto homens com “rosto e dentes como cães, e rabos como de cão” próximo ao reino mandinga, mas justificou seu aspecto animalesco de gente “monstruosa” apelando para a cor da pele e o comportamento que

<sup>728</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 257.

<sup>729</sup> BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide (coords.). **O corpo e o gesto na civilização Medieval**. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 83.

<sup>730</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri : Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002, p. 59.

tinham; segundo ele, eram todos “negros e de esquiva conversação”, além de não gostarem de “ver outros homens”.<sup>731</sup>

De modo geral, a aparência dos africanos instigou e incomodou os viajantes cristãos de diversas formas, tanto que aqueles sentiram a necessidade de narrar em mínimos detalhes tudo o que podiam apreender visualmente: a feição dos rostos, a cor da pele, os adornos, as tatuagens, os cortes de cabelo, os movimentos corporais, a compleição física, as vestimentas e os desejos.<sup>732</sup> À primeira vista, o aspecto físico parecia distanciar os europeus dos africanos em tudo o mais, em razão das evidentes diferenças entre uns e outros. Para a surpresa de todos, ainda assim foram constatadas semelhanças nos modos de vestir-se, de usar os cabelos, ou de recorrer aos usos de certos objetos no corpo para reputar distinção entre os demais, por exemplo. Mas esses detalhes análogos só foram destacados após certa convivência, pois, num primeiro momento ou rápido olhar, o desconforto e o estranhamento se sobrepuseram às impressões mais detidas.

A relação dos africanos com o próprio corpo foi um dos primeiros grandes desconfortos que os viajantes cristãos tiveram ao aportarem em suas terras.<sup>733</sup> A forma como vestiam o corpo ou não o cobriam, que o adornavam, que o cingiam e o mostravam, foi digna de atenção e de reflexão por aparentar não se importarem com tamanha “mostrança”.<sup>734</sup> Para o homem cristão,

<sup>731</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 107.

<sup>732</sup> No século XV, o peso dos princípios da Igreja na vida cotidiana havia se tornado decisivo não só no que se referia à esfera teórica. Naqueles anos finais da Idade Média, a moral da Igreja mesclou-se com a moral das classes sociais dominantes, e assim os viajantes partiam munidos de preceitos que consideravam como bons ou aceitáveis em relação às mais diversas esferas da vida e do cotidiano: desde o corpo, a alimentação, o vestir, o calçar, o gesto, até as questões da alma. Ver: CASTRO, Teresa de. El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, série III. T. 14, 2001, págs. 11-92, p. 14.

<sup>733</sup> José Mattoso destaca que um dos sinais da mudança de mentalidade que se abateu sobre o ocidente cristão no século XIV, dos quais Portugal e Castela não ficaram imunes, foi a depreciação do corpo humano por influência do rigorismo moral, da contaminação de doutrinas maniqueístas (as religiões cristãs consideradas heréticas), o exagero retórico da escolástica. Tudo isto fazia contrastar a miséria do corpo com a sublimidade do espírito. Ver: MATTOSO, José. O corpo, a saúde, a doença. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da vida privada em Portugal – A Idade Média**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 354.

<sup>734</sup> O corpo nu não só causava desconforto visual, mas também moral. Seja por sugerir que estavam mais sujeitos aos prazeres carnisais, ou pela indiferença em deixar os sexos à mostra. Em uma Idade Média portuguesa que pouco falou sobre as práticas carnisais, ou que falava apenas moralmente do corpo em suas distintas modalidades e funções, o desconforto era inevitável. O corpo só era trazido à cena segundo a vontade criadora de Deus, e sempre atrelado à alma. Corpo e alma, carne e espírito, foram assuntos largamente discutidos na Idade Média cristã, pois, longe de representar uma relação óbvia, era algo bastante complexo, por sua relação direta com a condição de pecador e de criatura de Deus que se queria salva. Por isso, a concepção do corpo e logo a da dimensão carnal estavam mais atreladas a um discurso ético e escatológico do que propriamente ao visual e fisiológico. De acordo com Schmitt, as modalidades do corpo eram, em geral: o corpo do homem individual, o corpo divino e o corpo social. O corpo na carne (penando, sofrendo, rindo), o corpo em seus humores (sangue, suor, lágrimas, leite, esperma), os sons que saem do corpo (vozes, tons, linguagens), o corpo inexistente (a morte, os espíritos, a alma), o corpo social e divino (a Igreja, o povo). MATTOSO, José. A sexualidade na Idade Média portuguesa. Ver: MATTOSO, José. **Naquele tempo – ensaios de História Medieval**. Portugal: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009, p. 16; SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo – ensaios de antropologia medieval**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, pp. 305-306.

o corpo pertencia inteiramente ao domínio do privado, de forma que significava ser condenável e impensável fazer dele coisa pública e, por isso, era inconcebível representar a nudez em imagens ou adotá-la em público, se estas não estivessem reportando à Criação.<sup>735</sup> Logo quando os cristãos chegaram às ilhas atlânticas, onde encontraram pela primeira vez homens despidos, não se mostraram indiferentes. A nudez daqueles homens lhes causara vergonha, por exporem as suas partes pudendas, e esta exposição poderia significar e incitar desordem.<sup>736</sup>

Essas práticas acabaram sendo também um empecilho aos navegadores que estavam em busca de cativos. Zurara ressalta que os guinéus do Cabo dos Matos nunca puderam ser capturados, porque andavam nus e tinham os cabelos “muito curtos”, de tal forma que deles não se podia “fazer presa”.<sup>737</sup> A compleição física era, igualmente, ambígua: manifestaram admiração ou consideraram-na obstáculo. Em uma peleja entre o navegador Estevão Afonso, que “era de pequeno corpo e delgado” e outro guinéu que “era muito pelo contrário”, o navegador português foi pego pelos cabelos e ficou “pendurado com os pés fora do chão”; e só conseguiu sair dessa situação quando outros companheiros chegaram a seu socorro e ataram o negro “pelos braços e pescoço”.<sup>738</sup> Cadamosto, por sua vez, várias vezes demonstrou admiração pela força e a agilidade corporal dos homens africanos, por mais que esses aspectos estivessem quase sempre atrelados às condições do meio em que viviam. Descreveu os povos africanos quase sempre como homens “bem encorpados”,<sup>739</sup> bem “constituídos” ou bem “formados de corpo”,<sup>740</sup> ou seja, que não apenas cumpriam o padrão aceito como gozavam de vantagem em vários aspectos.

Nesta perspectiva, além de constituir empecilho, atrair o olhar especialmente para o corpo era considerado um tipo de pecado condenável<sup>741</sup>, que não fazia parte da conduta moral e prática de um cristão, como era aceita pelos africanos.<sup>742</sup> Muitos viajantes detiveram

<sup>735</sup> MATTOSO, José. O corpo, a saúde, a doença. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da vida privada em Portugal** – A Idade Média. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 348.

<sup>736</sup> MOURÃO, José Augusto. A moralização das vergonhas naturais na literatura portuguesa do século XVI. *Revista Asclepio*, vol. XLIX, 1997, p. 169.

<sup>737</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 319.

<sup>738</sup> Ibidem, p. 260.

<sup>739</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 147.

<sup>740</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>741</sup> BECHTEL, Guy. **A carne, o diabo e o confessor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 168.

<sup>742</sup> A lei, vale lembrar não era seguida ao pé da letra. Ao longo da Idade Média, práticas como as do clero, dos reis, e dos cavaleiros, de enfeitar-se com adornos, artigos de fé, tecidos coloridos e joias, foi bastante justificada e reajustada de forma que andasse de acordo com as Escrituras, pois havia uma forte ambivalência sobre a concepção do corpo, entre difamá-lo, puni-lo e escondê-lo, era necessário mostrá-lo quando dizia respeito aos atos espirituais, por exemplo – em especial no caso do clero. Nisto inclui-se o ato de beber, comer e dormir e outras necessidades, como o sexo. O corpo, lugar por excelência do pecado, de vez em quando era preciso desconfiar dele, domá-lo por meio de penitências e jejuns, outras vezes, porém, ele era o intermediário visual da alma e da posição elevada ou não que um indivíduo ocupava em dada sociedade. Ver: SCHIMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, o tempo** – ensaios de antropologia medieval. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, pp. 310-311.

longamente os olhares nos corpos africanos, pois positiva ou negativamente se mostravam visualmente atraentes. As mulheres azenegas, por exemplo, foram distinguidas nos relatos pelo aspecto de seus corpos, pois eram muito “gordas” e tinham “grandes tetas”, como se tivessem aquilo por “costume” local.<sup>743</sup> Zurara, assim como outros viajantes, reconheceram que, para os africanos, atrair a atenção para os corpos era algo intencional, e reputado como belo ou motivo de distinção. Conta-nos o cronista que os canarinos tinham o costume de engordar com leite as moças virgens antes de casa-las, “porque a magra não tem por tão boa como a gorda”; sendo assim, às moças que engordavam era dado mais valor, pois essas tinham os ventres alargados “para fazerem grandes filhos”. Além disso, o corpo dessas mulheres era enfeitado no pescoço com uma “forcadura de palmas coloridas” e “bragas” que cobriam somente as vergonhas<sup>744</sup>, mas nem todas usavam ou mesmo chegavam a cobrir as partes pudendas.

De outra maneira, a compleição dos corpos e suas práticas foram justificadas também como devidas à condição do meio em que viviam. Zurara percebeu que um dos motivos de os homens andarem nus o tempo todo nas almadias para cá e para lá, nem era “tanto pela necessidade da água”, mas por causa de um “antigo costume”. Em um excerto da crônica, o cronista português acrescenta que tinham esse costume, porque “os corpos iam sobre as almadias e as pernas pela água, com as quais se ajudavam como se fossem remos”.<sup>745</sup> Cadamosto, por sua vez, foi um dos que mais largamente detalhou correspondências entre as práticas dos povos e seu o meio em quase todos os lugares pelos quais passou. Os canarinos foram descritos por ele como “homens enxutos” e “grandíssimos corredores e saltadores”, porque estavam “acostumados aos despenhadeiros daquelas ilhas montanhosas”.<sup>746</sup> Os azenegues,<sup>747</sup> no que lhes concerne, eram portadores de um “estranho costume”, o de “continuamente trazerem um lenço em torno da cabeça com uma ponta que lhes passa através na cara”, assim, tampava-lhes “a boca e a parte do nariz”. Fazem isto, escreve Cadamosto, porque “dizem que a boca é uma feia coisa” que tem “mau fedor” e que recebe muitas ventosidades do deserto e, portanto, “se quer coberta” o tempo todo, exceto no momento de se alimentarem.<sup>748</sup> No caso dos mandingas do Império Mali, por habitarem em “país tão quente”,

<sup>743</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 106.

<sup>744</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 336.

<sup>745</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>746</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 99.

<sup>747</sup> Provavelmente aqui fala-se dos berberes embuçados, um povo nômade cameleiro que habitava o Saara ocidental, e que se dedicavam à criação de gado, transportando consigo as suas tendas. O nome embuçado, segundo Cortesão, vem do uso do *litham*, o pano que usavam para esconder a parte inferior do rosto, tal qual descreve Cadamosto. Ver: CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1990, pp. 27-28.

<sup>748</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 106.

Cadamosto justificou as suas características físicas em decorrência de tais condições climáticas, descrevendo-os como homens “muito pretos e bem formados de corpo”, que tinham o “lábio inferior” bastante largo e “grosso e vermelho”, chegando quase a cair “até o peito”, deixando ver “as gengivas e os dentes”. Além disso, tinham “dois olhos grandes e negros que eram terríveis de aspecto”.<sup>749</sup> Os habitantes das ilhas de Cabo-Verde, em contrapartida, andavam vestidos “por haver ali abundância e maior quantidade de algodão” do que em outros lugares da Guiné.<sup>750</sup>

Tal impressão é nítida quando, ao alcançarem a região do Cabo Branco, onde ainda era habitada por maometanos azenegues, os viajantes se depararam com o contraste em relação às ilhas: avistaram homens e mulheres vestidos. Ainda que se vestissem de forma diferente dos cristãos, as vestimentas dos que seguiam a religião de Maomé lhes eram familiares em terras portuguesas. Sendo assim, os maometanos foram se tornando parâmetro para compreender os costumes dos outros povos encontrados em seguida, uma vez que os primeiros eram mais familiares aos cristãos. Quando Zurara fala generalizadamente da terra dos negros, porque não as conheceu, descreve que as mulheres vestiam “alquicés” semelhantes ao manto que os maometanos do deserto usavam para cobrir o rosto. No entanto, aquelas mulheres não cobriam o restante de seus corpos, ou seja, as suas vergonhas, o que suscitou o comentário do cronista sobre estas acharem que, ao usarem alquicés, estavam cobrindo “toda a sua vergonha”, quando na verdade “os corpos” traziam “todos nus”. E isto seria um grande traço que dava a conhecer “sua grande bestialidade”, pois, se não vivessem como bestas, “seguiriam a natureza, cobrindo aquelas partes” que, por lei<sup>751</sup>, “deviam ser cobertas”.<sup>752</sup> Tal como os cristãos, os muçulmanos também seguiam estritamente as suas leis, e por isso cobriam o corpo como mandava o seu livro sagrado. Aqueles povos mais a sul, por sua vez, se vestiam com retalhos de couro, e algumas bragas, quando não andavam nus. O que chama a atenção nessa passagem do cronista, e que demonstra uma impressão muito semelhante da que tiveram pessoalmente Cadamosto e Duarte Pacheco, é que grande parte desses povos sofriam certa influência oriunda do comércio transaariano e do Império do Mali, e por isso acabavam compartilhando costumes

---

<sup>749</sup> Ibidem, pp. 111-112.

<sup>750</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>751</sup> Idem.

<sup>752</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 323.

indumentários e culturais semelhantes.<sup>753</sup> Os reis Jalofos, por exemplo, eram islamitas.<sup>754</sup> Entre esses povos, os que eram mais “honrados” e “especiais” dentre eles, que nas palavras do cronista “quase são sobre todos os outros”, traziam “vestidos bons, assim como os outros mouros”, além de “bons cavalos e boas selas, e boas estribeiras”, à moda mourisca.<sup>755</sup>

Em diversas passagens, Zurara, Cadamosto e, mais tarde, Duarte Pacheco, vão tomar os maometanos como referência dos modos mais adequados e mais honrados de se vestir, por lhes serem familiares e também mais próximos do que eles mesmos portavam. Associam aqueles que andam nus às condições precárias de vida, ao viver ao modo dos animais e, logo, em bestialidade. Os canários não cristianizados andavam todos sempre nus, “a não ser alguns” que colocavam “sobre si algumas peles de cabra, uma por diante, outra por detrás”, no geral, entretanto, tinham costumes tão próximos aos animais que, para os cristãos, quase se confundiam com aqueles. Conta-nos Cadamosto que untavam “o corpo com sebo de bode preparado com suco de umas ervas suas”, coisa que engrossava “a pele”, mas que também os defendia do pouco frio que fazia naquelas ilhas.<sup>756</sup> Em alguns casos, a utilização de roupas ou peles será só no caso de se proteger das contrariedades climáticas, tal qual os animais.

Todavia, mesmo diante desse cenário, o mercador veneziano reconhece que algumas práticas eram caras àquelas gentes, reportando alguma vaidade ou distinção e indícios de uma moral particular, como, por exemplo, na sua ousadia de “pintar o corpo com sucos de ervas verdes, vermelhas, amarelas e de cores semelhantes”, o que tinham como “bela divisa” e “gala”. Ao se deter nos detalhes, e compreender melhor a nudez e o uso de determinados materiais e adornos em detrimento do tecido de algodão, que era bastante usado em terras cristãs, por fim Cadamosto encontra um aspecto familiar ao da sua própria cultura. Escreve que as práticas de distinção visual entre os canários se davam como a distinção que faziam os cristãos entre os seus próprios “vestidos”.<sup>757</sup>

---

<sup>753</sup> Há que se levar em consideração, evidentemente, o fator climático. Aquelas regiões em grande parte desérticas, mas sobretudo quentes, exigiam certa proteção da pele. No entanto, Djibril Niane destaca que os povos da região da Alta Guiné, que compreende o território situado entre a foz do rio Gâmbia e o rio Bandama, a despeito das diversas etnias que habitavam essas regiões, a Guiné sofreu, de um lado, significativa influência dos mandingas, pois o Império do Mali cedo se interessou por essa região que os dava acesso ao mar e ao comércio transaariano, e do outro, do comércio islâmico de longa distância. Os mandingas, como os azenegues e os jalofos, eram islâmicos. Ver: NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África** – África do século XII ao XVI. Vol. VI. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp. 337-347.

<sup>754</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo** – a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 310.

<sup>755</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 323.

<sup>756</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 97-98.

<sup>757</sup> *Ibidem*, p. 100.

As cores, os adereços, as perfurações, os retalhos, o uso do couro de animais e de outras propriedades de origem animal, como sebo e chifres, iriam, de longe, chamar a atenção dos viajantes, e quase fazê-los esquecer ou ignorar a nudez. No mesmo parágrafo em que Zurara fala das vergonhas descobertas das mulheres no país dos negros como algo tosco e primitivo, sem, no entanto, fazer disto juízo moral, dá ênfase, igualmente, ao hábito destas trazerem “brincos e argolas de ouro”, e também “outras joias”,<sup>758</sup> Os mesmos aspectos iriam chamar a atenção do cronista quando este viu pessoalmente os africanos que chegaram ao reino português. Descreve que, logo que se habituavam às terras lusitanas, “folgavam muito com roupas de cores variadas”, e “tanta era sua louçania”, que chegavam a apanhar “as farpas que aos outros naturais da terra caíam dos saios”. Assim, “as cosiam em suas roupas, como se fosse outra coisa de maior perfeição”.<sup>759</sup>

O adornar do corpo e do rosto era tomado pelos povos africanos, segundo os relatos, por algo de grande valor, distinção e estima. Duarte Pacheco menciona, não sem algum menosprezo do ponto de vista comercial, que os mandingas do interior iam até a região do rio Gâmbia só para resgatar dos portugueses “pano vermelho, azul e verde”, e tudo “de pouca valia”, como também “lenços de seda de cores várias, e manilhas de latão” para os adereços que faziam.<sup>760</sup> Da mesma forma costumavam os Banhaús, os Capes, os Gogolis e os Jalungas, que trocavam o ouro que tinham e alguns escravos por “contas amarelas e verdes”, “estanho”, “lenço e manilhas de latão e pano vermelho”.<sup>761</sup> Ainda que o cosmógrafo português considerasse os produtos que os africanos adquiriam sem valor algum e em seu prejuízo, ao trocarem por ouro e escravos, reconhece certa beleza naquilo que os africanos faziam com o que compravam. Na região de Serra Leoa, ao observar os costumes dos Boulões, escreve que ali se faziam “os mais sutis colares de marfim e melhores lavrados que em nenhuma outra parte” se viu. Ainda assim, para o cosmógrafo, a estima dos africanos pelos produtos inferiores talvez se justificasse pela semelhança e proximidade do mundo animal. Os mesmos Boulões andavam “cobertos de um cabelo ou sedas quase tão ásperas como de porco”, o que fazia com que quase se confundissem com os animais.<sup>762</sup>

Toda essa habilidade de criar apetrechos e de fazer usos de diversos materiais para cobrir ou pintar com o corpo, foi visto pelos cristãos com curiosidade por constituir uma habilidade bastante peculiar àqueles povos. Por outro lado, os viajantes perceberam que africanos e

---

<sup>758</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 324.

<sup>759</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>760</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 106.

<sup>761</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>762</sup> Ibidem, p. 118.

portugueses tinham um costume em comum: faziam usos de certos símbolos materiais e de insígnias para distinguir os níveis sociais; os reis das autoridades religiosas, e estes, dos guerreiros.<sup>763</sup> Foi constatado que o Obá (rei) de Benim, por exemplo, recebia as insígnias de mando (cruz de latão) de uma autoridade religiosa, o Ogané, assim como os reis cristãos recebiam as suas insígnias e eram coroados pelo papa de Roma.<sup>764</sup> Além disso, os edos de Benim tinham uma cidade sagrada chamada Ifé, tal qual Roma para os cristãos. A distinção, entretanto, se dava mesmo entre a gente comum. Cadamosto descreve com detalhes um costume de modificação do corpo de certas africanas que encontrou:

Aquele mulher que tem maiores peitos é reputada mais formosa que as outras; de modo que, para os terem grandes, quando são de idade de dezessete para dezoito anos, e eles principiam a crescer, fazem-se ligar com uma corda ao redor do peito a qual lhes cinge pelo meio, apertando-os tanto, que se rompem e soltam. E com o muito puxar de todos os dias, os fazem crescer e alongar-se por tal maneira, que [os peitos] de muitas delas chegam ao umbigo, e apreciam as que assim os tem, como uma coisa singular.<sup>765</sup>

Mais adiante, o mercador escreve sobre outros aspectos similares com o que se tinha em terras cristas. Os cabo-verdianos andavam vestidos com tecidos de algodão, por disporem desses em abundância, e as suas mulheres, que “da mesma maneira” se vestiam, gostavam quando jovens de “fazer uns sinais pontuados pelo corpo, feitos com picadas de agulha, uns sobre o peito, outros sobre o braço, outros ainda sobre o pescoço”, assemelhando-se ao que fazia, naturalmente, o bicho-da-seda nos lenços europeus.<sup>766</sup>

Tão melhor aos portugueses seria, no entanto, se naqueles reinos dos quais tentavam alguma aproximação e a conversão de sua gente, como em Benim e no Congo, os novos amigos se vestissem e andassem de igual forma, tanto “de alma” como “de corpo”. Nas palavras do cronista Rui de Pina, todos haviam ficado maravilhados, especialmente o rei do Congo, ao verem os fidalgos congolezes que voltaram de Portugal “enfeitados de vestimentas”,<sup>767</sup> ao modo

---

<sup>763</sup> Para os cristãos, as cores, os feitios, os tecidos e os adornos exprimiam significados de distinção de condição social, muitas vezes estabelecidos por lei; como no caso dos judeus o uso da estrela amarela, e dos pedintes e leprosos que, em algumas regiões da Europa, tinham de utilizar capuzes vermelhos para serem identificados, por exemplo). Ver: SARTI, Rafaella. **Casa e família** – habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 344.

<sup>764</sup> BLOCH, Marc. A coroação: união, numa mesma cerimônia, da entrega da coroa e da unção. In: **Os reis taumaturgos** – o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre a realeza da península Ibérica, ver: RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. *Estudios de Historia y Sociedad*. Vol XIII. Nº 51, 1992, pp. 55-100.

<sup>765</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 23.

<sup>766</sup> Idem.

<sup>767</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, pp. 99-100.

dos nobres de lá. Entre os presentes que se mandavam para o Congo na década de 1490, estavam “cruzes sagradas, vestuário, cálices, castiçais, sinos, órgãos e outros muitos ornamentos”<sup>768</sup>, no intuito de tornar aqueles país uma extensão do reino português.

Com as relações mais próximas, menos recorrentes serão as associações dos aspectos físicos às condições geográficas e animais. A peculiaridade dos costumes passa a ganhar destaque e a ser compreendida como gostos pessoais, ao passo que elementos comuns e familiares se revelam. O que era estranho vai ganhando forma de corriqueiro e sendo aceito até como familiar, e o que é melhor compreendido permite traçar comparações que apontam as similitudes entre mundos, principalmente entre aqueles que intentaram seguir um mesmo destino político-religioso. Pelas pinceladas de Rui de Pina, vemos que as indumentárias dos reis congolezes não eram menos belas e nem menos suntuosas do que aquilo que mais tarde seria trazido pelos cristãos. O Manisongo, rei do Congo, antes de aporuguesar o seu nome e a sua maneira de se apresentar, durante os encontros com os portugueses, “ia vestido de hábitos de festa e de roupa de serpente” e, “na cabeça, trazia uma carapuça feita à mão que tinha em cima uma figura assaz natural”, e os súditos, tal qual “é o hábito do seu país”, levavam “os corpos pintados de branco e de outras cores, só para mostrarem contentamento” em relação àquela festividade. A parte “debaixo do umbigo traziam encoberta com os tecidos da festa, na cabeça traziam coroas feitas de pena de papagaio e de outras várias aves, bem feitas pelas mãos das donzelas”.<sup>769</sup> Durante os primeiros encontros com o reino congolês, é interessante observar o contraste visual dos personagens envolvidos. Como descrito acima, assim vinham os africanos enfeitados, ao passo que os portugueses saíam dos navios “ornados de armaduras e de bestas e de lanças”,<sup>770</sup> e os “frades e os padres vestidos com os seus ornamentos”,<sup>771</sup> mas ambos, de um lado e do outro, vinham da mesma forma ataviados de enfeites, insígnias e indumentárias que condiziam com o grau das suas hierarquias.

O reconhecimento de padrões hierárquicos similares, concomitantemente à melhor assimilação das singularidades de uns e outros de cada reino, e a paulatina familiarização com certos hábitos antes condenáveis, contribuiu para a assimilação de costumes em diversos âmbitos da vida: fé, moradia, vestimenta, alimentação, língua, etc. Durante aqueles dias de festas no Congo, congolezes e africanos bailavam, cantavam e realizavam procissões que

---

<sup>768</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>769</sup> RADULET, Carmen M. op. cit. p. 108.

<sup>770</sup> Idem.

<sup>771</sup> Ibidem, p. 111.

tomaram as ruas da cidade e, assim, reforçavam a religião tradicional ao mesmo tempo que incorporavam elementos novos e velhos a um catolicismo muito particular que surgia.<sup>772</sup>

#### 4.4 Alimentos dos de cá e dos de lá

A alimentação dos povos também foi um aspecto digno de destaque por várias razões, tanto pela necessidade que os próprios viajantes tinham de se alimentar em terras alhures, como pelas diferenças e semelhanças dos hábitos alimentares entre os viajantes e os das terras africanas. Como vimos anteriormente, dependendo da região alcançada, alguns viajantes se alimentaram muito mal ou muito distintamente do que estavam habituados em suas terras, enquanto outros se admiraram com a qualidade dos alimentos de dadas regiões. Cadamosto foi um dos que, em diversas passagens, chegou mesmo a considerar a qualidade de alguns alimentos encontrados nas ilhas Atlânticas e na região da Guiné como superiores ao que se tinha acesso no Mediterrâneo europeu.

Não foram poucos os que morreram contaminados ou desidratados em decorrência de uma disenteria, por terem comido plantas “bravas” ou venenosas, e tomado águas insípidas em rios “doentios de febres”<sup>773</sup>. Por outro lado, o *Esmeraldo* nos mostra que outros puderam curar as suas enfermidades, ingerindo alimentos e plantas específicos daquelas terras. Das menções aos alimentos insalubres, venenosos ou desgostosos, aos conhecidos e preferidos em terras cristãs, podemos observar certas práticas africanas de lidar com os alimentos comuns aos europeus. Duarte Pacheco narra que, na região do rio Senegal, havia um “pau” com uma “superfície branca” que se chamava “balamban”, e tinha a parte de dentro tão negra como “corno de búfalo” e tão dura “como um osso”. Feito pó e misturado à água, era dado a beber “a quem tivesse tosse”,<sup>774</sup> de forma semelhante como trabalhavam os boticários europeus no desenvolvimento de mesinhas e poções que ajudavam os enfermos. Cadamosto, que afirmou ter visto, tal qual o costume em terras cristãs,<sup>775</sup> a prática das mesinhas também entre os mandingas, descreve em detalhes uma receita que preparavam para sobreviver aos grandes

<sup>772</sup> MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do visível** – Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018, pp. 41-42.

<sup>773</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco, op. cit. p. 109.

<sup>774</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>775</sup> A prática das mesinhas era mais comum nos meios rurais, mas se verifica que até pelo menos o século XV, quando a Inquisição não havia iniciado ainda a sua “caça às bruxas”, o recurso aos rituais e às práticas supersticiosas era mais recorrente do que a intervenção médica. Até início do século XV, praticava-se “sem escrúpulo nem censura social” a mistura de rezas, superstições, uso de amuletos, crenças mágicas e remédios naturais preparados com plantas em mesinhas e rituais. Ver: MATTOSO, José. O corpo, a saúde, a doença. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.). **História da vida privada em Portugal** – A Idade Média. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 369.

calores daquela região: os mandingas pegavam um pouco do sal e diluíam-no numa “escudela” com “um pouco de água”, e bebiam esta mistura “todos os dias”, de “tal modo que, se não fosse o remédio deste sal, morreriam”.<sup>776</sup>

A escassez ou abundância dos alimentos em determinada localidade poderia indicar tanto a melhor ou pior qualidade da terra, como um melhor ou pior modo de vida, que também influenciava na compleição de um povo em relação ao outro. Com Cadamosto, fica evidente a ideia de que as diferentes qualidades das terras influenciavam na compleição corporal dos homens e nos seus hábitos alimentares. Segundo o mercador, tal diferença era evidente entre os azenegues e os guinéus, pois o aspecto físico de ambos os povos era o que marcava a linha divisória entre o deserto e a Guiné. Essa diferença era apreensível visualmente, porque uns tinham mais acesso a melhores alimentos, terras e águas que outros. Os que habitavam do lado norte do rio Senegal eram, no geral, “enxutos e de pequena estatura”, por causa da terra “árida”, “seca” e “estéril” em que viviam; já os que habitavam do outro lado do rio eram “negríssimos”, “pretos”, “grandes e gordos” e “bem constituídos”, por causa da região “abundante de enormes árvores e de diversas espécies de fruta”, que nem mesmo os cristãos conheciam “por não haver tais frutos” em suas terras.<sup>777</sup>

Diogo Gomes de Sintra tirou uma conclusão semelhante quando esteve na região do deserto. Lá, observou que os azenegues de Cabo Branco e de Arguim viviam à “maneira de animais”, porque comiam somente “carnes quase cruas”, secas ao sol e algum pouco leite, pois naquela região não havia “qualquer árvore nem vegetação”.<sup>778</sup> No entanto, habitar em uma região abundante de frutos e de águas cristalinas não significava necessariamente que os povos sabiam fazer bons usos das terras que tinham, ou que possuíam práticas aceitáveis na maneira de se alimentar. Foi constatado que mesmo os habitantes de regiões ricas e férteis não tinham bons modos à mesa e comiam assim mesmo no chão. Tais constatações dependiam, igualmente, do tempo de estadia que um viajante tinha em dado lugar. O mês que o mercador veneziano passou no reino de Caior permitiu que este pudesse observar as diferenças entre os *status* sociais a partir da alimentação, bem como as semelhanças e discrepâncias em relação aos seus próprios hábitos alimentares. Lá, observou que o rei e todos “os senhores negros e homens de importância” comiam muitas “iguarias” em abundância, mas contraditoriamente ao que se via nos reinos cristãos, os senhores de alta linhagem comiam “no chão, como os animais, sem regra nenhuma”. O grosso da população “de menor condição”, por sua vez, comia amontoada, “aos

---

<sup>776</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 108.

<sup>777</sup> Ibidem, pp. 115-116.

<sup>778</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 59.

10 e 12 em conjunto”, e colocavam a comida toda junta em uma “alcofa” no centro da roda, comendo “um pouco de cada vez”, ainda que comessem “quatro e cinco vezes ao dia”.<sup>779</sup>

É importante ressaltar que esses tipos de assimilações eram correntes em terras europeias. Os homens do campo na Europa eram por vezes descritos como estando situados em algum lugar entre os homens e os animais, justamente devido à rudeza dos seus costumes, e nesse caso, também dos seus hábitos alimentares. A pobreza do vestuário, a rusticidade da alimentação e a carência de certos gêneros alimentícios conferiam uma ideia de ferocidade e animalidade ao camponês, algumas vezes qualificado de incapaz de ideias e aspirações e, outras vezes, dignos de pena.<sup>780</sup> As mesmas definições foram utilizadas para descrever e compreender alguns povos africanos. Cadamosto qualificou alguns africanos no modo de comer como sendo “porcalhões” e “sem nenhuma educação”. Compreendeu, no entanto, que a simplicidade e rudeza dos costumes de certos povos africanos, assim como no caso de alguns camponeses europeus, se dava justamente “nas coisas de que não [tinham] prática”. Já “naquelas em que eram práticos”, o mercador afirma que eram “tanto como qualquer de nós”<sup>781</sup>.

Tal era o caso dos homens ricos e abastados na África, os quais se assemelhavam aos reis e nobres europeus. Os viajantes perceberam que aqueles “homens de importância” em terras africanas comiam em abundância e “umas quantas iguarias”. Cadamosto, que pela convivência afirmou ter tomado muita “familiaridade” com o rei de Caior no Senegal, viu que os nobres do reino comiam todos juntos – como nas cortes europeias – uma grande variedade de alimentos, desde milho, favas, feijão até diversas outras espécies, todos “lindíssimos à vista”. Os temperos eram muito semelhantes aos que se usavam em terras cristãs, como o “óleo das comidas” usado em Caior, e que tinha “cheiro, sabor e cor” muito “parecido” com as violetas bravas<sup>782</sup> da Europa, tanto no sabor, como na cor, mas quanto ao gosto, parecia mais com o açafrão.<sup>783</sup> Essas assimilações faziam do africano um pouco mais familiar, assim como a convivência com eles cotidianamente favorecia esta sensação de proximidade. Todavia, vale lembrar que algumas especificidades, como a constatação de que reis comiam junto do chão, causavam ainda certa confusão. Aos poucos, o conhecimento mais aprofundado de certos povos em relação a outros

---

<sup>779</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 133.

<sup>780</sup> CHERUBINI, Giovanni. O camponês e o trabalho no campo. In: LE GOFF, Jacques. (Dir.). **O Homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 93.

<sup>781</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 121.

<sup>782</sup> A violeta brava, no latim *Viola riviniana*, documentada pela primeira vez pelo físico alemão Augustus Quirinus Rivinus, é encontrada facilmente na Europa centro-ocidental, e os seus usos são conhecidos desde os tempos de Homero.

<sup>783</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 133-135.

levava a comparações que ajudavam a criar laços de familiaridades. E ao já conhecido ou reconhecido posteriormente se recorria como forma de decodificar os costumes de outrem.

Certamente que os hábitos e as tradições alimentares de uma sociedade são forjados de acordo com a condição do espaço em que estão inseridos. No entanto, as preferências e os gostos particulares por alguns alimentos em detrimentos de outros fizeram com que os homens forçassem o solo para produzir os gêneros de sua preferência, ou que cruzassem territórios, rios e oceanos do orbe em busca do que consideravam indispensável à alimentação cotidiana, bem como o que estimavam como iguaria. Assim foi no caso do trigo, considerado fundamental na base alimentar dos europeus ocidentais, mas que de épocas em épocas se tornava escasso no continente.<sup>784</sup> Há historiadores<sup>785</sup> que argumentam que um dos grandes ímpetus da expansão portuguesa para o Atlântico havia sido a falta do trigo, em decorrência da carência de mão de obra nos campos. O trigo, por si só, demorava a ser colhido e produzia um fraco rendimento, além de demandar mão de obra especializada.<sup>786</sup> Encontraremos nos relatos constantes menções a este grão, enfatizando o seu grau de importância e necessidade para os portugueses, mas também vemos que outros alimentos e bebidas, como os temperos, o vinho e a carne, eram, igualmente, bastante estimados, senão indispensáveis à alimentação daqueles homens. E foi a partir de um regime alimentar muito específico que os europeus observaram a alimentação do outro e buscaram em suas terras aquilo que consumiam ou estimavam em suas próprias terras. Da mesma forma, podemos depreender, a partir desse olhar sobre a mesa do outro, como eram a dieta e as práticas alimentares dos povos africanos e os matizes entre uns e outros que, por seu turno, também tinham seus gostos e estimavam certos alimentos no lugar de outros.

Quando tomamos uma certa distância e tentamos visualizar um mapa imaginário da presença portuguesa na costa ocidental da África ao longo do século XV; vemos, de um lado, um vai e vem horizontal que, saindo do sul de Portugal, perpassa o norte da África e as ilhas

---

<sup>784</sup> GONÇALVES, Iria. A alimentação. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da vida privada em Portugal** – A Idade Média. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 226.

<sup>785</sup> No final de 1970, Fernand Braudel escrevia: “o trigo é, antes de tudo, o Ocidente, mas não só”. Até o século XV, o trigo, juntamente com o milhete e o sorgo, era consumido em diversas partes do mundo. Na China, era só um acessório de outros alimentos, que não conheciam o amassar do pão. No Irã, já se amassava como um pão simples, em forma de bolacha, sem fermento, sem graça e vendido a baixo custo. Foi a partir da Europa que o trigo “foi longe em suas conquistas”. O historiador português Joaquim Veríssimo Serrão escreve que, no caso específico de Portugal, os reis do século XV sempre se preocuparam em estimular a produção de trigo nos campos lusitanos, e, para isso, evitavam a compra no exterior. Daí justifica-se também o interesse em cultivar nas novas colônias além-mar. Ver: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo** (Séculos XV-XVIII) – As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 93; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal [1415-1495]**. Lisboa: Editorial Verbo, 1978, p. 268.

<sup>786</sup> O trigo na Europa era plantado sob o sistema da rotação de culturas, pois não podia ser cultivado por dois anos consecutivos na mesma terra sem grandes danos. Ver: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo** (Séculos XV-XVIII) – As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 98.

atlânticas, e do outro, a presença vertical na região atlântica costeira, que vai do deserto marroquino até mais ou menos a atual costa do Congo. Nesse recorte simplificado e superficial dos primeiros anos de presença portuguesa, não é possível apreender a complexidade e a quantidade dos povos e etnias que habitavam essas regiões. Dos que foram demoradamente mencionados, graças a alguma convivência, mas também dos que foram apenas rapidamente citados, emerge apenas uma vaga ideia da complexidade dos povos e da especificidade de suas culturas. A sua dieta alimentar era bastante distinta, ligada em grande medida ao solo, e igualmente às preferências que tinham segundo as condições locais de que dispunham; o que fazia com que houvesse um comércio bastante expressivo em todo o Magreb e Sael, e outro entre os povos da costa e toda a região mais ou menos até o Chade, na África central. Com o contato português nos séculos XV e XVI, os hábitos alimentares desses povos iriam mudar sensivelmente, pois, além da troca natural de costumes entre culturas que se cruzam e se misturam, os portugueses começaram a trazer produtos para essas regiões com que antes os povos não tinham contato. A pimenta-malagueta, por exemplo, foi um desses produtos que se tornou bastante consumido pelos povos da Guiné depois que os portugueses começaram a comercializar naquelas partes. Os lusitanos, por sua vez, já a consumiam nas partes onde tinham acesso por meio do comércio com o Magreb, trazida pelas caravanas árabes que tinham ido buscá-la na Libéria ocidental.<sup>787</sup>

Os povos Gogolis, Beafares, Banhaús, Capes e Jalungas, todos habitantes da região que compreendia o rio Grande na foz do rio Gâmbia até a Serra Leoa, uns sujeitos ao reino de Mandinga e outros ao reino Jalofo, como observa Duarte Pacheco, tinham uma dieta bastante semelhante entre si, ao passo que árabes e azenegues tinham outra, e os habitantes das ilhas atlânticas não cristianizadas tinham uma ainda mais diferenciada. Os guinéus, como generalizadamente foram chamados os povos que habitavam a costa ocidental africana a sul do rio Senegâmbia, alimentavam-se sobretudo de “arroz, milho, inhames, galinhas, vacas e cabras”, “legumes”, “pescados” e outras carnes de animais de “estranhas feições”.<sup>788</sup> Esses povos eram essencialmente agricultores e rizicultores e, a despeito de sua proximidade com o mar, não eram tão pescadores quanto os portugueses ou como os canários, por exemplo. No entanto, os azenegues, árabes ou cenégios – designações que lhe foram por vezes conferidas – assim como os portugueses, consumiam principalmente o pescado em detrimento de outras

---

<sup>787</sup> NIANE, Djibril Tamsir. **História geral da África** – África do século XII ao XVI. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 338.

<sup>788</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Edição comemorativa do V Centenário do descobrimento da Guiné, 1988, pp. 111-113.

carnes. E certamente por motivos semelhantes, pois entre eles o pescado era mais comum que a carne vermelha ou a carne de porco,<sup>789</sup> já que os quadrúpedes, como enfatizou Cadamosto, não sobreviviam ao grande calor do deserto. O mercador narra que os povos mandingas, por seu turno, conseguiram resolver esse impasse alimentar de que também eram vítimas, encontrando uma maneira de sobreviver em meio ao calor extremo, já que só tinham acesso a esses alimentos “contrários” ao que era adequado à alimentação humana. O consumo do sal, segundo relata, era o que salvava aquelas pessoas do derradeiro fim, pois sem esse mineral lhes apodrecia o “sangue” de tal modo que, “não fosse o remédio desse sal”, morreriam. Os animais também eram vítimas do clima e da alimentação escassa, e morriam constantemente, privando-os de animais para cavalgar e para carga, “porque não podem viver”. Nessas condições, os homens acabavam fazendo o serviço dos animais de carga para carregar o sal e, assim, formavam “um grande exército de homens” que o carregavam a pé por meio de forquilhas, já que não dispunham de camelos ou outros animais de carga que pudessem “lá viver”<sup>790</sup>.

Os povos das ilhas atlânticas, por sua vez, são apresentados como muito mais familiares, pois usufruíam de uma dieta mais variada, rica e em grande parte semelhante ao que se tinha em Portugal. Eram grandes pescadores, conheciam diferentes espécimes de peixes, crustáceos e animais marítimos que por lá existia em “grandíssima quantidade”<sup>791</sup>, e faziam os seus anzóis com “chifres de cabra”.<sup>792</sup> Ao que parece, também consumiam algum trigo e aveia, e as suas terras eram apropriadas para o plantio desses grãos; cereais muito estimados em terras portuguesas. Ao falar da ilha de Tenerife, uma das ilhas Canárias, Zurara considerou “melhoria de vida” o que soube do viver daqueles povos, pois sua dieta alimentar era muito semelhante à que se tinha em Portugal. Os que lá viviam eram “abastados de trigo, cevada e legumes”, e tinham, igualmente, “muitos porcos, ovelhas e cabras”<sup>793</sup> Diogo Gomes rememora que, quando os portugueses chegaram, no início do século XV, começaram a “semear trigo e aveia”, e a terra era “tão fértil” que todos os anos “as naus de Portugal” vinham e “tinham-nos quase de

---

<sup>789</sup> Consumido por todos os estratos sociais da sociedade portuguesa dos séculos XII ao XVI, na mesa dos reis o pescado associou-se àqueles momentos de maior frugalidade em relação ao consumo de outras carnes. Buescu destaca que o bacalhau, por exemplo, era um dos alimentos que fazia parte da dieta dos presos. A partir do pescado (peixes, frutos do mar, frescos ou secos e defumados), alimentava-se todo um reino, e se consumia variedades de alimentos feitos com ou a partir deste (empadas, pastéis, sopas, por exemplo). Ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Sal e pescarias. In: **História de Portugal** – A formação do Estado Moderno [1415-1495]. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 2003, pp. 274-276; BUESCU, Ana Isabel. À mesa do rei. Cultura alimentar e consumo no século XVI. In: BUESCU, Ana Isabel. FELISMINO, David. (coords.). **A mesa dos reis de Portugal** – ofícios, consumos, cerimônias e representações (séculos XIII-XVIII). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 305-307.

<sup>790</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. pp. 108-109.

<sup>791</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 105.

<sup>792</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>793</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 341.

graça”.<sup>794</sup> Os canarinos, por sua vez, escreveu o cronista português, comiam algum trigo de vez em quando, mas viviam todos “geralmente sem pão nem outra coisa, salvo água que bebem, e as mais das vezes comem pescado cru e seco”.<sup>795</sup>

Da mesma forma, Diogo Gomes considerou incomum que os canarinos habitassem uma terra tão rica e abundante, mas não estimassem certos alimentos tão valorizados em terras europeias. Na Grã-Canária e na Gomeira, observou que havia cabra em “abundância”, mas os habitantes não a comiam, e nem mesmo os figos que cresciam aos montes. Diz-nos Gomes, com certo alívio, que ao menos os canarinos comiam “aveia”.<sup>796</sup> O fato de terem certos animais em grande número, como os europeus, mas não comerem carne pareceu notável aos viajantes cristãos, que observam que “nenhum homem de bem” exercia a “profissão de carnicheiro” entre eles e somente aqueles que eram mal vistos a exerciam; tanto que, se a “inimizade” de alguém era desejada, entregava-se a essa pessoa o trabalho de mexer com as carnes.<sup>797</sup> Essa opinião sobre a profissão do carnicheiro havia sido muito recorrente na Europa cristã algum tempo antes. Tal qual os canários viam os seus carnicheiros, os cristãos haviam julgado mal os que exerciam profissões que estavam relacionadas ao sangue, embora fossem extremamente necessárias.<sup>798</sup> Cadamosto, por sua vez, registrou que os canarinos consumiam alguma carne sim. A vianda daqueles, “pela maior parte”, era leite, mas “algumas vezes poucas carnes” e muitas sementes de “ervas bravas” que lá tinha aos “montes”.<sup>799</sup> Sabe-se, pelos relatos, que quando os cristãos chegaram às ilhas para povoá-las, levaram consigo muitas “vacas, porcos, ovelhas e outros animais domésticos” para consumo, que lá se reproduziam em abundância.<sup>800</sup> Não teriam por acaso levado também os seus carnicheiros?

Como temos visto, nos lugares pelos quais passaram, os viajantes algumas vezes tentaram encontrar as semelhanças entre a sua alimentação e a dos nativos. Buscaram, no entanto, não só a semelhança consigo mesmos, mas também de um povo em relação ao outro. Cadamosto comeu junto dos negros cabo-verdianos, e descreveu a cena, observando que os

<sup>794</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 105

<sup>795</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 323.

<sup>796</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 95.

<sup>797</sup> *Ibidem*. p. 96.

<sup>798</sup> É interessante ressaltar aqui, que no início da Idade Média, entre os séculos IX e XII, aquelas profissões que tocavam no sangue (carniceiros, médicos e até os soldados) eram mal vistas e desprezadas em razão de trabalharem com o sangue, considerado em certas ocasiões um tabu entre os cristãos por diversas razões. No entanto, com o advento das cidades a partir dos séculos XII e XIII, certas profissões antes desprezadas passaram a ganhar importância e até mesmo relevância. No tardar dos séculos XV e XVI, profissões antes desprezadas ganharão até a estima e admiração da sociedade (como se deu no caso do mercador). Ver: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média** – tempo, trabalho e Cultura no ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, pp.87-95.

<sup>799</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 323

<sup>800</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. op. cit. p. 103.

negros traziam “frutos de várias espécies” para os navegadores experimentarem, entre “tâmaras pequenas e da selva” e, a despeito de Cadamosto não as ter considerado “muito boas”, dado o “sabor diverso” do que conhecia, compreendeu que, para eles, aqueles frutos “eram bons de comer”.<sup>801</sup> Reparou também que os indígenas das ilhas de Cabo Verde comiam ao modo dos senegaleses, escrevendo que “quase todos se arranjavam como os negros do reino de Senegal”, isto é, comiam “aqueles as mesmas comidas, e ainda arroz e grão de bico”. Por fim, tinham a sua peculiaridade, comiam “carne de cão”, prática que Cadamosto até então nunca ouvira dizer que se comia em qualquer outra parte.<sup>802</sup>

O vínculo com as gentes de lá evoluiu também com o tempo e a convivência. Durante as comemorações no Congo nos anos de 1482-1485, aconteceram muitos banquetes. Nesse tipo de situação, o banquete, dentre outras cerimônias, era um acontecimento simbólico para celebrar a harmonia entre dois reinos, bem como exibir o poder daquele que oferecia.<sup>803</sup> Certo dia, os portugueses ofereceram um banquete ao rei congolês recém-batizado e ao seu filho, em uma “(...) refeição que se tinha organizado com diferentes qualidades de comida”. E tudo havia sido “muito abundante”, mas “como é habito dos de Portugal, não como é hábito dos negros”.<sup>804</sup> Embora a intenção dos oficiais enviados pelo reino português tivesse sido a de mostrar as “liberalidades”<sup>805</sup> de seu rei a partir da abundância daquele banquete, houve trocas culturais mútuas entre os presentes. Quando acabou a refeição, o rei do Congo “ordenou que os restos da comida fossem entregues ao seu filho”, para comerem depois os seus nobres recém-convertidos e, em troca, ofereceu alguns presentes aos portugueses que consistiam em “carne de cabra, farinha de milho, galinhas, vinho de maçã e muito dinheiro”.<sup>806</sup> Presentear os convidados com regalos do gênero alimentício, especialmente a carne, demonstrava que o rei congolês muito

---

<sup>801</sup> Roland Barthes, seguido por diversos historiadores, entre eles Ana Isabel Buescu, ao tratarem da cultura cotidiana e da história da alimentação, destacam uma “tripla e fundamental” perspectiva: da “produção”, do “consumo” e do “gosto”. Tríade que ajuda a compreender “a mesa” e o costume alimentar das sociedades, pois a história da alimentação não é somente a história do que se come, mas a história de todo um sistema de comunicação, imagens, condutas, práticas e protocolos. Ver: BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal** – saberes, ritos e memórias. Lisboa: Edições Colibri, 1957, p. 85.

<sup>802</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 164-165.

<sup>803</sup> As festas e as cerimônias entre reinos distintos, onde aconteciam os banquetes, era o momento em que se podia melhor vivenciar o conjunto de valores e crenças de um reino, a partir dos homens que o representavam. Funcionava como um espetáculo: apresentava-se a exuberância do viver palaciano e a dimensão dos poderes de seu monarca. Ver: GOMES, Rita Costa. **A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: Difusão Editorial, 1995, p. 295.

<sup>804</sup> RADULET, Carmen M. op. cit. p. 115.

<sup>805</sup> PINA, Rui de. **Chronica d’el Rey D. João II**. Coimbra: Atlântida, Livraria Editora, 1950, p. 202

<sup>806</sup> RADULET, Carmen M. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”** - manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992, pp. 116-117.

estimava aqueles convidados, uma vez que ter gados e outros animais do pasto era um símbolo de riqueza e poder para os africanos.

O cronista português sugere qual era também a intenção de todos aqueles ensejos por parte dos portugueses: “dar-lhes a maneira e a regra do viver e outras coisas que em virtude da fé tinham de respeitar”, por meio das “pessoas que nesta arte estavam habituadas”.<sup>807</sup> A despeito de o reino português ter querido mostrar a sua superioridade por meio das cerimônias, dos presentes e das palavras, bem como das diferenças entre os hábitos de uns e outros durante aqueles desdobramentos diplomáticos, os relatos mostram que o que se passou entre o reino do Congo e o de Portugal não foi tão distinto assim daquilo a que estavam habituados com os outros reinos cristãos. Quando os embaixadores portugueses chegaram, o rei ordenou que todos os nobres congolezes saíssem em recepção “com arcos, lanças, trombas, timbales e muitos outros instrumentos que eles usavam”, recebendo-os com muita “honra” e “reverência”. O rei estava sentado em cima de um grande trono, muito bem vestido com o seu hábito, tudo com muitas “cerimônias” e “festas”.<sup>808</sup> Os congolezes, por seu lado, da mesma forma mostravam o poder e a riqueza de seu rei por meio das homenagens e dos presentes oferecidos aos convidados lusitanos. Segundo narra o cronista português, o rei do Congo havia ordenado que “em todas as terras” e por todos os seus súditos que os portugueses “fossem recebidos com a devida humanidade, e com a devida honra, sob pena de morte e da confiscação de todos os bens” aos que não cumprissem a ordem.

Nessa mesma época, mais precisamente no ano de 1489, o rei D. João II de Portugal recebeu em seu reino uma embaixada inglesa enviada por Henrique VII. Um dos membros presentes, o embaixador inglês Roger Machado, escreveu com detalhes em seu diário pessoal os desdobramentos dos acontecimentos do mês que passou hospedado no reino português. Segundo narra, na província do Porto, havia sido preparado “um grande festival para os embaixadores”, com “bailes de homens e mulheres à moda do país, corridas de touro e combates corpo a corpo”. Todo o tempo estiveram acompanhados de “grandes senhores e barões, e cavaleiros muito bem vestidos”. Nos banquetes, folgaram de “grande abundância de víveres, pão, vinho, e todo o necessário”.<sup>809</sup> Evocar o episódio dessa celebração entre cortes ilustra um acontecimento que, embora corriqueiro entre reinos cristãos no final da Idade Média, acaba

---

<sup>807</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>808</sup> Ibidem, pp. 118-119.

<sup>809</sup> BELLO LEÓN, Juan Manuel. HERNÁNDEZ PÉREZ, Beatriz. Una embajada inglesa a la corte de los Reyes Católicos y su descripción en el <<Diario>> de Roger Machado. Año 1489. *Revista En La España Medieval*. n. 26, 2003. pp. 197-198.

lançando luz sobre elementos comuns e familiares que foram encontrados na mesma época em um reino africano tão distante.

#### 4.5 Sentimentos de uma costa a outra

Ao que foi visto sobre as estranhezas aos poucos tornadas familiares e de semelhanças antes não imaginadas, não se pode deixar de acrescentar aquelas respectivas ao domínio das emoções e dos sentimentos<sup>810</sup> e concernentes à alma e ao âmbito social. As emoções podiam ser vistas de forma positiva, mas passíveis de cuidados especiais, e seu excesso não era aconselhável.<sup>811</sup> Ao falarem sobre as emoções em terras africanas, os cristãos não pouparam juízos, embora nem sempre negativos. Lá, também se emocionaram, comemoraram e em muitas situações não puderam refrear os impulsos de seus desejos, de suas lágrimas e de suas cóleras. Os relatos falam de homens que não eram nada além de humanos, mas que carregavam certos valores morais e espirituais acerca dos seus sentires e que, em contato com o outro, acabaram por deixá-los à mostra; mostrando-se, igualmente, confusos ou tocados pelas emoções alheias.

A célebre passagem da *Crônica de Guiné* que narra com pormenores a chegada de guineenses ao porto de Lagos em Portugal revela um cronista de certa forma envolvido na cena. O cronista afirma ter chorado “piedosamente” ao ver aquelas gentes, e chegou a temer que o seu descomedimento das lágrimas<sup>812</sup> pudesse ser danoso à sua “consciência”<sup>813</sup>, isto é, ao propósito grandioso que levava a cabo. Atento ao distanciamento que deveria ter ao narrar aqueles eventos, pois tinha consciência da alta matéria a que sua “ousada pena”<sup>814</sup> havia sido incumbida, Zurara parece ter sido pego de surpresa ao ver, ante os olhos<sup>815</sup>, a chegada dos cativos. Esperando, talvez, encontrar os então homens que queriam semelhar as “brutas alimárias” tão bestiais no “sentir” quanto, ao contrário disso, viu homens que conheciam “os danos de seus semelhantes”<sup>816</sup> e que sofriam ao serem separados dos seus.

---

<sup>810</sup> OLIVEIRA, Ana Rodrigues. Os sentimentos. In: VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da vida privada em Portugal** – A Idade Média. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 295.

<sup>811</sup> MATTOSO, José. A mística das emoções: o dom das lágrimas. In: MATTOSO, José. **Naquele tempo: ensaios de história medieval**. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009.

<sup>812</sup> Idem.

<sup>813</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 121.

<sup>814</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>815</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>816</sup> Ibidem, p. 121.

Outros viajantes também sentiram o “dó”<sup>817</sup> ou a piedade<sup>818</sup> das gentes durante as campanhas na África. Zurara narra que, durante a expedição de Lançarote e Gil Eanes na ilha de Tíder, um pouco antes da campanha de Lagos, em uma das pilhagens que faziam os navegadores, estes viram de longe almadias cheias de mouros e mouras, o que os deixou, à primeira vista, bem alegres. No entanto, logo “cobraram maior tristeza”, pois, apesar de serem os inimigos infiéis, sentiram piedade e a “poucos quiseram matar”. Uma vez mais, a cena comove: ainda que os navegadores tivessem decidido não matá-los, ainda assim, por “medo”, os africanos “desamparavam as almadias” e no mar pereciam.<sup>819</sup> Havia até um certo compadecimento durante uma batalha; em outro momento, quando as caravelas de Gonçalo Pacheco e Mafaldo chegaram à furna de Arguim, em uma aldeia encontraram apenas um “mouro velho” moribundo e nada mais; ao verem o mouro “em tal ponto”, decidiram não matá-lo e nem levá-lo como cativo, deixando que a própria ordem da natureza se encarregasse de seu fim, pois não quiseram “afadigar aquela pequena parte da vida que, segundo mostrava, ainda ficava”<sup>820</sup>.

Como era possível não nutrir esses sentimentos se, segundo Zurara, todos eram de “humana natureza”<sup>821</sup>? E como o próprio cronista lança a questão aos seus coetâneos: “[...] qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquela campanha?”<sup>822</sup> Os cativos de Lagos levavam “as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas”, e olhavam “uns contra os outros”, gemendo “muito dolorosamente” enquanto bradavam aos céus “altamente” como se “pedissem socorro”. As “palavras da linguagem” não podiam ser entendidas pelos portugueses, mas estes viam “bem” o “grau de sua tristeza”.<sup>823</sup>

O medo, o susto ou o temor,<sup>824</sup> manifestos pelos africanos diante dos portugueses que chegavam aos montes, foram diversas vezes mencionados nas narrativas das situações que normalmente estavam relacionadas às escaramuças e confrontos. Embora Zurara, aquele que mais largamente dissertou sobre isso, enfatizasse o contraste entre a coragem dos portugueses e o temor dos africanos inimigos, o cronista acabou revelando os sentimentos comuns entre uns e outros que se enfrentavam. Não nos faltam exemplos dos africanos que se mostraram

<sup>817</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>818</sup> MOLLAT, Michel. **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos.** Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 136.

<sup>819</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 110.

<sup>820</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>821</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>822</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>823</sup> Idem.

<sup>824</sup> Ibidem, p. 68.

corajosos, tanto quanto dos portugueses. Para citar alguns, em uma noite de umas das expedições de Antão Gonçalves, o cavaleiro e seus homens se depararam com um “homem nu que seguia em um camelo, levando duas azagaias nas mãos”. Ao ser surpreendido por “tantos”, quis “mostrar que aquelas armas eram dignas para ele, e começou a se defender o melhor que pôde, fazendo sua defesa mais áspera do que sua força requeria”.<sup>825</sup> Mais à frente, outro africano lutou corpo a corpo – de igual para igual – com Nuno Tristão, “defendendo-se até receber morte”.<sup>826</sup> Em outros relatos mais neutros em relação ao do cronista português, como o de Cadamosto, os africanos são descritos como corajosíssimos. Segundo narra o veneziano, os senegaleses chegavam a tal ponto em sua “ferocidade” que preferiam “deixar-se matar a fugir”. Ademais, não se “espanta[va]m quando viam o companheiro morto diante de si, como faria qualquer de nós”, escreve o mercador. Mas tinham por “costume ir batalhar desprovidos de armaduras” e estavam tão acostumados a isto que viam “morrer os seus companheiros diante dos olhos” e não davam a isso “muita importância”, pois não temiam a morte.<sup>827</sup> Tais exageros, entretanto, são também encontrados na *Crônica de Guiné*, como na *Crônica da Tomada de Ceuta*, ou em outros relatos, como o do jovem Jorge de Ehingen sobre a habilidade dos portugueses nas suas batalhas de conquista.

Sobre as perdas, as fraquezas e os temores, Zurara descreve esses sentimentos com palavras mais amenas, porém, não menos notáveis. No mesmo episódio de Antão Gonçalves mencionado acima, este acautela os seus homens, dizendo que a incerteza sobre a “gente dessa terra”, e o desconhecimento da “lei” e “senhorio” que viviam, com o agravante de já terem perdido dois homens seus e o risco de perderem “outros muitos mais”, se fazia prudente “cuidar” daquela ida, já que havia também a possibilidade de os inimigos que sobreviveram terem “avisado todos os outros”. Por fim, o cronista destaca que, naquelas situações em que se sentiam “semelhantes coisas, o “sentimento” do temor era “muito maior de noite que de dia”.<sup>828</sup>

Apesar do cuidado no emprego das palavras para narrar determinadas situações, o cronista reconhece que “feia coisa seria” se, no prosseguimento daquela história, não escrevesse “assim as desaventuras da nossa gente como seus bons acontecimentos”.<sup>829</sup> Isto se alinhava ao seu propósito de “escrever a verdade” e significava não se esquivar de nenhuma coisa.<sup>830</sup> E é a partir desses lampejos que autores como Zurara nos revelam os traços comuns de uma costa a

---

<sup>825</sup> Idem.

<sup>826</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>827</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 123.

<sup>828</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. pp. 73-74.

<sup>829</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>830</sup> Idem.

outra, e revelam até mesmo os traços que, para aqueles homens, lhes pareceram à primeira vista improváveis de compartilharem, como os sentimentos. Certos sentimentos foram compartilhados e percebidos, tanto pelos portugueses como pelos africanos, como sendo mútuos. Nas narrativas sobre essas pelejas, o cronista narra que, em determinados momentos, os mouros “sentiam que eram entendidos”, mesmo sem falarem a mesma língua, mas em razão dos seus movimentos corporais, seus gestos e seus sentimentos externados.<sup>831</sup>

Mas não foram só os sentimentos de temor e coragem comuns entre cristãos e africanos notados por ambos. Outros sentimentos, como o encanto, que beirava o “maravilhamento”,<sup>832</sup> a fúria, o desapareço, a alegria, e o desejo,<sup>833</sup> eram sensações recorrentes que experimentavam durante alguma viagem, como pintam os relatos. O encontro de dois mundos distintos e desconhecidos causava este “maravilhamento” mútuo, comum a ambos.<sup>834</sup> Ainda no episódio

---

<sup>831</sup> Os gestos descritos ou prescritos nos escritos medievais, e nesse caso especificamente dos relatos de viagens, estão sempre inclusos em um conjunto de valores morais que os acompanham e os explicam. Os contornos desses valores morais em uma época e espaço específicos se faz necessário compreender em primeiro lugar, pois tal qual a linguagem, os gestos são também um espaço de comunicação social que exprimem, da mesma forma, sentimentos, juízos de valor e distinções sociais; principalmente em uma época em que as imagens, os símbolos e os rituais tinham mais alcance do que os escritos. Ver: SCHIMITT, Jean-Claude. O corpo e o gesto na civilização medieval. In: BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide. (coords.) **O corpo e o gesto na civilização medieval**. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 24-32.

<sup>832</sup> Os *mirabilia* do ocidente medieval denotavam aquilo que os homens podiam admirar com os olhos, e que chegavam a arregalá-los; maravilhoso que, é claro, remetia a um conjunto de crenças anteriores, mas que, no século XII em diante, recebe um sentido mais vulgar do que o sobrenatural, sagrado e miraculoso do cristianismo de antes. Essa mudança se deu por diversas razões: aos olhos da Igreja, o maravilhar-se era agora menos perigoso, podendo ser até mesmo domesticado e recuperado por ela. Àquela altura, por causa das viagens longínquas, e também por causa da irrupção das línguas vernaculares, o maravilhoso passou a se contrapor ao que era prático, conhecido, cotidiano, sem perder seu caráter sobrenatural. Esse maravilhoso de que falamos é aquele dos escritos de Marco Polo ou Mandeville, aquele que se contrapunha ao que era banal e regular no cotidiano, mas que em outras terras era abundante, livre e ocioso. Será que o encanto que descrevem os portugueses em África os remetia a esses mundos distantes e abundantes? Ver: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 19-21.

<sup>833</sup> Como enfatizou a historiadora portuguesa Teresa Amado, muito pouco se falou sobre os sentimentos ou as emoções na literatura galego-portuguesa medieval, especialmente quando aquelas estavam sobretudo ligadas às explanações do corpo, como o riso e o desejo. No seu ponto de vista, isto se deu por uma combinação de “desprezo pela atitude analítica e gosto pela contenção literária”. No entanto, como observamos em textos como os de Fernão Lopes, e entre os relatos de viagens e crônicas aqui abordadas, há menções lexicais, ainda que contidas, a essas emoções sonoras ou visuais ligadas ao corpo. Mais interessante são, ainda, as menções aos sentimentos dos africanos, pois vemos em primeira mão a fusão de um mundo bem ordenado sobre as questões da alma e do corpo com um mundo ainda por descobrir e, não obstante, que tinha suas próprias maneiras de se expressar. Ver: AMADO, Teresa. O riso e as suas táticas significantes. In: BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide (coords.). **O corpo e o gesto na civilização medieval**. Lisboa: Edições Colibri, Núcleo Científico de Estudos Medievais/ Instituto de Estudos Medievais Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2003.

<sup>834</sup> Muito se falou na historiografia europeia sobre as viagens de descoberta pelas Índias, América e África acerca do conceito de alteridade, desde Tzvetan Todorov e passando por Ricoeur, Greemblatt e muitos outros. Como enfatizou Ricoeur, a alteridade tem um caráter “polissêmico”, isto é, “o outro não se reduz a alteridade de um outrem”, mas está inserido em uma dialética entre “o mesmo e o outro em contato com a hermenêutica do si”, onde a passividade, a relação com o estranho, a intersubjetividade e a consciência agem no sentido prático, linguístico, narrativo e ético. O historiador Pedro Martínez García denomina o conceito de alteridade “como o processo do descobrimento do eu sobre o outro”, para ele, “a cara a cara com o outro” seria a “origem de todo o conhecimento”, pois é o ato que traz à tona a razão e legitima a linguagem. Ver: TODOROV, Tzvetan. **A conquista**

de Lagos, Zurara descreve que era “maravilhosa coisa de se ver” pela primeira vez aquelas gentes, pois eram muito diversos nas “caras como nos corpos”. Tinham gradações na cor da pele, sendo de “razoável brancura”, outros “menos brancos” que “queriam semelhar pardos” e outros ainda “tão negros como etíopes” e, assim, formavam um espetáculo no qual se tinha a impressão de ver “as imagens do hemisfério mais baixo”.<sup>835</sup> Em terras africanas Cadamosto também se maravilhou com as tonalidades da pele, ao passar do Cabo Branco ao rio Senegal, onde eram separados os “pardos” dos “negros”, a ele “maravilhosa coisa” se pareceu ao ver que todos eram tão “negríssimos” e “muito pretos, grandes e gordos” em relação aos azenegues “pardos, enxutos e de pequena estatura”.<sup>836</sup>

Da outra parte, os sentimentos são também notadas. A passagem sobre a primeira vez que as gentes de lá viram uma embarcação portuguesa é célebre nos relatos de Zurara e Cadamosto, bem como nos de Duarte Pacheco e Valentim Fernandes. Os narradores não são unânimes quanto ao lugar do primeiro encontro e das gentes que viram, mas entoam uma só voz ao afirmarem que os primeiros das terras de Guiné ficaram “muito maravilhados”, pois pareceu que “nunca viram nem ouviram falar de semelhante”, e uns acharam que a caravela era um grande peixe, outros fantasma, talvez por serem os homens muito brancos, e outros que podia ser alguma grande ave. E tão “espantados com a novidade de sua vista” ficaram, que “movidados com temor, quiseram todos fugir”.<sup>837</sup> “De muitas coisas”, nas palavras de Cadamosto, se admiravam “estes negros das nossas”, seja pelo aspecto físico dos cristãos, por causa de seu poderio bélico europeu, suas novidades náuticas, como a bússola, a vela, a carta, ou até mesmo por causa de detalhes, que aos seus olhos, eram bastante simples: como os seus trajes, os instrumentos musicais ou o ascender de um castiçal. Enquanto esteve no reino de Budomel, o veneziano escreve que negros de todas as partes, “tanto machos como fêmeas”, vinham vê-lo “como uma maravilha”, o que a eles parecia “coisa extraordinária” tanto por verem um cristão pela primeira vez naquelas partes, como por causa de seu “traje” e “brancura” de pele, chegando a tocá-lo nas mãos e braços e a esfregá-lo com “cuspe” para ver se a sua “brancura era tinta ou

---

**da américa: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2010; RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2014, pp. 374-376; MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro. **El cara a cara co el otro: la visión de lo ajeno a fines de la Edad Media y comienzos de la Edad Moderna a través del viaje.** Frankfurt am Main: Peter Lang Edition, 2015, p. 22; AVELAR, Ana Paula Menino. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos.** Portugal: Edições Cosmos, 2011.

<sup>835</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 122.

<sup>836</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 115-116.

<sup>837</sup> Cf.: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné.** Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa: Biblioteca Histórica – Série Ultramarina – Livraria Civilização Editora, 1973, pp. 146-147; CADAMOSTO, Luís de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948, p. 107; FERNANDES, Valentim. **O manuscrito de Valentim Fernandes.** Leitura e revisão das provas por António Baião. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, p. 152.

carne”; e ao constatarem que era carne, “ficavam-se em admiração”.<sup>838</sup> Outros, descreve o viajante, ao ouvirem um navegador tocar uma gaita de fole, chegavam mesmo a pensar “que aquilo era coisa do Diabo”, “pois daquele instrumento não conheciam”. E vendo-a, revestida de couro e com retalhos assim a tocar, pensavam que aquilo era algum animal vivo que cantava com “diversas vozes”. Com sentimentos de “admiração” e “encantamento”, oscilavam em achar ser coisa de deus ou do diabo, pois, ao mesmo tempo que os cristãos pareciam a eles “grandes encantadores”, aquelas coisas nunca antes vistas diziam ser a coisa mais bela já vista.<sup>839</sup>

Até mesmo durante uma peleja, os portugueses se maravilhavam com a desenvoltura das gentes. O conhecimento dos nativos acerca de suas próprias terras, e a destreza que tinham em fugir e defender-se dos ataques, eram aspectos dignos de maravilhar-se.<sup>840</sup> A agilidade dos negros e a obstinação dos mouros em resistir até a morte durante as pelejas, foram aspectos mencionados num tom, ao mesmo tempo, de espanto e encantamento. Quando, no reino dos Jalofos, Cadamosto precisou enviar uma carta sua aos seus companheiros que o aguardavam no mar, dois homens se ofereceram para ir até lá nadando pelo rio Senegal. Naquele momento, o mar estava agitado e com muitos ventos, de foram que, ao mercador, não pareceu “possível” que “homem algum tal coisa pudesse fazer”, mas os africanos assim o fizeram para seu espanto. Do episódio, Cadamosto concluiu que os “negros daquela costa” eram “muito grande nadadores, dos maiores que há no mundo”.<sup>841</sup> Em uma das pelejas que aconteceu entre cristãos e mouros na Ilha de Tíder, Zurara aproveitou para deliberar um juízo ambíguo sobre os inimigos dos cristãos; o cronista censurou aquilo que entendeu como frieza e indiferença dos mouros para com o próximo, ao mesmo tempo em que manifestaram certa preocupação para com os seus, o que parece tê-lo encantado. Durante as batalhas, Zurara descreve que “bem se podia conhecer o desamor que entre eles havia” quando lançavam suas armas contra os cristãos, ou quando se preocupavam com as suas próprias vidas apesar do amor “extremo” às suas mulheres e filhos. Dessa forma extremada aos olhos do cronista, em dado momento os mouros guerreavam já não tanto “por causa da inimizade” com os cristãos, mas por “defesa de suas mulheres e filhos” e “por salvar suas vidas mesmas”.<sup>842</sup>

No calor desses desentendimentos que levavam às pelejas, o despreço antigo ou que se criara durante os encontros podia acabar em arrebatamentos de fúria. Zurara descreve esse sentimento em um episódio em que os mouros, caídos no chão em desvantagem, após uma

---

<sup>838</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 141.

<sup>839</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>840</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 294.

<sup>841</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. pp. 127-128.

<sup>842</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 246.

escaramuça, quando os cristãos já contavam “a vitória por acabada”, ainda assim começaram a ferir aqueles muito “rijamente”, como “homens acesos na primeira sanha”. Os mouros que ainda viviam lançaram-se no chão pedindo “misericórdia”, e os cristãos assim os mantiveram vivos não porque “houveram piedade”, mas porque, “matando-os”, o “proveito” não seria grande.<sup>843</sup> A historieta fica mais interessante ainda quando o cronista demonstra compreender as represálias dos mouros em relação aos cristãos. Quando a tripulação de Gonçalo Pacheco sofreu “derradeiro perigo” no caminho de Arguim, onde ali se acabaram sete almas, os mouros comeram os cadáveres daqueles cristãos, não por ser aquilo um costume recorrente entre aqueles, mas porque, segundo o cronista, quando “lhes mata[va]m seus pais, filhos ou irmãos”, estes tomavam essa atitude “por uma grande vingança”. Nessas situações, tinham o costume de “comerem uns aos outros os fígados e beberem o sangue”.<sup>844</sup> Por mais que isso fosse incomum nas práticas cristãs, e até mesmo repugnante, Zurara já conhecia esse tipo de conduta entre outros povos orientais, e demonstrou até mesmo compreender o sentimento de fúria e vingança que os levava a fazer aquilo, aproximando os mouros de si mesmo. Quando os cristãos sentiam fúria ou queriam se vingar de alguém, tinham uma máxima entre eles que dizia que quando “algum homem tem ódio a outro”, este, “se pudesse”, lhe “comeria os fígados e beberia o sangue”,<sup>845</sup> tal qual, na prática, fizeram aqueles mouros.

Podia acontecer, igualmente, de a má fortuna deixar os homens à mercê da “malvadez” eventual de algum “contrário”. Nem sempre a cólera era algo especial contra os forasteiros. Os viajantes observaram esse sentimento de uns em relação aos outros em terras africanas. Na viagem de Diogo Gomes de Sintra nas paragens de Cabo Verde, o navegador conheceu um senhor de nome Beseguiche, “homem malvado” por sua natureza e “traíçoeiro” do qual “todos os seus vizinhos o odiavam pela sua extrema malvadez”. Soube que uns cristãos passaram por ali e foram vítimas de sua fúria, recebendo flechas envenenadas e conhecendo a morte. Além disso, segundo Gomes, o senhor era astucioso, pois dissimulava a sua “malvadez sob demonstração de rosto afável e prazenteiro”, para então atacar seus inimigos desprevenidos, não só os cristãos.<sup>846</sup> Nas palavras de Zurara, certos “padecimentos”, como a fúria, o medo, a tristeza, o desejo, e também o amor, “são geralmente” sentimentos e sensações comuns “em todos os homens”.<sup>847</sup>

---

<sup>843</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>844</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>845</sup> Idem.

<sup>846</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento primeiro da Guiné**. Tradução de Aires A. Nascimento. p. 67.

<sup>847</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 162.

Nesse sentido, encontramos, igualmente, as menções de que, distintamente da fúria, do medo, da piedade, da comoção ou da misericórdia pelo sofrimento da alma alheia, estavam ligados os afetos aos desejos carnavais e corporais. Nem sempre vistas com bons olhos,<sup>848</sup> as práticas sexuais foram recorrentes durante as viagens e, embora os relatos não tenham sido omissos em relação a essas práticas, os viajantes buscaram amenizar as situações que poderiam causar desconfortos morais ou maus entendidos perante a Igreja. Outras vezes, agiram somente como expectadores, ao descrevem as práticas sexuais dos povos africanos. Zurara, por exemplo, buscou deixar claro que os viajantes eram quase vítimas das atitudes desenfreadas das mulheres de lá que se atreviam em direção a eles. Quando aportavam nas praias, algumas mouras demonstravam “desejo de jazerem” com os navegadores e “de boamente se mostravam” fazendo “muitos acenos assaz desonestos” e “sinais de grande segurança”, “rogando-lhes” que fizessem o “que elas queriam”.<sup>849</sup>

Aos olhos dos viajantes europeus, as mulheres africanas eram, de algum modo, atrativas e diferentes das que conheciam em terras cristãs. Recorrentemente são descritas como muito “prazenteiras e alegres”, “asseadas de corpo” e que gostavam de cantar e bailar de “bom grado”, principalmente as mais jovens. De acordo com Cadamosto, tinham o bailar “muito diferente do nosso”.<sup>850</sup> Em outras situações, os navegadores eram presenteados com jovens cativas pelos reis e chefes africanos locais para se relacionarem com elas nos passadiços dos navios, quando não acontecia de as mesmas se oferecerem por livre e espontânea vontade, como afirmou Zurara. Segundo o relato do flamengo Eustache de La Fosse, foi essa uma das situações que viveu durante a sua viagem. Na Costa do Ouro, as gentes costumavam chamar “as coisas do amor”, isto é, “incluindo as relações sexuais”, de “*chocque chocque*”.<sup>851</sup> Narra ele que, enquanto organizava certos objetos para trocar, apareceu “uma jovem rapariga” que “veio perguntar” se ele desejava “choque choque”; sem esperar resposta, de acordo com as suas palavras, a jovem “começou a despir os calções [ou bragas], pensando que eu[ele] deseja[va] alçá-la”, mas o mercador “não tinha ponta de vontade”.<sup>852</sup>

As práticas sexuais dos africanos chamaram a atenção dos viajantes por causa de seus costumes incomuns, mas também porque não diferiam muito do que conheciam, seja em relação aos cristãos ou aos mouros. O mercador veneziano observou que, no país de Budomel, havia

---

<sup>848</sup> OLIVEIRA, António Resende de. A sexualidade. IN: MATTOSO, José. **História da vida privada em Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010-2011, pp. 338-339.

<sup>849</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 163.

<sup>850</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 142.

<sup>851</sup> LA FOSSE, Eustache de. **Crônica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: Coleção Monumenta Historica, 1992, p. 63.

<sup>852</sup> Ibidem, p. 64.

uma grande liberalidade com relação às práticas carnais e ao casamento, podendo o rei, ao modo dos mouros,<sup>853</sup> ter quantas mulheres lhe aprouvesse. Pelo que o viajante pôde observar e narrar, o rei tinha nove mulheres, e cada uma de suas mulheres tinha entre 5 ou 6 “raparigas” que as serviam, mas ao senhor lhe era lícito “dormir tanto com as servas da mulher como com as próprias mulheres”; e as “ditas suas mulheres” não tinham isto por injúria, “por ser assim o costume” da terra. Nesta passagem, Cadamosto não lança qualquer juízo moral a essa prática, e parece até mesmo compreendê-la como um costume tomado como natural naquela terra. Já Duarte Pacheco Pereira percebeu que certos povos não diferiam muito dos cristãos em suas práticas sexuais, a despeito das outras grandes diferenças – o aspecto físico e a religião, por exemplo – que tinham. Sobre os Boulões, povos que habitavam grande parte da região de Serra Leoa escreveu que aqueles, apesar de “selvagens” e que apenas “parecem criatura humana”, usavam “o coito com as suas mulheres”, como os cristãos, usavam com as suas.<sup>854</sup>

Ao longo dos primeiros 80 anos do descortinar da África negra ao mundo cristão, muitas diferenças e costumes incomuns foram apontados, no entanto, alguns dos aspectos que à primeira vista causaram estranheza, quando mais detidamente observados levaram à constatação de que não eram tão estranhos assim e, na verdade, eram até mesmo semelhantes ao que se conhecia, mas por vezes mais extremados ou envolvido em circunstâncias diversas das habituais aos cristãos. A alçada que parecia mais difícil para se perceber as semelhanças, por causa do distanciamento linguístico ou porque aos africanos se atribuía genericamente uma natureza bestial, era o campo dos sentimentos. Ainda assim, os relatos mostram que os viajantes puderam encontrar algumas similitudes compartilhadas, e chegaram, igualmente, a quinhoar sentimentos dos mais variados, que resultaram em relações de afeto e também de desafeto. A constatação de sentimentos semelhantes entre africanos e portugueses contribuiu, de um lado, para a consumação de casamentos que resultaram em filhos mestiços de portugueses e africanos, acordos comerciais e diplomáticos entre reinos, migrações de um lado para o outro do Atlântico ocidental e, por fim, para a conversão de povos e reinos ao cristianismo. Por outro lado, a partilha de certos sentimentos contribuiu também para se criarem novas inimizades e novas guerras em regiões africanas relativamente pacíficas.

A felicidade, a tristeza e a saudade se deflagraram de uma costa a outra, entre conterrâneos e forasteiros. O pesar da partida era o mesmo de um lado a outro: seja a partida do europeu ou do africano do seio de sua terra a uma nova terra, ou a despedida do forasteiro

---

<sup>853</sup> FERRIN, Emílio Gonzalez. **Historia General de Al Ándalus**: Europa entre Oriente y Occidente (Huellas del pasado). Espanã: Almuzara, 2006, p.

<sup>854</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit. p. 118.

daquela nova terra lusitana ou da africana para a qual tinha-se deslocado e da qual se habituara. Ao partir João Fernandes das terras dos mouros após 7 meses entre eles, “muitos deles choravam com saudoso pensamento” e “recebiam tristeza” por causa da “afeição que os moradores daquela terra tomaram” por ele.<sup>855</sup> Diogo Gomes alguns anos depois esteve junto do mansa de Niimi e o rei de Alcuzet, chefes de pequenos reinos na região do Senegal e da Gâmbia, afirma que com o rei tomou “muita amizade” durante o tempo que estiveram juntos. No momento de sua partida o rei africano “chorava com todos os seus”<sup>856</sup>. As lágrimas, entretanto, escorriam tanto pela tristeza da partida ou da saudade quanto pela alegria do reencontro. As chegadas e os encontros eram sempre motivos de alegria e agitação pública nos portos portugueses, nas paragens africanas e até mesmo em alto mar. Após a primeira incursão de Antão Gonçalves em África, este foi recebido em Lisboa pela multidão em grande “alvorço” e “prazer” de ver o retorno de sua caravela. Zurara narra que o povo vinha “de todas as partes da cidade” de Lisboa, e logo as “novas correram de uns aos outros”, e “foi tanta a gente nas caravelas que por pouco as não alagavam”.<sup>857</sup> Alvorço semelhante aconteceu em Lagos quando da chegada de Lançarote e Gil Eanes das ilhas de Naar, Cabo Branco e Tider; “as gentes”, “desejosas de saber”, correram para se chegar à ribeira, e já “outros se metiam nos batéis” para irem “receber seus parentes e amigos”, e todos iam muito alegres. Os principais da expedição beijaram “a mão do Infante seu senhor, contando-lhes em breve a soma de seus feitos”, e então puderam descansar e folgar junto de “suas mulheres e filhos”.<sup>858</sup>

O entusiasmo acontecia também nas praias africanas. Uma certa vez, na Ilha das Garças, navegadores se reencontraram após uma viagem marítima exaustiva, dos quais não puderam “encobrir sua alegria” e fizeram “soar seus instrumentos e alevantaram cantares, comendo e bebendo, como homens que por suas vontades se certificavam da vitória [...]” de uns e outros nas terras pelas quais passaram. Nessa grande festa, tocaram “trons e suas colobretas”, e davam tiros “em sinal do prazer de seus corações”. Alegria, no entanto, que contrastava com a “dobrada tristeza para os mouros”, que ainda que não entendessem a linguagem destes, “o som das vozes lhe certificava o contrário do que eles desejavam”.<sup>859</sup> Entre o narrar dos muitos grandes feitos de que se ocupou a pena de Zurara ao longo da *Crônica de Guiné*, o cronista, apesar de ter afirmado não querer se “ocupar escrevendo quais” e quantos seriam os “abraços” de todos os

<sup>855</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. pp. 161-162.

<sup>856</sup> SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002, p. 83.

<sup>857</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 169.

<sup>858</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>859</sup> Ibidem, pp. 233-234.

que se ajuntaram<sup>860</sup>, não deixou de comemorar e de se emocionar com os abraços que viu e com aqueles que imaginou em terras alhures.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contato inicial com os relatos que deram a conhecer as primeiras viagens para a África por portugueses ou por intermédio de Portugal, bem como com a análise de estudos sobre os contatos entre os povos, o tema do choque das diferenças foi o que à partida se mostrou mais atraente, dado o peso que este viés ganhou nos estudos sobre viagens desde pelo menos a década de 70 do século passado. Em busca de um caminho que já não tivesse sido muito percorrido, as sinalizações nos relatos dos traços reconhecidos pelos viajantes como não tão diferentes ou estranhos nas terras africanas passou a ser o alvo da pesquisa. No entanto, no decorrer da investigação e com o destriçar dos relatos, os tipos, as funções, as circunstâncias e a duração das viagens mostraram-se profícuas para a compreensão das nuances do reconhecimento ou estranhamento. Foi a atenção a essas nuances que permitiu observar como o habitual, o comum, e o compartilhado vão se tornando perceptíveis para os viajantes na medida em que os contatos se tornaram mais demorados e intrincados, e as viagens mais longas e corriqueiras. Em outras palavras, aquilo que, à primeira vista, parecia estranho e distante, com a convivência passou a ser compreendido, aceito e, até, justificado ou explicado.

Ao longo dessas páginas, pois, vimos como, nos relatos de viagens escritos sobre a África no século XV, as apreciações e paralelos remetem às crenças antigas, que há muito tempo circulavam no continente europeu e alimentavam a imaginação dos cristãos. Uns fizeram mais alusões e outros menos, mas de forma geral esses escritos trazem as referências do mundo e da época em que viviam, e mostram alguns dos impulsos que moveram cristãos àquelas partes, bem como algum conhecimento que já tinham sobre as terras de lá. Tal aspecto, dos móbeis das viagens, foi bastante desdobrado pelos estudiosos contemporâneos que detiveram os seus olhares sobre esses relatos,<sup>861</sup> os quais mostraram interesse pelo impacto do estranho, do

---

<sup>860</sup> Idem.

<sup>861</sup> Vale lembrar algumas das obras mais conhecidas nesse campo: *A conquista da América: a questão do outro* do filósofo Tzvetan Todorov, a obra que mais largamente desdobrou o conceito de alteridade na história da expansão; a obra *El cara a cara con el otro: la visión de lo ajeno a fines de la Edad Media y comienzos de la Edad Moderna a través del viaje* de Pedro Martínez García; a obra *Voyages & Visions* editado e organizado por Jas Elsner e Joan-Pau Rubiés; *Los exploradores del siglo XIII al XVI: primeras miradas sobre nuevos mundos* do francês Michel Mollat; *O Confronto do olhar: o confronto dos povos na época das navegações portuguesas (século XV e XVI)* dos historiadores portugueses Luís de Albuquerque, Antónia Ferronha, José da Silva Horta e Rui Loureiro. Ver: **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos**. Tradução por MIJANGOS,

desconhecido, bem como pelo confronto de culturas e o peso das fábulas e do fantasioso nesse encontro. Perspectivas que rechearam as páginas de notáveis historiadores, antropólogos e etnólogos e legaram para um segundo plano o comum, o familiar e o aceito mutuamente. A constatação daquilo que parecia ser uma continuidade ou partilha de valores foi o que permitiu avançar para as relações mais intrincadas, como as comerciais, as diplomáticas e também as pessoais. Certamente que as dúvidas e as oscilações sobre a natureza daqueles povos estiveram sempre presentes naqueles anos,<sup>862</sup> tendo perdurado e sido transportadas aos séculos seguintes e a outros espaços descobertos nas Índias e do outro lado do Atlântico. No entanto, em meados do Quatrocentos, já alguns homens, como Zurara, afirmavam com convicção que eram “todos filhos de Adão, compostos de uns mesmos elementos” e que recebiam “alma” como “criaturas razoáveis”, apesar de não estarem “tão dispostos para seguir as virtudes”, como os cristãos que conheciam e, por isso, levavam “vida pouco menos de bestas” e pouco à semelhança do Criador.<sup>863</sup>

Não demorou muito para que, no final do século XV, aqueles lugares e práticas africanas outrora totalmente estranhos e desconhecidos se tornassem paulatinamente conhecidos e até mesmo familiares dos cristãos que para lá se dirigiam. Em determinado momento, tornou-se possível, graças aos dados disponíveis para paralelos e confrontações, reconhecer os povos e diferenciar as suas práticas umas das outras. Ocasionalmente, faziam até mesmo comparações entre uns e outros, comparações estas que demonstram a já grande familiaridade com aquelas gentes e os seus modos de vida.

Para depreender essas nuances nos relatos e nas crônicas, buscamos primeiramente perscrutar os juízos dos viajantes cristãos e suas menções àquilo que consideravam como algo moralmente bom em terras cristãs. O trabalho não teve, contudo, a vã intenção de encontrar as

---

Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990; ESLNER, Jas. RUBIÉS, Joan-Paul. **Voyages & Visions: towards a cultural history of travel.** London: Reaktion Books, 1999; ALBUQUERQUE, Luis de. FERRONHA, Antonio Luis. HORTA, José da Silva. LOUREIRO, Rui. **O Confronto do Olhar – O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas.** Lisboa: Editorial Caminho, 1991; TODOROV, Tzvetan. **A conquista da américa: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2010; **El cara a cara con el otro: la visión de lo ajeno a fines de la Edad Media y comienzos de la Edad Moderna a través del viaje.** Frankfurt am Main: Peter Lang Edition, 2015.

<sup>862</sup> Como enfatiza o historiador português Jorge Fonseca, o debate sobre a legitimidade da escravidão, e posteriormente sobre o tráfico de escravos, conteve os meios letrados desde os mosteiros às universidades portuguesas, despertando posições muito diversas. A controvérsia da escravidão foi acentuada com a chegada dos primeiros cativos africanos em terras lusitanas. No entanto, questões relacionadas à natureza da escravidão, da escravidão em decorrência da guerra justa, e da servidão como condição imposta pelo pecado original, já eram debatidas entre clérigos, letrados e reis. D. Duarte, por exemplo, manifestou o seu posicionamento em *O Leal Conselheiro* sobre a antiga contenda entre cristãos e mouros justificando a servidão destes últimos em razão da guerra justa, embora propusesse a conversão ao cristianismo como caminho para a liberdade. Ver: FONSECA, Jorge. **Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista.** Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 34-35.

<sup>863</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. p. 161.

origens dos juízos de valor sobre o bom para aqueles homens, antes pretendeu dissecar<sup>864</sup> e percorrer a imensa, longínqua e recôndita região da moral, isto é, daquela moral vivida<sup>865</sup> e que em parte foi revelada. Nas designações daquilo que foi imputado como bom, ou do que, por outro lado, foi recriminado nas práticas africanas, dois caminhos ganham contornos e oferecem contornos da África naquele primeiro século de descoberta: aquele do estranhamento inicial causado pelo que era incomum ou desconhecido aos cristãos - que permitia ver apenas as oposições ou distorções -, em detrimento de qualquer eventual similaridade de práticas ou costumes; e aquele outro, de meados do século XV ao seu final, em que os traços comuns começam a aparecer como mais fortes graças ao convívio demorado ou relativamente intenso. As estranhezas de outrora vão tomando feições de aceitáveis. O esquisito transita para o corriqueiro, e mesmo para o familiar, graças aos repetidos encontros, de forma que, a partir dos contatos reiterados, os mundos díspares começam a denunciar traços cada vez mais partilhados.

Quando os viajantes se depararam com a realidade do dia a dia dos africanos, tudo aquilo que num primeiro momento lhes pareceu configurar uma terra de gentes com “estranhos costumes”<sup>866</sup>, aos poucos foi se tornando familiar em decorrência da convivência. A busca de traços partilhados, bem como a aceitação das estranhezas e diferenças, foram formas de compreender melhor aquele mundo e sobreviver nele. Ao longo desse processo de chegada, olhar, assimilação e narrativa – levando sempre em conta aqueles que escreveram no calor do momento, e aqueles que só organizaram uma narrativa quando do retorno às suas respectivas terras –, as identidades africanas foram reveladas e esmiuçadas.<sup>867</sup> As narrativas mostram-nos que, em muitas situações, o que atraiu o olhar dos viajantes foi justamente o familiar e a similitude, ou seja, o que aparentava ser comum entre os povos. O familiar também fascinou os europeus, e fascinou-os porque se depararam com inúmeros indícios de que aquelas gentes não eram tão animais como julgaram a princípio.

Descrever e narrar os traços comuns e familiares foram também formas de reestruturação e construção de bases morais – não propriamente intencionais –, que visaram a aproximação e o entendimento mútuo, uma vez que à primeira vista determinados aspectos pareciam visualmente semelhantes, mas eram diferentes em essência; ou quando

---

<sup>864</sup> FOUCAULT, Michel. **O belo perigo**: conversa com Claude Bonnefoy. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, pp. 40-41.

<sup>865</sup> FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Coleção Ditos & escritos. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp. 256-257.

<sup>866</sup> CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 98.

<sup>867</sup> FERNANDES, Ana Paula Pedrosa Fernandes. Uma leitura da relação da viagem de Vasco da Gama, atribuída a Álvaro Velho. In: LOPES, Marília dos Santos (coord.), **Os Descobrimentos Portugueses nas Rotas da Memória**. Viseu: UCP, 2002, p. 15.

demoradamente observados davam indícios de traços comuns, mas disfarçados sob elementos locais, próprio do universo africano. Os meios a que se recorreu para aproximar portugueses e africanos (nesse caso a narrativa), foram fundamentais para mais tarde lançar as bases de uma moral socialmente partilhada entre o velho e o novo mundo.

A semelhança pôde ser encontrada no aspecto mais comezinho do cotidiano, como na forma de se alimentar, habitar ou se vestir, assim como em outros aspectos mais complexos ou inesperados, tais como a manifestação dos sentimentos ou a devoção – ainda que por diferentes divindades. Vimos, com os relatos, que as viagens para a África trouxeram novos temas a serem discutidos nos círculos letrados e religiosos – o da natureza humana daqueles povos, o da escravidão, etc. –, bem como uma transformação na percepção dos viajantes a partir da centúria do Quatrocentos, pois tornaram-se mais práticos e interessados em detalhes antes desinteressantes – talvez pela simplicidade –, como aqueles concernentes às particularidades do cotidiano dos africanos. Esse interesse repentino pelo comezinho em detrimento da busca pelas coisas fantásticas e extraordinárias, justificar-se-ia muito pobremente como estando relacionado a uma possível chegada da modernidade, à uma hegemonia do comércio e do dinheiro. O crescente interesse pelo africano e o seu espaço está estritamente relacionado à convivência direta do homem do século XV com mundos diferentes do seu, pois tudo isso fez emergir dúvidas e preocupações concernentes à ordenação do mundo – porque relacionado diretamente com o mundo que conheciam até então –, à conduta dos semelhantes e às fissuras que poderiam surgir na unidade de um reino que alargava as suas fronteiras e, por último, à crença que se tinha sobre o propósito de Deus para os homens.

Fosse o comum bom ou ruim, os vínculos que se criavam a partir daquele ao menos davam sentido a tudo aquilo que se via. E mais tarde, as semelhanças detectadas contribuíram para justificar as relações que se queriam e as que já estavam sendo travadas com povos e reinos alhures. Na crônica que primeiro deu a conhecer aos cristãos aqueles indícios de semelhanças com os africanos, Zurara demonstra o seu aprazimento em ver as obras de D. Henrique finalmente conduzir tantos “ao verdadeiro caminho da salvação”. Sobre os costumes questionáveis que pareciam indicar diferenças substantivas, e que assim poderiam afastar cada vez mais os portugueses dos africanos, se compreendidos melhor seriam capazes de reaproximar os homens, pois o que era mutuamente entendido gerava “na alma certo conhecer” e “afeição” pelas coisas entendidas.<sup>868</sup> Considerando uma certa ordem do mundo, em que Deus era ao mesmo tempo o “verbo eternal” e o “geral causador”, bem como o responsável por dar

---

<sup>868</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto: Livraria Civilização Editorial, 1973, p. 409.

aos homens o entendimento das coisas da vida, o cronista encerra a sua obra dizendo que “todas as criaturas” que estivessem posicionadas abaixo desse conhecimento maior, eram então passíveis de conhecer as grandes coisas, bastava que bebessem da fonte.<sup>869</sup> Os relatos não nos deixam dúvidas de que para Zurara, e para tantos outros que partiram para a África durante aqueles anos, o Todo-Poderoso havia outorgado “graciosamente” aos portugueses a grande missão de levar a cabo as “suas feitura”, e sob essa perspectiva deveriam agir como intermediários “em algumas coisas que ele faz”<sup>870</sup>.

---

<sup>869</sup> Idem.

<sup>870</sup> Ibidem, p. 410.

## 1. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luis de. FERRONHA, Antonio Luis. HORTA, José da Silva. LOUREIRO, Rui. **O Confronto do Olhar – O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

\_\_\_\_\_; **Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses: Séculos XV e XVI**. Portugal: Editorial Caminho, Círculo de Leitores, 1992.

ALBUQUERQUE, Luís de. SANTOS, Maria Emília Madeira. (orgs.) **História Geral de Cabo Verde**. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

ALBUQUERQUE, Martim. **A consciência Nacional Portuguesa – Ensaio de História da Ideias Políticas**. Vol. I. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa, 1972.

AMADO, Teresa (Org). **A Guerra Até 1450**. Coimbra: Quimera, 1994.

ANDRADE, António A. Banha de. **Mundos Novos do Mundo – Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ARALA CHAVES, Maria Adelaide Godinho. **Formas de Pensamento em Portugal no Século XV**. Lisboa: Editorial Gleba, Livros Horizonte, 1970.

AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011.

AZEVEDO, Carlos Moreira. (Dir.) **História religiosa de Portugal**. Vol. 1. Portugal: Círculo de Leitores, 2000.

BARATA, Filipe Themudo. **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998.

BECHTEL, Guy. **A carne, o diabo e o confessor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

BELLO LÉON, Juan Manuel. HERNÁNDEZ PEREZ, Beatriz. Una embajada inglesa a la corte de los Reyes Católicos y su descripción en el <<Diario>> del Roger Machado. Año 1489. C.E.M.Y.R. **Revista En La España Medieval**. n. 26. Universidade de la Laguna, 2003.

BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOISSELLIER, Stéphane. DARBORD, Bernard. MENJOT, Denis. **Langues Médiévales Ibériques – Domaines Espagnol et Portugais**. Belgium: Brepols Publishers n.v., 2012.

BOTTINEAU, Yves. **Le Portugal et as vocation maritime – Histoire et Civilisation d’une Nation**. Ouvrage publié avec le concours du Centre National des Lettres. Paris: Éditions E. De Boccard, 1977.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Imagens de África nos textos de Ehingen, Rosmital, Popplau e Münzer**. **Bulletin of Hispanic Studies**, Universidade de Lisboa, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo (Séculos XV-XVIII) – As estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 93; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal [1415-1495]**. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

BUESCU, Ana Isabel. **Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BUESCU, Ana Isabel. SOUSA, João Silva de. MIRANDA, Maria Adelaide. **O corpo e o gesto na civilização medieval**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CARABIAS TORRES, Ana María. **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial**. Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca, Sociedad V Centenario del tratado de Tordesillas, 1994.

CHAUNU, Pierre. **A Civilização da Europa Clássica**. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

\_\_\_\_\_; **A Expansão Europeia do Século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.

COELHO, André Madruga. **Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média – os Lobo entre a cavalaria e a baronia**. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

COELHO, Maria Helena da Cruz. HOMEM, Armando Luís de Carvalho. (coord.). **A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.

COSTA LUIS, Alexandre Antonio de. **Portugal Messiânico e Imperial de D. João II**. Covilhã: Lusosofia, 2013.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Imagens da África**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2012.

\_\_\_\_\_; **A Enxada e a Lança – A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

\_\_\_\_\_; **A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

COSTA, António Domingues de Sousa. **A expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante Dom Henrique**. Lisboa: Edições Brotéria, 1960.

CORTESÃO, Armando F. Zuzarte. **O Mistério de Vasco da Gama**. Lisboa, Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1973

CORTESÃO, Jaime. **Os Portugueses em África (1557-1640)**. Vol. 16. Lisboa: Portugália Editora, 1960.

COUTINHO, Almirante Gago. **A náutica dos descobrimentos**. Edição comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Gago Coutinho. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLXIX.

CURTO, Pedro Mota. **História dos portugueses na Etiópia (1490-1640)**. Porto: Campo das Letras, 2008.

DROUIN, Jean-Marc. **Reinventar a Natureza**. A ecologia e sua história. Instituto Jean Piaget, 1990.

DUARTE, Luís Miguel. **Ceuta 1415 – seiscentos anos depois**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

FERREIRA, João José Brandão. **A evolução do conceito estratégico ultramarino português – da conquista de Ceuta à conferência de Berlim**. Portugal: Edições Atena, 2000.

FONSECA, Henrique Quirino. **A caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas**. Lisboa: Min. Marinha, 1978.

FONSECA, Jorge. **Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

FONSECA, Luís Adão da. **De Vasco a Cabral – Ocidente e Oriente nas navegações oceânicas**. São Paulo: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_; **Portugal entre dos mares**. Madrid: Editorial Mapfre, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_; **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FLORI, J. **Caballeros y caballeria en la Edad Media**. Traducción de Godofredo Gonzalez. Barcelona: Paidós, 2001; DYBOSKY, R.; AREND, Z.M. (Eds.). **Knyghthode and bataile: a XVth century verse paraphrase of Flavius Vegetius**. Oxford: Early English Text Society: 1971.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

\_\_\_\_\_; Entre o longe e o perto: bom e belo nas primeiras viagens portuguesas. **Revista Portuguesa de História**, XLVI (2015). Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147\\_46\\_4](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_46_4). Acessado em 06 jun. 2016.

\_\_\_\_\_; **Os Reinos dos Cronistas Medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume, 2006.

GASPAR, Joaquim Alves. **Cartas e projeções cartográficas**. Lisboa: Lidel, 2005.

GARCÍA DA CRUZ, Maria Leonor. **Os <<fumos>> da Índia** – uma leitura crítica da expansão portuguesa. Com uma antologia de textos dos séculos XVI-XIX e uma cronologia da Expansão Portuguesa e do Império Ultramarino (1336-1899). Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

GARCÍA MERCADAL, José. **Viajes de Extranjeros por España y Portugal**. Espanha: Junta de Castilla y León, 1999.

GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. O mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro. Vol. 11, n. 23. **Revista de História**. Universidade de São Paulo, 1955. Disponível em: <<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36467>>> Acessado em 20 Out 2016.

\_\_\_\_\_; **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

\_\_\_\_\_; **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.

GOMES, Rita Costa. **A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: Difusão Editorial, 1995.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo-Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.

HORTA, José da Silva. **A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)**. 1990. 339 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

KEEN, M. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984; KEEN, M. **The laws of war in the middle ages**. London: Routledge & K. Paul, 1965.

KOISO, Kioko. **Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes**. Vol. 1. Cascais: Patrimonia Historica, 2004. (Livro sobre os séculos XVI e XVII).

LABARGE, Margaret W. **Viajeros Medievales: Los Ricos y los Insatisfechos**. Madrid: Nerea, 2000.

LANCIANI, Giulia. **Sucessos e Naufrágios das naus portuguesas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

LAROUÏ, Abdallah. **Historia del Magreb** – desde los orígenes hasta el despertar Magrebí. Un ensayo interpretativo. Madrid: Editorial Mapfre, S. A., 1994.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_; **Em Busca do Tempo Sagrado** – Tiago de Varazze e a Lenda Dourada. Brasil: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_; **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Lugar da História, Edições 70, 2010.

LEITÃO, Manuel. A marinharia nos descobrimentos marítimos portugueses. **Actas do seminário ciência náutica e técnicas de navegação nos séculos XV e XVI**. Macau: Instituto Cultural de Macau, Centro de estudos marítimos de Macau, 1988.

LÉVY, Jacques. LUSSAULT, Michel. (dirs.) **Logiques de l'espace, esprit des lieux**. Géographies à Cerisy. Paris: Éditions Belin, 2000.

LOPES, Paulo. **Viajar na Idade Média** – A visão Ibérica do mundo no Livro do Conhecimento. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_; **Os Viajantes Medievais da Rota da Seda (Séculos X-XV)**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2011.

MACEDO, Jorge Borges de. **História Diplomática Portuguesa** – constantes e linhas de força. Vol. I. Lisboa: Herdeiros de Jorge Borges de Macedo e Instituto da Defesa Nacional, 2006.

MAREK, Pavel. **La Embajada Española en la Corte Imperial (1558-1641)** – Figuras de los embajadores y estrategias clientelares. Universidad Carolina de Praga: Editorial Karolinum, 2013.

MACHADO, José Pedro. CAMPOS, Viriato. **Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento**.

MARQUES, A. H. de Oliveira. SERRÃO, Joel (dir.). A Expansão Quatrocentista. Vol. II. IN: **Nova História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

MARQUES, José. **Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média**. Braga: Fundação Calouste Gubenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

\_\_\_\_\_; **Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI**. Revista da Faculdade de Letras. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2077.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MARTELO, David. **A Dinastia de Avis** – e a construção da União Ibérica. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

MARTÍNES-HIDALGO, José M.<sup>a</sup>. **Las naves del descubrimiento y sus hombres**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. FERNANDES, Isabel Cristina F. **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular**, Cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular. Lisboa: Edições Colibri, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

MATTOSO, José. **Naquele tempo**: ensaios de história medieval. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009.

\_\_\_\_\_; (dir. e coord.), **História de Portugal. A Monarquia Feudal**. Vol. II. Portugal: Editorial Estampa, 1997.

\_\_\_\_\_; **Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros** – a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

\_\_\_\_\_; **A Nobreza Medieval Portuguesa** – a família e o poder. Lisboa: Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1981.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do visível** – Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018.

MENDONÇA, Manuela. **As Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média**. Editora Coleção Colibri História, 1994.

MENESES, Avelino de Freitas de. OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (coords.). **O reino, as ilhas e o mar oceano**. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Vol. I. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2007.

MOLLAT, Michel. **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos**. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

MOTA, Teixeira da. **Mar além mar**, Estudos e ensaios de História e Geografia por A. Teixeira da Mota. Vol. I. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

NEWTON, A. P. **Travel and Travellers in the Middle Ages**. New York: Barnes & Noble, 1968.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral** – uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. **Henrique, o Infante**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2009.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da expansão e do império português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

RAMOS, Rui (Org.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RICOEUR, Paul. **O Si-Mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Miguel Jasmins. TORRÃO, Maria Manuel. **Pequena Nobreza de Aquém e Além-Mar** – Poderes, Patrimónios e Redes. Lisboa: FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

RUBIO TOVAR, J. Viajes, Mapas y Literatura en la España Medieval. In VIAJES Y VIAJEROS EN LA ESPAÑA MEDIEVAL, Actas del V Curso de Cultura Medieval, Nº 5, 1993, Palencia, **Atas de Congresso**, Madrid: Polifemo, 1997.

\_\_\_\_\_; **Viajes y Viajeros en la España Medieval**. Madrid: Ediciones Polifemo, 1997.

RUCQUOI, Adeline. **História medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

RUSSELL-WOOD, John. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_; **The Portuguese Empire, 1415-1808 – A World on the move**. London: The Johns Hopkins University Press, 1998.

SANTARÉM, Visconde de. **Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarchia portuguesa**. Tomo Primeiro. Officina typographica de Fain e Thunot, Paris: 1842.

SANCHÉZ GÁRCIA, E. **Libros de viaje en la península ibérica durante la Edad Media: Bibliografía**. IN: Lemir, Valencia, Espanha: nº14, p353-402, 2010. Disponível em <[http://parnaseo.uv.es/lemir/Revista/Revista14/21\\_Garcia\\_Enrique.pdf](http://parnaseo.uv.es/lemir/Revista/Revista14/21_Garcia_Enrique.pdf)>. Acesso em 13 Nov. 2015.

SARTI, Rafaella. **Casa e família – habitar, comer e vestir na Europa Moderna**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SCHIMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo – ensaios de antropologia medieval**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar – compêndio de história militar e naval de Portugal – desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança**. Lisboa: Temas Portugueses: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

\_\_\_\_\_; **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

SILVA, José Manuel Azevedo e. **A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII)**. Vol. I. Coimbra: Centro de estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.

SOUSA, Armindo de. **As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)**. Vol. I. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade, 1990.

SORIA, José Manuel Nieto. **Del Rey Oculto ao Rey Exhibido: Un Síntoma de las transformaciones políticas en la Castilla Bajomedieval.** Disponível em: <http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50211/48121>. Acesso em: 22 fev. 2016.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VENTURA, Margarida Garcez. **Igreja e Poder no séc. XV – Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450).** Lisboa: Edições Colibri, 1997.

\_\_\_\_\_; Navegadores, piratas, corsários, guardiães da Cristandade portuguesas no Mediterrâneo em meados do Séc. XV. Nº 27-28. **Revista Estudios Jacobios y Medievales.** Espanha: 2010.<< <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/259614>>> Acesso em 21 Ago. 2016.

VENTURA, Maria da Graça M. (coord.) **Viagens e viajantes no atlântico Quinhentista – Primeiras Jornadas de História Ibero-Americana.** Lisboa: Edições Colibri, 1996.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** Brasília: UNB, 1982.

ZUMTHOR, Paul. **La Medida del Mundo.** Madrid: Catedra, Historia. Serie Menor, 1994.

WLADYSLAW, Tatarkiewicz. **Historia de la estética.** Madrid: Ediciones Akal, 2007.

YATES, F. **A arte da memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

#### **a. Corpus documental**

CADAMOSTO, Luis de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

FERNANDES, Valentim. **O manuscrito Valentim Fernandes.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

LA FOSSE, Eustache de. **Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480.** Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: Veja, Documenta Historica, 1992.

MÜNZER, Hieronymus. **Itinerary and the discovery of Guinea.** Translation and notes by James Firth. London: British Library, 2014.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Cópia e revisão de Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Lisboa: Edição comemorativa da Descoberta da América por Christóvão Colombo no seu Quarto Centenário, Imprensa Nacional, 1892.

PINA, Rui de. **Relação do Reino do Congo**. IN: RADULET, Carmen. **O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo” – Manuscrito inédito do Códice Riccardiano 1910**. Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992.

PINA, Rui de. **Croniqua delRey Dom Joham II**. Nova edição com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1950.

SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento Primeiro da Guiné**. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

USODIMARE, Antoniotto. Carta de Antoniotto Usodimare (12-12-1455). IN: **Monumenta Missionaria Africana – África Ocidental (1342-1499)**. Versão corrigida e anotada pelo Padre Antônio Brásio. Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de publicações e biblioteca, 1958.

VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto: Livraria Civilização Editorial, 1973.